



## **O BAIRRO NA CIDADE**

**GÉNESE DE VIDA SOCIAL DE BAIRRO NAS  
ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL**

**JOANA CATARINA FERREIRA FERNANDES**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO **GRAU MESTRE EM ARQUITECTURA**

**ORIENTADOR CIENTÍFICO:**

**PROFESSORA AUXILIAR DOUTORA MANUELA FERREIRA MENDES**

**PRESIDENTE JÚRI:**

PROFESSORA ASSOCIADA ISABEL RAPOSO

**VOGAIS:**

PROFESSOR ASSOCIADO JORGE MACAÍSTA MALHEIROS

PROFESSORA AUXILIAR MANUELA FERREIRA MENDES



## **O BAIRRO NA CIDADE**

**GÉNESE DE VIDA SOCIAL DE BAIRRO NAS ÁREAS URBANAS DE GÉNESE ILEGAL**

**JOANA CATARINA FERREIRA FERNANDES**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO **GRAU MESTRE EM ARQUITECTURA**

**ORIENTADOR CIENTÍFICO:**

**PROFESSORA AUXILIAR DOUTORA MANUELA FERREIRA MENDES**

**PRESIDENTE JÚRI:**

PROFESSORA ASSOCIADA- ISABEL RAPOSO

**VOGAIS:**

PROFESSOR ASSOCIADO- JORGE MACÁSTA MALHEIROS

PROFESSORA AUXILIAR MANUELA FERREIRA MENDES





O presente documento foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico.

---

## RESUMO

Com a presente dissertação pretende perceber-se de que forma as intervenções sócio urbanísticas em espaço público podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes nas Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI). Neste contexto de análise, tenta-se conhecer quem são actualmente os residentes nas AUGI, quais os principais problemas sociais e urbanos vivenciados nestes territórios, principalmente ao nível da carência de espaços públicos de qualidade, sejam edificados ou naturais, planeados ou informais.

De forma complementar, pretende contribuir-se para o delineamento de estratégias de intervenção urbana que valorizem estas áreas, que respeitem as pessoas, as suas histórias, memórias, aspirações, rotinas e modos de vida e que incentivem a interacção social, permitindo o reforço das relações identitárias entre população-bairro. A pesquisa procurou entender de que modo as intervenções urbanísticas em espaços públicos podem integrar alguns dos princípios associados à vida de bairro, privilegiando uma escala e dimensão mais humanas, com efeitos ao nível do reforço dessas relações, sem estarem limitadas às intervenções de reconversão. Para tal foram analisados dois casos de estudo, o bairro dos Peões, no concelho de Cascais e o bairro Casal Novo, em Odivelas, ambos localizados na Área Metropolitana de Lisboa.

Esta investigação envolveu o recurso a várias áreas do conhecimento, complementares, que permitiram construir uma imagem mais completa e fidedigna sobre a influência do espaço público nas vivências e práticas dos indivíduos ou grupos, em sociedade. O conhecimento adquirido esteve na base da elaboração de um esboço, consciente e reflexivo, de algumas propostas estratégicas de intervenção urbana que podem vir a mudar interna e externamente a imagem destes bairros, apostando-se na promoção da coesão social e na qualidade de vida nas AUGI.

**Palavras-chave:** AUGI; Bairro; Identidade; Espaços públicos; Qualidade de vida

**ABSTRACT AND KEY WORDS**

The following dissertation aims to understand how the social urban interventions in public space can reinforce identity and neighborly relations of residents in Urban Areas of Illegal Genesis (UAIG). Thus, in this analytical context, it is essential to know who are currently residents in UAIG and also the main social and urban problems experienced in these territories, primarily at a lack of quality public spaces, whether built or natural, planned or informal.

In a complementary way, it aims to contribute to the design of urban intervention strategies that enhance these areas in order to respect people, their stories, memories, aspirations, routines and ways of life, encouraging social interaction and therefore enabling the strengthening of identity relations between population-district. This research was conducted in order to comprehend to what extent the urban interventions in public spaces can integrate some of the principles associated with living neighborhood, favoring a scale in a more human dimension, with effects on the strengthening of these relations, without being limited to the conversion of interventions. To this end two case studies were analyzed, the Peões neighborhood in Cascais council and Casal Novo neighborhood in Odivelas, both located in the metropolitan area of Lisbon.

Notwithstanding, this research included the use of several areas of knowledge, complementary though, which allowed to build a more complete and reliable image of the influence of public space in the experiences and practices of individuals or groups in society. The acquired knowledge was the basis to the preparation of a draft, conscious and reflective, from some strategic proposals of urban intervention that may change internally and externally the image of these neighborhoods, focusing on promoting social cohesion and quality of life in UAIG.

**Key words:** Urban Areas of Illegal Genesis (UAIG); Neighborhood; Identity; Public Spaces; Quality of life.

## AGRADECIMENTOS

À professora Manuela Mendes, pela partilha de conhecimentos e pelo acompanhamento e apoio incansáveis ao longo do desenvolvimento do trabalho.

Ao Engenheiro José Vale, chefe da unidade dos licenciamentos AUGI da Câmara Municipal de Cascais, e a toda a sua equipa, pela disponibilidade demonstrada e pela informação e documentação que concederam, que contribuíram para uma percepção realista dos problemas e virtudes das AUGI no concelho de Cascais.

A todos os habitantes do bairro Casal Novo e do bairro dos Peões, pela simpatia, partilha de histórias e modos de vida, pela sua tão importante contribuição para o enriquecimento desta dissertação.

Aos meus amigos, que partilharam comigo momentos importantes do meu percurso pessoal e académico.

Aos meus pais.

À Inês e ao Gonçalo.

Ao Tó.

A todos, muito obrigada!

## **LISTAGEM DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AML | Área Metropolitana de Lisboa

GAML | Área Metropolitana de Lisboa

AUGI | Áreas Urbanas de Génese Ilegal

REN | Reserva Ecológica Nacional

RAN | Reserva Agrícola Nacional

AL | Acessibilidades e Ligações

CI | Conforto e Imagem

UA | Usos e Actividades

S | Sociabilidade

PROQUAL | Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa

IPSS | Instituições Particulares de Solidariedade Social

ATL | Actividades de Tempos Livres

NUTS | Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

INE | Instituto Nacional de Estatística

**ÍNDICE**

<b>RESUMO</b>	<b>II</b>
<b>ABSTRACT AND KEY WORDS</b>	<b>III</b>
<b>AGRADECIMENTOS</b>	<b>IV</b>
<b>LISTAGEM DE SIGLAS E ABREVIATURAS</b>	<b>V</b>
<b>ÍNDICE</b>	<b>VI</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b>	<b>IX</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	<b>XI</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS</b>	<b>XI</b>
<b>CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO</b>	<b>1-1</b>
<b>CAPÍTULO 2 DOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS ÀS AUGI</b>	<b>2-5</b>
2.1. BREVE ENQUADRAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DO FENÓMENO	2-5
2.2. ENQUADRAMENTO LEGAL	2-8
2.3. AS AUGIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	2-10
2.4. ESPAÇO PÚBLICO NAS AUGI	2-14
<b>CAPÍTULO 3 (RE)SIGNIFICAÇÃO DO BAIRRO</b>	<b>3-21</b>
3.1. A IMAGEM DA CIDADE E DO BAIRRO	3-23
3.2. PRINCÍPIOS IDENTIFICADORES DE BAIRRO	3-24
3.3. SOBRE TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS	3-27

---

**CAPÍTULO 4 ESPAÇO, MEMÓRIA E IDENTIDADES 4-31**

---

4.1. CARACTERÍSTICAS E ELEMENTOS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA	4-31
4.2. O ESPAÇO DA MEMÓRIA	4-35
4.3. IDENTIDADE: DO INDIVÍDUO AO GRUPO	4-37
4.4. IDENTIDADES PLURAIS E EM TRANSIÇÃO	4-39

---

**CAPÍTULO 5 ESPAÇO PÚBLICO 5-43**

---

5.1. SOBRE A ESFERA PÚBLICA...	5-44
5.2. DIMENSÃO MORFOLÓGICA E TIPOLOGICA DO ESPAÇO PÚBLICO	5-47
5.3. QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO	5-49
5.4. VIVER A RUA	5-52
5.5. SOCIABILIDADES E PRÁTICAS SOCIAIS	5-55
5.6. QUALIDADE DE VIDA	5-58

---

**CAPÍTULO 6 CASOS DE REFERÊNCIA- UM OLHAR CRÍTICO E ANALÍTICO 6-61**

---

6.1. BAIRRO DE ALVALADE DE FARIA DA COSTA – LISBOA	6-63
6.2. BAIRRO CLANDESTINO DA BRANDOA – AMADORA, LISBOA	6-68
6.3. BAIRRO DA PEÇA E DO CERRADO GRANDE – CASCAIS	6-76

---

**CAPÍTULO 7 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO AMBIENTE URBANO 7-81**

---

7.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENHO DA PESQUISA	7-81
7.2. O CASO DO BAIRRO CASAL NOVO- ODIVELAS	7-83
7.2.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	7-83
7.2.2. PERFIS SOCIAIS DOS MORADORES DO BAIRRO CASAL NOVO	7-85
7.2.3. INSERÇÃO NO BAIRRO E TIPO DE ALOJAMENTO	7-89
7.2.4. IMAGEM SOBRE O BAIRRO	7-92
7.2.5. RELAÇÃO DE PERTENÇA E IDENTIDADE FACE AO BAIRRO	7-101
7.2.6. ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO	7-107
7.2.7. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	7-111
7.3. O CASO DO BAIRRO DOS PEÕES - CASCAIS	7-117
7.3.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	7-117
7.3.2. PERFIS SOCIAIS DOS MORADORES	7-120

7.3.3.	INSERÇÃO NO BAIRRO E TIPO DE ALOJAMENTO	7-124
7.3.4.	IMAGEM SOBRE O BAIRRO	7-126
7.3.5.	RELAÇÃO DE PERTENÇA E IDENTIDADE FACE AO BAIRRO	7-133
7.3.6.	ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO	7-139
7.3.7.	ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	7-142

<b>CONCLUSÃO</b>	<b>148</b>
------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>153</b>
-----------------------------------	------------

<b>ANEXOS</b>	<b>161</b>
---------------	------------

ANEXO 1. MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO	161
ANEXO 2. ENTREVISTA AO SENHOR JOAQUIM LOPES (Bº DOS PEÕES)	163
ANEXO 3. PROPOSTA URBANA, BAIRRO CASAL NOVO	167
ANEXO 4. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA – BAIRRO DOS PEÕES	169
ANEXO 5. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA INDUSTRIAL	171
ANEXO 6. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE EQUIPAMENTOS	173
ANEXO 7. PERFIS DA PROPOSTA	175



**ÍNDICE DE FIGURAS**

Imagem 1-Favela Rocinha, RJ	3-21
Imagem 2-Bairro das Laranjeiras, Lisboa	3-21
Imagem 3- São Domingos de Benfica	3-21
Imagem 4-Identidade(s)	4-31
Imagem 5-Avenida Luís Xavier, Curitiba	5-43
Imagem 6-Piazza di Spagna, Roma	5-43
Imagem 7-Critérios de Avaliação do EP	5-50
Imagem 8-Transição público-privado, Amesterdão	5-52
Imagem 9-Festas Populares - Bica, Lisboa	5-52
Imagem 10-Souk em Marraquexe	5-52
Imagem 11-Pont dels Sospris, Barcelona	5-53
Imagem 12-Carácter figural de rua, Curitiba	5-53
Imagem 13-Rua Augusta, Lisboa	5-53
Imagem 14-Rua como lugar de sociabilidade, Cuba	5-56
Imagem 15-Vila Berta, Lisboa	5-56
Imagem 16-Bairro de Alvalade de Faria da Costa	6-63
Imagem 17-Quinta dos Lagares D’El Rei	6-63
Imagem 18-Chafariz de Entrecampos	6-63
Imagem 19-Avenida da Igreja	6-64
Imagem 20-Avenida da Igreja	6-64
Imagem 21-Rua Branca Gonta Colaço	6-66
Imagem 22-Rua Branca Gonta Colaço	6-66
Imagem 23-Brandoa	6-68
Imagem 24-Ligação Brandoa – Benfica	6-69
Imagem 25-Brandoa: início da construção clandestina	6-69
Imagem 26- Centro cívico da Brandoa/Ilha dos Amores	6-70
Imagem 27- Centro cívico da Brandoa	6-70
Imagem 28-Festival Internacional de BD da Amadora	6-70
Imagem 29-Parque Infantil e Jardim Luís de Camões	6-71
Imagem 30-Actividades desportivas no Jardim Luís de Camões	6-71
Imagem 31-Feira da Brandoa 2009	6-71
Imagem 32-(idem)	6-73
Imagem 33-Centro da Juventude da Amadora	6-73
Imagem 34-Antigo Palácio da Brandoa	6-73
Imagem 35-(idem)	6-73
Imagem 36- (idem)	6-73
Imagem 37-Centro da Juventude da Amadora	6-73
Imagem 38-Centro da Juventude da Amadora (Travessa de Santa Teresinha)	6-74
Imagem 39-Centro da Juventude da Amadora (Rua Santo António de Lisboa)	6-74
Imagem 40-Centro da Juventude da Amadora (envolvente próxima)	6-74
Imagem 41- (idem)	6-74

Imagem 42-Bairro da Peça e do Cerrado Grande (limites)	6-76
Imagem 43-Bairro da Peça e do Cerrado Grande (antes da reconversão e requalificação)	6-77
Imagem 44- (idem)	6-77
Imagem 45-Bairro da Peça e do Cerrado Grande (depois da reconversão e requalificação)	6-78
Imagem 46-(idem)	6-78
Imagem 47-Jardim de infância do Bº da Peça e Cerrado Grande	6-79
Imagem 48-Igreja do Bº da Peça e Cerrado Grande	6-79
Imagem 49-Fotomontagem (vista da Rua do Brasil, Bairro Casal Novo), Odivelas	7-81
Imagem 50-Concelho de Odivelas	7-83
Imagem 51- Localização Bairro Casal Novo	7-83
Imagem 52- Tipologias no bairro	7-84
Imagem 53- Limite de lote	7-84
Imagem 54- Principais vias de acesso ao bairro	7-84
Imagem 55- Principais vias de acesso ao bairro	7-84
Imagem 56- Carácter viário – evolução esquemática existente/proposto	7-113
Imagem 57- Proposta geral - percurso pedonal/ciclovitário proposto	7-114
Imagem 58- Rua do Brasil (actualmente)	7-115
Imagem 59- Rua do Brasil (proposta edifício multiusos)	7-115
Imagem 60- Localização área de intervenção-Bº dos Peões	7-117
Imagem 61- Concelho de Cascais	7-117
Imagem 62- Poema “Um Talaíde que eu vi”	7-118
Imagem 63- Comércio ambulante em Talaíde	7-118
Imagem 64- Tipologias no bairro dos Peões	7-119
Imagem 65- Tipologias no bairro dos Peões	7-119
Imagem 66- Percursos e pontos de paragem dos transportes públicos no bairro	7-119
Imagem 67- Principais vias de acesso ao bairro	7-119
Imagem 68- Carácter viário (evolução esquemática existente/proposto)	7-144
Imagem 69- Largo dos Peões (actualmente)	7-145
Imagem 70- Largo dos Peões (proposta)	7-145
Imagem 71- Topografia acentuada no percurso até aos equipamentos (perfil ilustrativo)	7-146

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1-Tipologias do Espaço Público .....	5-48
Quadro 2- Avaliação de Espaços Públicos de Qualidade .....	6-62

## ÍNDICE DE QUADROS

Gráfico 1- Número de AUGI e área ocupada pelas mesmas, por Município na AML	2-12
Gráfico 2- Distribuição da população por idades (%)	7-86
Gráfico 3-Distribuição da população por género (%)	7-86
Gráfico 4-Naturalidade dos residentes (NUTS II-INE) (%)	7-86
Gráfico 5-Estado civil (%)	7-87
Gráfico 6-Filhos (%)	7-87
Gráfico 7-Nível de escolaridade (%)	7-88
Gráfico 8-Condição perante a actividade económica (%)	7-89
Gráfico 9-Actividade económica (%)	7-89
Gráfico 10-Sempre residiu onde vive actualmente? (%)	7-90
Gráfico 11-Tempo de residência no bairro (%)	7-90
Gráfico 12-Tipo de alojamento (%)	7-91
Gráfico 13-Relação de propriedade com a habitação (%)	7-91
Gráfico 14-Aspectos mais apreciados pela população segundo faixa etária (N)	7-92
Gráfico 15-Aspectos mais apreciados pela população segundo o género (N)	7-93
Gráfico 16-Aspectos menos apreciados pela população segundo faixa etária (N)	7-94
Gráfico 17-Aspectos menos apreciados pela população segundo género (N)	7-95
Gráfico 18-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)	7-96
Gráfico 19-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)	7-97
Gráfico 20-Percepção sobre o bairro de residência (%)	7-99
Gráfico 21-Maiores problemas ou dificuldades no dia-a-dia no bairro	7-101
Gráfico 22-Relação com o bairro – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-102
Gráfico 23-Relação com o bairro – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-103
Gráfico 24-Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)	7-104
Gráfico 25-Relação com os vizinhos – relação com a utilização, ou não, da rua com esse fim (%)	7-105
Gráfico 26- Relação com os vizinhos – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-106
Gráfico 27- Relação com os vizinhos – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-107
Gráfico 28- Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro – de acordo com a utilização, ou não, da rua para conviver com vizinhos (%)	7-108
Gráfico 29- Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-109
Gráfico 30- Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-110
Gráfico 31- Distribuição da população por idades (%)	7-120
Gráfico 32-Distribuição da população por género (%)	7-120

Gráfico 33-Naturalidade dos residentes (NUTS II-INE) (%)	7-121
Gráfico 34-Estado civil (%)	7-122
Gráfico 35-Filhos (%)	7-122
Gráfico 36-Nível de escolaridade (%)	7-122
Gráfico 37-Condição perante a actividade económica (%)	7-123
Gráfico 38-Actividade económica (%)	7-124
Gráfico 40-Tempo de residência no bairro (%)	7-124
Gráfico 39-Sempre residiu onde vive actualmente? (%)	7-124
Gráfico 41-Tipo de alojamento (%)	7-125
Gráfico 42-Relação de propriedade com a habitação (%)	7-126
Gráfico 43-Aspectos mais apreciados pela população segundo faixa etária (N)	7-127
Gráfico 44-Aspectos mais apreciados pela população segundo o género (N)	7-127
Gráfico 45-Aspectos menos apreciados pela população segundo faixa etária (N)	7-128
Gráfico 46-Aspectos menos apreciados pela população segundo género (N)	7-128
Gráfico 47-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)	7-129
Gráfico 48-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)	7-130
Gráfico 49-Percepção sobre o bairro de residência (%)	7-131
Gráfico 50-Maiores problemas ou dificuldades no dia-a-dia no bairro (%)	7-132
Gráfico 51-Relação com o bairro – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-133
Gráfico 52-Relação com o bairro – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-134
Gráfico 53-Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)	7-135
Gráfico 54-Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)	7-136
Gráfico 55-Relação com os vizinhos – de acordo com a utilização, ou não, da rua com esse fim (%)	7-137
Gráfico 56- Relação com os vizinhos – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-138
Gráfico 57- Relação com os vizinhos – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-138
Gráfico 58- Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro – de acordo com a utilização, ou não, da rua para conviver com vizinhos (%)	7-139
Gráfico 59- Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)	7-140
Gráfico 60- Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N)	7-141

## Capítulo 1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação de natureza científica procura responder à seguinte questão de investigação: De que modo as intervenções sócio urbanísticas em espaço público podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos residentes em AUGI? Esta questão de partida tem como função servir de orientação e de fio condutor ao longo de todo o processo de pesquisa.

A fim de se responder a esta questão, delineou-se uma estratégia de investigação que implicou conhecer quem são actualmente os residentes nas AUGI, quais os principais problemas sociais e urbanos vivenciados nestes territórios, principalmente ao nível da carência de espaços públicos de qualidade, sejam edificados ou naturais, planeados ou informais; quais as necessidades e expectativas dos residentes face a futuras intervenções a desencadear nestes locais. Dadas as conhecidas fragilidades destes territórios, que têm levado, por exemplo, ao isolamento dos residentes, principalmente dos mais idosos e ao afastamento das gerações mais novas, procura-se perceber se as respostas provisórias (hipóteses) a esta questão podem ser corroboradas ou não, a saber: i) As intervenções em espaços públicos nas AUGI quando orientadas/pautadas para/pela melhoria da qualidade de vida dos residentes podem reforçar o sentido de identidade e de coesão social nestes bairros/nestas áreas urbanas; ii) As intervenções em espaços públicos nas AUGI podem reforçar a identidade na medida em que conseguem suscitar memórias e favorecer as relações de sociabilidade entre os moradores.

No processo investigativo desencadeado começou por se efectuar uma reflexão e discussão em torno do conceito de Bairro, atendendo às suas dimensões sócio-espaciais, tendo como referencial empírico duas Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Neste contexto de análise privilegiou-se na investigação que aqui se apresenta as componentes arquitectónica, urbanística e social, tendo-se conferido especial destaque às relações que as pessoas estabelecem com o lugar que habitam.

As AUGI (Áreas Urbanas de Génese Ilegal), anteriormente designadas por bairros clandestinos, conheceram um maior recrudescimento sobretudo nos anos 60, como consequência dos fortes movimentos migratórios do interior e zonas rurais do país para algumas cidades, principalmente para alguns concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, provocando um crescimento na procura de habitação por parte de famílias e pessoas que almejavam ter casa própria com algumas comodidades mas que, por razões sócio-económicas, não poderiam aceder a um lugar no centro da cidade, ocupando assim as periferias. Esta ocupação espontânea e sem planeamento, direccionou todos os cuidados e preocupações das pessoas para a construção das suas futuras habitações, sem que houvesse qualquer controlo, por parte das entidades competentes, por outro lado, descurou-se o espaço público dessas áreas, que se assume como espaço intersticial entre os lotes, (des)caracterizado principalmente pela falta ou insuficiência de infra estruturas, equipamentos e/ou espaços verdes, que inviabilizam, de certa forma, a vida pública e as interações sociais entre moradores.

A escolha do objecto de estudo foi influenciada por uma visita a uma favela Brasileira, durante um intercâmbio no Brasil, pelo contacto directo com os seus habitantes e as suas vivências.

Para além disso, na unidade curricular de Laboratório de Projecto VI, leccionada pelo professor Arq. Pedro Rodrigues, houve oportunidade de visitar uma AUGI da Área Metropolitana de Lisboa, de conhecer de perto as principais características e contornos de uma AUGI, bem como as suas carências e potencialidades. Ficou claro que estas zonas merecem uma maior atenção, pelo que faltam respostas eficientes que melhorem a qualidade de vida das suas populações. Desta forma, a vontade de evidenciar a dimensão social do urbanismo e da arquitectura associada à crença de que os planos e projectos devem privilegiar as pessoas, constitui uma motivação pessoal para a realização desta investigação.

O presente estudo tem como objectivos gerais: a) estudar as Áreas Urbanas de Génese Ilegal, as suas principais características e carências; b) entender como os residentes vivem o lugar, quais as suas práticas e quais as rotinas que os caracterizam; c) compreender qual o papel da memória face ao lugar e de que modo essa dimensão estrutura as vivências actuais; d) perceber de que modo o Planeamento Urbano e a Arquitectura podem contribuir para a valorização dos bairros urbanos e e) analisar o conceito de qualidade de vida e os seus indicadores, tendo por referência as AUGI.

Estes objetivos foram alvo de um processo de especificação, tendo-se delimitado como objetivos específicos, os seguintes: i) perceber qual a imagem que os residentes têm sobre o seu bairro; ii) analisar as relações passado-presente e a sua relação com as necessidades e aspirações actuais, nomeadamente culturais e recreativas coletivas; iii) indagar sobre a importância da rua como espaço de sociabilidade; iv) perceber de que modo as relações de vizinhança podem (re)activar as referências identitárias positivas face ao bairro e por último, v) delinear pistas sobre como intervir sobre o espaço público das AUGI, de modo a qualificar o lugar e contribuir para o aumento da qualidade de vida dos seus habitantes com virtualidades.

Por fim, pretende-se com esta investigação, chegar a pistas claras sobre como intervir sobre as AUGI, atendendo às características de vida de bairro, possibilitadoras de relações de identificação e de sentimentos positivos face ao lugar em que se habita.

Constituem referenciais empíricos desta pesquisa, o bairro Casal Novo, no concelho de Odivelas e o bairro dos Peões, no concelho de Cascais, duas AUGI com algumas semelhanças, nomeadamente em termos de carências a nível de espaço público de qualidade, mas também com características dissemelhantes em termos de localização, morfologia, tipologia e dimensão.

A investigação abrange uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos, tendo-se utilizado uma diversidade de técnicas de recolha de informação como a análise documental e cartográfica. Realizaram-se, ainda, entrevistas individuais e em grupo e inquéritos por questionário complementados por importantes conversas informais com os moradores e com as instituições e serviços com intervenção nos bairros do Casal Novo (Odivelas) e dos Peões (Cascais), tais como Câmaras Municipais e Associações de moradores, de modo a perceber necessidades, carências e potencialidades, assim como, as estratégias de intervenção adoptadas e previstas para estes territórios.

A organização desta dissertação estrutura-se em 7 capítulos, sendo o presente, o primeiro.

O segundo capítulo apresenta uma abordagem às AUGI, com um breve enquadramento legal e reflexão sobre as suas principais características e carências. Expõe-se, no capítulo terceiro, uma abordagem ao conceito de bairro e tudo o que lhe é inerente, analisando as suas componentes arquitectónica, urbanística e sociológica e por conseguinte as relações que a população desenvolve com o lugar que habita. O quarto capítulo contém as referências teóricas que englobam temáticas complementares, consideradas, à partida, úteis e indispensáveis à compreensão da influência do espaço nas interacções sociais. São elas: a memória, individual e colectiva, e a identidade.

A importância do espaço público na sociedade e a temática da qualidade de vida, seus indicadores e de que forma o arquitecto, através do espaço público, pode contribuir para a sua promoção, são aspectos que são questões integrantes do capítulo quinto.

No sexto capítulo analisam-se três casos que servem de referência ao esboço de estratégias de intervenção, pelas características e contornos dos seus espaços públicos, de qualidade ou não. O último capítulo contém a análise centrada sobre os dois bairros, Casal Novo e dos Peões, relativa às principais características da população, às suas percepções sobre o bairro e às suas necessidades ao nível dos espaços públicos, especialmente. Ao longo desta análise vão-se fazendo apontamentos conclusivos. A terminar, expõe as soluções estratégicas, específicas para cada caso, devidamente justificadas pela anterior análise.





## Capítulo 2 DOS LOTEAMENTOS CLANDESTINOS ÀS AUGI

Ergue-se aérea pedra a pedra  
a casa que só tenho no poema.  
A casa dorme, sonha no vento  
a delícia súbita de ser mastro.  
Como estremece um torso delicado,  
assim a casa, assim um barco.  
Uma gaivota passa e outra e outra,  
a casa não resiste: também voa.  
Ah, um dia a casa será bosque,  
à sua sombra encontrarei a fonte  
onde um rumor de água é só silêncio.

Eugénio de Andrade, *Metamorfoses da Casa*, 1964

O presente capítulo procura fazer uma abordagem teórica pelo fenómeno dos loteamentos e construção clandestina. Inicia-se com um breve enquadramento sócio-histórico, passando pela legislação destinada a estas situações. Segue-se uma referência à forma como as AUGI se desenvolveram e influíram na Área Metropolitana de Lisboa e termina-se este capítulo com um estudo sobre a caracterização dos espaços públicos nestas áreas, uma vez que essa investigação vai ter grande relevo ao longo do trabalho para explicar o fortalecimento ou enfraquecimento do processo de identificação população-bairro.

### 2.1. BREVE ENQUADRAMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DO FENÓMENO

Com a revolução industrial, a partir do final do século XVIII, o grande desenvolvimento tecnológico e económico proporcionou um crescimento muito acelerado dos grandes centros urbanos. A maneira como isso se repercutiu no território teve algumas variações consoante os diferentes contextos socioeconómicos, políticos e territoriais de cada cidade e respectivo país.

A passagem de uma sociedade rural para uma sociedade urbana e de produção mecanizada, devido essencialmente ao grande desenvolvimento científico e técnico e à disponibilidade do vapor como uma nova fonte energética, possibilitou o crescimento da actividade económica a um ritmo bastante acelerado. Houve um grande investimento a nível de infraestruturas e meios de transporte, tornou-se muito mais fácil e rápido percorrer determinadas distâncias e por isso também o acesso às matérias-primas ficou facilitado. Assim, alguns aglomerados urbanos, em torno dos grandes centros de actividade económica, expandiram-se e passaram a cidade, tendo-se assistido igualmente à génese de novas cidades. Com isto, a movimentação e fixação demográfica que assolou estas novas cidades atingiu grandes níveis de intensidade, o

que acarretou grandes consequências a nível da qualidade de vida urbana e da oferta de alojamentos, uma vez que a oferta de habitação não acompanhou proporcionalmente o grande crescimento demográfico. António Barreto (1996: 35) sintetiza muito bem as principais mudanças que marcaram o nosso país ao longo do século XX;

Tal como noutros países, [em Portugal] a industrialização e a terciarização conheceram fortes impulsos, a diminuição da população rural e agrícola atingiu valores significativos, intensificaram-se as migrações dos campos para as cidades. O produto interno cresceu a taxas inéditas, aliás não repetidas ulteriormente. Diminuíram as taxas de natalidade e de mortalidade infantil. Tudo como noutros países, uma vez mais. Mas mais tarde e a ritmos mais acelerados.

Ao longo das décadas de 60, 70 e 80 do séc. XX, intensos movimentos migratórios fizeram com que as populações se redistribuissem pelo território nacional, de acordo com as oportunidades de emprego e fixação de investimento. Face à inexistência de políticas de planeamento do território e incapacidade dos órgãos de decisão política para encontrar soluções para a grande pressão demográfica que se fazia sentir, a resposta à grande necessidade de habitação foi a ocupação clandestina dos territórios.

Em Portugal o processo de urbanização caracterizou-se pela dispersão nas zonas periféricas das grandes cidades onde uma cultura de matriz rural encontrou condições de reprodução. Os migrantes, provindos do interior, caracterizam-se pela posse de baixos níveis de instrução e formação pelo que a sua inserção no mercado de trabalho é normalmente relacionada com actividades precárias e pouco qualificadas. Deste modo, a construção de uma habitação pelas suas próprias mãos e a sua propriedade, significa realização pessoal e familiar para estas pessoas, pelo que se sentem seguras e independentes neste espaço que lhes oferece privacidade. Com isto, conseguem garantir a continuidade do património que um dia será herdado pelos seus descendentes. António Fonseca Ferreira (1984) constata que a população que está na origem deste fenómeno, de uma forma geral, é caracterizada por ser maioritariamente natural de um meio rural, que é associado a algumas contrariedades e esperanças de promoção profissional que podem afectar o abandono da sua terra natal e onde a casa parece assumir um lugar privilegiado.

Numa altura em que a oferta de habitação para a grande maioria da população que então chegou a toda a Área Metropolitana de Lisboa, com menos recursos económicos, era bastante reduzida, as alternativas encontradas pelas pessoas para esta carência foram por um lado a criação de uma série de bairros de barracas e, por outro, a génese de uma primeira geração de bairros clandestinos. De acordo com Fonseca, citado por Malheiros (2009:67), é de notar que “numa primeira fase do ciclo de vida profissional e familiar, muitas dessas pessoas encontravam residência em casa de familiares ou em quartos e “partes da casa” arrendados no centro, a preços relativamente modestos”. Assim, foram surgindo pequenos enfiamentos muito dispersos de construção clandestina que ainda hoje devem a sua singularidade a lógicas e dinâmicas sociais e económicas com um sentido específico de propriedade e condições de economia familiar, relações familiares e de vizinhança assentes em modos de vida entre o rural e o urbano. Estes aglomerados apresentavam, no entanto muitas carências a nível de saúde

pública, sem infra-estruturas e sem saneamento básico. Normalmente é mais tarde, quando as pessoas já conseguem alguma estabilidade profissional, que a procura de melhores condições habitacionais, de mais espaço e de casa própria vai ser um dos principais motivos impulsionadores da criação de bairros clandestinos.

Este fenómeno não é completamente homogéneo, sendo possível evidenciar vários tipos de processos clandestinos, a saber: i) a construção ilegal promovida pelos proprietários de parcelas legais sem a devida autorização da administração; ii) os loteamentos clandestinos, áreas rústicas loteadas por promotores privados para estabelecimento de novos conjuntos habitacionais, onde se verifica um misto de população com primeiras e segundas residências; iii) os fenómenos de invasão, em terreno público ou privado, ocupados ilegalmente por terceiros que lá constroem de forma espontânea – como por exemplo o bairro da Cova da Moura; iv) o fraccionamento fraudulento, seguido de venda, de terrenos do domínio público – como por exemplo o bairro da Fonte da Telha, que foi objecto de demolição parcial na década de 80; v) e os clandestinos em zona de lazer, os quais se fixam em terrenos de domínio público marítimo e em parques e reservas naturais, e lá erguem construções precárias de madeira ou alvenaria - surgiram diversos núcleos no litoral, mas com maior significado na península de Setúbal, na Caparica e Portinho da Arrábida, tendo sido, em 1987, objecto de medidas repressivas (Craveiro, 2010:41-42).

Mas também é possível identificar diferentes tipos e propósitos de construção clandestina: i) habitação própria – construções não licenciadas de tipo de moradia unifamiliar de 1 ou 2 pisos, em regime de residência própria e permanente dos proprietários; ii) habitação plurifamiliar – construções não licenciadas, de edifícios colectivos, em geral de diversos pisos (mais frequentemente de 3 e 5 pisos), em regime de arrendamento; iii) habitação secundária – moradias unifamiliares, utilizadas inicialmente como residência secundária, tornando-se mais tarde permanente aquando da reforma ou para segunda geração; iv) e indústria – edificações não licenciadas para uso industrial (Craveiro, 2010:42).

A bibliografia sobre esta temática revela que a maior diferença entre os processos de ocupação legal e ilegal do território assenta sobretudo sobre o processo de urbanização e construção. Enquanto que no processo legal é necessária uma aprovação do loteamento, por parte das entidades institucionais responsáveis pelo planeamento e ordenamento do território (câmaras municipais), no sentido de controlar a existência de infra-estruturação básica bem como outros factores urbanos importantes para a harmonia de uma cidade e seus cidadãos, no processo ilegal, uma vez que a prioridade é a construção da casa, só mais tarde vem a preocupação em resolver problemas de infra-estruturas. Segundo Soares (1984:24-25), o terreno rústico adquirido pelo promotor era loteado, vendido em regime de compropriedade e a construção da moradia ficava a cargo do comprador. Inversamente ao processo legal, a construção clandestina seguia o processo: loteamento, construção e só posteriormente infra-estruturação, o que tornava o loteamento muito mais barato face ao legal e favorecia a coexistência de diferentes usos por não ter uma política de solos implícita.

## 2.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Para melhor compreensão deste processo marcado por complexidades e ambiguidades, parece oportuno apresentar uma síntese sobre a evolução legislativa que procura enquadrar o fenómeno.

Segundo Rolo, a produção legislativa e regulamentar em matéria de uso, transformação e controlo do solo, surge em resposta à conjuntura socio-urbanística que caracterizou as décadas de 1950 e 1960 (2009:135). Sidónio Pardal (2009) acrescenta que como consequência da emissão do Decreto-Lei nº 46 673 de 29 de Novembro de 1965 que veio por sua vez substituir o anterior Decreto-Lei nº 33 921, de 5 de Setembro de 1944, surgiram os primeiros loteamentos de génese ilegal em Portugal, nos anos 60 (2009:32).

Convém relembrar que a política de solos de Duarte Pacheco, anterior a 1944, permitia que se expropriasse terrenos rústicos para que o município procedesse à urbanização fazendo uma retenção total das “mais-valias em resultado da venda em hasta pública dos lotes infra-estruturados”. Este procedimento era considerado por muitos, abusivo e após a morte de Duarte Pacheco surgiu a lei de 1944 que dita que a competência de promover a urbanização é exclusiva dos municípios, sendo que os proprietários dos solos rústicos que vão ser urbanizados beneficiam até 20% das mais-valias simples enquanto o município retém pelo menos 80% dessas mesmas mais-valias (idem, ibidem).

Assim, os estudos eram coordenados e desenvolvidos pelos Serviços do Estado, onde se fazia escola. Para Pardal (2009:33), o desenho urbano imperava em detrimento dos regulamentos abstractos e o ambientalismo instrumentalizado como uma ideologia feita para manipular as consciências e capturar o poder sobre a economia do território, deixando à solta, sem controlo, as verdadeiras questões ambientais.

Com a aprovação do Decreto-Lei nº 46 673 de 29 de Novembro de 1965 iniciou-se uma abordagem do tema através de uma disciplina da intervenção das autoridades, nas operações de loteamento urbano. A lei passou a permitir loteamentos de iniciativa privada, mas não conseguiu impedir a propagação dos loteamentos clandestinos. De acordo com Rolo (2009:136) “Os prédios rústicos passam a ser divididos em novos prédios rústicos legalmente sem capacidade edificatória, geralmente com dimensão reduzida, mas eles são todavia transaccionados como lotes para construção”.

Só em 1973, com a alteração do Regime do Licenciamento Urbano (Decreto-lei nº 289/73 de 6 de Junho), a venda de parcelas rústicas, como lotes individuais para construção fica impedida. No entanto, não deixa de permitir, como contorno à lei, o fracionamento de prédios rústicos em “avos”, o que favoreceu e encorajou o loteamento e construção clandestinos.

Segundo Helena Rolo (2009:136), em 1976 foram criados dois novos instrumentos legislativos: i) O Decreto-Lei nº 275/76 de 14 Abril, que apresenta a Posse Administrativa dos terrenos parcelados ilegalmente como objecto de repressão à construção clandestina e uma nova Lei de Solos que estabelecia o direito por parte dos municípios à expropriação de terrenos loteados ilegalmente; mais tarde, ii) a 6 de Novembro de 1976 é publicado o Decreto-Lei nº 804/76 que

assume o clandestino e prevê três soluções alternativas para as construções ilegais, sendo elas a legalização, a manutenção temporária ou a demolição. Apesar desta nova legislação, as situações de parcelamento ilegal em “avos” dos solos rútricos ainda continuará a acontecer e só em 1984, com o Decreto-Lei 400/84 de 31 de Dezembro, aparece o Regime de Licenciamento Urbano, que inviabiliza a venda de avos indivisos e emite, como medida preventiva, uma declaração de nulidade de todos os actos que tinham como objectivo o aumento do número de compartes. Foi, no mesmo ano, publicada a Portaria nº 243/84 de 17 de Abril que veio definir e fixar as condições mínimas de habitabilidade exigíveis em edifícios clandestinos passíveis de recuperação (idem, ibidem).

Na década de 80, a publicação de legislação relativa aos Planos Directores Municipais, às Redes Energéticas Nacionais, às Áreas de Desenvolvimento Urbano Prioritário e às Áreas de Construção Prioritária contribuíram para a consolidação da cultura de planeamento urbanístico e em 1990, época de relativa tranquilidade no país, surgiu então uma nova postura face ao “clandestino” (idem, ibidem).

Em 1993 foi elaborado o Plano Especial de Realojamento, que permitiu o realojamento das populações que viviam em situações sociais e habitacionais de maior precariedade e em 1995, a 2 de Setembro é criada a Lei das AUGI, lei nº 91/95 de 2 de Setembro, que introduz o conceito de AUGI. Esta lei surge como um instrumento fundamental na regulação dos processos de reconversão das AUGI e vem impulsionar e motivar todos os agentes intervenientes a participar nestes processos, na medida em que atribui aos particulares a responsabilidade primeira da reconversão, tendo implícito o direito a permanecer no lugar, à legalização da ocupação e à sua reconversão. A comparticipação das despesas de reconversão é assim atribuída aos proprietários ou comproprietários.

Nas áreas de loteamento ou construção ilegal classificadas como espaço urbano ou urbanizável no respectivo Plano Municipal de Ordenamento do Território, a operação de reconversão poderá abranger a sua totalidade, desde que a maior parte da área abrangida pela operação esteja assim classificada e que a área que não classificada como urbana ou urbanizável, esteja preenchida por habitações próprias e permanentes, com condições de salubridade e de segurança mínima. No que a este aspecto diz respeito, a lei permite aos municípios uma certa flexibilidade na delimitação, uma vez que muitas destas áreas estão localizadas em territórios pertencentes à REN, RAN, etc., ou em zonas consideradas, pelo Plano Municipal de Ordenamento do Território, como não urbanas. Segundo a lei, o objectivo da reconversão é assegurar soluções que permitam índices mínimos de habitabilidade e acesso a serviços básicos e equipamentos e esse processo pode ser de iniciativa de particulares ou do município.

Assim, relativamente às construções existentes nas AUGI, a lei determina que estas só poderão ser legalizadas em conformidade e após entrada em vigor da operação de loteamento ou de plano de pormenor, dependendo ainda do preenchimento das condições de habitabilidade mínimas e da prova dos pagamentos devidos dos encargos de reconversão do lote em questão.

O regime de administração das AUGI deve ser realizado através de uma administração conjunta constituída por uma assembleia de proprietários e comproprietários, uma comissão de administração e uma comissão de fiscalização. Estas devem: organizar e orientar todo o processo de reconversão; controlar todas as cobranças de comparticipações por parte dos proprietários ou comproprietários, para proceder a todo o processo de reconversão; celebrar todos os contractos necessários à realização do processo; assumir responsabilidade jurídica; representar os titulares dos prédios integrados nas AUGI, em todos os aspectos (financeiros, jurídicos e institucionais); prestar colaboração com a Câmara Municipal; e cumprir as deliberações da assembleia. Para Isabel Raposo (2012: 118) esta lei pauta-se pelo fraco sucesso ao nível da conclusão dos processos de reconversão.

### 2.3. AS AUGIS NA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

Segundo um estudo realizado por Isabel Raposo e outros investigadores (2011) verifica-se uma dimensão significativa e uma certa persistência do fenómeno urbano de génese ilegal (sem contar com os bairros de ocupação), sobretudo na Área Metropolitana de Lisboa (AML), abrangendo 4% do seu território total, sendo que esse valor é da ordem dos 25% no município de Odivelas. Mas na verdade este fenómeno de clandestinidade distribui-se disformemente um pouco por toda a AML. A distribuição espacial das AUGI opera-se não só com base na proximidade à capital e consequente facilidade de acesso, mas também na disponibilidade de terrenos considerados rústicos, de baixo custo, e no nível de permissividade de cada município à evolução do fenómeno. Também a variação da morfologia e da estrutura fundiária dos terrenos em causa determina as diferentes formas de apropriação do espaço e ocupação do solo dos Territórios de Génese Ilegal (TGI), enquanto noção mais abrangente usada por Raposo.

Os dados sobre o número de AUGI na AML, levantados e divulgados em 1997, pela então Direcção Geral de Ordenamento do Território, dão conta do esforço de delimitação das AUGI por parte dos municípios da AML na sequência da Lei de 91/95 e reflectem a situação imediatamente posterior à fase de delimitação (embora nem todos os municípios tenham respondido a esta fase de delimitação): foram recenseadas 603 Áreas Urbanas de Génese Ilegal na AML e cerca de 2845 ha de solo consumido por AUGI. (Rolo, 2009:137)

No entanto, o levantamento elaborado por Rolo em 2005/2006 para a sua dissertação de mestrado, identifica um número superior, 1291 AUGI consumindo 9090 ha de área territorial da AML, dividindo-se equilibradamente pelas duas margens (cerca de 4000 ha na margem norte, e cerca de 5000 ha na margem sul).

Ainda assim, mais tarde Isabel Raposo (2011:128) no estudo já referenciado, conclui que o total das situações recenseadas ocupam uma pequena percentagem da AML, 3,5%, no entanto, quando se consideram os espaços urbanos e urbanizáveis, o valor apresenta-se mais relevante, cerca de 12%. Com efeito, nas zonas periféricas, cujos territórios são maioritariamente ocupados por este fenómeno, o crescimento urbano não tem tido a devida

atenção uma vez que não se encontra eficazmente enquadrado pelos instrumentos jurídicos e urbanísticos nacionais criados no sentido do seu controlo e ordenamento.

Para um melhor enquadramento do fenómeno, apresenta-se, de forma sucinta, uma comparação geral do fenómeno nas margens Norte e Sul da AML. Na Margem Sul, os bairros clandestinos desenvolvem-se principalmente a partir de 1965, pela falta de legislação que os impedisse e pelas novas acessibilidades como a Ponte 25 de Abril. Esta zona é caracterizada pela sua estrutura fundiária de parcelas de grande dimensão com configuração regular, topografia suave com solos arenosos. Caracteriza-se também pela existência de uma série de áreas protegidas (Malheiros, 2009:68).

Na Margem Norte predomina a existência de vales estreitos, ribeiras e cabeços e é organizada segundo uma estrutura fundiária constituída por parcelas de pequenas dimensões, com uma configuração irregular. Também por isso o tipo de bairros clandestinos é muito mais diversificado. Pode verificar-se a existência de vários pequenos núcleos que quando aglutinados geram manchas territoriais contínuas de uma dimensão muito maior, como a que se verifica na coroa norte de Lisboa Norte, onde se situa Casal de Cambra, antigo bairro clandestino que ocupa uma área de cerca de 250ha; concelhos como Cascais e Odivelas têm um elevado número de bairros clandestinos. As áreas ocupadas constituem normalmente os limites administrativos dos respectivos concelhos sobre os quais há um menor controlo e por vezes sobre terrenos de risco em termos geomorfológicos, com declives acentuados e uma composição geológica favorável ao deslizamento dos terrenos (Malheiros, 2009:68).

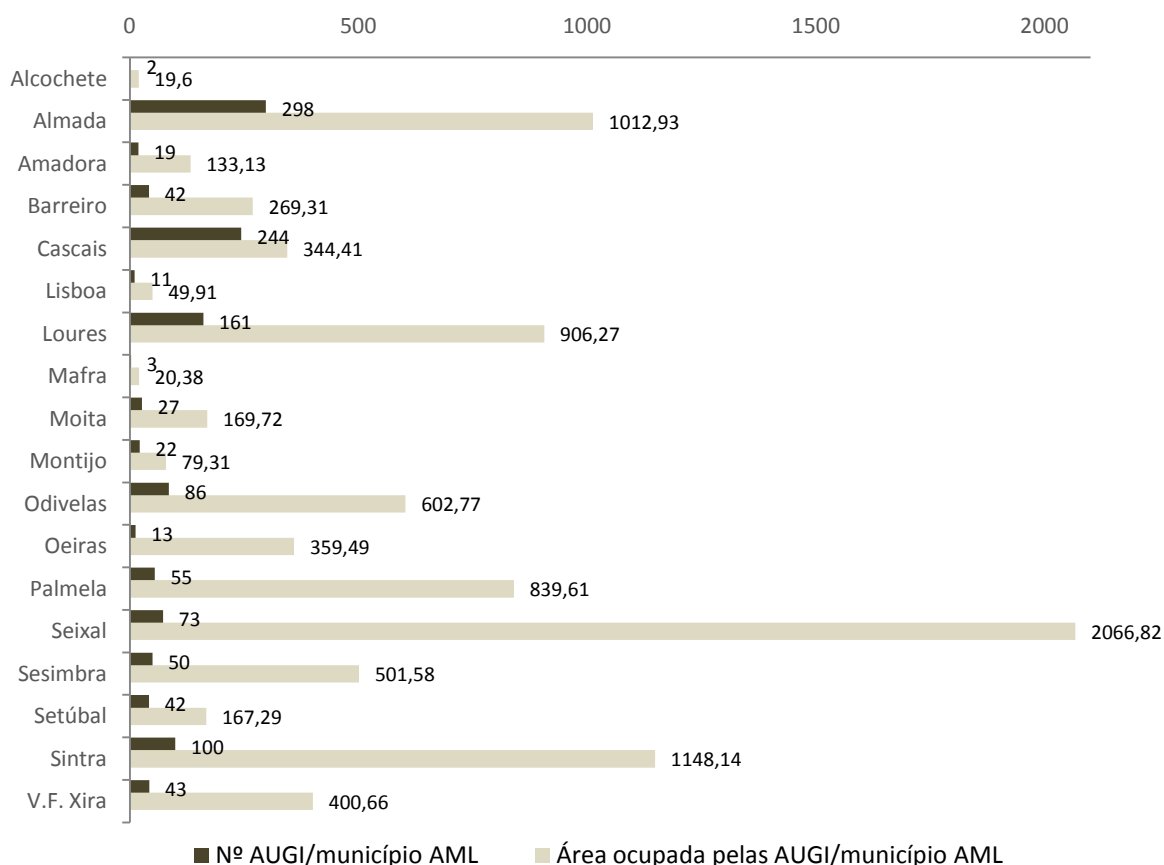
De acordo com Malheiros (2009: 67), enquanto a primeira geração de “clandestinos” tem a ver com o “abandono do modelo económico, que era relativamente desconcentrado do ponto de vista espacial e que não assentava, de forma tão clara, na indústria”, na segunda metade da década de 70, depois da Revolução de Abril, a descolonização, as expectativas relativas à posse de uma segunda residência e o profundo processo de reorganização político-administrativa por que o país passou na altura, justificam uma segunda geração de clandestinos que conhece o seu maior expoente em meados da década de 70 e na primeira metade da década de 80 do séc. XX. Jorge Malheiros aponta ainda algumas características que distinguem esta “clandestinidade” da anteriormente exposta, entre elas um “*up-grade* social da população”, operários mais qualificados, trabalhadores por conta própria, pessoas que até então viviam em casas ou partes de casa arrendadas e só nesta fase optam pela construção de moradias para a família nestes terrenos mais vulneráveis e com um valor muito mais baixo, clandestinos. Para além disso as migrações internas diminuem, mantendo-se apenas ainda algumas movimentações de retornados e de imigrantes das antigas colónias de África.

A situação das AUGI na AML em 2005/2006 apresentava a seguinte configuração segundo Helena Rolo (2009:138): 3,3% do território da AML estava ocupado por AUGI, ainda que uma parte do território parcelado ilegalmente continue ainda por ocupar, especialmente na Margem Sul; 80% das AUGI foram delimitadas na fase imediatamente posterior à publicação da Lei das AUGI, em 1995; do total das AUGI delimitadas, 15 % não iniciaram o processo de reconversão e 30% têm título de reconversão já emitido; a área média das AUGI é de 7 ha; 88% das AUGI são consideradas como “áreas a recuperar” nos respectivos Planos Municipais

Ordenamento do Território; apenas 12% das AUGI se localizam fora das áreas urbanas ou urbanizáveis dos respectivos municípios; 70% das AUGI são situações de compropriedade em avos indivisos; 97% das AUGI apresentam como tipologia habitacional dominante, a moradia; cerca de 50% das AUGI possui a totalidade das infraestruturas básicas implementadas.

No estudo coordenado por Raposo (2011) constata-se uma certa divergência entre o número de AUGI e a área territorial correspondente em cada município da Área Metropolitana de Lisboa. Pode observar-se que é no município de Almada que existe o maior número de AUGI, em contrapartida é o município do Seixal que vê ocupada, por este tipo de áreas urbanas, uma maior área territorial (ver gráfico 1).

**Gráfico 1-** Número de AUGI e área ocupada pelas mesmas, por Município na AML



Fonte: Levantamento realizado por Raposo et al. (2011) nos serviços municipais da GAML entre Março 2008 e Setembro de 2009

Raposo et al. (2011) apresenta uma tipologia de levantamento de informações relativa ao enquadramento da reconversão dos Territórios de Génese Ilegal, englobando a delimitação de polígonos AUGI, os processos de reconversão e a emergência de novas situações. Todo este



processo tem como referência a Lei de 1995 e as classificações municipais evidenciadas nos discursos e esclarecimentos dos técnicos entrevistados.

A equipa procedeu ao levantamentos sistemático de todas as situações nos serviços municipais, estabelecendo critérios que permitem ordenar a diversidade de situações que existem hoje na Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML) consultando cada processo existente, iniciado (em curso ou parado) e concluído.

Para Raposo (2011), devido às diferentes formas de gestão dos municípios relativamente aos processos de reconversão das AUGI – alguns casos com um único processo abrangente outros com vários - procedeu-se ao levantamento por processo de reconversão e não apenas por polígono, o que permitiu um maior rigor no conhecimento da fase em que se encontra cada território.

Assim, a autora refere que foi possível distinguir e espacializar as diversas situações de reconversão das AUGI, espacializar e diferenciar as delimitações dos polígonos das AUGI e de outras situações territoriais de génese ilegal. Devido às diferenças no processo de investigação e levantamento, os dados que aqui se apresentam diferem um pouco dos apresentados por Rolo (2006) devendo olhar-se para as duas análises numa perspectiva de complementaridade. Normalmente, cada processo corresponde na sua totalidade a um polígono AUGI. Acontece que se verificou que em três municípios da Margem Norte - Amadora, Sintra e Cascais - os processos não abrangiam a totalidade do território ocupado pelo respectivo polígono nalguns casos, e noutros casos são inclui-se vários processos que ou ocupavam a totalidade do polígono ou apenas abrangiam uma parte.

Já na Margem Sul, nos municípios do Seixal e de Almada foram identificadas situações não delimitadas como AUGI que incluem mais do que um processo, abrangendo a totalidade da situação territorial em alguns casos, e noutros, apenas parte.

De acordo com Raposo (2011:130-138), podem distinguir-se algumas situações, no que diz respeito à existência de processo de reconversão, ou a falta dele, e o seu estado actual. Foram levantadas 2217 situações, evidenciando-se certa complexidade e diversidade de situações, a saber:

1. *Situações delimitadas como AUGI*: no total contabilizaram-se 1489 situações delimitadas como AUGI
  - 1.1. *AUGI sem processo de reconversão*: Representam 17,9% dos 1489 totais.
  - 1.2. *AUGI com processo de reconversão*: Contabiliza-se um total de 1219 situações, portanto 81,9% da totalidade.
2. *Situações não delimitadas como AUGI*: no total, foram contabilizadas 728 situações não delimitadas como AUGI.
  - 2.1. *Situações com título de reconversão anterior à Lei de 91/95*: Quase metade, 45,0%, destas situações obtiveram título de reconversão antes da Lei pelo que correspondem a 14,8% das 2217 situações levantadas.

- 2.2. *Situações com processo de reconversão fora do quadro da Lei de 91/95:* No total, a maioria das situações, 59,9%, já tem processo de reconversão não enquadrado pela Lei AUGI, correspondendo a 4,9% do total das 2217 situações identificadas.
- 2.3. *Situações sem processo mas susceptíveis de reconversão:* Regista-se um total de 55 casos relativos a estas situações.
- 2.4. *Situações insusceptíveis de reconversão:* Regista-se um total de 77 casos relativos a estas situações, 3,5% das 2217 identificadas
- 2.5. *Situações de novos Loteamentos Clandestinos*  
Regista-se um total de 86 casos relativos a estas situações, 3,9% das 2217 situações identificadas.

Sinteticamente, interessa sublinhar que a Lei acelerou o processo de reconversão dos loteamentos de génese ilegal na AML, tendo-se obtido, nos catorze anos após a sua publicação, uma percentagem ligeiramente superior de títulos de reconversão em relação aos que se obtiveram nos cerca de trinta anos antes da Lei; em relação ao total das situações levantadas contabilizam-se cerca de 21% de situações com título de reconversão obtidos no quadro da Lei AUGI, contra 14,8% antes da Lei. Note-se que nos mesmos catorze anos depois de 1995, obtiveram o título de reconversão, sem enquadramento pela Lei das AUGI, mais 4,9% do total das situações analisadas, testemunhando a vontade de reconversão independentemente da Lei excepcional.

#### 2.4. ESPAÇO PÚBLICO NAS AUGI

Como foi referido anteriormente, a população que originalmente veio residir nas AUGI era na sua grande parte oriunda de meios rurais. Como tal, os seus hábitos e modos de vida relacionam-se estreitamente com as suas origens, experiências de vida e aprendizagens. Assim, de acordo com Jorge (2010), as suas aspirações passam pela posse de um terreno e aquisição ou construção de habitação própria.

As habitações de dimensões reduzidas que caracterizavam os meios rurais, bem como a falta de privacidade, quando os membros do agregado familiar eram muitos relativamente ao espaço habitacional que tinham que partilhar, parecem estar na origem destas aspirações em torno da procura por espaço e privacidade, essencialmente aliada à busca de melhores condições sócio-económicas.

Outro requisito para a fixação destas populações parece ser o contacto com a natureza, na medida em que a maioria dos loteamentos de génese ilegal apresenta uma moradia com quintal. No centro das grandes cidades, na época da expansão deste fenómeno e destas migrações, praticavam-se preços mais elevados e notava-se uma grande falta de oferta habitacional. Por outro lado, as periferias tinham maior proximidade com o meio rural, e lá se encontravam as condições necessárias para a construção do que esta população realmente ambicionava. Por isso, de acordo com Ferreira et al, citado por Jorge (2010:148) na adaptação

à cidade, os residentes do clandestino não pretenderam “urbanizar o rural”, mas sim “ruralizar o urbano”, de acordo com o seu *habitus*.

Segundo Jorge (2010), por trás destas ambições conseguem perceber-se valores simbólicos que assentam na noção de património e num imaginário rural em que o retorno às origens revela muita importância. Uma vez que a principal preocupação assentava sobre o espaço privado, não houve qualquer intenção sobre o espaço público e este acaba por representar o vazio que resulta do espaço intersticial entre as habitações ou lotes privados. Assim, “as populações tinham o sonho de construir uma casa, não ambicionavam construir cidade, o que condiciona a relação entre o individual e o colectivo, entre o espaço privado e o espaço público” (Jorge, 2010:148)

Obviamente que as intervenções no espaço privado têm influência sobre a percepção do espaço público. São exemplo os muros de vedação, elementos muito utilizados pelas populações das AUGI na delimitação da sua área privada, mas também a cor, a textura ou materialidade do edificado bem como as cercas do mesmo, interferem visual e sensorialmente com o espaço público.

Desta forma, tendo em conta as características intrínsecas dos espaços públicos e o tipo de sociabilidades que estas permitem e provocam, Levy, citado por Castro (2002: 58), desenvolve o conceito de “espaço público incivil” para definir e distinguir alguns espaços que são efectivamente públicos mas que apresentam algumas falhas como “falta de serviços públicos e equipamentos; tratamento estético inexistente ou medíocre; não reconhecimento das especificidades locais; acessibilidade nula ou reduzida” (idem, ibidem). Este conceito parece muito pertinente quando se trata das AUGI, nomeadamente das suas vulnerabilidades.

Como refere Jorge (2010:145), “Os loteamentos clandestinos caracterizam-se pelo traçado ortogonal, de rápida implementação, alheios às características locais, nomeadamente topográfica.”

No caso dos loteamentos clandestinos, é notória uma intenção de embelezamento do espaço de entrada através de vedações, mais ou menos permeáveis, com mais ou menos adereços. Também se verifica o uso da cor, bem como a aplicação de material cerâmico (por exemplo azulejos), nas fachadas. No que diz respeito às tipologias, predomina a habitação unifamiliar de um, dois ou, no limite, três pisos, normalmente com garagem. Verifica-se a existência de algumas moradias plurifamiliares quando alguns pisos são arrendados para rentabilizar o espaço. Algumas apresentam ainda pequenos anexos, aproveitados muitas vezes pelos proprietários, também para arrendamento. Assim, neste caso, o espaço público é de certa forma determinado por estes factores. As pessoas têm geralmente espaço livre dentro do seu loteamento (quintal) e acabam por utilizar pouco o espaço exterior, tornando as relações sociais mais escassas ou inexistentes em certos casos.

Ao nível da habitação plurifamiliar assume-se como espaço público de excelência as partes comuns dos edifícios, como os acessos e espaços de circulação. É aí que os encontros mais ou

menos pontuais acontecem e onde se encontram condições para estabelecer relações de vizinhança mais ou menos intensas.

Como consequência da ocupação do solo e autoprodução de território, sem nenhum controlo ou planeamento institucionais, a aplicação de infraestruturas básicas, de equipamentos e serviços, vê-se dificultada, comprometendo de certa forma a qualidade de vida dos habitantes que se fixaram nestas zonas.

Actualmente há já algumas áreas deste tipo com dotação de infraestruturas, respondendo assim a uma das principais carências destas áreas. No entanto ainda se verificam muitas fragilidades no que ao espaço público diz respeito. É frequente a inexistência de passeios, ou quando existem apresentam deficiências; algumas ruas principais aparecem pavimentadas mas continuam a existir muitas outras por regularizar; praticamente não existem espaços públicos, cobertos ou livres, verdes ou edificadas e por conseguinte existe escassez de mobiliário urbano; o sombreamento que se verifica é decorrente da posição das habitações, existindo pouca arborização; no geral, as redes de transportes não são suficientes para o acesso relativamente rápido ao centro da cidade mais próxima.

Segundo Brandão (2008:18):

é o espaço que é fundador da forma urbana, o espaço “entre edifícios” que configura o domínio da socialização e da vivência “comum”, como bem colectivo da comunidade. Podendo em última análise, ser ou não de propriedade pública (e mesmo podendo ser não apropriável, como o espaço aéreo), os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceite.

À partida a qualificação dos espaços públicos nestes bairros clandestinos contribui para o desenvolvimento do processo de reconversão dos mesmos. Ainda assim, a maioria dos casos de reconversão efectivados parece passar pela legalização dos lotes em questão, pondo de certa forma, para segundo plano, a qualificação dos espaços públicos. Apesar disso, já se denota algum interesse quer da parte dos moradores (principalmente as gerações mais novas que demonstram já outro tipo de necessidades relativas a espaços públicos livres ou edificadas), quer das entidades institucionais no sentido da melhoria da qualidade de vida dos habitantes e por isso mais atentas às intervenções em espaço público.

De qualquer forma, “a cedência efectiva para o domínio público nem sempre corresponde à qualificação do espaço público” (Jorge, 2010:155) porque está maioritariamente condicionada pela localização geográfica e condições morfológicas do terreno (é raramente determinada pela estrutura urbana).

Destacam-se aqui, de acordo com Jorge (2010:153), alguns dos principais impedimentos ou barreiras à cedência efectiva: i) inexistência de terrenos livres dentro dos limites da área urbana de génese ilegal, estando todo o espaço loteado e construído; ii) falta de capacidade financeira dos proprietários para a aquisição de terrenos para cedência; iii) falta de interesse

dos proprietários na qualificação do espaço público, prevalecendo o interesse pelo espaço privado e uma urbanidade influenciada pelo *habitus* rural; iv) alguma desconfiança dos proprietários em relação aos serviços municipalizados sobre o destino das áreas que irão ceder, atrasando ou inviabilizando a cedência; v) intenção dos proprietários de venderem o(s) lote(s) que possuem, estando mais motivados pela rentabilização do seu terreno que pelas cedências para equipamentos e/ou espaços verdes.

No entanto, há algumas opções de intervenção no sentido da qualificação de espaço público, noutros espaços, já existentes no interior ou imediações destes loteamentos que já são eficazes na vida comum dos habitantes e podem ainda ser melhorados, como por exemplo as ruas, escadarias, cafés ou mercearias. Importa atentar a uma das recomendações que Jorge (2010: 155) evidencia: “as intervenções visando a qualificação do espaço público requerem o estudo das vivências e da qualidade destes lugares de encontro já apropriados pelos moradores.”

Nesta linha de pensamento, Borja (2003:9) salienta que o espaço público define a qualidade de uma cidade ao afirmar que não é só um indicador da qualidade urbana de uma cidade, mas também, um instrumento privilegiado na política administrativa para fazer cidade, servindo para clarificar periferias, renovar antigos centros, produzir novas centralidade, assim como, para coser e agregar tecidos urbanos, simbolizando também a qualidade de vida dos seus cidadãos e a qualidade de cidadania dos mesmos.

Pode assim afirmar-se que os bairros/áreas de génese ilegal resultaram principalmente da venda de grandes propriedades em avos, em que a necessidade da posse de uma habitação familiar condigna levou a que muitas pessoas, principalmente migrantes e retornados, que viviam em condições precárias de habitabilidade, muitas vezes em barracas, nos subúrbios dos grandes centros urbanos, optassem por esta solução, em conjunto com conterrâneos, vizinhos ou colegas de trabalho. Acresce que a falta de preocupação e consequentemente de legislação que impedisse tal fenómeno, não só não impediu como estimulou todo este processo que invadiu o território de forma descontrolada através da construção de pequenos aglomerados habitacionais com condições precárias de infraestruturas e saneamento.

Assim a publicação da Lei de 91/95 foi um grande passo para a iniciação dos processos de reconversão dos loteamentos clandestinos na Área Metropolitana de Lisboa. A Lei responsabilizou não só os municípios como também os proprietários, obrigando-os de certa forma a participar dos processos de reconversão e isso permitiu a aceleração na resolução de alguns processos. No entanto, catorze anos depois da publicação da lei, pode contabilizar-se cerca de dois terços das AUGI com título de reconversão ainda por obter, não esquecendo o número significativo de casos não susceptíveis de urbanização pertencentes a Áreas de Génese Ilegal, situações especiais, fora do quadro da Lei e dos Planos Directores Municipais, cuja análise deve ser aprofundada e a futura intervenção deve ser amplamente discutida (Raposo et al, 2011)

O levantamento exaustivo de todas as situações permitiu a distinção da grande variedade de casos tendo em conta a sua delimitação e estado de reconversão diferenciando numa primeira fase as situações AUGI das situações “Não AUGI”. Uma vez que estas últimas atingem cerca de

50% do total de situações identificadas (728 em 1489) percebe-se a dimensão deste fenómeno de génese ilegal e compreende-se ainda que a sua reconversão implica um leque de acções que não se esgotam na Lei das AUGI, cuja repercussão é demasiado vasta e generalizada para a grande complexidade e diversidade de casos que existem. Relativamente aos valores levantados sobre a existência de novos loteamentos, no município de Palmela, por exemplo, existem “outras situações de loteamento de génese ilegal, anteriores ou posteriores à lei, por delimitar e que requerem solução”. (Raposo et al, 2011: 147)

Convém relembrar as principais consequências que este fenómeno acarreta (Rolo, 2006: 29):

- a) Desordenamento do território e expansão dos aglomerados urbanos à custa do aparecimento de núcleos dispersos de urbanização. Numa segunda fase, na Margem Sul, emergiram graves problemas de degradação ambiental decorrente da ocupação de grandes áreas florestais e costeiras (habitação secundária);
- b) Ausência de estrutura urbana nos núcleos resultante da ocupação rápida e desordenada;
- c) Promiscuidade espacial causada pela coexistência de habitação, indústria e armazéns como consequência da ausência de um instrumento urbanístico regulador;
- d) Destruição dos recursos naturais com a ocupação e degradação de solos férteis ou ambientalmente ricos;
- e) Ocupação ao longo das principais vias de circulação criando conflitos de acessibilidade;
- f) Falta de condições de acessibilidade por transportes públicos;
- g) Divisão de “lotes” sem condições de ocupação (inexistência de infra-estruturas, inclinações excessivas, drenagem deficiente, etc.);
- h) Construção de má qualidade que não respeita a regulamentação em vigor (edifícios mal implantados nos lotes, inacabados);
- i) Encargos acrescidos para os municípios resultantes quer da sua localização, tornando muito onerosa a implementação das infra-estruturas, quer das carências ao nível de equipamentos e espaços livres.
- j) Inexistência de infra-estruturas ou infra-estruturas deficientes, dificuldades de execução de infra-estruturas à posteriori e sua manutenção;
- k) Ausência de centralidade nos bairros resultantes de loteamentos clandestinos que visavam o “melhor aproveitamento do terreno” e escassez de espaços livres para implantação de equipamentos colectivos ou zonas verdes;
- l) Dificuldades de interligação entre AUGI próximas, resultando em encargos acrescidos para os municípios.

Sidónio Pardal (2009:36) tem razão quando afirma que “os planos devem promover formas de relacionamentos com as diversas entidades públicas e privadas, de modo a responder às necessidades reais dos diversos usos e utilizações do solo, solucionando problemas existentes e tomando medidas preventivas que ajudem a evitar situações de carência e de conflitualidade no território.” A população residente tem direito às redes de infraestruturas urbanas e de serviços públicos, no entanto há princípios urbanísticos que devem ser respeitados para bem da própria população como os “da segmentação dos usos do solo, estruturação do

povoamento em aglomerados urbanos com escala, ordenamento agrário e florestal, e salvaguarda e valorização dos recursos naturais e da paisagem” (idem, ibidem).





### Capítulo 3 (RE)SIGNIFICAÇÃO DO BAIRRO

**Imagem 1-**Favela Rocinha, RJ



Fonte: Fotografia própria

**Imagem 2-**Bairro das Laranjeiras, Lisboa



Fonte: Fotografia própria

**Imagem 3-** São Domingos de Benfica



Fonte: Fotografia própria

De modo a compreender melhor a importância do bairro na cidade e na vida dos habitantes, pareceu pertinente começar esta discussão por uma reflexão em torno da polissemia do conceito de bairro, passando depois progressivamente para uma análise em torno da imagem da cidade e do bairro, dos traços característicos e singulares da vida de bairro, incluindo os modos de o bairro comunicar com a cidade e as suas fronteiras.

Para Lefebvre, citado por Gato et al. (2011:8), um bairro pode ser entendido como unidade sociológica relativa subordinada que, apesar de não definir realidade social, é necessária à sua compreensão, sendo ao nível do bairro que o espaço e o tempo dos habitantes toma forma e sentido.

A vida de bairro faz parte das mais primordiais vivências de muitos indivíduos. As primeiras relações com o espaço exterior próximo, as sensações que este provoca, a imagem que apresenta e representa são construídas pelo indivíduo e com ele se desenvolvem ao longo de toda a sua vida. Desde o olhar sobre a rua, a maneira como esta é vivida, percorrendo ou permanecendo, com diferentes pessoas e propósitos, são momentos que marcam a existência humana e vão definindo a representação individual e colectivo do bairro.

As memórias sobre os lugares vão-se consolidando e influenciam o uso do espaço, quer numa simples ida ao café ou às compras, num passeio pelo parque mais próximo, no transporte até à escola, quer em tudo o que está disponível para usufruto no bairro.

“Assim se vai construindo um “lugar mental” no centro do qual está a casa onde se vive e a partir da qual se vai construindo o mundo da infância” (Soares, 2013). De facto, o bairro, e tudo o que ele implica e engloba, têm sem dúvida um papel fundamental no processo de aprendizagem, experimentação e na estruturação desse lugar.

Essa imagem de um passado marcado pela satisfação e bem-estar permanece na memória apresentando-se sob a forma de nostalgia. O lugar imaginado já não existe, as pessoas que o habitam não são agora as mesmas, os espaços físicos mudaram e a significação do lugar também se alterou.

Nuno Pires Soares (2013) apresenta um conceito de “bairro de infância” como um espaço que hoje em dia idealizamos de segurança e interconhecimento onde se foi mais ou menos feliz, o que se pode refletir em sentimentos de orgulho ou até mesmo de rejeição.

Este sentido de pertença a um lugar e de identificação com o mesmo pode manifestar-se como difuso e superficial na grande metrópole. Tal verifica-se, por exemplo, nos grandes condomínios, nos prédios e moradias, de elevado *standard* mas fechados sobre si próprios e isolados dos contextos de sociabilidade, nalguns casos até da cidade. No entanto há pessoas, nomeadamente por exemplo, aqueles que são “filhos do bairro”, que podem aí criar laços de ligação ao lugar através do seu uso, conceber memórias e recordações e um dia considerá-lo como seu.

O lugar antropológico de Marc Augé (2005) caracteriza-se por uma forte relação entre espaço e sociabilidade; ou seja, o lugar cruza três dimensões: identidade, historicidade e relação. Para Augé a sobremodernidade caracteriza bem a sociedade moderna, sendo pautada pelo excesso de tempo, excesso de espaço e excesso de figura do indivíduo. Todos estes excessos estão intimamente ligados à produção de não-lugares, ou seja espaços que não primam pela existência dos 3 traços atribuídos ao lugar antropológico. Ainda assim, o autor aborda a dependência entre lugares e não-lugares, sendo que nos não-lugares há constantemente uma forte alusão e apelo à vida nos lugares como, por exemplo, o apelo à visita de cidades históricas em grandes painéis publicitários localizados em pontos estratégicos como as autoestradas.

Deste modo, tem-se vindo a notar uma tendência no sentido de reabilitar e promover a imagem e vida de bairro como um lugar que disponibiliza aos seus habitantes um pouco de tudo, onde se pode viver e conviver, onde se anda a pé e onde se podem encontrar pessoas com as quais o indivíduo se identifica, onde há comércio e serviços de proximidade em que se cultiva uma relação de interconhecimento. Por outras palavras, onde se experiencia uma escala mais humana. São exemplos a utilização crescente da palavra bairro em pequenos grandes negócios - como a “Padaria do Bairro” ou a “Hamburgaria do Bairro” - bem como o investimento na reabilitação física e social de alguns mercados, como por exemplo o mercado de Campo de Ourique ou o mercado da Ribeira, ambos em Lisboa.

Em termos políticos também se pode entender um esforço no sentido da promoção do bairro. O programa BIP-ZIP constitui um exemplo disso. Criado em 2009, tem como principal objectivo a regeneração urbana através da actuação à escala do bairro. Este programa tem por base o conceito de “bairro de intervenção prioritária” (bairros esquecidos pelas prioridades municipais), ou seja, bairros e zonas onde se concentram carências sociais, habitações degradadas, falta de equipamentos e transportes e que por isso precisam de uma intervenção

prioritária do município no contexto da regeneração urbana. Este programa integra alguns bairros históricos, bairros municipais, AUGI e outros mistos (Lima, 2013:52-53).

Assim, percebe-se um esforço no sentido da promoção da interacção social e do reviver do bairro, sendo que “hoje em dia o facto de pertencer a determinado lugar, no quadro físico da grande metrópole ganha muita importância, face à escala local, que nos diferencia no quadro da uniformidade da globalização contemporânea” (Soares: 2013). Este sentido parece resultar de uma nostalgia face ao passado, como uma negação face à perda da escala humanizada e às rupturas na identidade colectiva, que geram processos de isolamento e de incomunicação entre os cidadãos.

### 3.1. A IMAGEM DA CIDADE E DO BAIRRO

Em *A imagem da cidade*, Kevin Lynch (1982 [1960]) expõe a sua metodologia de pensamento e análise sobre a cidade. Essa metodologia tem como princípio base o facto de que a imagem da cidade varia consoante o indivíduo, estando muito ligada a memórias e significados que resultam das diferentes vivências. Deste modo, o olhar e entendimento que cada um constrói sobre a cidade é simultaneamente parcial e revestido de várias experiências.

Um dos aspectos a que o autor dá mais importância na sua metodologia é a legibilidade da cidade defendendo que esta se relaciona directamente com a imagem mental que cada indivíduo pode conceber sobre determinado local. Para o autor, a imagem do meio é resultante de um processo de interacção entre este último e o sujeito, pelo que se torna algo de subjectivo. Há essencialmente três aspectos através dos quais Lynch avalia a “imagem do meio”. A identidade, que se traduz na identificação e reconhecimento de um objecto como identidade separável; a estrutura, sendo que deve existir uma relação estrutural ou espacial do objecto com o observador, bem como, com os outros objectos; e o significado, uma vez que para o observador o objecto tem que tomar determinado significado físico e/ou emocional.

Torna-se assim necessário fazer referência a determinados elementos aos quais Lynch dá uma importância fundamental na caracterização da imagem de uma cidade. Entre os elementos elencados, é de destacar:

- a) As vias, “canais ao longo dos quais o observador se move, usual, ocasional ou potencialmente”(1982 [1960]:58), através dos quais as pessoas observam a cidade e ao longo das quais se organizam e relacionam os outros elementos;
- b) Os limites, “elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias” (idem, ibidem) e que englobam as zonas de fronteira entre duas partes – “interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho de ferro, paredes, locais de desenvolvimento” (idem, ibidem) ;
- c) Os bairros, enquanto “regiões urbanas de tamanho médio ou grande, concebidos como tendo uma extensão bidimensional, zonas que o observador reconhece como tendo características específicas, algo de comum e de identificável” (idem, ibidem);

- d) Os cruzamentos, “pontos, locais estratégicos de uma cidade, através dos quais o observador nela pode entrar e que constituem focos para os quais e dos quais ele se desloca” (idem, ibidem), são elementos muito importantes onde se verifica a “condensação de alguns hábitos ou pelo seu carácter físico como por exemplo uma esquina de rua ou um largo rodeados de outros elementos” (idem: 58-59) e adquirem uma elevada importância no bairro por representarem “um foco intensivo e um centro polarizador” do mesmo (idem: 59);
- e) Os pontos marcantes, elementos “externos ao observador, uma vez que este não está dentro deles” (idem, ibidem), frequentemente representados por um objecto físico, como um edifício, sinal, loja ou montanha, podem variar quanto às suas dimensões, locais de inserção e finalidades, situando-se dentro ou fora de uma cidade e servindo de referência para as pessoas. Podem ser “essencialmente locais, avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade, como fachadas de lojas, árvores, puxadores de portas, entre outros detalhes ou pormenores urbanos que completam a imagem do observador”. (idem, ibidem). Estes “parecem adquirir um significado crescente à medida que as deslocações se vão tornando cada vez mais familiares” (idem, ibidem).

É um facto que nenhum dos critérios acima mencionados surge de forma isolada, existindo uma relação de complementaridade, na medida em que os elementos se sobrepõem e se interligam de forma concomitante. Todos convergem para o todo, que é a imagem que o observador retém daquilo que o rodeia na cidade.

Relativamente à categoria “bairro”, pelas razões já descritas, este termo é utilizado e reatualizado de forma reiterada pelos moradores e outros atores, nomeadamente institucionais. Os indivíduos identificam-se com o termo, reconhecem-no e/ou conhecem-no e por isso utilizam-no para expor e interpretar várias situações de ordem social, cultural, espacial, económica, histórica, arquitectónica e/ou simbólica, sendo evidente a polissemia do termo. Pelos argumentos já avançados, este é um conceito complexo, com múltiplos significados, de certo modo versátil e em constante evolução, suscitando uma multiplicidade de perspectivas, reflexões e escalas de análise.

### 3.2. PRINCÍPIOS IDENTIFICADORES DE BAIRRO

De acordo com Lynch (1982 [1960]), há algumas premissas através das quais é possível estabelecer um entendimento relativamente consensual sobre a noção generalizada de bairro.

No que concerne ao reconhecimento externo de um bairro observa-se que as características determinantes que permitem a sua identificação podem ser de origens variadas. De salientar entre outras as texturas, os espaços públicos, as formas, a dimensão, os detalhes, os símbolos, os tipos de edificado, os usos, as características da população ou a topografia, na medida em que oferecem ao observador uma imagética de bairro que vai provocar impressões distintas consoante as percepções e vivências do indivíduo. A este respeito, Lynch afirma que “quanto mais estes aspectos de sobrepõem, maior é a sensação de região homogénea (...) onde a

homogeneidade física coincide com os hábitos e a categoria social, o efeito é inconfundível” (Soares, 2013)

A nível arquitectónico e morfológico essa percepção de unidade associa-se aos períodos histórico-temporais de construção e de germinação dos espaços; os seus limites físicos podem ser visíveis e reconhecíveis pelo exterior ou identificáveis apenas pelos seus habitantes.

No que se refere à morfologia, existem bairros com plano, em que é perceptível um gesto preliminar de organização, mais ou menos regular dependendo do carácter do seu desenho, mas também existem bairros sem plano, onde não existe nenhum plano pré-estabelecido, apresentando uma “organização” orgânica desenvolvida natural e espontaneamente ao longo dos primeiros e principais caminhos, através de actos individuais de construção.

Nos casos específicos que aqui se estudam, as AUGI, é possível identificar exactamente esse desenvolvimento mais ou menos instintivo e natural, em áreas não planeadas.

Socialmente são as pessoas que, através das suas diferentes características a nível de nacionalidade, origens culturais, nível e qualidade de instrução, estilos e ritmos de vida, interesses e práticas de sociabilidade e das relações que estabelecem entre si, que fazem o fenómeno bairro acontecer e lhe dão sentido e significado, pela sua homogeneidade ou pela sua heterogeneidade. Não é necessária a homogeneidade cultural, social, étnica da sua população para a identificação de um bairro. Há alguns casos em que o reconhecimento do mesmo é relativo à diversidade, como é o caso, por exemplo em Lisboa, do bairro da Mouraria. Pela análise do fenómeno AUGI, e especificamente dos bairros em estudo, revela-se coerente analisar as referências identitárias e, conseqüentemente, o reconhecimento dos mesmos tendo em conta esta diversidade unificadora.

O perfil das pessoas que habitam o bairro varia de acordo com alguns factores. As capacidades económicas determinam a ocupação em espaços mais valorizados ou mais residuais - a população com maior poder económico fixa-se em zonas bem situadas, com abundância de serviços e equipamentos colectivos, qualidade de espaço público e de vida; enquanto a população mais carenciada acaba por se fixar, sem opção, em zonas cuja localização é mais afastada e periférica face ao centro, onde as habitações são mais baratas, não tão bem equipadas nem apresentam as melhores condições para habitar, onde há escassez de equipamentos, serviços e fraca qualidade de espaço público, zonas por vezes excluídas das comodidades e qualidades urbanas.

A diversidade social, cultural e étnica, assim como o grau e a configuração das relações que se estabelecem com os vizinhos, também ditam ambientes relacionais diferentes; para além disso emergem diferenças ao nível das lógicas de apropriação do espaço e de transformação das estruturas espaciais e intervenção nas mesmas.

Assim, a apropriação dos diversos espaços do bairro depende inevitavelmente dos modelos culturais das pessoas que os habitam e esse facto nunca deve ser ignorado. “Para uns o bairro é vivido como algo próximo da “comunidade de aldeia”, meio de conhecimento recíproco, de entreatajuda e de controlo, no interior do qual se organiza a identidade e a segurança e se

situam todas as relações, e a partir do qual se lê o exterior como negativo. Para outros, ao contrário, o bairro é o lugar da residência e, cada vez menos, o lugar de relações intensas, estas por natureza controladoras” (Gonçalves, 1988:29).

No que se refere à diversidade, Richard Florida (citado por Mendes e Padilla, 2012) sublinha a importância deste aspecto enquanto fator de diferenciação e atratividade para as classes criativas, concluindo que as cidades mais procuradas são aquelas em que existe maior diversidade étnica e cultural.

Segundo Jane Jacobs (2004 [1961]), devemos principalmente refutar qualquer modelo que encare os bairros como unidades auto-suficientes ou introvertidas. Em pequenas cidades as relações estabelecidas entre as pessoas são sensivelmente mais estreitas, comuns e amplas do que nas grandes cidades. Ao passar pela rua principal a probabilidade de encontro é muito maior, as pessoas conhecem-se ou simplesmente se reconhecem umas às outras. Numa grande metrópole a probabilidade de reconhecer alguém é muito menor, não existe o mesmo “grau de inter-relacionamento, a não ser em circunstâncias absolutamente extraordinárias” (Jacobs, 2014 [1961]:126).

Para a autora, a relação entre o bairro e a cidade é de interdependência, já que a cidade ao ser composta por bairros, configura-se mais a partir dos elementos que a tornam uma e forte, do que pela divisão de “territórios hostis e desconfiados uns dos outros” (Jacobs, 2014 [1961]:127) que competem entre si e se voltam para si próprios. Afinal as grandes vantagens das cidades são precisamente a “grande variedade de opções e a abundância de oportunidades”(idem,ibidem).

No entanto, a composição e configuração dos bairros dependem dos seus residentes e das relações recíprocas entre eles e o espaço público que partilham; este, são tão ou mais valorizados quanto maior for a intensidade de significação e a qualidade de utilização e de apropriação simbólica. Esses factores variam indiscutivelmente segundo o tipo de população e/ou funções que caracterizam o bairro, pela sua diversidade ou especificidade, constituindo-se em elementos necessários à vitalidade de uma cidade.

Assim, a qualidade da utilização e as apropriações simbólicas estão directamente relacionadas com o espaço público que percorre o bairro, e por sua vez com a boa imagem do mesmo. A qualidade das acessibilidades, as características das ruas no que diz respeito à oferta de oportunidades para criar hábitos de permanência ou deslocação, a existência de espaços de lazer optimizados, de áreas de contemplação, de momentos excepcionais, de serviços úteis à população residente e/ou às populações vizinhas e de comércio, assim como, o reconhecimento de uma centralidade são elementos que contribuem para fortalecer um bairro.

Pode então apresentar-se um bairro, segundo Remy e Voyé (citados por Gato, 2013), como “espaço de uma sociabilidade intermédia, de transição entre o domínio do privado residencial e o espaço global e anónimo da cidade, um lugar de interconhecimento e também de controlo social” onde o investimento afectivo é possível e viável.

As pessoas preocupam-se naturalmente com o lugar que habitam, com a rua que adoptam, com o bairro onde pertencem, dentro da cidade que é sua. É, portanto, necessária uma autogestão eficiente que garanta a boa imagem do bairro, a sua funcionalidade, segurança e continuidade.

Como tal,

actualmente é possível considerar como consensual que o bairro, ou um bairro é uma parte da cidade habitada, que apresenta características distintas que a tornam reconhecível face às restantes zonas urbanas, podendo tais características distintivas ser de vária ordem; apesar disso, trata-se sempre de um conjunto urbano com função residencial dominante, identificável pela diferenciação sociológica” (Gato, 2013).

Consciente da imprecisão da sua definição, Lefebvre entende o bairro como o “ponto de contacto entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de passagem de um a outro (...) é uma forma de organização do espaço e do tempo de uma cidade” (Mendes, 2012:49).

Assim, com todas as variantes que constituem o bairro, é possível evidenciar alguns tipos de bairro: o bairro periférico - constitui um aglomerado situado nas periferias da grande cidade, distante de um centro urbano consolidado; o bairro social - inclui um conjunto social específico com rendimentos baixos; e o bairro histórico - trata-se de um agregado urbano consolidado, com uma carga histórica enorme e por sua vez com forte identidade social. Mas existem ainda mais tipos, como o bairro operário, o bairro burguês, etc.

De referir que nesta distinção parte-se do princípio que todos os aglomerados são maioritariamente habitacionais, servidos pelas estruturas essenciais enunciadas anteriormente, no entanto, a situação contrária também define bairro, embora pela ausência e destituição.

### 3.3. SOBRE TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

A definição que um indivíduo atribui a um ou ao seu bairro passa por uma imagem limitada do espaço. Todos os residentes têm a noção dos limites e fronteiras do seu bairro, sabem o que lhes pertence e o que lhes é alheio ou estranho. Tais marcos podem ser físicos ou sociológicos, bem delineados ou mais esbatidos, concretos ou relativos.

A dita sensação de pertença está directamente relacionada com o limite de um espaço, invisível e móvel, pessoalmente no início e em sociedade, por conseguinte. O sentido de territorialidade surge como consequência da necessidade humana da marcação de lugares e isso manifesta-se num conjunto de acções e comportamentos humanos através dos quais um indivíduo ou grupo reclamam, reconhecem, demarcam, personalizam e defendem um território.

Segundo Abraham Moles, citado por Muga (2006:127), a apropriação do espaço é um processo complexo baseado na noção de “identidade do lugar”, na construção dos lugares aos quais o

indivíduo se liga, sendo que o conceito de territorialidade está intimamente ligado à necessidade humana, por vezes não consciente, dessa apropriação.

Altman e Chemers, citados por Muga (2006:128), defendem que a territorialidade remete para o controlo e propriedade de um lugar ou objecto, numa base permanente ou temporária; contudo, o local ou objecto podem ser ou mínimos ou bastante extensos; a propriedade pode ser de um indivíduo ou de um grupo; desempenhando funções físicas (arrecadação e regulação dos recursos alimentares) e funções psicossociais (estatuto, identidade, estabilidade); o que pode envolver a frequente personalização e marcação dos territórios, assim como a activação de defesas sempre que há violação dos limites territoriais.

Para Altman, citado por Muga (2006), distinguem-se diversos comportamentos no que à territorialidade diz respeito. Estes variam consoante o tipo de território e respectivos graus de controlo, de centralidade e de personalização e a função ou funções do mesmo. Por outro lado o tempo de permanência que este oferece também influencia o processo comportamental.

Estes padrões comportamentais e características do território tomam muitas vezes outros sentidos, em determinadas situações e por determinados indivíduos ou grupos. É muito curiosa a apropriação contínua e principal das ruas por parte de alguns jovens. Sem encontrar o seu espaço em casa ou na escola, vêem na rua o seu refúgio, espaço onde decorrem novas experiências, onde existem eventos que permitem a convivência e fomentam as redes de interação e interajuda.

Assim, Holahan, citado por Muga (2006:128), afirma que “a territorialidade é um padrão de comportamentos, associado com a posse ou ocupação de um lugar ou área geográfica, por um indivíduo ou grupo, e pode desenvolver a personalização e defesa contra intrusões”. O autor considera a gestão de actividades diárias, o desenvolvimento da organização social e o desenvolvimento da identidade pessoal e grupal, como as principais funções psicossociais da territorialidade, contribuindo estas para o desenvolvimento de um mapa cognitivo dos tipos de comportamentos consoante os tipos de lugar e contexto.

No que respeita ao desenvolvimento da organização social, a territorialidade permite ordenar grupos sociais, criar hierarquias sociais interligadas com a disposição hierárquica no território, ajudando na definição de quem se é e onde se pertence.

A terceira função psicossocial está relacionada com o desenvolvimento da identidade pessoal e grupal que aqui interessa maioritariamente. Pessoal e individualmente, a expressão dessa função é mais intensa ao nível do habitat sendo este uma representação fiel do eu. Socialmente, a territorialidade assume um papel muito importante ao nível das interacções, sendo que a partilha do mesmo espaço com vários indivíduos que lá se pertencem pode fortalecer o sentido de identidade grupal na medida em que estão expostos aos mesmos estímulos, experiências e conhecimentos comuns (Muga, 2006:131).

Na mesma linha de pensamento, Hertzberger, citado por Muga (2006:134), refere que quando os indivíduos sentem que têm influência sobre o meio que habitam, sentem-se mais envolvidos emocionalmente com o mesmo, ficando mais atentos ao que lhe diz respeito,



tornando-se mais activos e cuidadosos. O contrário traduz-se num sentimento generalizado de apatia e alienação. Assim, é importante estimular a apropriação do espaço através de projectos para a territorialidade, de tal forma que os habitantes se sintam responsáveis pelos espaços comuns, projectos que permitam que cada indivíduo contribua para um ambiente com o qual se possa relacionar e identificar.

Em síntese, a cidade contém uma diversidade de bairros que resultam não só de uma determinada localização no território e de um certo tipo de edificado, como também de diferentes apropriações do espaço associadas à heterogeneidade dos seus habitantes (profissões, antiguidade no bairro, idades, mobilidade, interesses) e grupos sociais, assim como, dos seus modos de vida.

Sem adoptar um significado normativo, mas sobretudo descritivo e interpretativo da realidade que configura o bairro, pode afirmar-se que um bairro caracteriza-se pela existência de várias componentes essenciais ao reconhecimento do mesmo. Como tal, segundo Gato et al (2011), entre elas destaca-se a existência de uma malha urbana, mais ou menos ortogonal, constituída por ruas e habitações, planeadas e edificadas numa determinada época e sob um determinado estilo arquitectónico. De igual modo, reconhece-se o bairro como uma unidade da vida urbana e portanto um elemento essencial à cidade, devendo integrar-se nela.

A representação de uma referência geográfica onde se nota a sobreposição de temporalidades, espacialidades e sociabilidades diversas e a oferta de oportunidades para partilhar identidades no colectivo são também critérios essenciais no reconhecimento de um território como bairro. Por outro lado o bairro deve ser um lugar onde se cresce pessoal e socialmente e onde se criam memórias; deve ser inclusivo - com um forte sentido de pertença, com um envolvimento activo da população residente e respeito pelas diferenças; deve ser vibrante - com vida de rua activa, com oportunidades de interacção comunitária e forte sentido de “identidade local”; é também importante que seja coeso - com sentido de mútua responsabilidade, reciprocidade, confiança, capacidade de gerir conflitos e encontrar soluções; e seguro - com sentimentos subjectivos de segurança e medidas objectivas que a garantam também (Gato et al., 2011:8).

Acresce que “um bairro só existe porque se constrói uma fronteira entre ele e os outros. Essa fronteira, esse limite é uma linha muito difícil de definir visto ter mais a ver com um fenómeno social do que com um fenómeno cultural” (Sá, 2012:25)

A necessidade do ser humano de estabelecer fronteiras parece relacionar-se com o sentimento de pertença, de marcação e controlo de um território. Quanto mais um indivíduo se identificar com o meio que habita, mais a apropriação que faz do espaço é personalizada, desenvolvendo-se o sentido de territorialidade. Por sua vez, pessoal ou socialmente, a territorialidade permite a organização, definindo e, de certa forma, generalizando padrões de comportamento e acções.

Por todas as carências já expostas, referentes às AUGI, seria fácil duvidar do carácter de bairro das mesmas, tendo em conta as definições mais ou menos consensuais aqui identificadas. No entanto, o estudo e conhecimento mais aprofundados deste fenómeno permite a percepção

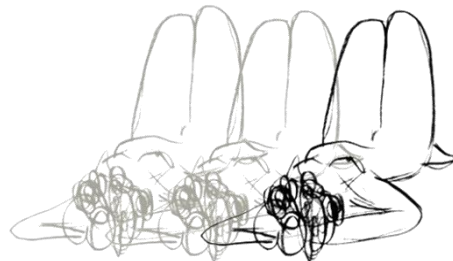
de muitos aspectos positivos que contribuem para que o fenómeno bairro, no seu sentido mais positivo e completo, aconteça, apesar das suas carências. Isabel Raposo (2012) apresenta algumas dimensões dos bairros ditos informais onde distingue por um lado, as suas principais faltas ou carências e por outro, os seus ganhos e aspirações. A autora enuncia como faltas ou carências, por exemplo: a legalidade da ocupação; a segurança fundiária; o título formal, a legalização das construções; a standardização; o planeamento; as infra-estruturas; o espaço público tratado; a segurança; e a dignidade. Por outro lado, os bairros ditos informais apresentam como ganhos: o lugar na cidade; a habitação; a proximidade ao trabalho; a proximidade de transportes; o convívio no espaço público; a coesão social; a entreaajuda; o grau de segurança; a diversidade e criatividade; e a liberdade. Estas zonas têm como principais aspirações a melhoria de infra-estruturas urbanas; a melhoria de acesso a serviços; melhoria de acesso a emprego; maior mobilidade; e o envolvimento nas decisões (Raposo, 2012:112).

Desta forma, as AUGI podem considerar-se bairros periféricos, reconhecíveis e identificáveis pelas suas características particulares e potenciais, onde a função habitacional predomina, onde é possível estabelecer relações afectivas e de interconhecimento entre moradores, detendo, ainda um conjunto de virtualidades que merecem ser potencializadas.

Ao conseguir concretizar-se as principais aspirações e resolver algumas carências prioritárias pode conseguir-se a valorização destes bairros e a sua integração na cidade bem como a sua relação eficiente e qualificada com a mesma.

## Capítulo 4 ESPAÇO, MEMÓRIA E IDENTIDADES

Imagem 4-Identidade(s)



Fonte: Elaboração própria, 2011

No sentido de estudar a influência do espaço nas pessoas, este capítulo pretende explorar aquelas que foram consideradas, à partida, como principais dimensões envolvidas nessa relação, memória e identidade. Começa-se por caracterizar a memória, explorando a maneira como funciona e, posteriormente, a sua relação com o espaço.

Aborda-se também a questão da identidade e o modo como as interacções sociais influenciam o sujeito e apresenta-se finalmente uma reflexão sobre os modos de vida actuais e a sua influência sobre estas dimensões e, consequentemente, sobre o espaço.

### 4.1. CARACTERÍSTICAS E ELEMENTOS CONSTITUINTES DA MEMÓRIA

O mundo em que vivemos apresenta-nos um conjunto interminável de estímulos associados aos mais variados ambientes. A forma como lidamos com essa diversidade traduz-se através da síntese, sob a forma de imagens e conceitos. Trata-se de elementos abstractos que representam vivências e lugares, objectos e episódios concretos que delas fazem parte. No momento do registo, estes factos armazenam-se no cérebro, e adquirem a possibilidade de serem revisitados em experiências posteriores, funcionando como intermediários entre o indivíduo e o ambiente. Todo este processo cognitivo constitui a memória e as suas funções como uma das dimensões essenciais da vida. É a memória que faz com que as aprendizagens, ao serem conservadas, se constituam como plataformas de novas aprendizagens (Monteiro et al. 1998).

O primeiro recurso à memória é notado nas práticas mais elementares, adquiridas desde os primeiros tempos de vida do indivíduo, ao nível das práticas corporais, de higiene ou alimentação, por exemplo. Numa fase mais tardia essas aprendizagens e aquisições podem ser notórias profissionalmente ou em modos de inter-relacionamento social, permitindo assim a sobrevivência do sujeito em sociedade.

Paul Connerton (1999:25), distingue três tipos de memória, “memória pessoal”, “memória cognitiva” e um outro tipo a que chama de “memória-hábito”. A memória pessoal diz respeito

às recordações que têm como objecto a história de vida de cada um, em que o principal actor é o próprio indivíduo. Essas recordações estão localizadas num passado pessoal e atribuem ao próprio toda a preocupação e importância, ou seja o sujeito observa-se e centra-se nele próprio. Connerton fala de uma certa duplicação do eu na busca dessas memórias, em que o eu recordado e o sujeito presente são semelhantes, não sendo exactamente iguais.

O passado torna-se extremamente importante na concepção da ideia e da imagem que o indivíduo tem sobre si, uma vez que a pessoa tende a recorrer a memórias pessoais para falar de si e para se dar a conhecer ao outro. Assim, “o auto-conhecimento, a concepção do nosso próprio carácter e potencialidades, é determinado, em grande medida, pela maneira como vemos as nossas acções passadas.” (Connerton, 1999:25)

Quando o recordar é associado a uma aprendizagem, Connerton (1999) descreve o processo como “memória cognitiva”. Deste fazem parte, por exemplo, a aprendizagem de significados de palavras ou as lembranças de histórias, traçados ou caminhos numa cidade. Neste caso o indivíduo não necessita de saber o contexto, não precisa da recordação do episódio em si, apenas adquire a informação recebida para que posteriormente a consiga identificar e utilizar.

Existe ainda um terceiro tipo de memória a que os filósofos se referem como “memória-hábito”. Enquanto as anteriores consistem em recordação, esta como o nome indica baseia-se no hábito, na “nossa capacidade de reproduzir uma determinada acção” (Connerton, 1999:26), como ler, escrever, andar de bicicleta, entre outras. Este processo não obriga a uma recordação no sentido em que o que é lembrado pertence ao passado, pelo contrário o primeiro momento da prática desvanece-se, dependendo sim da reprodução da acção ao longo do tempo.

Deste modo Bergson, citado por Connerton (1999:27), divide a memória em dois tipos: a memória que consiste em recordação e a memória que consiste no hábito. Com efeito, conclui que “a memória de como fazer alguma coisa é apenas a retenção de um ‘mecanismo automático’ e de que esta ‘memória-hábito’ é radicalmente diferente da recordação de acontecimentos únicos, a qual constitui a ‘memória *par excellence*’”.

Segundo o tempo de permanência a memória também difere, podendo ser de curto ou longo prazo. O segundo tipo revela-se o mais relevante no que diz respeito ao estudo da importância da mesma na projecção e idealização de espaços públicos em contexto urbano. É esta que traz de volta sentimentos e sensações marcantes vividas anteriormente, alguns tão agradáveis que provocam vontade de os reviver, outros desagradáveis que marcam o indivíduo negativamente.

Certamente que muitos encaram a possibilidade de perda de memória como uma das principais ameaças do mundo moderno. A substituição da tradição de comunicar através da fala, pela escrita, implica a perda de transmissão de conhecimentos e valores entre gerações uma vez que os textos e objectos apenas apresentam parcialmente o passado. Da mesma forma, a quebra dos vínculos com a tradição, por falta de transmissão de memórias, confere aos indivíduos uma vontade e força de inovação traduzida em liberdade ou talvez numa vontade e necessidade de emancipação.

Ao tentar caracterizar a memória, Michael Pollak (1992) realça que a memória é selectiva, pois, nem todos os acontecimentos ficam registados com o indivíduo e os acontecimentos efectivamente gravados sob a forma de lembranças, por si só oscilantes, não traduzindo realmente ao pormenor tudo o que se passou, também podem sofrer flutuações consoante o momento, contexto e propósito em que estão a ser expressas. Ainda assim, há marcos ou pontos que não oscilam, qualquer que seja a circunstância, reflectindo um trabalho de solidificação tão eficaz por parte da memória que não permite essas mutações. Por outro lado, o autor sustenta o papel organizativo da própria memória, consciente ou não, em função das inquietações do indivíduo ou da sociedade em que se insere, apresentando-a como um processo construído e relativo. A memória seleciona os episódios que devem ser gravados, recalcados, excluídos e lembrados e quando o devem ser. Essa construção pode ou não passar pela interacção social.

Aqui se distinguem alguns elementos constitutivos da memória, individual ou colectiva, dos quais fazem parte os acontecimentos vividos pessoalmente e os acontecimentos vividos como consequência da pertença a um grupo ou colectividade.

Curiosamente a apropriação de memórias sem que o indivíduo tenha experimentado ou vivido a situação, ou conjunto de situações, também é algo comum na sociedade. Nestas situações é criado um imaginário de tal forma forte e importante que o sujeito fica confuso em relação à sua realidade enquanto participante. “É perfeitamente possível que por meio da socialização política ou histórica, ocorra um fenómeno de projecção ou identificação com determinado passado tão forte que o indivíduo possa assumir como memória herdada.” (Pollak, 1992:202) Isto também se verifica, com alguma frequência, em meios mais pequenos quando ocorrem acontecimentos muito fortes, positiva ou negativamente que fazem com que a sua memória seja transmitida ao longo dos anos com um elevado grau de identificação. O autor reforça assim a ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade, neste caso num sentido mais superficial, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Por outro lado, também a componente humana integra, inevitavelmente, a memória, sob a forma de personagens que interferem directa ou indirectamente na situação.

De acordo com o autor, os lugares ligados a momentos particulares constituem, igualmente, lembrança, não tendo necessariamente que se enquadrar cronologicamente, como as mais variadas memórias infantis cuja data não é clara. Exemplarmente, no que diz respeito às memórias colectivas, pode reparar-se nos monumentos físicos que relembram constantemente um passado mais ou menos importante - como até há relativamente pouco tempo o muro de Berlim, ou, ainda em Berlim, o monumento em memória dos judeus mortos, durante a 2ª Guerra Mundial. Individualmente, podem identificar-se os lugares de infância. (Pollak, 1992:202-203)

Grande parte dos filósofos tem-se preocupado em conseguir mostrar que a memória deve ser compreendida, em forma de conhecimento, como parte dos nossos pensamentos e das nossas acções. Pollak (1992) defende que à partida, a memória parece ser um fenómeno individual, relativamente íntimo e pessoal, no entanto Halbwachs (1994) sempre defendeu e acreditou na anterioridade e na determinação de ideias sustentadas colectivamente sobre pensamentos e

atitudes individuais. Segundo este autor, a memória representa um fenómeno colectivo e social, construído no colectivo e susceptível a transformações e flutuações. Mesmo a própria recordação individual está incluída na memória colectiva.

Para Halbwachs (citado por Sobral, 1995:292),

Qualquer lembrança, por mais pessoal que seja, mesmo a de acontecimentos de que tenhamos sido as únicas testemunhas, mesmo a dos pensamentos e dos sentimentos que não chegamos a expressar, encontra-se relacionada com todo um conjunto de noções que muitos de nós possuem, com pessoas, lugares, datas, palavras, e formas da linguagem com raciocínios e ideias, quer dizer, com toda a vida material e moral das sociedades de que fazemos ou de que fizemos parte. Quando evocamos uma lembrança, e quando lhe damos um carácter preciso através da sua localização, em suma, quando a completamos, diz-se por vezes que a ligamos ao que a rodeia: na realidade é porque outras lembranças relacionadas com ela subsistem à sua volta, nos objectos, nos seres no seio dos quais vivemos, ou em nós mesmos: elementos de destaque no espaço e no tempo, noções históricas, geográficas, biográficas, políticas, dados da existência corrente e modos familiares de ver.

O filósofo Henri Louis Bergson (1999[1939]) defendia como errada a ideia de que a memória se resumiria a uma função mecânica do cérebro e do sistema nervoso. O filósofo foi extremamente influenciado por correntes positivistas e cientificistas e ainda que não tenha contrariado radicalmente essas tendências, impostas pelas novas ciências, tornou possível um novo “olhar” sobre a relação entre o corpo e a alma. Segundo ele, a função do corpo humano, relativamente à memória, não seria somente a de imaginar as lembranças nem ficaria reduzida pura e simplesmente à escolha e ao transporte das imagens até à consciência, segundo um critério de utilidade. Não eram apenas as imagens úteis à acção presentes nas lembranças dos homens.

Tal como Halbwachs, também Bergson acreditava que as imagens estavam relacionadas com as representações colectivas estabelecidas por grupos sociais.

Connerton, citado por Gato (2013), faz questão de reforçar a importância das imagens passadas na construção e determinação do presente e explica “daí a memória social conferir sentido ao todo colectivo, fornecendo a cada indivíduo as referências de que necessita para interagir socialmente, para conhecer o grupo e se reconhecer nele, sendo que uma parte deste conhecimento/reconhecimento resulta da relação com o exterior” (Gato, 2013).

Pollak (1989:207) aponta como funções essenciais da memória colectiva a manutenção da coesão interna e a defesa das fronteiras daquilo que um grupo tem em comum. Uma vez que existe a necessidade de salvaguarda de um passado comum no sentido de definir e reforçar sentimentos de pertença e fronteiras sociais entre colectividades e para manter a união do grupo, torna-se necessário um processo de negociação para a conciliação da memória colectiva e das memórias individuais

De acordo com o autor, cada vez que uma memória se encontra relativamente constituída e consolidada é efectuado um processo de manutenção, coerência, unidade e continuidade que

a integra. É extremamente importante para a estabilidade do indivíduo ou do grupo conseguir manter essa unidade e sentimento de continuidade e coerência na reconstrução de si próprio (idem, Ibidem). Neste caso é a própria memória que assume esse trabalho. Por outro lado, muitas vezes é também necessário um enquadramento dos acontecimentos e por conseguinte da memória dos mesmos. Assim, o trabalho dos diferentes historiadores, com diferentes ideologias auxilia de certa forma a memória nesse enquadramento.

#### 4.2. O ESPAÇO DA MEMÓRIA

As memórias que se acumulam ao longo da vida do indivíduo condicionam e contribuem para a definição do seu ser, podendo estar mais ou menos presentes na consciência do mesmo. Delas faz parte o constante registo mental da vivência dos espaços, no sentido em que estes ajudam a definir, localizar e enquadrar a recordação, fortalecendo-a e atribuindo-lhe um sentido. De acordo com Holahan, citado por Muga (2006), a imagem sobre o ambiente permite resolver problemas, fazer referências ao ambiente físico e fornece uma base para o desenvolvimento da identidade pessoal e social.

Como escreve Gorjão Jorge (2007:83), “A manutenção do cenário da nossa existência, pessoal e colectiva, torna-se assim, também, uma necessidade psicológica”.

Georges Poulet, citado por Abreu (1998:83) refere, na sua análise profunda à obra *À la recherche du temps perdu* de Proust, que o tempo e o espaço não estão perdidos graças à força da memória. Pelo contrário, afirma que ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado. Poulet sustenta que “desde o primeiro momento que a obra proustiana se afirma como uma busca não só do tempo mas também do espaço perdido” (Abreu, 1998:82). O ser proustiano depara-se com sensações de angústia devido à mobilidade dos lugares no pensamento, lugares esses que, tal como os objectos, representam uma fixidez ilusória.

Com efeito, de acordo com o autor, “o ser privado de lugar encontra-se sem universo, sem lar, sem eira nem beira. Não está, por assim dizer, em parte alguma, ou antes, está em qualquer lugar, com destroços flutuando no vazio do espaço” (idem,ibidem) e quando se confronta com o retorno aos lugares familiares, o ser encontra-se em sua casa e descobre o lugar perdido. Como escreve Poulet, citado por Abreu (1998) “quando os lugares familiares retornam e recuperam o lugar primitivo, do mesmo modo aparentemente fortuito, aquele ser perdido no espaço descobre-se em sua casa e descobre ao mesmo tempo o lugar perdido (idem,ibidem).

Os lugares não existem isoladamente, estão invariavelmente ligados a presenças humanas. E o contrário também se verifica. No que diz respeito à memória, as duas dimensões, espaço e tempo importam simultaneamente na definição da imagem, uma vez que “não há memória colectiva que não se desenvolva num quadro espacial” (Halbwachs, 1990 [1950]:143).

O autor defendia que a capacidade de lembrar é determinada pela partilha de um espaço, durante determinado tempo por determinado grupo, ao qual o indivíduo pertence. Como tal, distinguem-se três tipos de espaço: o espaço-habitat - como o lugar da residência familiar; o

espaço-trabalho - onde o indivíduo desempenha as suas funções acompanhado de um grupo que também o faz; e o espaço-vida - o lugar de vivências, um bairro, por exemplo. Esta partilha do mesmo espaço permite o desenvolvimento de relacionamentos sociais, podendo estes adoptar formas diversas: de domínio, cooperação ou conflito. Como tal, importa referir que são os intervenientes humanos que vão impedir que as memórias se percam no tempo. Assim, a cidade, como lugar de vivências, dá origem a muitas e variadas memórias colectivas cujo ponto comum é exactamente o lugar.

O espaço aparece como uma entidade vazia e despida de significado, uma entidade que funciona como receptáculo de coisas e que só faz sentido através de elementos intermediários que o vão definir, sendo por isso essenciais. São exemplos desses elementos a luz, as superfícies limite e a forma.

Para Poulet, citado por Abreu (1998:83), se por um lado “são os lugares que oferecem precisão às imagens; que nos fornecem o suporte necessário, graças ao qual podemos atribuir-lhes um lugar em nosso espaço mental, sonhar com elas e delas nos lembrarmos”, por outro a memória constitui o processo que permite ao indivíduo ou grupo a construção do sentido urbano. O significado e os valores que os indivíduos atribuem aos lugares dos quais usufruem, aparecem através da memória, tal como as ligações simbólicas entre o ambiente do grupo e as suas crenças se vêem fortificadas pelas recordações. Acima de tudo a memória permite o olhar para as imagens e prioridades dos indivíduos, complementadas pelo ambiente físico.

Importa fazer referência à memória urbana e à memória da cidade, sendo que o que as diferencia é a especificidade das recordações. Há símbolos de urbanidade e símbolos que pertencem a uma determinada cidade. Desta memória fazem parte todas as lembranças que ficaram marcadas na paisagem ou nos registos de um determinado lugar.

O processo de recuperação de memórias na cidade tem-se interessado apenas pelo fenómeno social que existe a certa altura, não atendendo ao lugar em si. Com efeito, as memórias não ficam correctamente interrelacionadas com o lugar.

Quer a memória individual, quer a memória colectiva podem contribuir bastante para a recuperação da memória das cidades, na medida em que as recordações das pessoas podem transportar a momentos urbanos passados e formas urbanas que já desapareceram. No entanto a subjectividade da memória individual pode não permitir a transmissão coerente e real do passado. O espaço da memória individual pode sofrer alterações, transmitindo localizações fluidas ou deformadas e escalas multidimensionais.

Ainda relativamente à cidade, explica Halbwachs (1990 [1950]:84) “não é por má vontade, antipatia, repulsa ou indiferença que ela [a memória colectiva] esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos e de antigas figuras. É porque os grupos que dela guardavam lembrança desapareceram.” Segundo o autor, quando uma lembrança subsiste o seu registo é desnecessário, quando as testemunhas desaparecem surge então a necessidade do registo dos acontecimentos. Com efeito assiste-se à formação da memória histórica que, ao contrário da memória colectiva, que é um fenómeno vivo, é estática.



Ainda assim, o resgate das memórias urbanas para fortalecer a identidade do local é aqui considerado um factor de elevada importância.

Em suma, a memória está para além do propósito da mente humana, do corpo, dos aparelhos sensitivo e motor e do tempo físico, representando o resultado dela própria. É concretizada através de representações, rituais, textos, comemorações, entre outros modos representativos de uma intenção de reviver.

#### 4.3. IDENTIDADE: DO INDIVÍDUO AO GRUPO

Tal como a memória, também o processo identitário apresenta dualidade no que diz respeito às componentes individual e colectiva. Individualmente trata-se de um esforço pessoal, e não colectivo, pela procura daquilo que é a noção de si, pelo próprio ou pelos outros. De acordo com Cobelo, citado por Duarte (2011:42), “o que medeia entre diferença e identidade é a estrutura – o modo como as diferenças estão articuladas numa malha significativa, é uma narrativa”. Neste sentido, a identidade revela-se como um processo em constante evolução e desenvolvimento, durante toda a vida do sujeito. Apesar disso, esse esforço está fortemente relacionado com a multiplicidade de influências do meio de origem, assim como, pelas relações que estabelece.

Assim, estas duas dimensões da identidade são consideradas por Foucault (1994) segundo dois sentidos de sujeito: sujeito no que diz respeito a estar submetido ao outro e sujeito ligado à própria identidade, pela consciência ou conhecimento de si mesmo.

É claro que, por um lado, não há identidade ou processo identitário sem que o indivíduo se compreenda como tal; por outro, não é possível a construção identitária sem a constante comparação com o outro, sem a noção da imagem do outro sobre si próprio. Para estruturar a sua identidade, o indivíduo precisa de se pensar pelo olhar do outro ou mesmo através do cruzamento de vários olhares, sendo esta uma componente extremamente importante cujo controlo não é, de todo, possível.

A construção de uma identidade isenta de influências externas, de mudanças e transformações, é impossível, na medida em que há sempre uma vertente de negociação com o outro, segundo os critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade na sociedade ou grupo onde o indivíduo se insere.

Calhoun, citado por Castells (1999:22), entende por identidade a fonte de significado e experiência de um povo e fundamenta:

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento - invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos pelos outros.

O sentido de identidade implica uma ligação simbólica a determinado grupo, étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da semelhança entre o indivíduo e o outro, do mesmo

grupo. Esta ligação está directamente relacionada com a necessidade humana de edificar fronteiras simbólicas, processo que se revela como “momento da identidade”, um momento de criação cultural. Assim, a identidade passa por um processo de identificações historicamente apropriada que confere sentido ao grupo (Cruz, 1993).

Cabe ao indivíduo ou grupo a selecção, processamento e reorganização da matéria essencial constituída pela história, geografia, biologia e instituições produtivas e retratada pela memória colectiva, através por exemplo, de fantasias pessoais, aparatos de poder e revelações de cunho religioso. O seu significado vai sofrer alterações em função das tendências sociais e projectos culturais enraizados na estrutura social e do contexto espaço-temporal em que o indivíduo ou grupo se inserem. Por isso, a construção de significado com base num atributo cultural, ou conjunto de atributos culturais, inter-relacionados por parte dos actores sociais, prevalece sobre outras fontes de significado. (Agier, 2001)

Para Halbwachs (1990 [1950]), a memória colectiva está na base da construção da identidade. Segundo o autor, esta reforça o sentimento de pertença identitária e, de certa forma, garante a unidade, coesão e continuidade histórica de um grupo. Por sua vez o grupo constrói e reproduz uma identidade própria a partir dos seus valores relativos ao passado mitológico, histórico e simbólico-religioso enquanto grupo. Como afirma Pollak (1992:5), “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como colectiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentido de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” Pode-se, então, afirmar que o investimento de um grupo ao longo do tempo, na construção da memória, reflete-se sob a forma de identidade.

Admitindo a identidade como um processo construtivo, podem distinguir-se três elementos essenciais à sua construção: i) a percepção de unidade física – que se representa pela necessidade de criar ou perceber fronteiras físicas, como o próprio corpo, ou fronteiras de pertencimento, no caso colectivo; ii) o sentimento de continuidade dentro do tempo – a nível físico, moral e psicológico; iii) e o sentimento de coerência – sendo que os vários elementos que suportam um indivíduo devem ser unificados. Quando a percepção de unidade e continuidade no sentido da coerência é interrompida, podem revelar-se até fenómenos patológicos (Pollak, 1992).

Assim, “toda a declaração identitária, tanto individual como colectiva, é múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada mais como uma busca do que como um facto” (Agier, 2001:10)

#### 4.4. IDENTIDADES PLURAIS E EM TRANSIÇÃO

Se a relação com o outro é importante na definição de identidade, torna-se essencial a multiplicidade de encontros entre indivíduos, que carregam consigo diferentes realidades construídas pelas suas origens, pelos seus costumes e pertences étnicos e pelas suas redes de relações, familiares ou extrafamiliares. Como exemplos, Durkheim (1912) sublinha a religião como um modo de construção social da realidade, um sistema de referências aos quais os indivíduos recorrem, espontaneamente, para reflectir sobre um universo no qual se inserem, incluindo os contextos social, cultural e identitário.

Neste sentido, a cidade ganha relevo como lugar de relações entre indivíduos, uma vez que as componentes citadinas no seu conjunto permitem o confronto de identidades. Esse confronto com o “outro” e o facto de o indivíduo viver em sociedade vão alterar e moldar a definição inicial de identidade de cada um segundo códigos orientadores da existência humana, como códigos de conduta, regras da vida social, valores morais, línguas, educação e outras formas culturais. (Agier, 2001) A cidade tem um papel decisivo na configuração da componente relacional da identidade.

Para Agier (2001), com a intensidade e rapidez da globalização “as identidades tendem a perder as suas referências locais”. Como tal torna-se necessário reflectir sobre as relações identidade-lugar, lugar-cultura e cultura-identidade.

É importante referir que as “velhas identidades” que estabilizavam o mundo social estão agora em declínio, o indivíduo moderno, visto como sujeito unificado, apresenta-se agora fragmentado. Talvez a grande razão desta “crise de identidade” esteja na falta de quadros de referência e de estruturas de base que organizem a sociedade, como afirma Stuart Hall (2006). Este último autor faz alusão a três concepções diferentes de identidade: o sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo assenta numa concepção da pessoa como um “indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (Hall, 2006:10) com o qual se criava, desde o nascimento, um núcleo interior, que se desenvolvia. Ainda assim esse desenvolvimento não permitia alterações, o indivíduo continuava semelhante a ele próprio ao longo de toda a sua existência, “o centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (Hall, 2006:11). No que diz respeito à concepção do sujeito sociológico começa a notar-se a consciência de que o núcleo identitário individual não é autónomo, necessitando assim da relação com o outro, da interação social que vai possibilitar o contacto com os valores, sentidos e símbolos, ou seja, com a cultura do mundo em que se insere. É um facto que estas interações vão permitir trocas culturais que podem moldar mais ou menos a identidade individual. É a partir deste processo, que se vai conseguir preencher-se o espaço entre o interior e o exterior, entre o mundo pessoal e público, unindo o sujeito à sua estrutura. (Hall, 2006)

Actualmente assiste-se a uma certa desordem identitária que confronta as duas concepções anteriores. Na concepção do sujeito pós-moderno constata-se uma certa fragmentação do indivíduo, até agora conhecido pela sua identidade unificada e estável. O conjunto de estímulos a que o sujeito está exposto, bem como a relatividade, multiplicidade e pouca

definição das referências que conduzem o seu ser, faz com que este assuma diferentes identidades em função das situações, sem que esta variedade seja unificada no sentido de formar ou manter um “eu” coerente.

De acordo com Hall (2006), “a identidade torna-se assim uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. (2006:12-13). No entanto, importa reforçar a ideia de que na sociedade actual “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (2006:13)

A apropriação do espaço reflete-se no enraizamento que o indivíduo realiza dentro de um universo. Pelo olhar do homem nómada, até agora uma minoria nos conflitos de apropriação, esse universo é uniforme e ilimitado, o que não acontece quando um indivíduo ou grupo se estabelece num espaço mais ou menos limitado física ou socialmente. (Moles e Rohmer, 1978)

Por definição, o nómada não se apropria do espaço, não cria raízes, não constrói lugar de influência e se o homem não se apropria do espaço, o espaço também não toma o homem como próprio. Acontece que este grupo outrora minoritário tem crescido até aos dias de hoje parecendo revelar-se cada vez maior. O panorama urbano contemporâneo, decorrente do processo de globalização, tem-se servido deste homem nómada para perdurar, na medida em que justifica a multiplicidade de identidades possíveis num breve espaço de tempo e espaço.

Bauman (2005) refere a globalização como um processo cujas consequências imediatas são a falta de segurança e o enfraquecimento identitário, resultantes das dificuldades de pertença a um espaço definido, que a flexibilidade, exigida a todos os níveis (trabalho, morada e lazer), tem provocado na sociedade. Acrescenta que “Estar total ou parcialmente “deslocado” em toda a parte, não estar totalmente em lugar algum (ou seja sem restrições e embargos, sem que alguns aspectos da pessoa “se sobressaiam” e sejam vistos por outras como estranhos), pode ser uma experiência desconfortável, por vezes perturbadora” (Bauman, 2005:19). Segundo o autor, neste caso há uma diversidade enorme de identidades, nalgumas o indivíduo se reconhece e em outras isso não acontece, ou seja onde o indivíduo não se revê. Como tal é necessário um grande esforço no sentido da defesa das primeiras em detrimento das últimas.

Assim,

“tornamo-nos conscientes de que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis e de que as decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são factores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. (Bauman, 2005:17).

Em síntese, constata-se que a identidade é, por um lado, o que permite ao sujeito tomar consciência de si mesmo, do seu corpo, dos seus conhecimentos, das suas convicções e acções e por outro, facilita o reconhecimento e a consciência da existência do “outro” fomentando essa consciência identitária.

Para Pollak (1992), é a memória que proporciona ao indivíduo o sentido mais superficial de identidade, constituindo a sua imagem adquirida ao longo do tempo e o modo como a apresenta ao outro e a si próprio contribuem para o esclarecimento dessa representação desejada. Com efeito, as experiências vividas que o sujeito acumula e reconhece como suas constituem o seu património pessoal que o distingue dos outros e o torna único na sociedade.

Deste modo, a identidade define um processo mais ou menos consciente, em constante evolução, sujeito a alterações e modelações em função das relações e trocas sociais que se estabelecem com o “outro”, no meio em que o indivíduo ou grupo se inserem. Com efeito, os factores urbanos adquirem uma grande importância na medida em que devem proporcionar as condições necessárias à sociabilidade.

“Quando a memória e identidade estão suficientemente constituídas, suficientemente instituídas, amarradas, os questionamentos vindos de grupos externos à organização, os problemas colocados pelos outros não chegam a provocar a necessidade de se proceder a rearrumações, nem ao nível da identidade colectiva, nem ao nível da identidade individual” (Pollak, 1992:7).

De acordo com Castells (2003), relativamente a movimentos políticos locais contra a exploração económica, as pessoas, quando se vêem perante problemas de maior dimensão - como a falta de habitação, no caso das populações na fase inicial de expansão das AUGI - agarram-se a si mesmas, às suas origens, às suas memórias, às suas convicções e esperanças, àquilo que possuem, e é isso que acaba por marcar e (trans)formar a sua identidade.

O estudo aprofundado de Firmino da Costa sobre o bairro de Alfama fez com que este lhe atribuisse várias conotações: “enquanto local físico, conjunto populacional, e quadro social, enquanto palco de experiências de vida e cenário emblemático de formas culturais, enquanto referente mitificado de afectividade, memória e valor patrimonial” (2008:109). Assim, à semelhança do que se passa no bairro de Alfama, para os habitantes de algumas AUGI, a representação do seu bairro como entidade comum, erguida pelas suas próprias mãos, une a população segundo esse referente de afectividade, enquanto memória e valor patrimonial, assumindo um carácter identitário. No entanto isto não acontece em todos os casos como se verifica à frente, no desenvolvimento da análise aos casos de estudo.

Numa cidade ou bairro, ainda que a identidade local seja condicionada pela sua auto e hétero representação, a carga simbólica também é útil aos outros, no reconhecimento do local pelos mesmos.

O que acontece especificamente nos bairros clandestinos é que o palco de experiências de vida e cenário emblemático de formas culturais referidos anteriormente se encontra, geralmente, extremamente fragilizado pela carência de espaços públicos, de encontro, de recreio, de partilha directa ou indirecta dessas experiências. Deste modo, a afectividade e a(s) memória(s) encontram o seu espaço nas propriedades individuais, na habitação e no que ela engloba. Por outro lado, também o valor patrimonial é principalmente atribuído à casa

própria, ainda que hoje em dia já se note uma preocupação com o que está para além da habitação, sobretudo da parte das gerações mais novas.

Assim, estas áreas parecem não representar pontos de referência, não são lugares apelativos e isso afasta uma eventual imagem positiva dos bairros em questão, sendo uma realidade por vezes ignorada e desconhecida entre o público em geral. Esta falta de afirmação decorre da ausência de espaço público significativo. A compreensão do *Genius Loci* ou espírito do lugar, conceito herdado da Antiguidade, nega a recusa do carácter do espaço pré-existente e faz com que se assimile a genuinidade do lugar, a realidade a enfrentar e sobre a qual se deve projectar.

Para Norberg-Shculz (1984:5), “o Homem habita quando se consegue orientar ‘em’ e ‘identificar-se’ a si próprio com o meio envolvente ou, quando experimenta a envolvente como significativa” Assim, habitar implica mais do que protecção, implica que os espaços vividos sejam “lugares”, ou seja, espaços que possuem um carácter (*idem, ibidem*). Neste sentido, e segundo o autor, as memórias ganham interesse na medida em que os indivíduos, através de um determinado espaço, podem reviver emoções que encontraram nesse cenário ou reconhecê-lo de certa forma, pela apropriação do espaço semelhante à de lugares anteriormente habitados.

Deste modo, através da Arquitectura, é extremamente importante descobrir o sentido potencial que está presente numa dada área ou zona da cidade e criar as condições ideais para habitar através da fundação de lugares significantes. Posteriormente, na fase da análise e delineamento de estratégias e soluções propostas, procura-se atentar a este sentido potencial dos bairros em questão, respeitar as suas características e valorizar as pré-existências.

## Capítulo 5 ESPAÇO PÚBLICO

Imagem 5-Avenida Luis Xavier, Curitiba



Fonte: Fotografia própria

Imagem 6-Piazza di Spagna, Roma



Fonte: Fotografia própria

Trata-se, neste capítulo, da forma como se entende o espaço. Aborda-se com maior intensidade a questão do espaço público, as suas dimensões morfológica e tipológica e os indicadores da sua qualidade. Apresenta-se também uma referência à rua, como espaço privilegiado para as sociabilidades e interações sociais, termos que também aqui se abordam. Finalmente faz-se uma alusão ao conceito de qualidade de vida e a influência do espaço público na sua melhoria.

No sentido do reconhecimento da importância do espaço envolvente ao habitat, Norberg-Schulz (citado por Pires, 2008), aponta para uma dimensão existencial do mesmo, ao criar o conceito de “espaço existencial”. Este engloba as “relações básicas entre o Homem e o seu meio envolvente e é composto por dois termos complementares – ‘Espaço e Carácter’, directamente relacionados com as funções básicas psíquicas de ‘orientação’ e ‘identificação’” (Pires, 2008:115). Estas duas funções revelam-se, segundo Schulz, imprescindíveis na compreensão de um lugar, na medida em que quando um indivíduo se identifica com um lugar tende a considerá-lo, de certa forma, como seu, sendo para isso necessário que este se oriente no espaço.

A palavra habitar indica uma relação total Homem-Lugar. Esta implica a distinção entre espaço e carácter. Quando o Homem habita, ele é simultaneamente localizado no espaço e exposto a um certo carácter ambiental. As duas funções psicológicas envolvidas são a ‘orientação’ e a ‘identificação’. Para ganhar a sua identidade existencial este tem que ser capaz de se orientar, tem que saber onde está, mas também tem que se identificar com o ambiente, ou seja, tem que saber como está num certo Lugar. (Norberg-Schulz, 1984:19)

Deste modo, inicia-se este capítulo com breves noções gerais sobre o espaço e das condições que o determinam.

Onde se observa vida e interações sociais, observa-se espaço, cujo significado foi atribuído pelas ações que nele se desenrolam e que o preenchem. De acordo com Simmel (citado por Carmo, 2006), a existência e o significado do espaço estão dependentes das ações recíprocas que os indivíduos aí desencadeiam, sendo que estas se verificam em contextos delimitados. Com efeito, Simmel apresenta quatro condições que determinam a construção desse limite (segundo ele, a noção que melhor incorpora a ideia de forma): i) exclusividade - na medida em que atribui singularidade a cada troço de espaço, uma vez que não existe um espaço único geral; ii) divisão - implica a existência de limites que viabilizem a autonomização das partes, partindo do princípio que a interação estrutura o limite; iii) fixação - enquanto elemento que se representa pela confluência de associações interpessoais em torno de algo comum; e iv) proximidade ou distância - que contribuem, respectivamente, para a reunião ou para a separação (Carmo, 2006:10-12).

Em síntese, o espaço é entendido como forma receptora de ações e interações.

Com base no pensamento de Simmel, Renato Carmo (2006) defende que há uma complementaridade entre a noção de limite e a ideia de movimento, sendo que uma implica a outra. Concretizando:

Exclusividade é a condição da singularidade (limite), objectivada a partir da diferenciação das ações recíprocas (movimento); a divisão estabelece uma fronteira (limite) entre os vários tipos de reunião (movimento); a fixação centraliza num objecto (limite) a qualidade da reciprocidade (movimento); a proximidade dos indivíduos (limite) contribui para as associações entre estes (movimento). (Carmo, 2006:13)

Ou seja, o limite objectiva a distinção entre o que é interior e o que é exterior. A este respeito, Carmo (2006) aponta a barreira estabelecida entre dois alojamentos vizinhos como exemplo deste tipo de separação espacial. Para o autor, cada lar torna-se interior na medida em que o que não lhe pertence e se encontra fora das suas paredes se apresenta como o seu exterior. Verificam-se também situações em que o limite não se traduz através de barreiras físicas, no entanto o seu efeito é tão determinante como se elas existissem, como acontece em realidades extremas de exclusão social e de estigmatização relativamente a populações residentes em determinados bairros pobres e degradados, como poderá ser o caso p.e. de algumas AUGI.

### 5.1. SOBRE A ESFERA PÚBLICA...

Segundo Hannah Arendt (2010), foi na Grécia antiga que, em oposição à esfera privada, se deu a génese da esfera pública. Na esfera privada o homem apenas satisfazia as suas necessidades básicas e biológicas como a alimentação, o alojamento e a segurança, encontrando-se privado de participar em ações políticas.

De acordo com a autora,



Viver uma vida inteiramente privada significava, acima de tudo, estar privado de coisas essenciais a uma vida verdadeiramente humana: estar privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação “objectiva” com eles decorrente do facto de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida (Arendt, 2010:79).

A esfera pública manifestava-se pelo domínio da vida política, exercida através da acção e do discurso. Fazer parte do mesmo implicava coragem, na medida em que o indivíduo não se resignava à vida biológica privada. Com efeito, a polis era, na antiguidade grega, assumida como o espaço político por excelência, destinado ao exercício da liberdade.

Pertencer aos poucos que tinham liberdade e igualdade entre si, pressupunha um espírito de luta: cada cidadão procurava demonstrar perante os outros que era o melhor, exibindo, através da palavra e da persuasão, os seus feitos singulares, isto é, a polis era o espaço de afirmação e reconhecimento de uma individualidade discursiva (Arendt, 2010). Na sociedade grega daquela época, o homem só era reconhecido como inteiramente humano se ultrapassasse o domínio instintivo e natural da vida privada.

Com efeito, o domínio público estava intimamente relacionado com a acessibilidade, uma vez que tudo o que é tornado público se torna acessível a todos e pode ser presenciado e julgado por todos. Assim, o expressar de um pensamento, sentimento ou experiência artística individual faz com que o espaço público transcenda o espaço privado.

A ágora grega era o espaço no qual a delimitação da esfera pública urbana estava claramente definida, onde se exercia a democracia directa, sendo o lugar, por excelência, da discussão e do debate de ideias entre os cidadãos. Era, normalmente, delimitada por um mercado, um edifício governamental e restantes edifícios.

Em contraponto, o fórum romano representava, em si mesmo, a monumentalidade do Estado, sendo que o indivíduo que por ele passasse estava espacialmente subordinado aos enormes prédios públicos que o compunham. Este diferenciava-se da ágora na medida em que o espaço de discussão não abrangia a praça pública, aberta, mas o espaço fechado dos edifícios, nos quais a penetração era restrita e controlada.

Posteriormente, na cidade medieval, controlada pela aristocracia, a vida desenrolava-se nas ruas, onde se davam as relações entre os cidadãos. No entanto, muitas das actividades que lá se organizavam começaram a mudar-se para o interior dos edifícios, para evitar grandes agitações e confusões. E assim se assistiu a uma grande mudança na apropriação do espaço público.

O pensamento político medieval do cristianismo defendia apenas que “os indivíduos privados têm interesses materiais e espirituais em comum” (Arendt, 2010:42), pondo de parte qualquer questão política e qualquer interesse público nas actividades privadas, como parece acontecer na sociedade moderna.

Posteriormente, na época das cidades Renascentista e Barroca, assistiu-se a uma teorização da produção do espaço urbano. O traçado das ruas torna-se o elemento gerador da forma urbana, e o espaço público é delimitado e desenhado com regras de composição e escala, desenvolvendo-se, desde o início, como projecto unitário através de um processo geométrico rigoroso.

Segundo Ascher (1998:172),

(...) a expressão espaço público, propriamente dita, parece surgir pela primeira vez num documento administrativo em 1977, no quadro de um processo de intervenção pública nos bairros antigos, reagrupando numa mesma categoria, os espaços verdes, as ruas pedonais, as praças, a valorização da paisagem urbana e o mobiliário urbano, mas será retomada seguidamente em numerosos documentos e conhecerá um êxito crescente.

No século XIX, como consequência da revolução industrial, desenvolveu-se um novo urbanismo com preocupações higienistas onde a qualificação do espaço público se tornou factor determinante ao planeamento urbano. Destacam-se o plano de Haussman, em meados do séc. XIX – plano de expansão urbana de Paris com o intuito de melhorar as condições da circulação quer rodoviária, quer dos peões, criando as famosas *boulevards* com espaços de circulação bem definidos; e o plano de Cerdá para Barcelona, em 1859 – que cria uma malha ortogonal, composta por grandes quarteirões, ruas dimensionadas no sentido da coexistência confortável e otimizada da circulação rodoviária e pedestre e englobando infraestruturas, equipamentos, parques, indústria, serviços, comércio e habitação.

Por volta da década 30 do séc. XX o conceito de espaço público é alvo de uma nova abordagem por parte do movimento modernista. Le Corbusier (1933) elabora a carta de Atenas onde propõe um zoneamento claro da cidade (Habitar, Trabalhar, Circular e Lazer), pondo de lado o conceito de rua tradicional, apostando em grandes blocos de habitação implantados sobre um imenso espaço público constituído por jardins, parques e equipamentos públicos destinados ao lazer dos cidadãos, afastados dos eixos de circulação. Deste modo, predominava a lógica da integração económico-funcional e com a expansão do mercado automóvel, o espaço público era maioritariamente utilizado para o estacionamento ou circulação de veículos motorizados. A forma urbana resultava de uma ocupação funcionalista do solo sob a forma de zonas especializadas e de figuras em rede (Castro, 2002).

Nos anos 70, por influência de alguns autores como Jane Jacobs, Kevin Lynch e Aldo Rossi, muitas cidades apostaram na revitalização do espaço público, conferindo-lhe como principais valores, as interacções sociais, as funções culturais, comerciais e outras actividades económicas. Actualmente “é, pois, num momento em que a comunidade é violentada, discutida, fracturada que aparece o espaço público como conceito operativo do planeamento urbano e como um instrumento político para enquadrar e reforçar o laço social” (Castro, 2002:57). Segundo Levy (citado por Castro, 2002), tal como a outros níveis, também o espaço público parece surgir em crise. Levy afirma que “a cena pública mediática tende a substituir cada vez mais a cena pública urbana e a simbólica a transformar-se em espectáculo (Castro, 2002:58).

Esta crise amplamente discutida em alguma da bibliografia consultada, já tinha sido anunciada por Richard Sennett (2002 [1977]). Para Sennett o espaço público perdeu a sua importância enquanto lugar de intercâmbio de pessoas e actividades, assumindo-se como um espaço vazio de sentido quer para os cidadãos residentes, quer para os arquitectos, sendo equivalente a uma zona de passagem, ou seja, as pessoas simplesmente o usam como via de passagem.

## 5.2. DIMENSÃO MORFOLÓGICA E TIPOLÓGICA DO ESPAÇO PÚBLICO

Merlin e Choay definem espaço público como a parte do domínio público não edificado, afecta a usos públicos (Merlin e Choay, 2010: 317-319) e cuja posse é do poder público.

No entanto mais do que a definição física do espaço, interessa aqui perceber o modo ou modos como essa definição pode determinar comportamentos e favorecer as relações sociais. Deste modo, Indovina (2002) considera que o espaço público constitui um factor importante na identidade que os lugares adquirem através dos seus valores simbólicos. Por outro lado, é assumido como o lugar da palavra, da sociabilidade, do encontro e é aí que a sociedade encontra o seu espaço livre de expressão, através de grupos sociais, culturais e políticos, devendo por isso contribuir para a representação pessoal, cultural, social e política.

Também Borja (2003) partilha a ideia de que o espaço público adquire uma dimensão sociocultural muito importante, na medida em que é lugar de relações e identificações, de contacto entre as pessoas, de animação urbana e de expressão comunitária. Defende o autor que a própria dinâmica da cidade e os comportamentos dos seus habitantes podem gerar espaços públicos que não eram até ao momento considerados como tal, nem estavam previstos. Por outras palavras, o que define a natureza do espaço público é o uso que os indivíduos ou grupos fazem dele.

A bibliografia aponta para diferentes formas de classificação e de tipificação dos espaços públicos, contudo, vamos aqui fazer referência apenas a duas classificações. É possível definir alguns parâmetros através dos quais é possível classificar os espaços públicos que constituem a cidade. Francisco (2005) aponta um conjunto diverso de critérios, a saber:

- a) Propriedade: o espaço público pode ser propriedade privada de uso público ou fazer parte do domínio público;
- b) Morfologia: pode ser um espaço aberto (exterior), fechado (interior) ou misto;
- c) Projectação: existem espaços públicos verticais (segundo vários pisos) ou horizontais.
- d) Uso: direccionados principalmente ao trânsito pedonal, motorizado ou multimodal;
- e) Acesso: permite o acesso livre ou condiciona o acesso, limitando-o;
- f) Função: de acordo com as suas outras características o espaço público adquire como principais funções a passagem, a transição e a permanência ou estadia;
- g) Atractividade: esta parece variar segundo o público-alvo, as actividades, a beleza natural ou urbana envolvendo diferentes ou múltiplas escalas - local, urbana, metropolitana, nacional e/ou internacional.

As próprias características do espaço, bem como as relações e/ou interações que este proporciona influenciam na determinação do carácter do espaço público, sendo possível esboçar vários tipos (ver Quadro 1).

**Quadro 1-Tipologias do Espaço Público**

Espaços - traçado	Encontro Circulação	Praças, largos Avenidas, ruas
Espaços - “paisagem”	Lazer-Natureza Contemplanção	Parques, jardins Panoramas, miradouros
Espaços - deslocação	Transporte Canal Estacionamento	Paragens, estações Auto-estradas, vias férreas Parques de estacionamento
Espaços - memória	Saudade Arqueologia Memoriais	Cemitério Industrial, agrícola, serviços Espaços monumentais
Espaços comerciais	Semi-interiores Semi-exteiores	Mercados, centros comerciais Quiosques, toldos
Espaços gerados	Por edifícios Por equipamentos Por sistemas	Adros, passagem, galeria, pátio Culturais, desportivos, religiosos, infantis Iluminação, mobiliário, comunicação, arte

Fonte: Pedro Brandão, *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva*, 2008:19

Lynch (2007 [1981]) apresenta um conjunto de elementos, relativos às características físicas do espaço público e que permitem estabelecer diferentes tipologias. São eles: o dimensionamento e a estrutura intrínseca; o sentido de orientação que transmite aos indivíduos que o utilizam e a densidade de ocupação do mesmo.

Assim, pode agrupar-se os espaços públicos segundo dois tipos: os lineares – que correspondem a espaços de circulação como ruas, travessas, entre outros; e os não lineares – que são associados a lugares de permanência (Gehl e Gemzoe, 2000).

Lynch (2007 [1981]:436) afirma que,

A localização dos espaços públicos não lineares no território obedece a duas formas distintas. A primeira coloca os espaços públicos não lineares de uma forma concentrada e contínua pelo território; enquanto a segunda torna o espaço público acessível a todos, subdividindo-o em pequenas fracções, dispondo-o de forma dispersa no território.

Para Gehl e Gemzoe (2000), os espaços públicos não lineares são o resultado das sucessivas intervenções na cidade, planeadas ou espontâneas e formam os lugares de actividades de sociabilização da comunidade. Para estes autores, os espaços públicos não lineares no que concerne às vivências colectivas agrupam-se de acordo com a forma, orgânica ou racional, com a dimensão, uso e actividades que neles se desenvolvem, diz respeito. Como tal, interessa aqui, especialmente, identificar: as praças – consideradas como elemento agregador das vivências urbanas, em torno das quais é comum a implantação de edifícios e equipamentos de carácter colectivo, como igrejas e monumentos de representação do poder; os largos – elementos menos demarcados no território, que parecem resultar de um espaço urbano

residual; as pracetas – que são semelhantes aos largos mas de menor dimensão, menor acessibilidade e menor permeabilidade; e os terreiros – constituem plataformas regulares, relativamente extensas e planas, e podem acolher festividades e actividades periódicas.

Convém ainda evidenciar os espaços verdes, tais como: os parques urbanos – espaços de grande dimensão que servem toda ou grande parte da cidade, bem como toda a população, possuindo normalmente mobiliário de recreio ou de repouso; os jardins públicos – espaços de menor dimensão, que se verificam a nível de bairro e que são constituídos por áreas pedonais e zonas ajardinadas; e podem ainda observar-se áreas ajardinadas apenas como elementos ornamentais e de composição. Numa posição especial podem colocar-se os espaços de contemplação - cuja função é essencialmente apreciar a paisagem envolvente; e os espaços construídos com o intuito de prestar homenagem a alguém ou algum feito histórico.

Nas AUGI, no que concerne a espaços públicos, nota-se uma predominância de espaços lineares. O que acontece é que, na maioria das vezes, esses espaços de circulação aparecem vazios, despidos de vida. Verifica-se também, em alguns casos, a existência de largos decorrentes, tal como algumas ruas, do espaço intersticial entre as habitações.

Desta forma, estes bairros carecem de espaços públicos não lineares, espaços que constituam lugares de permanência e consigam promover a sociabilidade através do desenvolvimento de actividades variadas. Não basta que os haja, é necessário que sejam de qualidade, úteis à população e que contribuam de forma activa para a melhoria da sua qualidade de vida. Os factores que determinam a qualidade do espaço público são desenvolvidos de seguida.

### 5.3. QUALIDADE DO ESPAÇO PÚBLICO

No que concerne à promoção da qualidade de vida urbana, Lynch (2007 [1981]) aponta alguns factores que considera essenciais. São eles: a vitalidade, a sensação, a adequação, o acesso e o controlo.

No sentido de reabilitar a cidade tradicional, também Jacobs e Appleyard (1987) referem como eixos estruturadores para a construção de espaços públicos de qualidade: a vivência; a identidade e o controlo; o acesso a oportunidades; a imaginação e distracção; a autenticidade e significado; a vida pública e comunitária; a auto-confiança urbana e o bom ambiente para todos.

Assim sendo, no sentido da promoção da qualidade de vida urbana parece indispensável que o espaço público urbano se caracterize, de acordo com alguns parâmetros de qualidade, devendo para isso atender à importância de uma série de elementos, apontados por Borja (2003), tais como: a continuidade do desenho urbano e a capacidade de se ordenar a si mesmo; a nobreza das formas, dos seus materiais e portanto da sua imagem e a capacidade de se adaptar a diferentes usos, ao longo do tempo. Nesta perspectiva, a existência dos espaços públicos tem como grande desafio: dar forma e sentido ao conjunto que é a cidade, garantir trajectos e elementos de continuidade e ressaltar as diferenças entre edifícios, quarteirões e

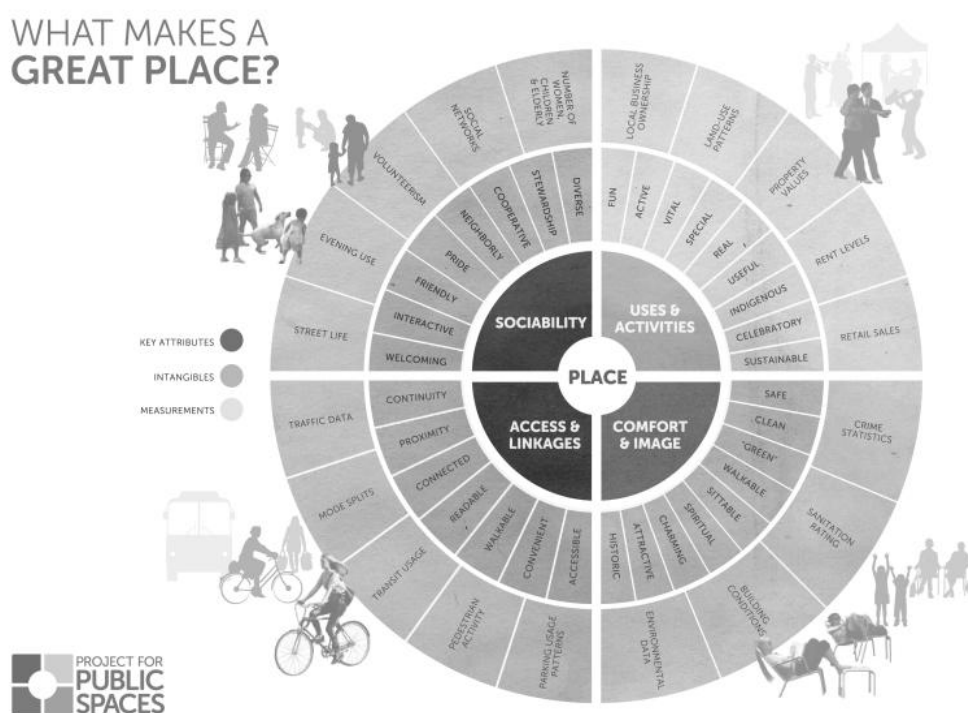
áreas urbanas; e ordenar as relações entre os edifícios, equipamentos, monumentos, vias, espaços de transição e espaços abertos em cada área da cidade (Borja, 2003:130).

Segundo Gehl (1996), a qualidade do espaço público pode medir-se pela diversidade de atividades que o indivíduo lá pratica. Um aumento na sua qualidade estimula, em especial, as atividades opcionais, das quais dependem as relações sociais. Em espaços públicos de qualidade reduzida, o indivíduo, ou grupo, só fazem o estritamente necessário. A própria vontade, do indivíduo ou grupo, de praticar determinadas atividades condicionada pela qualidade do ambiente urbano existente ou pelas condições climáticas características do lugar ou que se possam verificar pontualmente, permite a realização de atividades opcionais no espaço público.

A organização *Project for Public Spaces* (1975) tem realizado diversos estudos no sentido da qualificação dos espaços públicos que a cidade integra e especifica uma série de factores que parecem de extrema importância na análise e percepção da qualidade dos mesmos.

De acordo com a organização existem quatro principais atributos-chave: as acessibilidades e ligações (devendo os espaços públicos ser facilmente acessíveis e bem conectados com a envolvente); o conforto e imagem (devendo englobar espaços confortáveis e zelar pela boa imagem, arquitectónica, urbanística e funcional do espaço em questão); os usos e actividades (na medida em que o espaço deve ser convidativo à prática das mais diversas actividades); e a sociabilidade (cujas características devem encorajar a permanência e o visitar do lugar). Estes elementos são representados através de vários indicadores, aos quais correspondem medidas de acção, como mostra a seguinte imagem:

**Imagem 7-Critérios de Avaliação do EP**



Fonte: <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>

De entre os diversos benefícios decorrentes da criação de bons espaços públicos, a organização *Project for Public Spaces* (1975) aponta os seguintes: apoiar as economias locais; atrair investimento; atrair turismo; promover atividades culturais; encorajar o voluntariado; reduzir o crime; melhorar a segurança pedonal; aumentar o uso de transportes públicos; melhorar a qualidade de saúde pública ao melhorar a qualidade da circulação pedonal e melhorar e proteger o ambiente.

Ainda assim, é extremamente importante conhecer e compreender a população que vai usufruir do espaço. Esta metodologia de análise da qualidade do espaço público, com todas estas variantes, ajusta-se melhor a um contexto de centro urbano que abrange populações diversificadas e em maior número. Deste modo é essencial ter em conta as fragilidades e condicionantes evidentes nas AUGI, pela sua localização, pelas suas pré-existências, pelo perfil de população, aspirações e valores intrínsecos e adaptar a metodologia de avaliação e de intervenção a cada caso específico. O objectivo não se inscreve apenas numa perspectiva de atrair e servir o maior número de pessoas, incluindo indivíduos ou grupos que têm a sua morada fora dos limites dos bairros em questão (mais ou menos próximas), ou de “promoção urbana e de novos estilos de vida, onde se evidencia a cidade como objecto estético, lugar de memória e de dimensão internacional” (Castro, 2002:57), mas tendo sempre em conta que se trata de um espaço periférico e qualquer alteração radical pode desrespeitar as memórias, práticas e valores das pessoas que ergueram o bairro com as suas próprias mãos, meios e esforços e que lá permaneceram até aos dias de hoje. Qualquer intervenção deve por isso servir e proporcionar uma melhoria substancial das condições e da qualidade de vida a estes habitantes.

*Sobre a qualidade do espaço, Serdoura (2006:7) salienta que*

a percepção da qualidade do espaço público surge como consequência das imagens que se têm do local e de como e por quem essas imagens são apreendidas. A interação entre a forma urbana e o comportamento humano pode ser concordante ou conflituosa com as exigências humanas da vida urbana, no entanto as duas não devem ser dissociadas. As alterações e substituições das actividades humanas relacionadas com o uso do espaço são consequência da percepção individual e social sobre esse espaço, mas é distinta em cada caso.

Borja, citado por Castro (2002:55), defende que o espaço público, acima de tudo, deve organizar o território no sentido da integração de diversos usos e funções e assumir-se como espaço de expressão colectiva, de vida comunitária, de encontro, respeitando assim os direitos do cidadão. Como tal, não devem ser viáveis projectos urbanos que não tenham em conta nem relacionem objectivos sociais e ambientais, a fim de encorajar a cidadania e de a elevar ao seu mais alto nível. Ou seja,

os espaços públicos, ao estruturarem as malhas e os tecidos urbanos, devem também ser lidos enquanto elementos de uma rede organizadora do território urbano que estabelece hierarquias e ligações funcionais e espaciais, que permitem orientarmo-nos e lermos as cidades; alcançam ainda uma outra dimensão, que tem a ver com o seu valor simbólico e reverenciador (Seixas et al.,1997: 60).

#### 5.4. VIVER A RUA

Mais do que um espaço público, a rua assume-se como o espaço público por excelência, uma vez que, sem estas dinâmicas associadas à vida na rua, as cidades parecem não sobreviver.

De acordo com Matta, citado por Santos et al (1985:70), grande parte dos olhares recai sobre a rua e é através dela que se desenvolvem as interações mais ou menos intensas das pessoas. Se é ao nível da habitação que as relações sociais de cariz familiar tomam lugar, pelo contrário a rua cria oportunidade para que aconteça o contacto e interacção entre os que, à partida, nada mais têm que os una do que a cidade. Com efeito, sair à rua significa apresentar-se perante a sociedade.

**Imagem 8**-Transição público-privado, Amesterdão



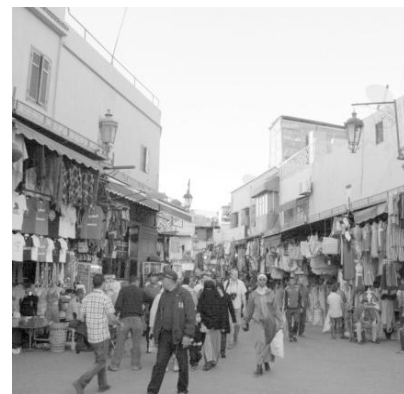
Fonte: Fotografia própria

**Imagem 9**-Festas Populares - Bica, Lisboa



Fonte: Fotografia própria

**Imagem 10**-Souk em Marraquexe



Fonte: Fotografia própria

Idelfons Cerdá foi um dos principais defensores de que a rua assume outras funcionalidades tão ou mais importantes do que a simples função de condução de um ponto a outro. E por isso a sua complexidade deve ser assumida e explorada pelos urbanistas. No plano de Cerdá a rua, sem deixar de ser uma via pública urbana e sem deixar de prestar os serviços que deve, enquanto tal, é idealizada no sentido de atender a aspirações e necessidades de outras ordens, por parte dos indivíduos. Com efeito, esta deve continuar a responder às exigências de locomoção mas exige-se-lhe que assuma também o carácter de organismo social e urbano (Borja, 2003: 135-136). Ou seja, o universo da rua comporta relações de substância, domínios da intimidade e informalidade, lugares mais ou menos familiares onde as relações contratuais, a impessoalidade, as formalidades e o valor-dinheiro se relativizam ou são parcialmente suspensos. (Santos et al, 1985:70)

De acordo com Arnheim (citado por Muga, 2005:158), a rua, enquanto tal, deve possuir um carácter figural, o qual depende dos seguintes factores:

- a) Sentido de fácil acesso, de direcção clara e de limites bem definidos para um avanço seguro: esta dinâmica vê-se reforçada quando existe um forte elemento no extremo da rua (ver imagem 13);



- b) Altura dos edifícios que constituem a rua: a altura ideal dos edifícios deve ter uma relação harmoniosa e coerente com a largura da rua;
- c) Largura da rua: esta deve ser cuidadosamente controlada na medida em que, se a rua for demasiado estreita os edifícios comprimem desagradavelmente o inter-espço. Por outro lado, se a largura da rua for demasiado grande, denota-se uma área destituída de estrutura e torna-se necessário dotá-la com elementos que articulem a sua faixa central e clarifiquem a sua direcção;
- d) Natureza das fachadas: quanto mais achatadas, monótonas e uniformes forem, maior o carácter de fundo dos edifícios e maior o carácter figural da rua. Para o Arquitecto F. Brandão Alves, citado por Muga (2005:158), a capacidade do cidadão perceber a rua como figura, depende muito do grau de relacionamento das fachadas dos edifícios com o espaço público por eles definido, promovendo o sentido de contenção e orientação.

Importa reforçar que a presença de elementos, de carácter permanente ou temporário, que ligam os dois lados da rua também acentuam o carácter figural das ruas.

**Imagem 13**-Rua Augusta, Lisboa



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/455637687272710524/>

**Imagem 11**-Pont dels Sospis, Barcelona



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/122723158567840418/>

**Imagem 12**-Carácter figural de rua, Curitiba



Fonte: Fotografia própria

Para garantir uma diversidade exuberante nas ruas, distritos e cidades, Jacobs (2014 [1961]) aponta quatro condições:

- i. A necessidade de usos principais combinados, já que o bairro deve atender a mais de uma função principal; de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infra-estrutura. (importância a nível de segurança e interacção social, bem como económica) (2014 [1961]:167).

- ii. A necessidade de quadras curtas; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes” (idem:197) (importância no sentido de não isolar a vizinhança e de permitir o movimento através de variadas ruas).
- iii. A necessidade de prédios antigos na medida em que “O bairro deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir boa percentagem de prédios antigos” (idem:207) (importância pela garantia de variedades de ocupação).
- iv. A necessidade de concentração, uma vez que “o bairro precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem os seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá” (idem: 221). Este aspecto adquire importância no que aos bairros essencialmente habitacionais diz respeito, na medida em que nos grandes centros urbanos essa concentração verifica-se mas esta não é considerada ao nível dos bairros residenciais. As pessoas que habitam o distrito são parte das pessoas que dão vida às ruas, aos parques e aos estabelecimentos locais.

Para Borja, a diversidade do carácter das ruas ou vias exige um tratamento adequado; estas devem ser facilmente identificáveis como ruas comuns, passagens, avenidas, estradas, ciclovias, entre outras. (Borja, 2003:136-137)

De acordo com Gorjão Jorge (2007:83-84):

o que a rua é [...] depende, pois, das condições nas quais ela se nos apresenta por intermédio daquilo que para nós se torna, de facto, a sua experiência: por exemplo, da percepção do tipo de obstrução lateral que os edifícios oferecem ao espaço, dos percursos que ela, como caminho, proporciona àqueles que a percorrem. Ora, isso vai torná-la dependente da origem e do destino que ela une, ainda que, evidentemente, antes dessa origem e depois desse destino a cidade desenvolva o seu discurso visível através de outras origens e de outros destinos. Ela também fica, assim, dependente daqueles que a utilizam durante o dia e durante a noite e das actividades que, como via, liga entre si. Em suma, a rua dependerá sempre do tipo de acção de habitar que proporciona aos cidadãos em todas as ocasiões.

Utilizar uma rua é percorrer uma história. A rua abriga marcas de um passado mais ou menos distante e envolve as vidas que por ela passam, de tal forma que os indivíduos ignoram o resto do território no qual a rua se insere, concentrando-se apenas na rua, no seu valor simbólico e nas sensações que ela oferece, consciente ou inconscientemente. A lembrança de lugares de infância; a curiosidade despertada sobre determinados elementos; os edifícios que a compõem, e que, por sua vez a rua compõe e as sensações provocadas pelo ambiente fazem da rua um elemento muito peculiar, assumindo, cada uma, uma personalidade característica.

A rua determina e é determinada. Como escreve Jorge (2007:83-84),

estas casas são assim, exactamente assim, porque coexistem com a rua, estão presas a ela, estão ancoradas nela, inclusivamente partilhando com ela o seu destino. E de cada vez que um destes edifícios é destruído, e em seu lugar, é construído outro ou fica um vazio, a rua passa a ser diferente. Mas nós, que conhecíamos essa rua, recusamos reconhecê-la na sua nova condição pois, de certo modo, com essa mudança

criou-se um desafio – pequeno ou grande, conforme a importância que atribuímos à sua memória original – à nossa própria identidade.

Deste modo, a significação e importância da rua desenvolvem-se desde o início da fixação e uso da população, no território, e com ela vão crescendo e adquirindo múltiplos e distintos valores e sentidos. As experiências sensoriais que a rua, na sua constituição, permite e oferece, formam o indivíduo e fomentam as interações e relações com o outro. Por sua vez, também o indivíduo ou grupo, transmitem à rua a sua apropriação, caracterizando-a e definindo-a.

Como tal, é perceptível que esta significação e caracterização da rua variem ao longo do tempo com a alteração de valores e modos de vida da sociedade, podendo talvez afirmar-se que a rua adquire tantos sentidos e significados quantos os indivíduos que lhe dão vida, diversos ao longo de toda a sua existência. Parece redutor pensar a rua principalmente como meio de união de dois pontos. Pelo que qualificá-la e “emprestar-lhe” a vida das pessoas que a percorrem, honra a(s) sua(s) história(s) e confere-lhe significado e valor simbólico.

## 5.5. SOCIABILIDADES E PRÁTICAS SOCIAIS

Life between buildings is potentially a self-reinforcing process. When someone begins to do something, there is a clear tendency for others to join in, either to participate themselves, or just to experience what others are doing (Gehl, 1996:75).

É ao nível da rua e dos restantes espaços públicos, cobertos ou ao ar livre, que grande parte das práticas sociais se concretiza. O leque de percepções que o indivíduo ou o grupo podem construir sobre um determinado espaço está intimamente relacionado com as experiências sensoriais transmitidas pelo mesmo. Como tal, para Gehl (2013), as cidades devem oferecer oportunidades e boas condições para que as pessoas se sintam bem ao caminhar, ao parar, ao sentar, ao olhar, ao ouvir e ao falar. No fundo, ao habitar. Se tais actividades básicas sensoriais ocorrerem em boas condições, estas desdobrar-se-ão em todas as combinações possíveis, enriquecendo assim as interações sociais.

Dirigindo o estudo para o nível do bairro, essas condições continuam indispensáveis para a existência das interações sociais, uma vez que a qualidade da habitação e do espaço ao nível visual parece ser decisivo para o melhoramento da qualidade de vida. “A luta pela qualidade se dá na escala menor” (Gehl, 2013:118)

De acordo com António Custódio Gonçalves (1988:24):

a relação ao espaço e a significação do bairro variam profundamente de um meio social para outro: para uns, é ao nível da unidade de vizinhança que se organiza toda a vida e se estabelecem as redes de relações; para outros o bairro é um ponto de referência que permite a inserção em diversos grupos organizados localmente, por exemplo em organizações culturais, paroquiais e recreativas locais para certas franjas de classe média; para outros ainda, o bairro é avaliado a partir da inserção de alojamento, num meio envolvente, considerado de qualidade, embora as relações

criadas e os serviços utilizados sejam escolhidos independentemente do critério da proximidade espacial.

**Imagem 15**-Vila Berta, Lisboa



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/300967187576533476/>

**Imagem 14**-Rua como lugar de sociabilidade, Cuba



Fonte: <https://www.pinterest.com/pin/356628864218666438/>

No referente aos factores de natureza física e psicossocial, Muga (2005:241-242) apresenta três abordagens teóricas que explicam as relações sociais na cidade: a proximidade e homogeneidade, a teoria do espaço defensável, a teoria do apoio social:

- a) Proximidade e homogeneidade: quer a proximidade física, quer a homogeneidade de valores e interesses entre os indivíduos ou grupos são influenciadas pelo estilo de vida (Holahan, citado por Muga, 2005) e pela classe social (Soczka, citado por Muga, 2005). Se por um lado as relações baseadas na proximidade tendem a ser mais acentuadas em modos de vida mais locais, por outro lado a homogeneidade adquire maior importância no estilo de vida “cosmopolita”. No que diz respeito à classe social, nos bairros mais pobres as relações de vizinhança parecem ser mais comuns, enquanto, nas classes sociais económico-culturalmente dominantes, as relações sociais se estabelecem, maioritariamente, através de critérios de afinidade cultural ou ideológica ou a partir das relações de trabalho;
- b) Teoria do espaço defensável, de acordo com Newman (citado por Muga, 2005): o sentido de comunidade exige organização, regras, papéis e condições que o espaço defensável permite resolver e para que este se crie são necessárias algumas condições: capacidade do ambiente físico de criar zonas de influência territorial percebidas como tal pelos seus residentes; capacidade do projecto urbano de sugerir a percepção de uma identidade colectiva dos residentes; capacidade do projecto de criar a possibilidade da acção vigilante dos residentes;
- c) Teoria do apoio social: esta teoria explica as relações sociais como forma de apoio psicossocial. Segundo Holahan (citado por Muga, 2005), as ligações sociais urbanas, que prestam um apoio social positivo aos cidadãos caracterizam-se pelo número de pessoas envolvidas na rede de apoio, pela qualidade do apoio social (coesão, abertura

à expressão de emoções) e pela ligação afectiva ao lugar (tempo de residência e sentido de pertença). A resistência ao realojamento, mesmo quando as condições pré-existentes são deploráveis, explica-se pelo medo de perder as fontes de apoio social disponíveis (familiares, vizinhos, amigos, etc.) (Muga, 2005:241-242).

Quando se fala em bairro e nas práticas sociais que lá se desenvolvem, parece obrigatório a referência às relações de vizinhança, sejam elas mais ou menos intensas dependendo do seu carácter. Ainda que relacionadas quase sempre com a rua, as relações de vizinhança assumem diferentes características consoante o meio social e os modelos culturais dos indivíduos. Certas pessoas associam e atribuem à vizinhança uma partilha do espaço privado ou semi-privado, na medida em que o à vontade da relação possibilita a troca mútua e frequente de serviços. Para outras, “o bom vizinho é aquele que se saúda esporadicamente, aceitando a eventualidade de serviços recíprocos excepcionais”. Pode ainda distinguir-se as relações de vizinhança ao nível da partilha de “certas actividades mais ou menos regulares de cultura e lazer.” (Gonçalves, 1988:23). Segundo Gonçalves (1988), por norma, quanto maior a diversidade populacional de um bairro, a nível de educação, cultura e modos de vida, mais difícil se torna a relação de vizinhança, seja qual for o seu tipo. O bom ambiente não acontece naturalmente. Por outro lado, a partilha da mesma cultura, hábitos e costumes, reduz as ocasiões de conflito e minimiza as exigências de regulamentos explícitos.

De acordo com Holahan (citado por Muga, 2005:240), as relações sociais urbanas, baseadas na vizinhança, desempenham três importantes funções essenciais: 1) Manter a ordem social: os vizinhos, na cidade, podem ter um alto grau de organização social interna, incluindo uma hierarquia estatutária bem definida, regulação do acesso a determinadas áreas por estranhos, regras de conduta pessoal partilhadas e manutenção das tradições sociais; 2) Desenvolver a identidade pessoal: o grupo de pares dá ao indivíduo a oportunidade de expressar a sua personalidade, o seu carácter único e o sentido de identidade pessoal; as relações sociais de vizinhança fornecem aos residentes um amplo cenário a que se pode chamar “casa”; 3) Apoiar a saúde mental: as relações de vizinhança também formam o contexto social de onde derivam os valores pessoais, ajudando o urbanita a manter uma adaptação psicológica positiva e a lidar melhor com as situações de crise.

Lévy, citado por Castro (2002:61), resumidamente, distingue a sociabilidade em espaço público segundo dois tipos de sociedade, a do anonimato e a do interconhecimento e de acordo com o tipo de troca que acontece – de opacidade ou transparência. “À sociedade de anonimato caracterizada pela opacidade das relações, corresponde o espaço público da grande cidade. Aqui as relações inter-individuais são caracterizadas por uma postura de reserva, de indiferença, mútua estranheza e repulsão partilhada” (idem, ibidem). As relações intercomunitárias acontecem através de “uma aceitação da competição e das normas que a regulam; o reconhecimento de valores comuns a partilhar e a dissolução das especificidades dos grupos (idem, ibidem). “À sociedade de interconhecimento caracterizada pela opacidade das relações corresponde o espaço público da pequena cidade e de certos bairros populares das grandes cidades, ou seja, um meio onde os indivíduos se conhecem relativamente bem.

Procura-se evitar a estranheza mútua e contraria-se a indeterminação do outro” (idem, *ibidem*).

Esta segunda característica interessa aqui particularmente quando se pensa numa intervenção de (re)qualificação de espaço público nas AUGI, observando-se este contacto e (re)conhecimento mútuo. Contrariamente, “quer na sociedade de anonimato, quer na sociedade de inter-conhecimento, quando existe uma transparência nas relações sociais, verifica-se uma tendência para o desaparecimento das mediações simbólicas (ritos e rituais) que regulam as interacções sociais, pondo em causa a existência de espaços públicos” (idem, *ibidem*), a intimidade e privacidade é exposta invadindo assim o domínio público. Individualmente assiste-se a uma exibição pessoal e nas relações inter-comunitárias o mesmo se percebe ao nível da imposição das particularidades do grupo, negando assim o espaço público comum.

As condições para a interacção e sociabilidade devem ser oferecidas e estimuladas pelo espaço, na medida em que aquelas são indispensáveis na formação do ser humano. Para Gehl (2013:148) “ver e ser visto é a forma mais comum de encontro entre as pessoas”.

Torna-se importante estudar e atender às práticas sociais dos indivíduos na cidade e/ou no bairro uma vez que são estas que dão sentido e uso ao espaço, seja ele de que tipo for. Um projecto urbano exequível deve contemplar a realidade das pessoas, os seus hábitos, desejos e necessidades.

## 5.6. QUALIDADE DE VIDA

O conceito de qualidade de vida é frequentemente utilizado como sinónimo de bem-estar, felicidade, condições ou níveis de vida. Estes aspectos, por si só, já são complexos e multidimensionais. À *priori*, individualmente, parece haver diferentes noções de qualidade de vida. Com base numa multiplicidade de factores, cada indivíduo formula a sua própria definição do que é viver bem. Contudo, há alguns factores consensuais e objectivos que estimulam esse sentimento. O espaço público, exterior ou interior, faz parte desses factores.

Com efeito, de acordo com Pinto (2004: 104), é possível ressaltar algumas dimensões mais consolidadas sobre o conceito. Ou seja, a qualidade de vida é um conceito que recobre uma grande variedade de componentes e áreas, que ultrapassam as condições materiais de existência e os aspectos meramente económicos para incluir necessidades, recursos, valores, aspirações individuais, preocupações, objectivos e problemas sociais. Para além disso, é um conceito que não pode ser directamente mensurável, pelo que há necessidade de recorrer a distintas formas de medida, uma vez indicadores objectivos, outras, de tipo subjectivo que reflectem as vivências dos sujeitos e as suas avaliações em relação às múltiplas dimensões da vida.

Na elaboração de um estudo para a avaliação da qualidade de vida no concelho de Palmela, Castro et al. (2004:84) seguiram um modelo conceptual baseado essencialmente nas condições e modos de vida para o qual foi necessário relacionar duas dimensões: i) os elementos que constituem o meio envolvente e que influenciam directa e objectivamente a

vida dos indivíduos, como por exemplo o espaço construído ou as condições de mobilidade, que definem portanto, as condições de vida objectivas; e ii) as respostas dos indivíduos ao meio - modos de vida que integram elementos subjectivos, como os valores, as representações, as práticas, as expectativas ou aspirações, e que definem diferentes graus de satisfação face às necessidades.

Assim, o modelo assume três pressupostos fundamentais de análise: a distinção entre aspectos materiais (necessidades humanas básicas, que são iguais para todos os indivíduos, podendo, porém, ser desenvolvidas e consideradas de formas diferentes) e imateriais (questões relacionadas com o bem-estar, ambiente, património, entre outras); a distinção entre aspectos individuais (como a condição económica e familiar) e colectivos (a nível de equipamentos e serviços que implicam utilização colectiva); e a conjugação das dimensões objectivas e subjectivas (que se reflectem no sentimento, percepção e avaliação que o indivíduo faz face à satisfação dos seus desejos e necessidades). Não há, assim, uma definição universal sobre qualidade de vida, sendo importante considerar o conjunto dos parâmetros atrás enunciados, assim como, a dualidade objectivo/subjectivo.

Se se tiver em linha de conta todos estes factores e indicadores de qualidade de vida, é possível obter uma percepção, global, e ao mesmo tempo específica, das necessidades dos indivíduos ou grupos. Cada lugar é um lugar e mesmo que as características sejam semelhantes há sempre algo que o torna único. Essa singularidade pode ser proporcionada pelos habitantes e características dos mesmos, pela morfologia e localização do espaço ou pela sua proximidade, entre outros. O mesmo acontece quando se debruça o olhar sobre as AUGI, a adequação de cada projecto a cada lugar, tendo em conta toda esta multiplicidade de factores, vai influenciar direta ou indirectamente a qualidade de vida dos habitantes, determinando-a no sentido da sua melhoria.





## Capítulo 6 CASOS DE REFERÊNCIA- UM OLHAR CRÍTICO E ANALÍTICO

No sentido de estudar situações e experiências, positivas ou negativas sobre a importância do espaço público na génese de vida social de bairro, optou-se pela análise de vários casos, atendendo a diferentes critérios, desenvolvidos pelo *Project for Public Spaces* (1975).

Pareceu interessante analisar um bairro cuja escala é maior do que a das AUGI selecionadas no âmbito desta investigação, pela sua qualidade e reconhecimento enquanto lugar que “tem tudo”, integrando-se na cidade e contribuindo para um certo nível de qualidade de vida no seu interior e na cidade. Para tal, a escolha incidiu sobre o bairro de Alvalade, de Faria da Costa, um exemplo de sustentabilidade urbana e residencial.

Por outro lado, e sendo que um dos principais motes desta dissertação o estudo das interações e sociabilidades e que estratégias poderão ser adoptadas ao nível do espaço público de modo a intensificar o encontro e a interacção. Neste contexto, pareceu-nos indispensável olhar sobre um bairro que foi considerado um dos maiores bairros clandestinos na Europa, a Brandoa. Este bairro sofreu alterações significativas ao nível do espaço público e das condições básicas de habitabilidade, como a criação de novas infra-estruturas. Deste modo a análise recai sobretudo sobre algumas opções de intervenção no espaço público interior ou exterior.

Por fim, aproximando um pouco mais a escala aos bairros selecionados, pareceu oportuno o estudo de uma intervenção recente num bairro do concelho de Cascais: o bairro da Peça e do Cerrado Grande. Neste caso, as intervenções são mais pontuais, menos intensas – de acordo com a verba disponibilizada quer pela câmara municipal, quer pelos moradores – mas que podem de certa forma ajudar o bairro a crescer na sua qualidade de vida.

A análise que aqui se apresenta segue de perto a metodologia do *Project for Public Spaces*, enunciada no capítulo anterior, no Capítulo 4, ponto 4.3, aplicada a cada caso concreto e tendo em conta a escala e o contexto da intervenção. Tenta-se, assim, responder ao número máximo de questões relacionadas com os indicadores que permitem avaliar a qualidade dos espaços públicos. Estes centram-se em 4 domínios: *as acessibilidades e ligações (AL)*, *conforto e imagem (CI)*, *usos e actividades (UA)* e *sociabilidade (S)*.

**Quadro 2- Avaliação de Espaços Públicos de Qualidade**

<b><i>Acessibilidades e Ligações (AL)</i></b>	<b><i>Conforto e Imagem (CI)</i></b>	<b><i>Usos e Actividades (UA)</i></b>	<b><i>Sociabilidade (S)</i></b>
Vê-se este espaço à distância.	O lugar causa uma boa primeira impressão.	As pessoas utilizam o espaço, quase nunca está vazio.	Há encontros de amigos neste espaço.
Relação positiva entre o espaço e o edificado adjacente.	Utilizam o espaço tanto homens como mulheres.	O lugar é utilizado por pessoas de diferentes idades.	As pessoas conhecem-se ou reconhecem-se.
Os habitantes dos edifícios adjacentes utilizam o espaço.	Há espaços suficientes para sentar, ao sol e/ou sombra, bem localizados.	Há muita variedade de actividades a acontecer ao mesmo tempo.	As pessoas trazem amigos e conhecidos para visitar e conhecer o lugar.
As pessoas conseguem, facilmente, andar a pé.	O espaço é limpo.	Todas as zonas são utilizadas.	Há muitas pessoas a utilizar o espaço frequentemente.
Os passeios são eficazes na ligação pedonal às áreas adjacentes.	Existe, perante o uso deste espaço, sentimento de segurança.	Consegue identificar-se algum órgão de gestão presente ou algum responsável pelo espaço.	A diversidade de grupos etários e étnicos representa o espaço.
O espaço é apropriado para pessoas com necessidades especiais.	Há pessoas a tirarem fotos. Há momentos significativamente importantes.		
Os percursos levam as pessoas onde querem ou precisam de ir.	A circulação pedonal domina o espaço em detrimento da circulação viária.		
Há variedade de opções de transporte até este espaço.			As pessoas têm por hábito apanhar algum lixo que possam ver e colocá-lo no sítio apropriado.

Fonte: <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>

É importante referir que nesta análise, são ainda consideradas a memória do lugar e as relações identitárias desenvolvidas com o mesmo, enquanto elementos estruturantes e influentes das práticas sociais e complementares face à análise destes quatro indicadores.

## 6.1. BAIRRO DE ALVALADE DE FARIA DA COSTA – LISBOA

**Imagem 16**-Bairro de Alvalade de Faria da Costa



Fonte: <http://i237.photobucket.com/albums/ff312/abcinfohabitar/fig03mtHE.jpg>

A nível identitário e histórico, Alvalade adquiriu uma carga simbólica extremamente importante na coesão, união e reconhecimento desta zona da cidade de Lisboa.

Antigamente, Alvalade era uma zona constituída por um conjunto de quintas, solares e campos verdes que criavam ambientes de pensamento, reflexão, contemplação e romantismo e que eram principalmente frequentados pela nobreza, por pessoas cujo estatuto económico-social era mais elevado.

Como elementos arquitectónicos que sustentam estas “memórias da cidade”, mantém-se a quinta dos Lagares D’El Rei e o chafariz de Entrecampos.

**Imagem 17**-Quinta dos Lagares D’El Rei



Fonte: [http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt\\_address/lxi-3581-01.jpg](http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-3581-01.jpg)

**Imagem 18**-Chafariz de Entrecampos



Fonte: [http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/97/Chafariz\\_de\\_Entrecampos\\_8987.jpg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/9/97/Chafariz_de_Entrecampos_8987.jpg)

O plano de Faria da Costa (1945), sobre o Bairro de Alvalade, foi estruturado com base no pensamento sobre as unidades de vizinhança, pelo que englobava várias “células” habitacionais em torno de um equipamento principal, de modo a que todas as habitações tivessem acesso facilitado ao mesmo.

Estes conjuntos, principalmente habitacionais, envolvem moradias, algumas com quintal, que se evidenciam pela sua harmonia com a natureza e pela escala humana que apresentam. Ainda assim, o plano foi eficaz pela sua organização interna e ao integrar o bairro na rede urbana, de forma “feliz”, já que conseguir completar a malha urbana pré-existente dando um contributo importante à cidade com os seus novos equipamentos.

A integração da circulação viária revelou-se inteligente e funcional na medida em que esta é hierarquizada e delimita bem cada célula. Ainda assim, convém realçar a importância que é devidamente atribuída às pessoas uma vez que a circulação é hierarquizada e, à medida que se desloca para o seu interior, a circulação predominante é pedonal e serve as áreas de lazer projectadas.

A estrutura da rede viária assenta sobre uma larga malha reticulada onde reinam os espaços livres, pracetas e equipamentos servidos por uma estrutura verde significativa, o que permite o equilíbrio urbano e de usos. Hoje em dia a vida associada às instituições de ensino confere ao bairro um carácter misto de tradição e modernidade, onde co-habitam três gerações populacionais interagindo entre elas.

### 6.1.1. AVENIDA DA IGREJA

**Imagem 19**-Avenida da Igreja



Fonte: [https://c2.staticflickr.com/4/3393/3313917247\\_66b59ac642\\_b.jpg](https://c2.staticflickr.com/4/3393/3313917247_66b59ac642_b.jpg)

**Imagem 20**-Avenida da Igreja



Fonte: <http://i6.photobucket.com/albums/y247/antoniobaptistacoelho/06-1.jpg>

Esta avenida constitui uma zona de referência, para o bairro e para a cidade, com uma *carga simbólica* acentuada pela presença de um *elemento religioso de excepção (CI)* no final da mesma, a igreja.

A *dimensão generosa dos passeios (CI)* facilita a circulação pedonal e permite uma separação eficaz daquilo que é o tráfego viário, existindo um *equilíbrio entre estes dois modos (CI)*. Os *pisos térreos activos (UA)*, com muitas portas e com ampla *variedade de funções (UA)*, permitem uma *relação harmoniosa entre o espaço e o edificado adjacente (AL)*, o que faz com que esta avenida não adquira apenas a função de ligação de dois ou mais pontos do bairro.

Os habitantes das áreas adjacentes frequentam a avenida, sendo que esta é muitas vezes considerada como um *ponto de encontro entre grupos (S)*. Pela *frequência que mantém a avenida viva (UA)* ao longo de todo o dia e de dia para dia ou semana para semana, ou pela proximidade das habitações ao nível dos edifícios de habitação colectiva, *as pessoas vão-se conhecendo ou reconhecendo minimamente (S)*.

Por sua vez, a aprazibilidade do espaço diminui a velocidade do caminhar para uma velocidade de passeio. Verifica-se uma *grande intensidade e diversidade de usos e actividades pedonais (AL/CI)* ao longo de *toda a avenida*, abarcando *várias gerações (UA)*, o que permite o controlo passivo da avenida e estabelece um sentimento geral de *segurança (CI)* relativo à mesma. As pessoas passeiam, param e sentam-se a descansar, a observar, a ler e há locais próprios para refeições. Para tal, a *existência de mobiliário urbano (CI/S)* ao longo de toda a avenida possibilita o sentar, o encostar, o descansar, permitindo *interrupções pontuais (S/CI)* ao percurso pedonal e *interacções sociais (S)* fluidas e ocasionais. Da mesma forma que a existência de *sombreamento (CI)* natural existente ao longo de toda a avenida melhora a *impressão e o ambiente (CI)* do espaço e oferece outro grau de conforto a quem tira partido dele. Não menos importante é o *estacionamento (AL)*, que apesar de ser pago, permite o acesso rápido ao tipo de serviço ou comércio que o indivíduo necessita e isso também contribui para a sobrevivência e manutenção do comércio tradicional.

Deste modo, pode perceber-se que a avenida da Igreja consegue responder positivamente à maioria das questões que permitem qualificar o espaço público sob estes quatro principais itens, diferentes mas complementares. Assim, considera-se esta avenida um espaço público de qualidade.

### 6.1.2. RUA BRANCA GONTA COLAÇO

**Imagem 21-**Rua Branca Gonta Colaço



Fonte: [http://i6.photobucket.com/albums/y247/antoniobaptista\\_coiho/08-1.jpg](http://i6.photobucket.com/albums/y247/antoniobaptista_coiho/08-1.jpg)

**Imagem 22-**Rua Branca Gonta Colaço



Fonte: [http://2.bp.blogspot.com/\\_vMZxJeLUIjQ/TPPrE5wSQil/AAAAAAAAEQc/5QhrBOoQJPE/s400/1-PinturaLavagem-Rua%2BBranca%2Bde%2BGonta%2BCola%25C3%25A7o.jpg](http://2.bp.blogspot.com/_vMZxJeLUIjQ/TPPrE5wSQil/AAAAAAAAEQc/5QhrBOoQJPE/s400/1-PinturaLavagem-Rua%2BBranca%2Bde%2BGonta%2BCola%25C3%25A7o.jpg)

Ainda que a rua seja um espaço público, esta tem um carácter diferente do anteriormente descrito. Não sendo uma rua principal ou avenida, o uso é feito quase exclusivamente pelos *habitantes dos edifícios adjacentes (AL)* e não tão frequentemente por visitantes. Assim, interessa no âmbito desta dissertação e como exemplo que pode ser confrontado, principalmente, com a intervenção que se pretende delinear para o Bairro dos Peões, estudar um pouco o carácter desta rua enquanto primeiro “apoio” público à habitação.

A rua Branca Gonta Colaço mostra a vertente habitacional do plano de Faria da Costa. A relação de um lado para o outro da rua é eficaz, uma vez que oferece a possibilidade dos indivíduos estabelecerem interações ou relações de vizinhança, *conhecendo-se ou reconhecendo-se entre si (S)*. Se por um lado oferece a privacidade suficiente para quem prefere fugir ao controlo exagerado no bairro, pela *relação equilibrada das cêrceas do edificado com a largura da rua (AL)*, por outro lado este equilíbrio permite o “espreitar” à janela, permite a *vigilância passiva (CI)* sobre a rua, o que lhe assegura alguma segurança e permite a interacção entre vizinhos. A presença permanente de árvores e outros elementos naturais contribui para o conforto ambiental ao oferecer *sombreamento e todas as outras benesses associadas às plantas (CI)*. Mais uma vez a *separação do trânsito viário da circulação pedonal é eficaz coexistindo ambos em harmonia (CI)*. Neste caso essa separação é conseguida pela existência de grandes canteiros onde assentam todas essas árvores, que por sua vez conseguem criar elementos de transição entre privado e público, ao estabelecer os limites socio-espaciais de cada edifício ou conjunto e ao contribuir para uma *boa impressão do espaço (CI)*. Ainda assim, pelo facto de a rua não ter um carácter funcional variado, serve principalmente de elo de ligação à avenida principal, a da Igreja.

No geral, os habitantes, sem estarem imediatamente expostos à movimentação e intensidade de usos da Avenida, conseguem facilmente chegar até ela sempre que necessitem, uma vez que esta é *bem servida por transportes públicos (AL)*.

Deste modo, conclui-se que os exemplos aqui analisados, abrange positivamente a grande maioria das questões indicadoras da qualidade do espaço público.

Embora a área residencial não seja caracterizada pela diversidade de actividades, constitui um bom exemplo pela qualidade dos seus espaços de transição e pela relação harmoniosa da rua com o edificado e com a escala humana.

## 6.2. BAIRRO CLANDESTINO DA BRANDOA – AMADORA, LISBOA

**Imagem 23-Brandoa**



Fonte: [http://geoportal.cm-amadora.pt/files\\_geoportal/servico\\_07\\_PLANTAS\\_LOCALIZACAO.html](http://geoportal.cm-amadora.pt/files_geoportal/servico_07_PLANTAS_LOCALIZACAO.html)

As primeiras referências que existem sobre este local datam de 1575. Situado nos arredores de Lisboa, num território caracterizado pela sua morfologia acentuada, maioritariamente destinado à agricultura. Este bairro nasceu de uma quinta chamada Brandoa, devido ao nome dos seus proprietários, Dr. Jerónimo Vaz Brandão e mais tarde a sua filha Maria Brandoa. A quinta pertenceu sucessivamente a várias famílias, acabando, no final da década de 50 (1958/1959), por ser hipotecada e foi então que começou o loteamento ilegal.

Por ser um local de fácil acesso, localizado nas periferias mais próximas da cidade, as pessoas que até então habitavam em bairros de barracas ou em partes de casa na cidade de Lisboa, viram na Brandoa uma oportunidade de ter casa própria, ainda que com as condições precárias de infra-estruturas.

De referir que a Brandoa é, em contexto europeu, um dos maiores bairros cuja génese se deu fora dos contornos da lei em meados da década de 60.



**Imagem 24**-Brandoa: início da construção clandestina


Fonte: [https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/292347\\_409392795763912\\_723965120\\_n.jpg?oh=308bfe5580866b58f0235baf82c4a161&oe=567EC44E](https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/292347_409392795763912_723965120_n.jpg?oh=308bfe5580866b58f0235baf82c4a161&oe=567EC44E)

**Imagem 25**-Ligação Brandoa – Benfica


Fonte: [https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/182162\\_409392735763918\\_1934704755\\_n.jpg?oh=429501bd9334840a25c7370dcca8ccf2&oe=56732256](https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/182162_409392735763918_1934704755_n.jpg?oh=429501bd9334840a25c7370dcca8ccf2&oe=56732256)

Pela década de 70, a Brandoa tinha 950 edifícios, de habitação colectiva, clandestinos, alguns com 30 a 40 habitantes.

Depois da revolução de Abril, com o crescimento e fortalecimento do associativismo, a população começa a manifestar descontentamento com as condições de habitabilidade e é a partir de 1980 que se inicia a primeira fase de requalificação e reconversão, durante a qual o território foi dividido em 65 quarteirões, que englobavam vários espaços destinados à construção de equipamentos públicos e zonas envolventes. De acordo com os censos 1981, a esta data, habitavam 17777 pessoas na Brandoa.

Em 2002, com a implementação do PROQUAL (Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa), foi delineada uma estratégia de intervenção socio-urbanística que tinha como objectivo prioritário a humanização do bairro (inserido num plano a nível de concelho) e que pretendia promover a integração social e a urbanidade do tecido social.

Deste modo, pretendia-se a criação de uma forte centralidade através de um único equipamento qualificado e respectiva envolvente, que ajudasse a atenuar o estigma social que recaía sobre o bairro. Também a componente identitária foi tida em consideração pelo que, se procurou fazer com que esse equipamento constituísse um elemento que os habitantes identificassem como seu e que ajudasse no reconhecimento externo do bairro.

De acordo com Marina Antunes, directora do PROQUAL Brandoa, “foram identificadas as prioridades estratégicas de requalificação urbana que promovem a equidade territorial, num tecido urbano pleno de fissuras sócio-urbanísticas e que, simultaneamente, incentivam o desenvolvimento do potencial humano, através da mediação social e cultural.” (Antunes, 2013)

Tais pontos estratégicos de intervenção, com um forte pendor social, permitiram criar uma relação de proximidade com os residentes.

### 6.2.1. FÓRUM E JARDIM LUÍS DE CAMÕES

Foi erguido um centro cívico, caracterizado pela sua arquitectura contemporânea, de seu nome “Fórum”. Este integra *várias actividades (UA)* e *abrange todos os grupos etários e étnicos (UA)*: sede de diversas associações culturais e desportivas locais; um centro de dia e de lazer para idosos com restaurante social, lavandaria, cabeleireiro e barbeiro, salas de convívio, *ateliers*, gabinete médico e de enfermagem, serviço social; jardim-de-infância com ATL; um pólo da Escola Intercultural das Profissões e do Desporto que promove formação profissional e o emprego; o gabinete técnico local da Câmara Municipal da Amadora; instalações da Cruz Vermelha Portuguesa; um pavilhão multiusos totalmente equipado para iniciativas desportivas, sociais e culturais, feiras, exposições e festivais, com destaque para o da Banda Desenhada; e ainda possui, nos pisos inferiores, um *silo com 362 lugares de estacionamento (AL)*. Pelo facto de se tratar de um equipamento fechado e coberto, a segurança é mais facilmente assegurada (CI).

A nível identitário, e tendo em conta a memória colectiva dos habitantes da Brandoa, um dos principais momentos em que ocorreu a participação e envolvimento dos actores locais foi o processo de realojamento que ocorreu neste Fórum e que abrangeu um conjunto de organizações, associações e IPSS locais. Estas organizações são de elevada relevância neste contexto, na medida em que são motores de participação cívica, da criação de redes de sociabilidade, de amizade e conterraneidade.

**Imagem 26-** Centro cívico da Brandoa/Ilha dos Amores



Fonte: [https://encrypted-tbn2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTR9DVF8FkRgiwa8g98rslpca\\_JteMiP1olkiAim1IGxwv6c-dA](https://encrypted-tbn2.gstatic.com/images?q=tbn:ANd9GcTR9DVF8FkRgiwa8g98rslpca_JteMiP1olkiAim1IGxwv6c-dA)

**Imagem 27-** Centro cívico da Brandoa



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/anatto/me/442029609/sizes/z/>

**Imagem 28-** Festival Internacional de BD da Amadora



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/agataxavier/1917141537/in/photolist-dspaQb-aCVfK-9dBsKv-F4w1a-3wNasb-F4w1K-F4w18-3VpRor-6pcg8Q-3wHGXi/>

Este grande centro multiusos possui uma *envolvente verde (CI)* que o evidencia e qualifica, o *jardim Luís de Camões*, inaugurado numa data extremamente importante e simbólica para a comunidade local, 25 de Abril de 2006, sendo constituído por elementos que *homenageiam, de certa forma, o poeta português (CI)*. O centro contém um grande *parque infantil (UA)*, que é por si um *local de sociabilidade entre crianças e entre adultos (S)*, contém um espelho de água e a Ilha dos Amores (Imagem 22), *estruturas de sombreamento naturais e artificiais (CI)*, que melhoram a impressão e o ambiente do lugar, existe também *mobiliário urbano suficiente (CI)* ao longo de todo o espaço, onde as pessoas se podem encostar ou sentar a repousar ou a observar e que constituem *interrupções pontuais ao percurso pedonal, permitindo interações sociais (S)*, *vastas zonas de relva, com elementos arbóreos (CI)*, rasgadas por avenidas com lápides onde se inscrevem versos dos Lusíadas de Luís de Camões. Considera-se a *intensidade e diversidade de usos e actividades pedonais (AL/CI)*, ao longo do dia, suficientes no seu contributo para se reconhecer a qualidade relativa deste espaço. E percebe-se, ainda, uma *separação eficaz do tráfego viário do pedonal (CI)*, sendo um espaço *facilmente acessível pelos dois modos (AL)*, pelo que existe uma *variedade relativamente grande de transportes públicos (AL)* que servem o lugar.

A realização da Feira do Movimento Associativo da Brandoa, realizada de 25 a 27 de Maio de 2007, no jardim Luís de Camões, marcou igualmente todo este processo de reconversão e requalificação.

Segundo Marina Antunes (2003),

esta situação social revelou a face visível das organizações locais, projectos e protagonistas das produções culturais e sociais. No âmbito do PROQUAL foi executado um portfolio do Movimento Associativo da Brandoa. Este trabalho permitiu identificar formas de apropriação do espaço público por parte da população residente e dos visitantes, revela como se posicionam as estruturas locais e supra-locais face ao surgimento de novos territórios de identidade, os poderes políticos e técnicos no contexto destas operações sócio-urbanísticas

**Imagem 29-**Parque Infantil e Jardim Luís de Camões



Fonte: [http://3.fotos.web.sapo.io/i/N3d0271ff/65919\\_0000bz9e.jpg](http://3.fotos.web.sapo.io/i/N3d0271ff/65919_0000bz9e.jpg)

**Imagem 31-**Feira da Brandoa 2009



Fonte: [https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xft1/v/t1.0-9/11693983\\_986856261365478\\_62863987353\\_47216686\\_n.jpg?oh=8018a45b56492d887f4fd1ae7f7633ca&oe=56397120](https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xft1/v/t1.0-9/11693983_986856261365478_62863987353_47216686_n.jpg?oh=8018a45b56492d887f4fd1ae7f7633ca&oe=56397120)

**Imagem 30-**Actividades desportivas no Jardim Luís de Camões



Fonte: [https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xta1/v/t1.0-9/11760310\\_986856211365483\\_10320901327\\_77665071\\_n.jpg?oh=44d231061a69ed180cdad20b5bd557a1&oe=5643B76C](https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xta1/v/t1.0-9/11760310_986856211365483_10320901327_77665071_n.jpg?oh=44d231061a69ed180cdad20b5bd557a1&oe=5643B76C)

Em suma, afirma Antunes (2003) que

a criação de uma forte centralidade, a existência de vastas áreas de espaço público com equipamentos associados ao lazer, que combinam diferentes valências para diferentes segmentos da população, permitiu perceber a mudança gradual nos hábitos e estilos de vida da população local. As pessoas concentram-se nestes espaços (S) para conversarem, combinarem as suas deslocações para fora do bairro, deambularem, cavaquearem, jogarem às cartas protegidos pelas estruturas tensadas do jardim, usufruírem do parque infantil onde as crianças se deliciam com as possibilidades de aventura, enfim, um sem número de movimentos e de experiências quotidianas que traduzem o “modus vivendi” da população da Brandoa. Por conseguinte, foi criado um sistema de espaços públicos em que o jardim e a rua têm uma presença dominante que configuram uma espécie de praça; este sistema complementa a presença hegemónica da rua e da esquina no bairro da Brandoa [relação do espaço público com o edificado envolvente (AL)], usadas como metonímia para o sistema de intercâmbio entre pessoas, casas, comércio e tráfego. (...) As sociabilidades de esquina reforçam os encontros sociais e contrariam a sensação de isolamento, tão presente noutras realidades urbanas.

#### 6.2.2. CENTRO DA JUVENTUDE DA AMADORA

No local onde outrora existira o “Palácio da Brandoa” (casa agrícola), que constitui um elemento simbólico relativo à origem rural do bairro, este foi demolido e foi edificado o centro da juventude da Amadora, um edifício moderno que tentou seguir as linhas principais do antigo palácio. É hoje um espaço multifuncional (UA) que desenvolve atividades de ocupação dos tempos livres, entre outras iniciativas.

Pareceu interessante deixar aqui um testemunho que foi encontrado numa página não oficial da Brandoa, no *Facebook*, e que diz respeito às memórias vivas que um indivíduo tem deste lugar:

Joguei aqui os meus jogos de juventude como o espeta, ao alho, às escondidas, ao berlinde, ao pião, etc. Depois do Natal recolhíamos os pinheiros juntávamos todos e saltávamos de cima desse tanque como lhe chamávamos! Aí no palácio jogávamos à carica e havia o cinema todo feito em chapas de metal e ao pé do tanque viveu lá o Eduardinho que tinha deficiência a andar mas que era um amigo. Velhos tempos que saudades. Tive pena que não restaurassem o palácio, o que lá está não tem nada a ver mas as memórias ficam! Pedro Porfírio

**Imagem 34-**Antigo Palácio da Brandoa


Fonte: [https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/24243\\_104691792900682\\_3778194\\_n.jpg?oh=19aeb5674a50effb1a313bc945190db5&oe=566D6ACB](https://scontent-mad1-1.xx.fbcdn.net/hphotos-xfa1/v/t1.0-9/24243_104691792900682_3778194_n.jpg?oh=19aeb5674a50effb1a313bc945190db5&oe=566D6ACB)

**Imagem 33-**Centro da Juventude da Amadora


Fontes: [https://www.flickr.com/photos/artbeat\\_design/4035282694/in/album-72157622515940503/](https://www.flickr.com/photos/artbeat_design/4035282694/in/album-72157622515940503/)

**Imagem 32-**(idem)


Fontes: [https://www.flickr.com/photos/artbeat\\_design/4035283996/in/album-72157622515940503/](https://www.flickr.com/photos/artbeat_design/4035283996/in/album-72157622515940503/)

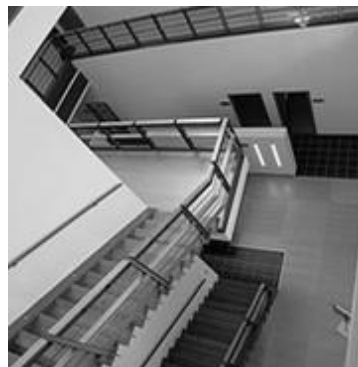
Ainda que este objecto arquitectónico possa ser considerado, pelo seu interior, uma mais valia para a população, o edifício parece não honrar e respeitar totalmente as memórias e a identidade do lugar e dos habitantes da Brandoa. Independentemente da discussão do propósito e das funções deste edifício, este parece não constituir um lugar de preferência para os moradores. Talvez pela existência do Fórum, que concentra muita variedade de actividades e funções em si próprio e no jardim adjacente. Assim, este que era potencialmente um espaço público de excelência, pela sua localização central no bairro, pela sua qualidade arquitectónica, pela sua relação harmoniosa com a envolvente ao nível das cercas, não concentra em si grande intensidade e diversidade de usos e actividades (*AL/CI*), tendo-se tornado pouco atractivo.

**Imagem 37-**Centro da Juventude da Amadora


Fonte: [https://www.flickr.com/photos/artbeat\\_design/4035282894/in/album-72157622515940503/](https://www.flickr.com/photos/artbeat_design/4035282894/in/album-72157622515940503/)

**Imagem 36-** (idem)


Fonte: [https://www.flickr.com/photos/artbeat\\_design/4034531203/in/album-72157622515940503/](https://www.flickr.com/photos/artbeat_design/4034531203/in/album-72157622515940503/)

**Imagem 35-**(idem)


Fonte: [https://www.flickr.com/photos/artbeat\\_design/4034530547/in/album-72157622515940503/](https://www.flickr.com/photos/artbeat_design/4034530547/in/album-72157622515940503/)



Quando se observa atentamente a envolvente próxima do edifício parecem surgir algumas questões que vão contra aquilo que se tem estado a defender como espaço público de qualidade.

Não se observam muitos indivíduos ou grupos (*S*), a baixa frequência faz com que o espaço não ganhe vida (*UA*). Na imagem 36 pode observar-se ao fundo da travessa de Santa Teresinha, um edifício tímido, pouco apelativo, sem actividade ao nível do piso térreo (*UA*) e sem elementos de entrada visíveis ou perceptíveis. Pode talvez afirmar-se que a loja no início da travessa chamaria mais visitantes. A envolvente por si só também não o enaltece (*AL*), ainda que os acessos pedonal e viário sejam facilitados (*AL*) e a pavimentação mais ou menos adequada. Ainda assim, quando se observa o edifício da rua Santo António de Lisboa este continua a parecer um edifício cujo acesso ao pedestre não é incentivado (*AL*), rejeitando o tal equilíbrio entre modos (*CI*). A segurança é eficaz mas porque o edifício por si rejeita o acesso livre a si mesmo.

**Imagem 38**-Centro da Juventude da Amadora (Travessa de Santa Teresinha)



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

**Imagem 39**-Centro da Juventude da Amadora (Rua Santo António de Lisboa)



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

**Imagem 40**-Centro da Juventude da Amadora (envolvente próxima)



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

**Imagem 41**- (idem)



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

Quando o percurso pedonal não é incentivado ou quando não há mobiliário urbano distribuído pelo espaço em questão, a permanência é desencorajada e as interações sociais não ocorrem naturalmente (S).

Em suma, relativamente aos espaços públicos estudados na Brandoa, verificam-se dois casos bastante diferentes em termos de influência nas pessoas. Por um lado, o primeiro caso (fórum) é considerado um espaço público de qualidade que oferece a possibilidade de realização de diversas actividades, através da sua envolvente natural e que as pessoas utilizam diariamente, com maior ou menor intensidade e, portanto, responde positivamente à maioria das questões indicadoras da qualidade dos espaços públicos.

Por outro lado, o centro da juventude, que se localiza num lugar que, há partida, possuiria alguma memória representativa para os habitantes deste bairro, de acordo com as questões indicadoras, não representa um espaço público de qualidade.

### 6.3. BAIRRO DA PEÇA E DO CERRADO GRANDE – CASCAIS

Imagem 42-Bairro da Peça e do Cerrado Grande (limites)



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

No sentido do estudo do papel da memória e identidade no processo de requalificação de um bairro, pareceu pertinente iniciar o desenvolvimento deste caso de referência com um pequeno enquadramento a partir de “Rapsódia ao Triunfo”, pelo Arquitecto João Pestana (2009:251):

Qual organismo vivo, de génese difícil, veio para ficar, numa manta de terra polvilhada de boa gente que agora se encontra longe da terra do coração, mas perto da certeza dum futuro melhor.

Num concelho com um litoral soberbo, o valor dos terrenos situados numa segunda linha determina a fixação destas populações, que aliás trazem consigo a marca do interior, pelo que não estranham muito a adaptação ao local – alentejanos às searas de São Domingos de Rana, beirões e transmontanos de volta aos pés da serra.

Quem não se adaptou desde logo às dinâmicas vigentes foram as entidades, cujos modelos de gestão não estavam preparados para este despontar de vida que foi alastrando, e que no bom sentido, necessitava de cuidados. Por isso sentem-se sós, embora rodeados de conterrâneos, por outro lado (re)nasce o espírito de comunidade e já se sabe, o processo não pode voltar atrás.

O município reage e lança mãos à obra, congregando sinergias, dando prioridade às “prioridades”, depois virá a legalização. E porque do trabalho nasce a obra, ninguém quis ficar atrás, sonhos não faltaram. Feito isto, temem pelos filhos que agora são uma realidade emergente, não lhes chega o tecto, lá mais para a frente querem dar um pouco a cada um.



Surge em boa hora a lei, um novo mundo se abre e voltam a sentir-se povo dum país com direitos, de tal forma que os deveres já fazem agora sentido.

É muito papel, muita luta, mas lá no fim vale a pena, o neto que o diga.

Hoje lembram com saudade os tempos difíceis de então, o mundo é agora outro, o pior já passou, ou talvez não, mas é esta consciência de sociedade que (mais uma vez) se conquistou, que vai mover qualquer montanha, ou porque não, definir um novo horizonte...lá no sítio onde se começa o céu.

Assim, neste concelho e especificamente no bairro em questão, pela ausência de planeamento, as intervenções devem ser pontuais e devem respeitar as pré-existências, que por si só devem a sua singularidade a lógicas diferenciadas das sociedades urbanas, às condições da economia familiar, às particulares relações de vizinhança e às noções de modos de vida ruralizados.

**Imagem 43-**Bairro da Peça e do Cerrado Grande (antes da reconversão e requalificação)



Fonte: [Actas da Conferência, 2009, Cascais](#)

**Imagem 44-** (idem)



Fonte: [Actas da Conferência, 2009, Cascais](#)

Deste modo, parece, de certa forma, interessante manter estas lógicas de apropriação do território tão nobres e cheias de significado, é neste contexto que se procura intervir tendo em conta as referências identitárias dos habitantes do bairro, dando principal prioridade à arquitectura de paisagem.

Devido à dimensão do bairro (cerca de 111,560m<sup>2</sup> e de 1000 habitantes) e à rara existência de espaços devolutos, de dimensões significativas, que não sejam destinados à habitação, a intervenção neste bairro, como acontece mais à frente no bairro dos Peões, incide principalmente sobre a requalificação dos arruamentos.

Neste contexto, foi introduzido o *sombreamento natural (CI)* através da plantação de árvores, com aplicação de caldeiras com grelha de protecção. No sentido de *melhorar um pouco a imagem e o ambiente (CI)* do bairro foram igualmente criados canteiros com composição arbustiva e herbácea.

Da mesma forma se procedeu ao *alargamento dos passeios (CI)*, optimizando-os ao criar espaço suficiente para a deslocação pedonal, por exemplo entre vizinhos, *separando assim de forma mais eficaz o trânsito viário do pedonal (CI)*. Também os *lancis foram rebaixados para facilitar e encorajar o pedestre (AL)*. Foram *introduzidas ilhas ecológicas para deposição de resíduos e recolha selectiva (CI)* e definidos cais para contentores do lixo com dispositivos de segurança com o intuito de criar as condições para que os habitantes mantenham o bairro limpo e cuidado.

Ao nível da acessibilidade foi colocado *estacionamento ao longo das ruas com caldeiras para árvores de arruamento (AL/CI)* e os sentidos e sinalização de trânsito foram rigorosamente definidos de forma a organizar melhor o bairro e a dar *prioridade à circulação pedonal (AL)*. A pavimentação em pavê também ajuda nessa diferenciação.

O loteamento foi redefinido e completado e procedeu-se à demolição de alguns anexos em condições precárias, no entanto as *construções apresentam no geral um bom estado de conservação (CI)*.

**Imagem 45-**Bairro da Peça e do Cerrado Grande (depois da reconversão e requalificação)



Fonte: Actas da Conferência, 2009, Cascais

**Imagem 46-**(idem)



Fonte: Actas da Conferência, 2009, Cascais

Embora predomine o uso habitacional neste bairro, foram cedidos pelos moradores 5 lotes para a implantação de equipamentos numa zona que se pode considerar uma centralidade do bairro uma vez que se encontra junto ao seu principal acesso que é a estrada Conceição da Abóbada e num ponto cujo acesso pedonal é igualmente viável para todo o bairro. Da mesma forma foi negociada a cedência de cerca de 55821 m<sup>2</sup> para zonas verdes em logradouro.

Existem ainda cerca de 34 lotes dispersos, uns já a funcionar como comércio ou serviço, outros destinados a tal; uma creche/jardim de infância/ATL e uma igreja pouco evidente e pouco qualificada pela sua envolvente.

**Imagem 47**-Jardim de infância do Bº da Peça e Cerrado Grande



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

**Imagem 48**-Igreja do Bº da Peça e Cerrado Grande



Fonte: <https://www.google.pt/maps>

No que concerne ao conforto e imagem subsistem aspectos que carecem e intervenção, por exemplo poder-se-ia introduzir mobiliário urbano, ao longo de algumas ruas, de modo a estimular o encontro e a paragem pontual para que se estabeleçam interações sociais (S).

Neste tipo de bairros, por norma, as pessoas tendem a encontrar-se em casa umas das outras ou nos cafés. A falta de diversidade de usos e actividades ao longo das ruas (UA) não estimula a população a frequentá-las. Deste modo, parece não haver vivências ao nível da rua, durante o dia ou noite, por adultos ou crianças. Também a escassez de espaços públicos, verdes ou edificados, dificulta o divertimento das pessoas no seu bairro. Estas realidades podem levar, cada vez mais, ao isolamento (S).

Em jeito de conclusão, a intervenção feita neste bairro colmatou, principalmente, alguns problemas de mobilidade e acessibilidade e conseguiu o aumento do conforto e melhoria da imagem do bairro, contribuindo para o aumento da qualidade da rua, enquanto espaço público.

Pela área cedida para espaços verdes, espera-se que, futuramente, se criem espaços de permanência para as pessoas, que viabilizem as interacções entre os habitantes e contribua positivamente, em conjunto com as intervenções já realizadas, para o sentimento de orgulho pelo bairro em questão e para o aumento da qualidade de vida dos seus residentes.



## Capítulo 7 CARACTERIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO AMBIENTE URBANO

Imagem 49-Fotomontagem (vista da Rua do Brasil, Bairro Casal Novo), Odivelas



Fonte: Fotomontagem própria, 2015

### 7.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESENHO DA PESQUISA

O estudo de caso como estratégia de investigação tem um carácter holístico inscrevendo-se numa tradição de investigação qualitativa. Meirinhos e Osório (2010) referem que esta estratégia visa uma maior concentração no todo, para chegar a compreender o fenómeno na globalidade, é possível usar várias técnicas de recolha de informação e explorar múltiplas fontes de dados. Optou-se pelo estudo de casos múltiplos, a fim de obter uma melhor análise e, conseqüentemente, uma melhor compreensão e até teorização em torno do fenómeno em análise (Meirinhos e Osório, 2010).

Algumas razões estiveram subjacentes a esta escolha. Assim, foi iniciada, na disciplina de Laboratório de Projecto VI, no ano lectivo 2013/2014, pela turma 5D, uma análise centrada sobre o fenómeno das AUGI, mais concretamente sobre o bairro Casal Novo, em Odivelas, tendo sido proposto aos alunos a elaboração de um projecto de requalificação. Esta foi uma das razões que levou a escolher este bairro como um dos casos de estudo, no contexto desta dissertação.

Por outro lado, surgiu a oportunidade de contactar directamente com o fenómeno das AUGI do concelho de Cascais, através da mediação dos serviços desta autarquia, que disponibilizou vários documentos e informações sobre os líderes e representantes de associações e grupos informais de moradores. Após uma prévia análise aos casos existentes no concelho, optou-se pela análise do bairro dos Peões, bairro aparentemente diferente e contrastante face ao Casal Novo, quer pela sua localização, morfologia e tipologia, mas também pela sua dimensão, o que pareceu interessante no sentido de perceber diferenças e semelhanças na sua composição social, na existência e usos dos espaços públicos.

Ao longo do processo de investigação foi-se percebendo a necessidade de os projectos e planos urbanos incorporarem a participação das pessoas, nas suas várias fases de implementação, mas também numa fase de análise prévia e diagnóstico da situação. Importa valorizar as pessoas, atendendo às suas origens geográficas e sociais, reportórios culturais, experiências pessoais e memórias, e incorporá-las nos projectos urbanos, nomeadamente na

qualificação dos espaços públicos. Deste modo, pensa-se ser coerente a não generalização das estratégias e propostas de intervenção, mas sim atender às diferentes percepções, necessidades, aspirações e práticas sociais.

Assim, no sentido de conhecer o contexto urbano de cada bairro e a população residente, nomeadamente os seus comportamentos, opiniões, aspirações, necessidades entre outros aspectos, mobilizou-se a técnica do inquérito por questionário (ver anexo 1), tendo sido delimitada uma amostra (amostragem não probabilística, intencional, recorrendo-se ao sistema bola de neve) de 40 residentes: 18 no bairro dos Peões e 22 no caso do bairro Casal Novo, complementada por conversas informais. A única condição para responder ao inquérito foi o facto de o inquirido ter residência permanente num dos bairros em estudo.

Uma das principais vantagens desta técnica é que permite quantificar uma grande multiplicidade de dados e estabelecer algumas correlações. Desta forma, apresenta-se numa primeira fase, por bairro de estudo e através de uma análise univariada, uma breve caracterização sociodemográfica da amostra, assim como a análise das questões consideradas mais relevantes dada a questão de partida, hipóteses e objectivos. Numa segunda fase e tendo em conta as hipóteses de partida desta dissertação e tendo sempre presente a questão chave a que se pretende responder, realizou-se uma análise bivariada a algumas questões. Numa terceira fase, apresentam-se algumas conclusões por bairro e faz-se uma análise comparativa entre os dois locus realçando os parâmetros mais significativos.

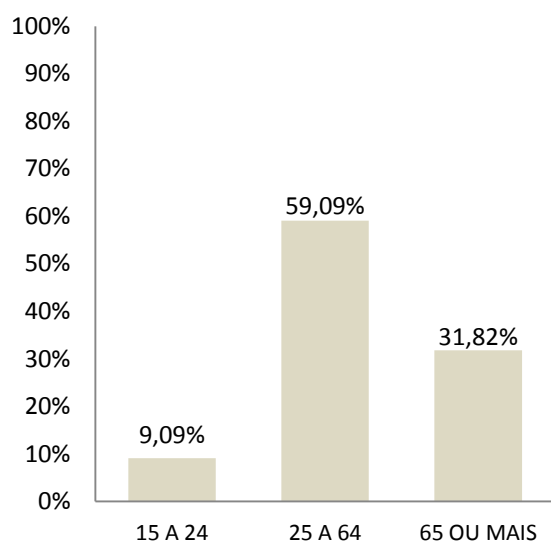
Os eixos viários assumiram um papel importante no desenvolvimento urbano do bairro ao longo dos tempos. Foi a partir deles que se ramificam as principais vias da expansão urbana. A azul, no sentido Este-Oeste, a Rua do Brasil, que apesar do tráfego existente não apresenta características que a diferencie das restantes vias, limitando-se a funcionar como via de atravessamento. O eixo no sentido Norte-Sul assinalado vermelho, é o acesso mais directo ao interior do bairro, não apresentando, no entanto, sinalização clara que a identifique. Depreende-se que, dado o seu dimensionamento reduzido, existe uma tentativa em canalizar a circulação viária para outras vias alternativas, de traçado mais claro mas descentralizado, relativamente ao bairro.

O bairro está, aparentemente, bem servido por transportes públicos, sendo a rede mais eficiente a que liga o bairro a Caneças. A ligação ao metro de Odivelas também possui vários pontos de paragem pelo bairro. A rede liga o bairro também ao metro da Pontinha e do Sr. Roubado.

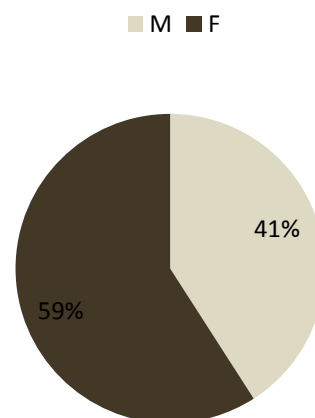
#### **7.2.2. PERFIS SOCIAIS DOS MORADORES DO BAIRRO CASAL NOVO**

De acordo com os Censos de 2011 (INE), nos bairros Casal Novo e Moinho do Baeta, residem 2758 habitantes, subdividindo-se em 1346 homens e 1412 mulheres sendo que a maioria da população (59,83%) tem entre 25 e 64 anos. Relativamente ao nível de escolaridade, grande parte dos habitantes completou algum grau de escolaridade, 25,7% das pessoas frequentaram o 1ºCEB complementar, 13,1% dos habitantes completou o 2ºCEB complementar, 16,4% completou o 3ºCEB complementar e 16,4% completou o ensino Secundário complementar. Existem 406 habitantes reformados (14,72%) e 49,42% da população residente está empregada, principalmente no sector terciário.

Como é perceptível no gráfico 2, dos 22 indivíduos que constituem a amostra do bairro Casal Novo, apenas 2 indivíduos têm idade compreendida entre os 15 e os 24 anos (9,09%), 13, ou seja, a maioria dos respondentes inserem-se na faixa etária entre os 25 e os 64 anos (59,09%). Constata-se também, pelo gráfico X, que a maior parte dos inquiridos são mulheres.

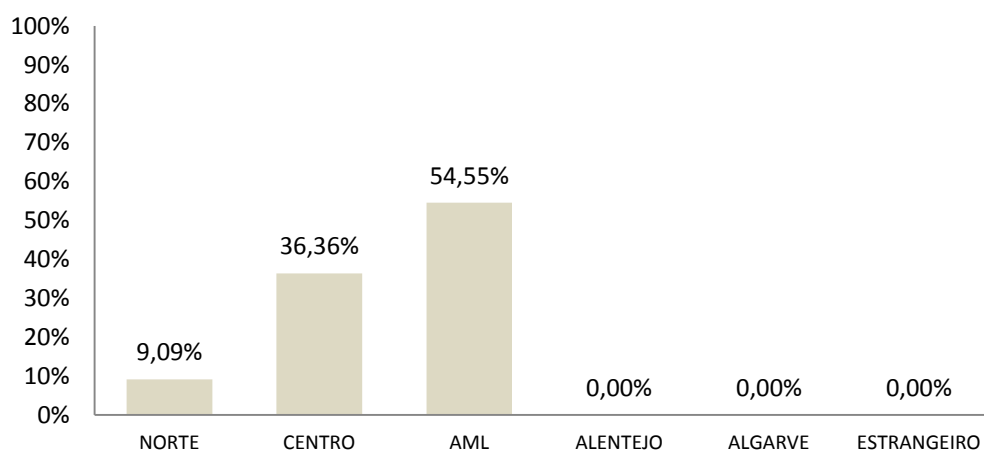
**Gráfico 2-** Distribuição da população por idades (%)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

**Gráfico 3-** Distribuição da população por género (%)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

De referir que todos os inquiridos têm nacionalidade portuguesa. As várias respostas referentes ao concelho de nascimento foram agrupadas segundo a classificação por NUTS II (INE). Deste modo, de acordo com o gráfico 4 verifica-se que os residentes do bairro Casal Novo são maioritariamente oriundos da Área Metropolitana de Lisboa, principalmente dos concelhos de Lisboa, Amadora e Odivelas. Imediatamente a seguir aparece a zona Centro a englobar mais respostas, entre elas o concelho de Condeixa-a-Nova, e por fim a zona Norte.

**Gráfico 4-** Naturalidade dos residentes (NUTS II-INE) (%)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015



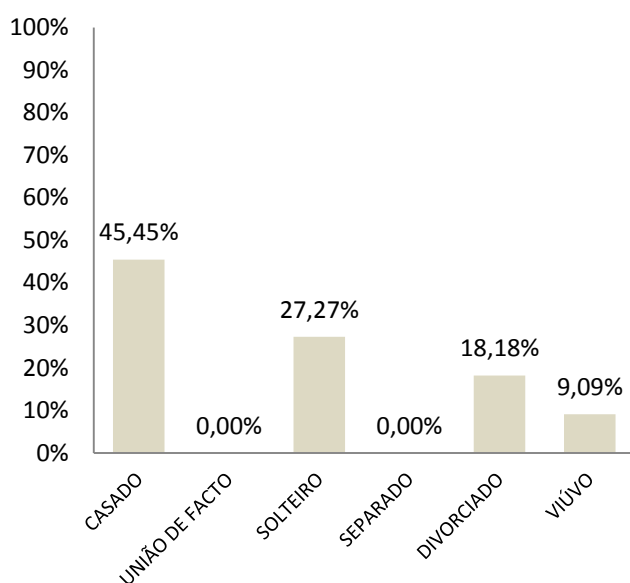
Ainda que as famílias que estiveram na origem do bairro, na década de 70, fossem naturais das mais variadas zonas de todo o território português, tendo migrado internamente na procura de melhores condições de vida, a geração que actualmente predomina no bairro já terá nascido no concelho de Lisboa.

Os vários estudos efetuados na década de 80 fazem alusão à ascendência rural dos residentes dos bairros clandestinos. Embora estes dados mostrem uma realidade contrastante, esta análise está em linha com a realizada por Mendes e Sá (2011: 184-185) e que confirma a presença de várias situações: “há um grupo significativo que nasceu em Lisboa, alguns dos quais pertencem são descendentes dos primeiros residentes; continua a registar-se uma presença expressiva de entrevistados oriundos de aldeias e de pequenas vilas e cidades do interior norte e centro (sobretudo os mais velhos)”.

Por outro lado, também se deu conta de alguns indivíduos e famílias que se mudaram para o bairro há menos tempo, sendo provenientes de algum concelho da AML. Esta mobilidade está relacionada com os valores do mercado imobiliário (venda e arrendamento) que de uma forma geral são mais baixos nas periferias. Algumas pessoas ainda vêem nestas áreas, uma boa oportunidade para a construção de casa própria ou para alugar uma casa de maiores dimensões, a preços mais consentâneos com as possibilidades financeiras, vivendo assim nas proximidades de Lisboa.

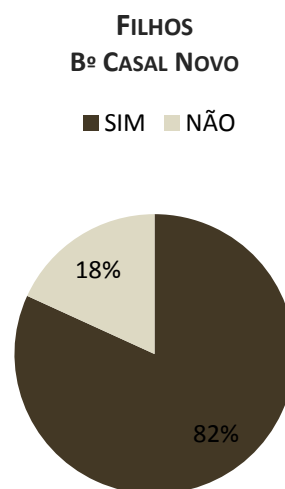
No respeitante ao estado civil, o gráfico 5 mostra que há alguma variedade na amostra, predominando os indivíduos casados (45,5%). Há ainda um segmento de pessoas que são solteiras (27,3%) e 9,09% são viúvos. A grande maioria dos respondentes tem filhos (82%), sendo que a média é cerca de 1,636 filhos. No entanto, cerca de 68,2% dos indivíduos afirmam que não têm filhos a viver consigo.

**Gráfico 5-Estado civil (%)**



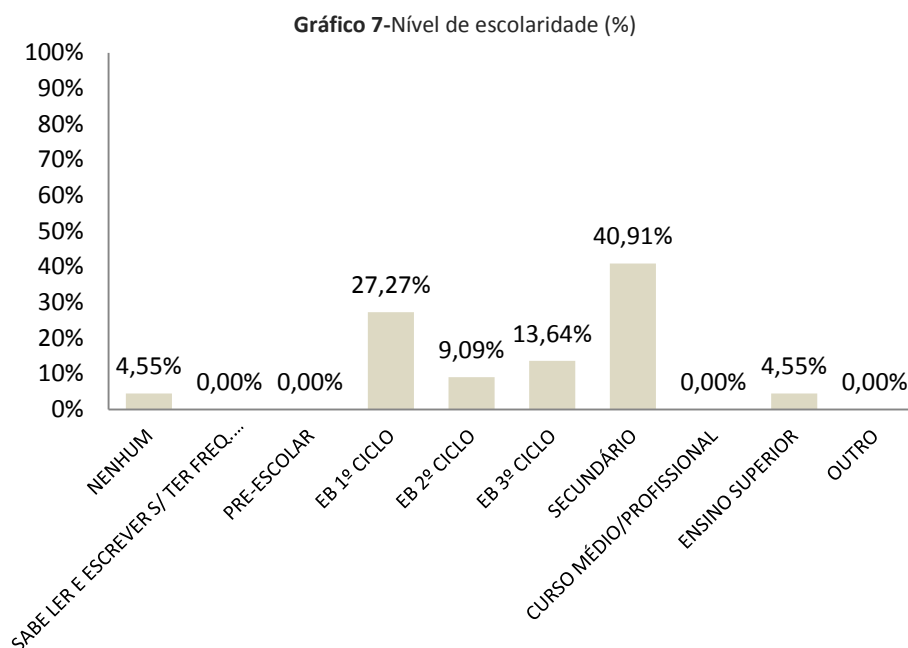
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

**Gráfico 6-Filhos (%)**



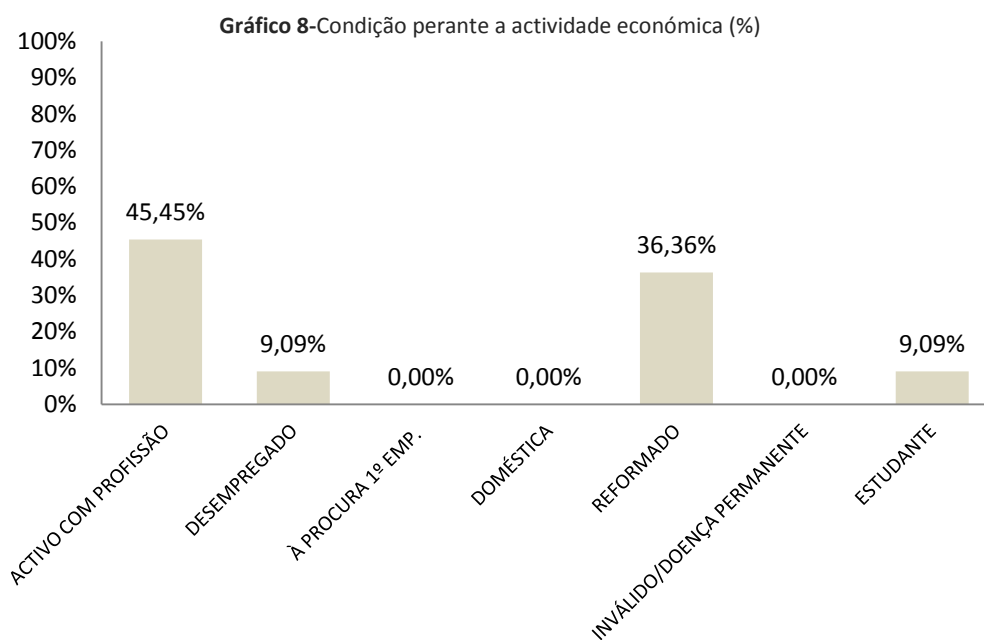
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Denota-se alguma variedade quando se observam as respostas referentes ao nível de escolaridade. Assim, 9 pessoas possuem o ensino secundário (40,9%), 6 pessoas afirmam ter concluído o 1º ciclo (27,3%) e 3 indivíduos declaram ter completado o 3º ciclo do ensino básico (13,6%). Estes dados não estão distantes da informação patente nos estudos já realizados sobre o perfil dos residentes nos bairros clandestinos ou AUGI que têm revelado que o nível de escolaridade é normalmente muito baixo, predominando os que têm o 1º ciclo do EB, contudo, também são já visíveis alguns segmentos de residentes com trajectórias escolares mais longas (Mendes e Sá, 2012).

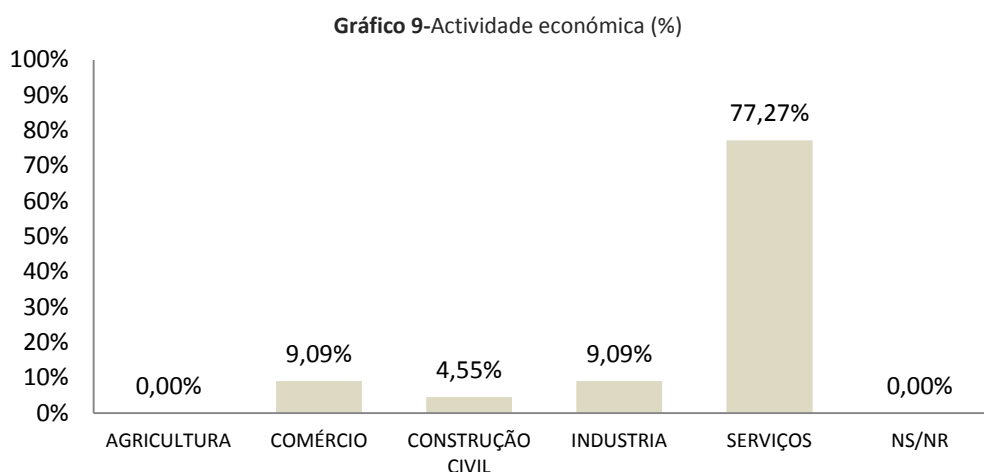


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Já no que diz respeito à condição perante a actividade económica (gráfico 8) verifica-se que os residentes se subdividem predominantemente entre activos com profissão (10 indivíduos, 45,5%) e reformados (8 pessoas, 36,4%). Entre os activos predominam os indivíduos que trabalham no sector terciário. Destacam-se a profissão de comerciante, empregado de balcão e cozinheiro.



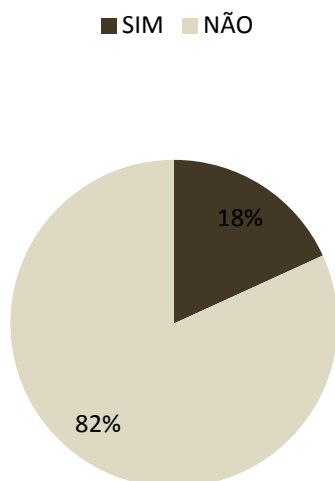
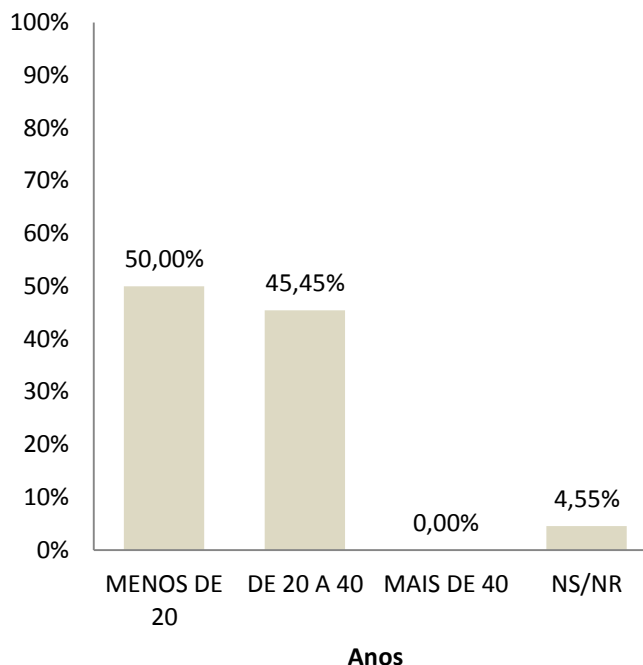
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

### 7.2.3. INSERÇÃO NO BAIRRO E TIPO DE ALOJAMENTO

Dos indivíduos inquiridos percebe-se que a esmagadora maioria não viveu sempre no bairro (81,8%), não sendo portanto considerados “filhos do bairro”. Talvez porque as AUGI, e esta em particular (há 40 anos), constituam bairros relativamente recentes com cerca de 50 a 70 anos de existência. Ainda assim seria de esperar um maior número de indivíduos que sempre residiram no bairro, tendo em conta o perfil social dos residentes neste bairros. Deste modo, estes resultados podem levar a pensar que ocorreram processos de mobilidade recente e que alguns dos primeiros moradores já saíram, porventura porque também os seus descendentes não se mantiveram no bairro ou por outras razões que conviria indagar.

**Gráfico 10** - Sempre residiu onde vive actualmente? (%)

**Gráfico 11** - Tempo de residência no bairro (%)


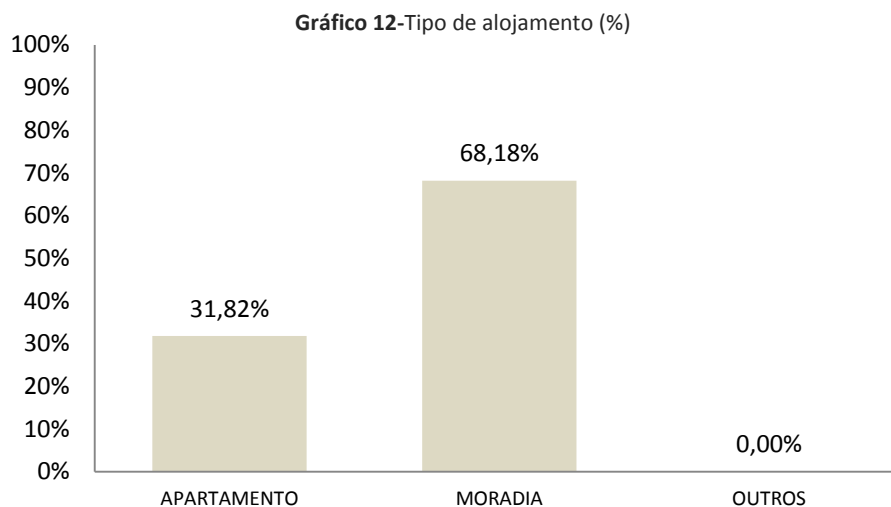
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Saliente-se que nenhum inquirido habita o bairro há mais de 40 anos. Pensa-se que as primeiras construções ilegais no bairro tenham aparecido na década de setenta do século XX, ou seja, há cerca de 40 anos. Assim se compreende que ninguém resida no bairro há mais de 40 anos. Admitindo a existência neste território de umas moradias um pouco anteriores a essa década, os dados recolhidos podem não contemplar no seu seio estes moradores em virtude da baixa dimensão da amostra e pelo facto de esta não ser probabilística, nem tão pouco uma amostra estratificada.

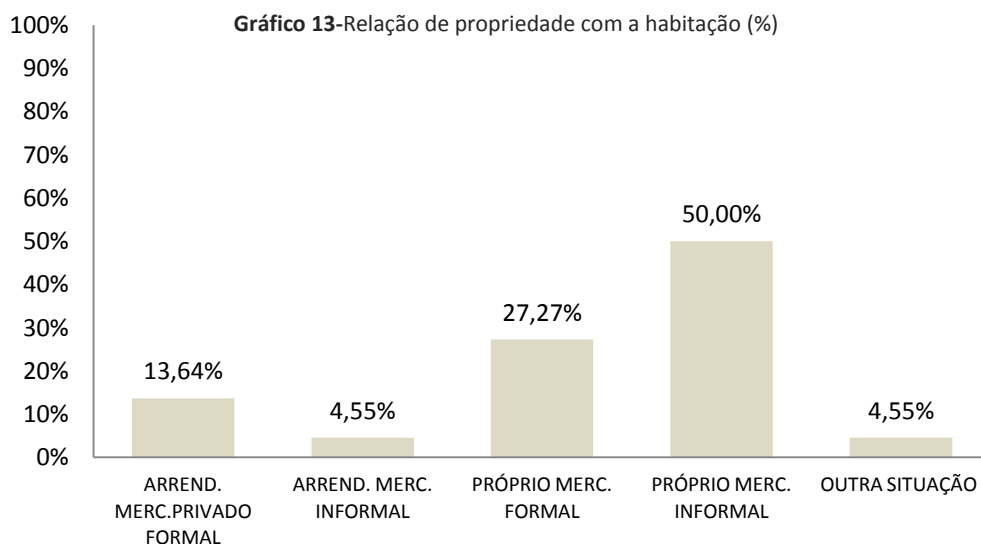
O facto de uma grande parte dos habitantes não terem residido desde a sua origem no Casal Novo pode repercutir-se no seu gosto pelo bairro, no seu imaginário, assim como, nas memórias construídas em torno deste lugar. Neste contexto, importa criar condições atractivas para que estas pessoas se fixem no bairro, bem como, as gerações futuras. Pelas conversas com os moradores, a criação destas condições parece passar pela requalificação do espaço público, pela melhoria da imagem do bairro e pela optimização dos acessos e ligações à cidade de Lisboa.

Quanto ao tipo de alojamento verifica-se que a maioria dos inquiridos reside numa moradia (68,18%) enquanto 31,8% reside em apartamento, o que pelas características da população que originalmente procurou estes bairros e pelos contornos do fenómeno das AUGI, já enunciados nesta dissertação, seria expectável. No entanto é de salientar o já significativo número de fogos em apartamento, em edifícios de habitação colectiva.



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando questionadas sobre a relação de propriedade que mantêm com a sua habitação, a maioria declara que reside num alojamento próprio adquirido no mercado informal; 13,6% afirmam viver num alojamento arrendado no mercado privado formal e 27,3 % declaram que vivem num alojamento próprio adquirido no mercado formal.



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Sobre a avaliação das condições de habitabilidade da sua casa, regista-se um valor médio de 4,36. Ou seja, os inquiridos revelam um bom grau de satisfação numa escala de 1 a 5 valores.

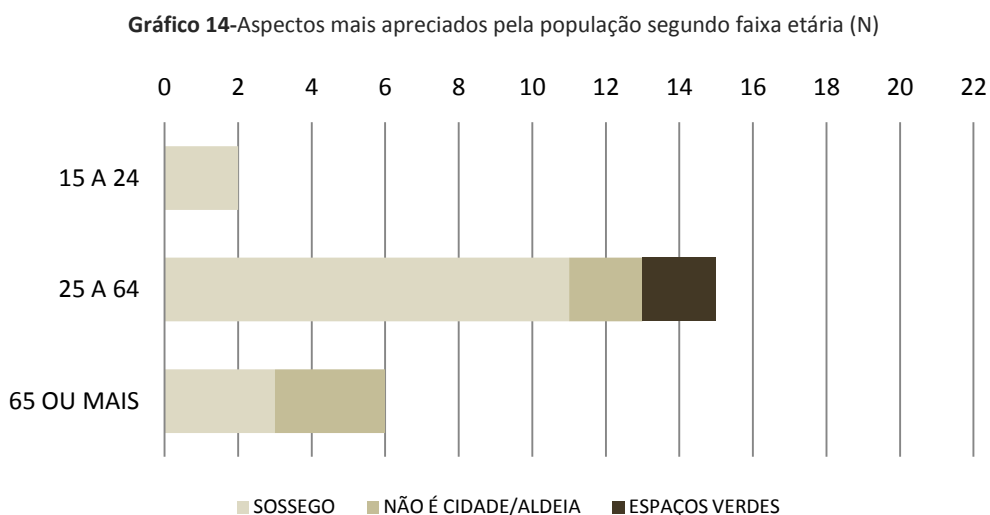
A média de divisões da própria casa é de aproximadamente 3 divisões, sem contar com a cozinha, casa de banho, marquise ou anexos. O número médio de pessoas por habitação é

também 3. Importa referir que alguns casais de idosos apontam que, nesta fase do seu ciclo de vida, a sua casa tem excesso de espaço e de divisões, dado que vivem apenas em casal.

Constata-se também que a maioria dos inquiridos não trabalha no local onde reside, mas sim noutros concelhos da AML, principalmente Lisboa, e Pontinha (Odivelas). Por último, nenhum dos respondentes faz parte de alguma associação ou grupo informal no bairro, sendo apenas conhecida a Associação de Moradores.

#### 7.2.4. IMAGEM SOBRE O BAIRRO

Quando questionados sobre o gosto que têm pelo seu bairro registou-se um valor médio de 3,64. Ou seja, um valor não muito expressivo. De forma complementar, averiguou-se os 3 aspectos que os moradores mais gostam no bairro, atendendo ao grupo etário e ao género dos respondentes.



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

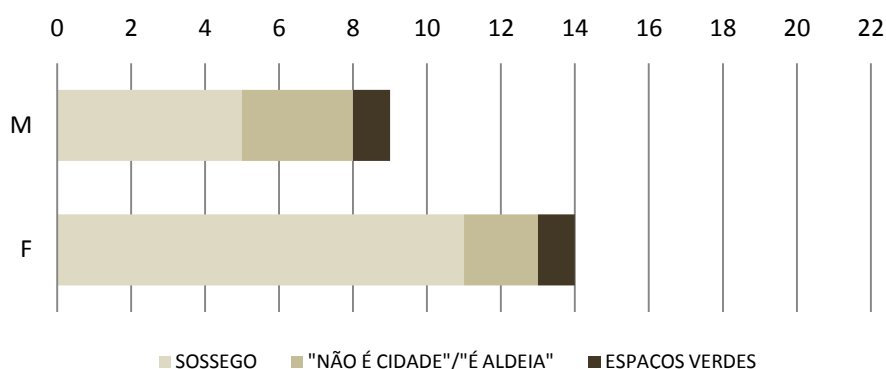
Assim, o gráfico 14 mostra que o sossego no Casal Novo é muito valorizado por todas as faixas etárias, sendo que o facto de o bairro não ser caracterizado pela confusão e agitação da cidade e ser comparado a uma aldeia, agrada, tanto como o sossego, aos inquiridos de 65 ou mais anos, como os que têm entre 25 e 64 anos. Registaram-se ainda 2 respostas que indicavam os espaços verdes. Nas conversas informais que mantivemos com os inquiridos foi possível perceber que se referiam ao contacto mais próximo e facilitado com a natureza e não aos espaços públicos verdes urbanos (qualificados).

Por outro lado, considerando as opiniões por género, verifica-se que o sossego é referido maioritariamente por ambos os géneros. Através das conversas informais que foram estabelecidas, foi possível perceber que, para determinadas mulheres, o “excesso” de sossego,

relacionado com a falta de actividades, vai ser apontado como um aspecto negativo, como se verifica mais à frente.

Comparativamente às mulheres, os homens valorizam o bairro por não ter características citadinas e por se assemelhar a uma aldeia. Em proporção, esse aspecto não é tão referido pelas pessoas do sexo feminino, talvez pelas mesmas razões relacionadas com a falta de actividades de lazer e de vivacidade.

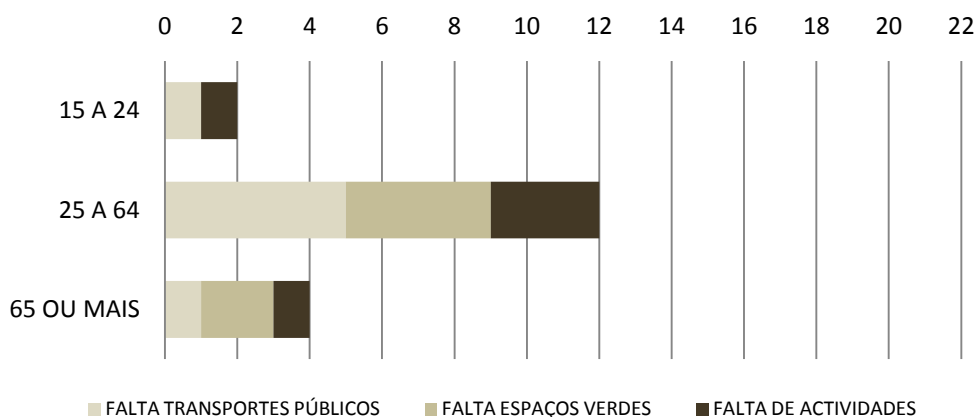
**Gráfico 15-**Aspectos mais apreciados pela população segundo o género (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Desta forma, numa possível intervenção urbanística e arquitectónica sobre o bairro, parece fundamental não perturbar esse elemento tão valioso para os seus habitantes que é o sossego, mas sim qualificar as zonas para que a fruição do mesmo seja mantida ou potenciada. Quaisquer equipamentos que venham a contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do bairro e para o reconhecimento do mesmo por parte das pessoas de lugares vizinhos (a nível de actividades de lazer, entretenimento, cultura, comércio e serviços), deve ser, nesta perspectiva, localizado em pontos estratégicos para que a acessibilidade seja facilitada e para que a tranquilidade seja preservada.

Os três principais aspectos que os habitantes menos gostam no bairro prendem-se com algumas carências que afectam o bairro, a saber: a falta de transportes, de espaços verdes e de actividades. A falta de transportes públicos é o mais apontado por todas as faixas etárias. É perceptível que a necessidade de se deslocar através de transportes públicos seja maior para a faixa etária que ainda estuda visto que alguns ainda não têm carta de condução ou não possuem veículo próprio, e para os activos com profissão. Se se tiver em linha de conta que a maioria dos habitantes não trabalha no bairro onde reside, torna-se muito importante uma rede de transportes públicos eficiente.

**Gráfico 16-**Aspectos menos apreciados pela população segundo faixa etária (N)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Também a falta de espaços verdes foi apontada. Contudo, nenhum inquirido com idades entre os 15 e os 24 anos referiu esse aspecto com algo que desgostasse no bairro. Tal pode associar-se ao facto de este bairro ser ainda um dormitório para estes jovens que aparentam passar uma boa parte do tempo fora do mesmo, uma vez que estudam fora do bairro. O facto de estudarem relativamente longe da área de residência não favorece a criação de laços e memórias no bairro. Os pares, os amigos com quem se passa mais tempo, muito provavelmente não vivem na mesma zona, e isso pode, de certa forma, ser um obstáculo às relações com os outros jovens habitantes do Casal Novo. Por outro lado, se esse local for nas proximidades, neste caso em Caneças, a probabilidade de conviverem jovens do mesmo bairro é maior e ainda assim, mesmo que sejam de lugares diferentes, vivem nas proximidades e as interações podem até ser facilitadas quer por uma adequada rede de transportes, quer pela existência de espaços que vão além da propriedade privada, tendo um carácter público e qualificado.

Importa também mencionar que, na faixa etária dos 65 ou mais anos, a falta de transportes públicos é menos apontada e é dada maior importância à falta de espaços verdes. Uma explicação possível pode passar pelo facto desta ser a idade de reforma, pelo que as pessoas tendem a ficar mais tempo em casa ou no bairro onde residem. Em termos de mobilidade, estas pessoas já não se deslocam tanto e tendem a utilizar transportes particulares. É importante valorizar e reconhecer a importância dos mais idosos na reativação de memórias e de relações afectivas com o espaço, por via p.e. da partilha de experiências, de histórias, de conhecimentos adquiridos ao longo da sua vida, de ofícios e artes que estão em vias de desaparecimento. Por outro lado, é, provavelmente, a altura em que dispõem de mais tempo para usufruir da forma que mais lhes agrada. É compreensível que as pessoas desta idade valorizem mais a natureza e o tempo para a contemplar, a sensação de bem-estar ou a tranquilidade, como se pode observar pelo gráfico referente aos aspectos que mais gostam.

De ressaltar que num estudo realizado por Vítor Matias Ferreira e Alexandra Castro, sobre a condição social, o ambiente urbano e a qualidade de vida da metrópole de Lisboa, constatou-se que “os idosos aparecem como o grupo que mais se apropria dos espaços verdes e públicos,

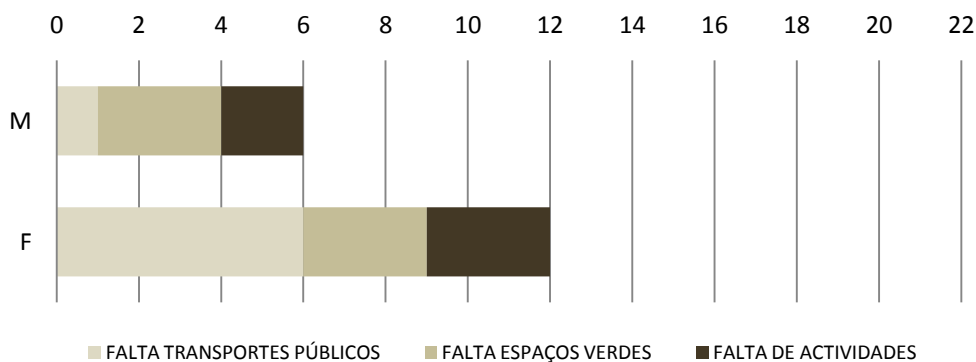


transportando para aqui algumas práticas geralmente associadas ao interior do habitat, como, por exemplo, as refeições ou os jogos de cartas” (Ferreira e Castro, 2000:87)

O desenvolvimento de actividades físicas e cognitivas que contribuam para a sua autonomia e para a manutenção da sua qualidade de vida, são dimensões a atender em futuras propostas de intervenção urbana a implementar nas AUGI. Desta forma, importa criar condições espaciais para que esta partilha e actividades tomem lugar sem restrições ou impedimentos. Assim, o planeamento de espaços públicos qualificados, ao ar livre ou edificados, que tenham estas questões em consideração e que ofereçam a possibilidade de concretizar estes desejos, seria uma mais-valia neste bairro. A criação de espaços verdes é relevante em termos de saúde, na manutenção da qualidade do ar, mas também na criação do ambiente procurado e valorizado para a contemplação, usufruto do bem-estar e partilha.

Ainda relativamente a esta questão, encontram-se algumas diferenciações entre homens e mulheres. Assim, os homens focalizam-se na falta de espaços verdes e de actividades, não valorizando tanto como as mulheres a carência de transportes públicos. Tal acontece talvez porque grande parte dos homens tem uma maior autonomia a este nível, já que possuem carta de condução e viatura pessoal, estando assim facilitada a sua capacidade de escolha em matéria de meios de transporte.

**Gráfico 17**-Aspectos menos apreciados pela população segundo género (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Contrariamente, as mulheres indicam de forma mais frequente a falta de transportes públicos, considerando igualmente relevantes a falta de actividades e de espaços verdes.

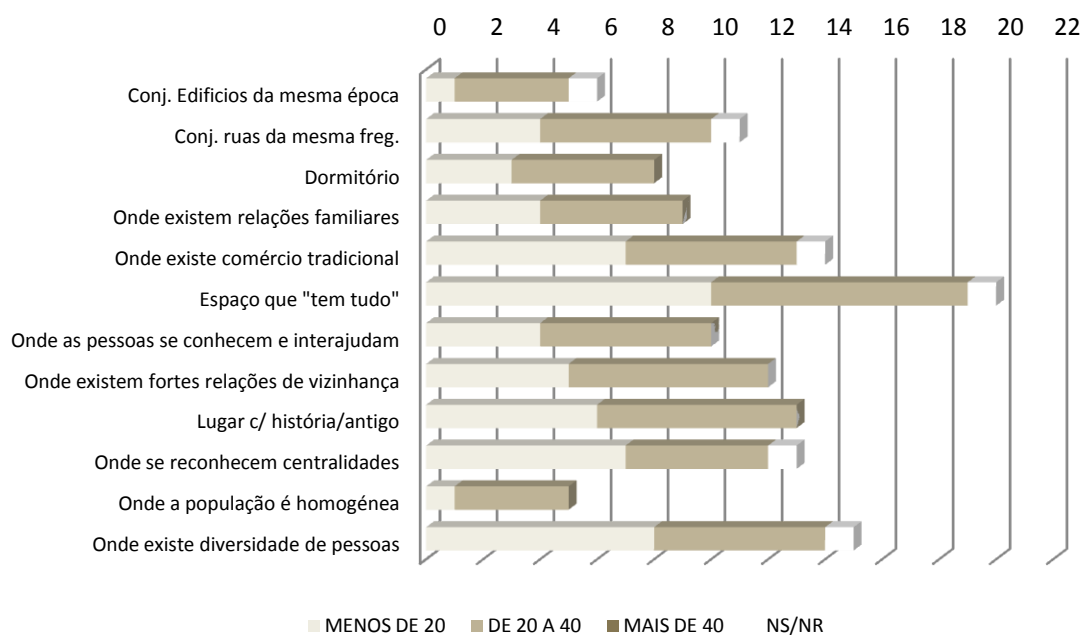
Estas diferentes opiniões prendem-se com desigualdades de género, uma vez que ainda há na actualidade mulheres que não possuem carta de condução, principalmente as mais idosas, estando assim mais dependentes dos companheiro e outros familiares ou dos transportes públicos para percorrerem distâncias maiores, também podem não possuir veículo próprio, ou em virtude das despesas inerentes ao uso de viatura privada. Esta necessidade pode também estar associada à necessidade manifestada (aparentemente maior do que no caso dos

homens) da prática de actividades de lazer e ao facto de, para isso, serem obrigadas a sair do seu bairro.

De modo a obtermos uma percepção mais próxima daquilo que é a imagem que os habitantes do Casal Novo têm do seu bairro foi formulada a seguinte questão “o que é este bairro, para si:” e apresentadas possíveis respostas de acordo com os elementos que definem um bairro, evidenciados na bibliografia. Esta questão foi cruzada com o tempo de residência no bairro, supondo-se de antemão que poderia haver variabilidades.

Verifica-se a existência de uma questão com a qual a grande maioria dos inquiridos discorda (20 respostas) que é a afirmação de que o bairro “é um espaço que tem tudo”, subsistindo dificuldades e carências a suprimir. Seguidamente, 15 pessoas discordam que o Casal Novo é um local onde existe uma diversidade de pessoas pelo que se pode deduzir que estamos perante um bairro relativamente homogéneo. Verifica-se também que, dos 22 inquiridos, 14 consideram que o bairro não é caracterizado pela existência de comércio tradicional.

**Gráfico 18-**Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)



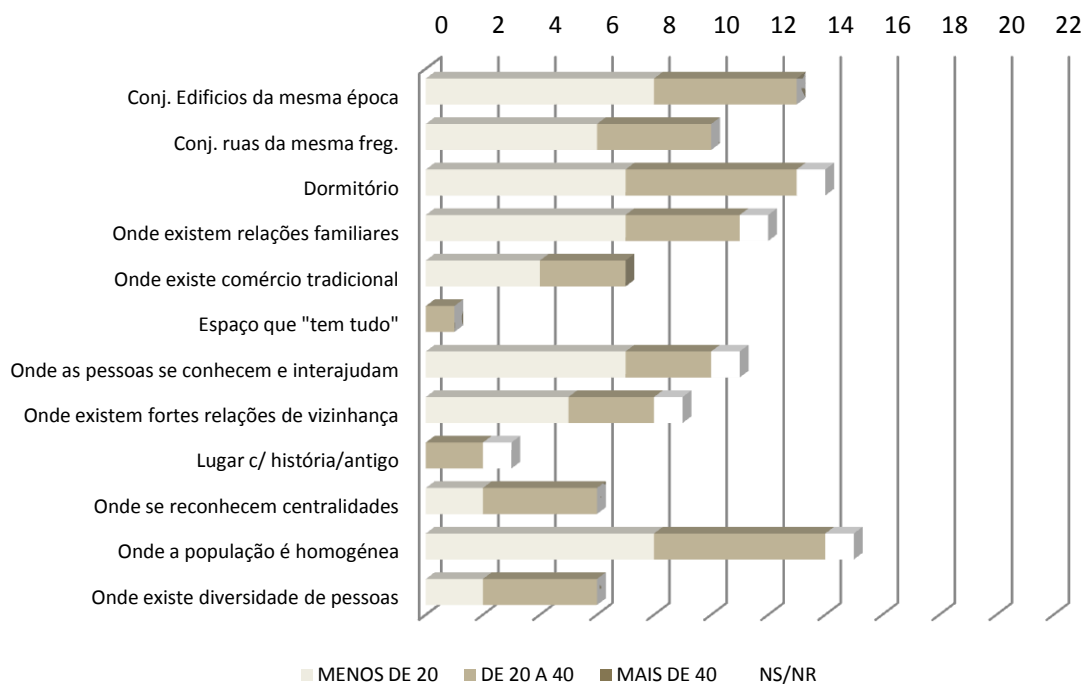
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando se observam as respostas com as quais os habitantes mais concordam, no fundo, as que melhor definem este bairro, confirma-se a opinião sobre a homogeneidade da população e verifica-se um número significativo de pessoas (14) que considera o bairro um dormitório. Em relação a este parâmetro não parece haver variedade significativa de respostas em função do tempo de residência no bairro. Para os que trabalham e estudam fora do bairro e que aqui permanecem pouco tempo não é surpreendente que acabem por classificá-lo como um mero dormitório. O mesmo acontece com as pessoas que vivem no bairro entre 20 e 60 anos.

Acresce que a falta de actividades desportivas, culturais e outras, assim como, de espaços públicos de qualidade no bairro podem contribuir fortemente para esta auto representação enquanto espaço dormitório.

Gato (2011:7) considera que “um bairro não é um dormitório” e aponta alguns factores principais, importantes na consolidação da representação e vivências de bairro, a saber: “percursos, encontros e conhecimentos partilhados, sob a mediação do comércio, tanto para residentes como para visitantes/utilizadores. Com efeito, só haverá uma presença relativamente constante de pessoas nas ruas de um bairro se ele tiver capacidades de atrair pessoas de ‘fora’ (idem, ibidem). As divergências mais ou menos evidentes entre essas pessoas e as que habitam no bairro, também ajudam, de certa forma, a fortificar o bairro enquanto tal.

**Gráfico 19**-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Num estudo recentemente feito sobre alguns bairros, que não são AUGI, em Lisboa (Ramalhete e Soares, 2012), as opiniões divergem das aqui registadas, sendo que parece haver uma certa unanimidade nas respostas dos residentes ao declararem que o bairro depende dos residentes /pessoas e das dinâmicas por eles criadas, mas também da presença do comércio, estando estes aspectos subjacentes à criação de uma vivência de bairro, entendida como especial e identificadora do lugar.

Ainda que grande parte das pessoas discorde que haja no bairro em análise uma ou mais centralidades, um número significativo de indivíduos parece reconhecê-las. Aquando da

aplicação dos inquéritos, consegue-se perceber, através da observação directa e das conversas que se foram mantendo com os moradores, que a zona da igreja é considerada uma centralidade religiosa, constituindo por sua vez, um objecto simbólico que une e cruza as pessoas, ao proporcionar o encontro ocasional (em cerimónias e celebrações religiosas). Por outro lado, a rua Brasil representa, principalmente para residentes que vivem há mais tempo no bairro, uma centralidade. É nesta rua que se localiza a maior parte dos serviços e do comércio, uma escola básica, sendo ainda percorrida pelos principais transportes públicos. É ao longo desta rua e transversais que se localiza um maior número de cafés, estabelecimentos que se configuram como contextos chave no encontro e interacção entre os habitantes do bairro.

Mais de metade dos inquiridos, sobretudo os residentes mais recentes, consideram que, neste bairro, existem relações familiares. O mesmo acontece quando se atenta sobre se o bairro é um espaço onde as pessoas se conhecem e interajudam e/ou um espaço onde existem fortes relações de vizinhança.

Esta diferença de opiniões pode prender-se com o facto das pessoas que habitam o bairro há mais tempo já não terem lá os seus descendentes e outros familiares. Também é importante ter em conta que estas pessoas, que vivem há entre 20 a 40 anos no Casal Novo, assistiram à evolução do bairro, quase desde a sua génese, e desde a sua fundação tem havido alterações na sociedade e nos modos de interacção entre as pessoas. É provável que no início do bairro os habitantes se relacionassem como “família”, na medida em que se ajudavam mutuamente, apoiavam-se nas dificuldades, havendo um maior sentido de união e de identificação, dadas as motivações e as trajectórias de vida que os fizeram chegar ao bairro. Desta forma, a partir da revolução e mais intensamente após a entrada em vigor da lei das AUGI, tem chegado muita gente ao bairro com histórias de vida já um pouco díspares e as pessoas que aqui residem há mais tempo já não se identificam tanto com estes “novos vizinhos”. Pelas conversas informais estabelecidas com os moradores, foi possível apreender que a interacção parece ser reduzida ao mínimo, uma vez que as relações não se estabelecem tão facilmente e há uma atitude de maior reserva mútua.

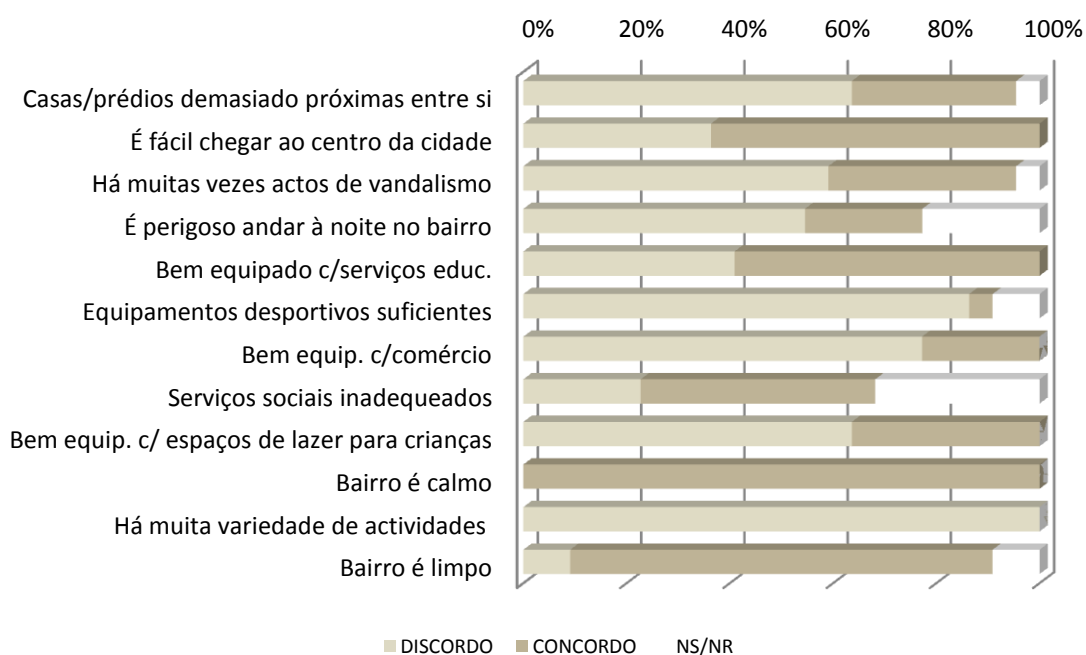
No que se refere à qualidade de vida do bairro (gráfico 20), a maioria das pessoas inquiridas discorda que as casas/prédios estão demasiado próximas entre si, ainda que haja quem pense o contrário. A irregularidade do loteamento e a construção individual e sem plano podem ter levado, em alguns casos, à aproximação excessiva entre o edificado, o que pode ter estado na origem de conflitos de vizinhança, ou criar problemas de privacidade.

A maioria dos inquiridos considera que é fácil chegar ao centro da cidade, principalmente de carro, o que na verdade, constitui também uma das razões pelas quais ainda hoje as pessoas optam por ir residir nas periferias. Esta opção pode ser reforçada pelo sentimento de segurança que parece fazer-se sentir no bairro; com efeito, 59,1% dos inquiridos declaram que não há muitas vezes actos de vandalismo no bairro e 54,1% discordam da afirmação de que é perigoso andar à noite pelo bairro. Ainda assim, o sentido de segurança poderia ser potenciado se a iluminação nas ruas fosse mais eficiente bem como a definição dos percursos. Para além disso, a estratégia de trazer mais pessoas às ruas, durante o dia e à noite, poderia

criar modos de vigilância passiva que diminuíssem e intimidassem os actos de vandalismo. Mais uma vez a diversidade e frequência de actividades em determinados locais do bairro poderia ser muito útil, também nesse sentido.

Existe uma certa diversidade de opiniões no que diz respeito aos serviços educativos do bairro. Para além da existência da escola básica, ficou claro através do diálogo com os habitantes, que as localidades mais próximas estão mais bem dotadas de equipamentos educativos, servindo também os residentes do bairro em análise. Esta carência poderia ser suprida através da criação de espaços de apoio pós-escolar ou centros de actividades de ocupação de tempos livres, que promovessem a convivência e o intercâmbio entre várias gerações, pois, quer os mais novos, quer os mais idosos tendem a isolar-se na sua residência. A existência destes espaços destinados à ocupação de tempos livres poderia contribuir para um maior enraizamento dos moradores neste território, assim como um maior sentido de união e de coesão.

**Gráfico 20-**Percepção sobre o bairro de residência (%)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

A nível de equipamentos desportivos, a grande maioria da população discorda que o bairro está bem servido, pelo que aludiram muitas vezes à necessidade de um ringue desportivo. É um facto que o gosto por determinados desportos colectivos pode criar laços entre pessoas de faixas etárias próximas, o que poderia ser uma mais-valia ao nível de uma maior proximidade e interconhecimento entre moradores.

A maioria das pessoas discorda que o bairro esteja bem equipado a nível de comércio. Consideram que não existe variedade de comércio tradicional. Este é um dos pontos que

parece fulcral, hoje em dia, na reabilitação de bairros tradicionais nos grandes centros urbanos. O comércio de proximidade e de qualidade volta a aparecer como elemento procurado por muitos habitantes, ainda que os grandes centros comerciais continuem a representar uma forte concorrência. Parece razoável encontrar o equilíbrio e proporcionar condições a que o empreendedorismo, a nível de comércio e outras actividades, possa desenvolver-se e, desta forma, criar emprego no bairro. O comércio tradicional parece constituir um propósito para que as pessoas saiam das suas habitações e desta forma gerar “vida” pelas ruas ao longo do dia, o que, por sua vez, possibilita as interações sociais. Neste caso, a rua aparece como um elemento muito importante, como espaço de encontro e de sociabilidade.

Em relação aos serviços sociais do bairro há uma variedade de opiniões, sendo significativa a percentagem de pessoas que diz que não sabe ou não responde (31,82%). Desta forma parece também ser importante criar um espaço cujo objectivo para as actividades sociais de apoio à população, como uma nova sede para a associação de moradores do bairro.

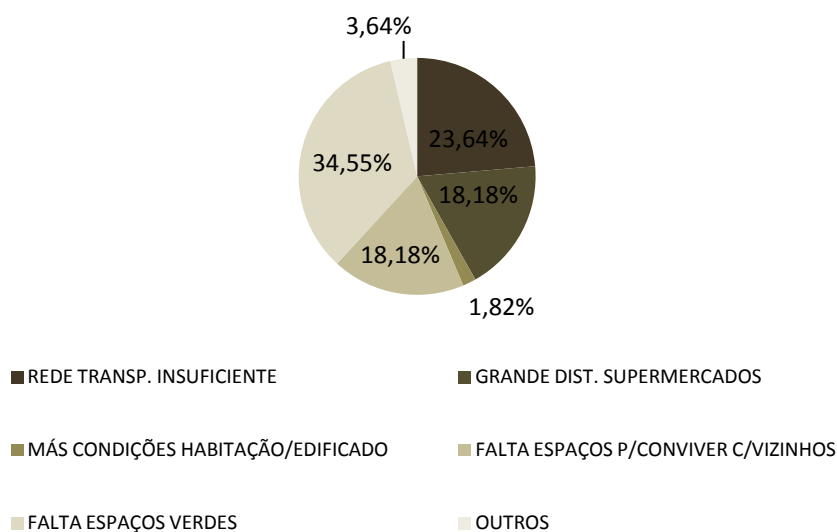
Quando questionados sobre os espaços de lazer para crianças, 63,6% das pessoas mostram-se descontentes com o que existe no bairro e 36,4% assinalam serem suficientes. Existe um parque infantil que é utilizado principalmente pelos habitantes dos edifícios de habitação colectiva, até porque a sua localização é num ponto periférico do bairro. Durante a aplicação dos inquéritos, as pessoas apontaram a sua falta de manutenção e a falta de mobiliário urbano ao seu redor para que os vigilantes (pais, avós, irmãos, etc.) se pudessem sentar a observar as brincadeiras.

Mais uma vez, a tranquilidade e sossego do bairro, é algo apontado por todos os inquiridos. Por sua vez, todos discordam que haja, no bairro, muita variedade de actividades. Importa também dizer que a grande maioria (81,82%) concordou que o bairro é um lugar limpo.

Apesar das carências do bairro e das suas fragilidades, a maioria dos inquiridos (68,2%) respondeu que não pensa sair do bairro e ir morar para outra zona, enquanto 22,7% das pessoas demonstram vontade de sair do Casal Novo assim que possam. Como principais razões de saída, os inquiridos revelam que não gostam do bairro, ou não gostam das pessoas, ou então almejam um local com melhores condições e oportunidades.

O seguinte gráfico representa os maiores problemas ou dificuldades que os habitantes do Casal Novo encontram no seu dia-a-dia.

**Gráfico 21-**Maiores problemas ou dificuldades no dia-a-dia no bairro



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Estes resultados permitem obter uma percepção mais imediata sobre os aspectos que carecem de uma intervenção urbanística mais urgente, no sentido de melhorar rapidamente e numa primeira fase, a qualidade de vida dos habitantes do bairro.

Verifica-se que o item mais mencionado foi a falta de espaços verdes, seguido da rede de transportes insuficiente, pelo que estas serão as grandes prioridades de intervenção ao nível do bairro. Em terceiro lugar, surge a falta de espaços de convívio e a elevada distância face aos supermercados são as dificuldades que poderão ser a minimizadas, pela optimização e qualificação da rede de transportes. Os moradores assinaram outras dificuldades, tais como a falta de um multibanco no bairro e a falta de um polidesportivo. Apenas uma pessoa indicou as más condições do edificado.

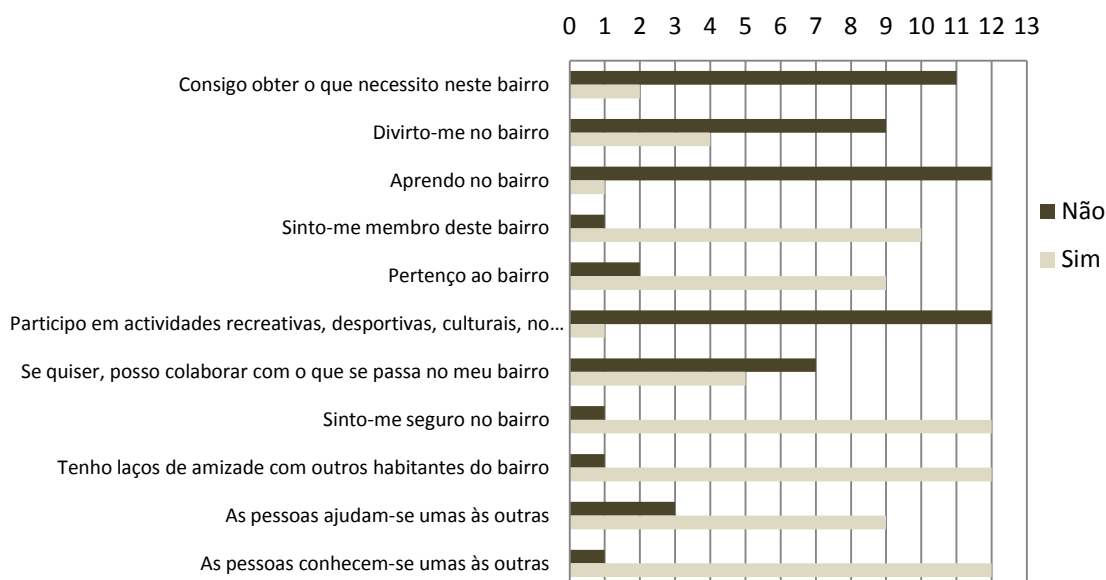
#### **7.2.5. RELAÇÃO DE PERTENÇA E IDENTIDADE FACE AO BAIRRO**

Outra das questões centrais deste inquérito por questionário prende-se com a relação dos inquiridos com o seu bairro. Através das respostas referentes à faixa etária dos 15 aos 24 anos, não se consegue obter uma representação muito clara daquilo que é a sua relação com o Casal Novo. Na verdade, a amostra tem poucos inquiridos jovens e denota-se uma certa disparidade de opiniões quanto à aprendizagem e ao divertimento no bairro. Um jovem referiu que sim e outro jovem que não. Para estes indivíduos é unânime a não participação em actividades recreativas, desportivas e culturais dentro dos limites do bairro, não pelo desinteresse ou falta de qualidade mas pela falta efectiva de actividades deste cariz. Destacam-se as respostas positivas relacionadas com o sentido de pertença ao bairro e com o facto de se sentirem membros do mesmo. Estas referências constituem um bom indicador de integração no bairro.

Relativamente à segurança, os indivíduos mostram sentir-se aqui seguros e, no que respeita às interações e relações sociais, afirmam ter laços de amizade com outros habitantes do bairro e consideram que os habitantes se ajudam e se conhecem uns aos outros.

O gráfico 22 corresponde às respostas das pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos, observando-se um certo consenso, assim os respondentes assumem que não participam em actividades desportivas, culturais e recreativas no bairro, também aqui não fazem aprendizagens, não conseguem obter o que necessitam no bairro, nem sequer formas de diversão. Mesmo assim, há pessoas que referem que se divertem no bairro e explicam que nesse sentido tendem a juntar-se com os amigos nos cafés ou em casa uns dos outros e assim convivem e se divertem.

**Gráfico 22**-Relação com o bairro – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

No geral, os inquiridos desta faixa etária sentem-se membros do bairro e sentem que pertencem ao mesmo. O sentimento de segurança é também relativamente unânime, havendo apenas um indivíduo a responder que não se sente aqui seguro.

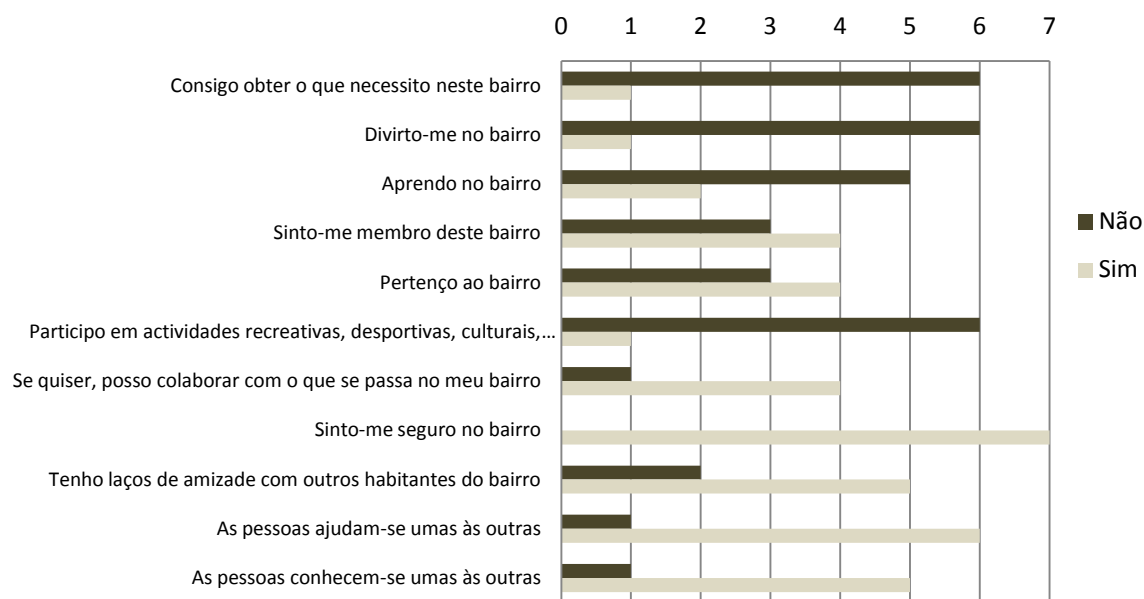
Ao nível das interações entre vizinhos, sobressai a ideia de que há fortes relações de interdependência, uma vez que as pessoas se conhecem umas às outras e que existem de facto laços de amizade entre os habitantes do Casal Novo.

Na faixa etária dos 65 ou mais anos as percepções e sentimentos não diferem muito do que se observou no grupo etário anterior. No entanto, há alguns valores curiosos que enriquecem a análise. De notar que nesta faixa etária, apesar de se estar perante pessoas com uma experiência de vida mais longa e que poderia indiciar um maior grau de enraizamento no



bairro, constata-se uma divergência significativa de opiniões no que respeita ao sentimento de pertença ao bairro, bem como ao facto das pessoas se sentirem ou não membros deste lugar. Neste grupo etário estes sentimentos de adesão e de pertença identitária parecem ser mais ambivalentes e difusos, como se pode ver no seguinte gráfico 23.

**Gráfico 23**-Relação com o bairro – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)



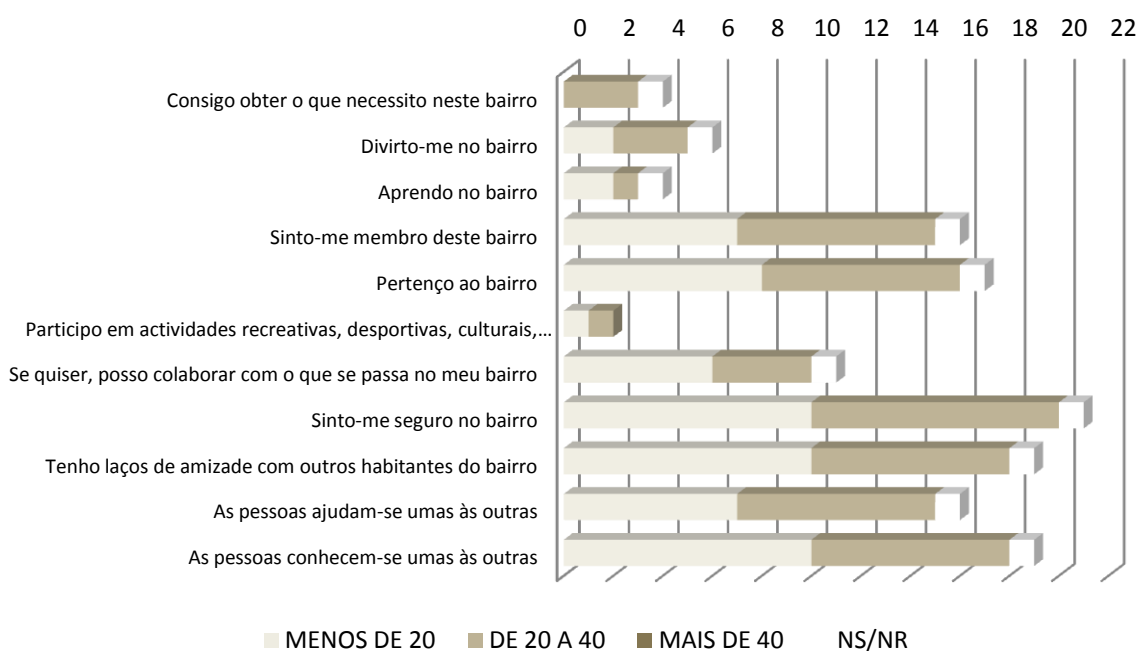
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Segundo a bibliografia, o conceito de bairro tem associado a si vários aspectos. Entre eles a existência de teias sociais que passam pelo convívio entre pares, entre pessoas que se identificam umas com as outras, que se conhecem relativamente bem e com as quais partilham vivências. Essas interações e relações identitárias tendem a desenvolver-se maioritariamente entre pessoas da mesma geração, e entre pares. O que parece acontecer, neste caso concreto, é que com o passar dos anos, esses pares vão desaparecendo por diversas razões. Por outro lado, na actualidade, a maior parte dos residentes no bairro são pessoas mais novas e que lá residem há menos tempo. Parece haver alguns entraves à interacção não existindo proximidade com estes habitantes mais recentes e mais jovens. Possivelmente, estas pessoas mais idosas vivem relativamente sozinhas, porventura já não têm os filhos e amigos por perto e também viverão agora mais condicionadas devido aos constrangimentos económicos e financeiros decorrentes das medidas de austeridade adoptadas em Portugal para fazer face à crise económica, o que os pode levar a um maior isolamento em torno do seu espaço privado, desvanecendo-se com o tempo os sentimentos de pertença.

Outra explicação possível pode passar pelo facto das principais raízes ainda estarem ancoradas ao lugar de infância e adolescência e o sentimento de pertença ser associado a esse lugar imaginado.

Em termos arquitectónicos e urbanísticos pode-se tentar contornar-esta situação através da concepção de espaços destinados principalmente a esta faixa etária, como um centro de dia ou centro de actividades culturais recreativas e desportivas. Ou seja, um lugar onde estas pessoas se possam encontrar, participar em actividade e conviver. Tudo isto aliado à prestação de serviços de saúde que as permitam viver com dignidade, autonomia e com qualidade de vida possível.

**Gráfico 24-**Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

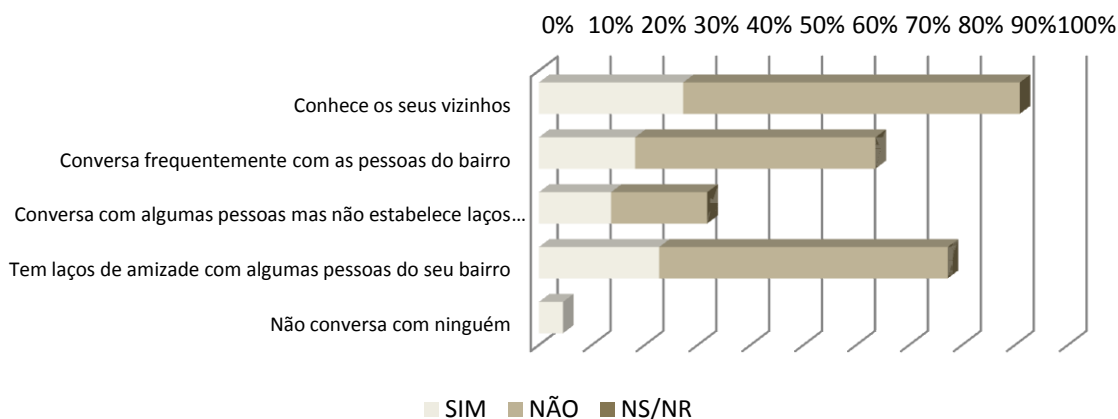
O gráfico 24 pretende mostrar os laços e sentimentos de pertença dos moradores inquiridos, face ao bairro. Contudo, entre os inquiridos, não é evidente a existência de uma relação directa entre o sentido de pertença ao bairro e o tempo de residência no mesmo. Mesmo as pessoas que habitam o bairro há menos tempo, respondem positivamente a esta questão mostrando assim que se sentem relativamente integradas neste lugar.

Uma outra dimensão de análise de carácter crucial, no âmbito desta dissertação, passa pela análise e caracterização das relações de vizinhança, qual a sua natureza, densidade e formato. Numa perspectiva de complementaridade, interessa perceber de que modo as estratégias de intervenção arquitectónica, urbanística e social podem promover e facilitar este tipo de relações. Remy e Voyé, citado por Gato et al. (2011:7), afirmam que “o lugar da habitação é um espaço privilegiado de investimento afectivo e que, comparativamente ao anonimato da cidade, o bairro é o lugar do conhecimento e da identificação, que se fortalece através de aspectos sociais característicos como a conversa, as relações de vizinhança e as compras”. Nesta perspectiva, pareceu pertinente aprofundar este nível de análise e cruzar as respostas sobre as relações de vizinhança e o facto de as pessoas utilizarem ou não a rua para

conversar/conviver com os seus vizinhos. Por outro lado estes dados foram também cruzados com as idades dos respondentes.

Em relação à utilização da rua para conversar/conviver com os seus vizinhos, a esmagadora maioria, ou seja, 72,7% dos inquiridos afirmam que não utiliza a rua com essa finalidade.

**Gráfico 25**–Relação com os vizinhos – relação com a utilização, ou não, da rua com esse fim (%)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Verifica-se assim que dos 90% dos inquiridos que declaram conhecer os seus vizinhos, a grande maioria afirma não utilizar a rua para conversar ou conviver.

Percebe-se também que dos inquiridos que afirmam ter laços de amizade com algumas pessoas do bairro (77,3%), apenas uma percentagem reduzida afirmam utilizar a rua neste sentido.

Mesmo as pessoas que conversam frequentemente com outras pessoas do bairro, não parece que o façam na rua. Obviamente que é necessário ter em linha de conta a presença dos cafés, das mercearias e da igreja como pontos de encontro propícios à interacção.

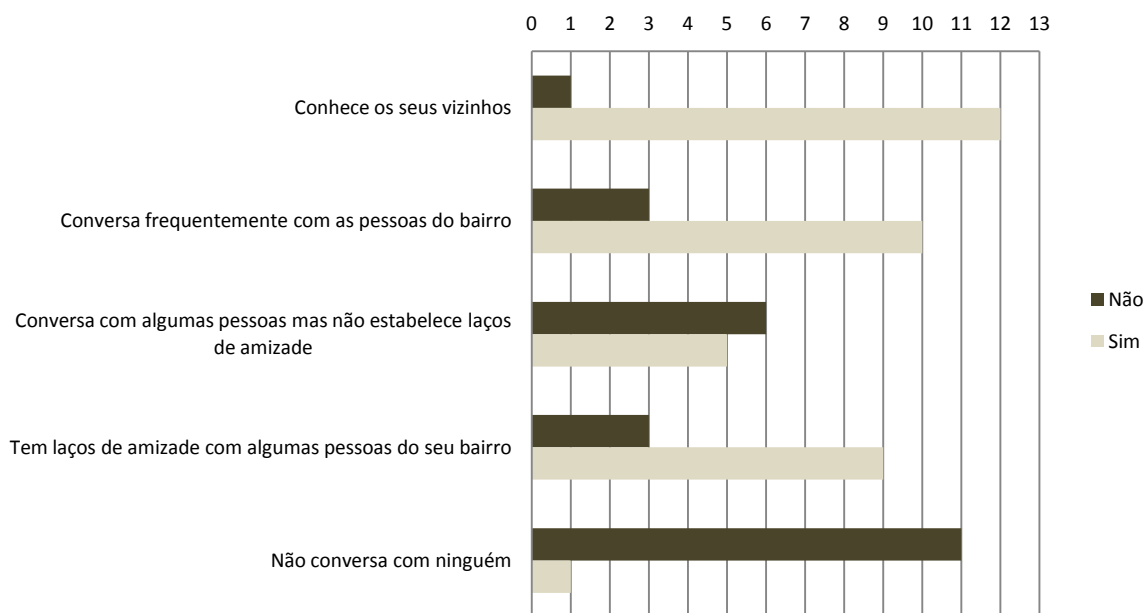
Se há laços de amizade entre as pessoas do bairro, se as pessoas se ajudam e se se conhecem, importa criar as condições espaciais para que as relações de vizinhança tenham lugar e se intensifiquem tanto quanto os habitantes o desejarem. O primeiro elemento que as abriga é a rua. Esta assume um papel de intermediário entre as pessoas, pode ser apelativa, mas também causar repulsa ou assumir exclusivamente o papel de ligação viária entre dois pontos, como aliás assume a maioria das ruas do Casal Novo. Desta forma é importante pensar a rua, qualificá-la, humanizá-la e imprimir outros sentidos e usos.

Todos os inquiridos com idades compreendidas entre os 15 a 24 anos, afirmam que conhecem os seus vizinhos e que têm laços de amizade com algumas pessoas do bairro, factores propícios ao enraizamento destes habitantes no bairro e à génese de memórias que sustentem o bairro enquanto tal. Por outro lado, todos afirmam não conversar muito com as pessoas do bairro,

revelando que conversam apenas com os amigos, supostamente pessoas que vivem fora do bairro.

Nos inquiridos com idades entre os 25 e os 64 anos, nota-se a presença de dois subgrupos: num, os inquiridos revelam conhecer os seus vizinhos, referindo que conversam frequentemente e que têm laços de amizade com as pessoas do seu bairro. No outro, há também um número significativo de pessoas que não estabelecem laços de amizade nem conversam frequentemente com outros indivíduos do bairro. Para muitos moradores que passam parte do tempo fora do bairro, o bairro é sobretudo um dormitório, o que permite inferir que não interajam muito com as pessoas do bairro e não estabeleçam fortes relações de vizinhança.

**Gráfico 26-** Relação com os vizinhos – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)



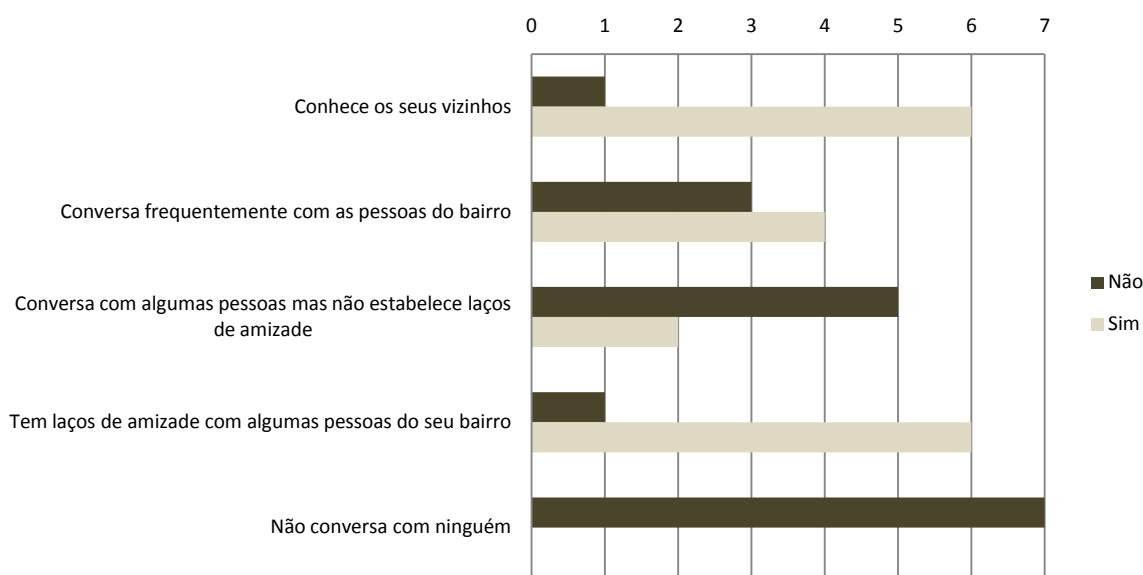
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando se atenta sobre as respostas por faixa etária, nota-se que quase todos os inquiridos destas idades conhecem os vizinhos, conversam frequentemente e têm laços de amizade com as pessoas do seu bairro. No entanto há já um número significativo de pessoas que não estabelecem laços de amizade nem conversam frequentemente com outros indivíduos do bairro. O facto de o bairro ser considerado um dormitório para muitos dos inquiridos, ajuda a compreender que, por não passarem aqui muito tempo, não interajam muito com as pessoas do bairro e não estabeleçam fortes relações de vizinhança.

Há 6 inquiridos que dizem conversar com as pessoas do bairro mas não estabelecem qualquer relação de amizade. Este número parece estar muito relacionado com a idade e vai verificar-se superior na faixa etária seguinte (gráfico 27). Os laços de amizade tendem a ser estabelecidos numa fase anterior da vida humana. A partir de uma certa idade os indivíduos parecem criar uma certa resistência à criação de novas amizades.

Ainda assim, 4 respondentes dizem ter laços de amizade com as pessoas com quem falam.

**Gráfico 27-** Relação com os vizinhos – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

77,3% dos inquiridos afirmam que costumam ir ao café e 22,8% declaram que não frequentam estes espaços, nem realizam outras actividades de lazer no bairro.

#### 7.2.6. ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO

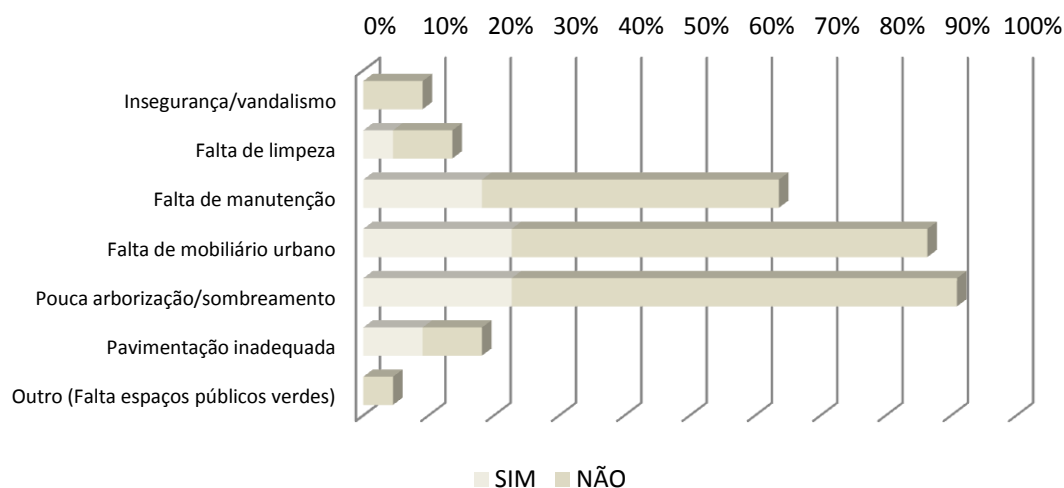
Sobre a existência de espaços públicos no bairro, a grande maioria dos respondentes (86,4%) revela que estes não existem e apenas 13,6% respondem afirmativamente a essa questão. Estas pessoas que responderam positivamente referem a existência do parque infantil e os “espaços ajardinados junto ao parque”. Não deixa de ser curioso constatar que as pessoas não se lembrem ou não refira este local. Tal pode justificar-se quer pela localização periférica deste parque, no bairro, quer porque os respondentes não se enquadrem na sua população-alvo. Só a eventual existência e companhia de filhos ou netos poderia eventualmente levá-los a frequentar esse lugar.

Apenas 3 pessoas que apontaram esse local acrescentaram também que esse espaço não é suficiente no bairro, justificando a sua resposta: “São só para crianças, o espaço verde envolvente não tem sítio para as pessoas ficarem. Muitas sentam-se na relva a vigiar os filhos ou os netos”. Apenas uma pessoa afirma frequentar o parque infantil, justamente, uma senhora que passa muito tempo com a sua neta, em casa e só saem para ir ao parque.

Para Borja (2003:135) “o espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida das pessoas e a qualidade da cidadania dos seus habitantes”.

Importa indagar sobre os principais problemas dos espaços públicos do bairro, assim sendo, procedeu-se ao cruzamento dessa questão com a utilização da rua para conversar/conviver com os vizinhos, no sentido de encontrar explicações plausíveis para a não utilização da mesma.

**Gráfico 28-** Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro – de acordo com a utilização, ou não, da rua para conviver com vizinhos (%)



Fonte: Elaboração própria, 2015

Observa-se que os 3 principais problemas associados aos espaços públicos do bairro são: a falta de manutenção, a falta de mobiliário urbano e a pouca arborização e sombreamento. Verifica-se também que quem aponta esses problemas, na sua maioria, não utiliza a rua, pelo que se pode deduzir que a arborização e o sombreamento ao longo das ruas do bairro constituiriam um atractivo para que as pessoas saíssem de suas casas e disfrutassem da rua, aliados à implementação de mobiliário urbano em pontos estratégicos e também à necessidade de manutenção, quer das próprias ruas, quer dos espaços públicos qualificados.

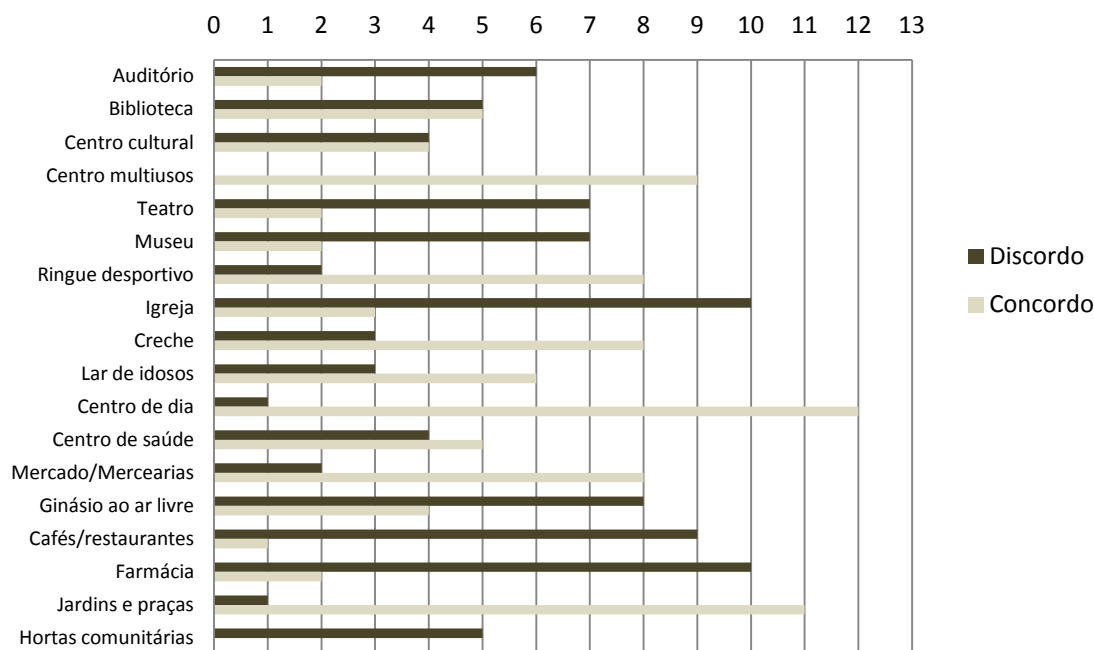
Quando pretendem praticar actividades de lazer, apenas 9,1% dos inquiridos admitem utilizar espaços públicos no Casal Novo, 22,7% afirmam que não costumam sair de casa para a prática de actividades de lazer. Em contrapartida, 50% dos respondentes declaram que utilizam espaços públicos noutros bairros do município e 45,5% utilizam espaços públicos noutros concelhos. Algumas pessoas acrescentam que se deslocam a centros comerciais para ir ao cinema, ou a outras localidades para a prática de actividades desportivas como a natação e o ginásio.

Considerando que a opinião dos habitantes sobre o que o Casal Novo realmente mais necessita poderá depender da fase do ciclo de vida em que as pessoas se encontram, no sentido em que as necessidades e interesses vão variando e vão-se alterando com a idade, estas respostas são de crucial importância no delineamento de uma futura intervenção ao nível das várias áreas da arquitectura e urbanismo.

Os mais jovens apontam como principais necessidades o ringue desportivo e a criação de jardins e praças. Neste grupo o principal interesse pela actividade desportiva e pela existência de espaços verdes de qualidade, jardins e praças, onde se possam encontrar e passar mais tempo com os amigos, é evidente. No entanto não acham que seria útil um ginásio ao ar livre.

As opiniões são menos consensuais no que respeita à biblioteca, ao centro cultural, ao centro multiusos e ao mercado. E parece não existir grande interesse pela inclusão no bairro de equipamentos culturais, tais como o teatro, museu ou auditório. A falta de vínculo religioso ou o facto de já existir uma igreja (pré-fabricado) podem explicar o facto de os indivíduos não acharem necessário ou prioritário a construção de uma igreja, assim como de mais cafés e restaurantes no bairro.

**Gráfico 29-** Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

No grupo com idade entre os 25 e os 64 anos regista-se que concordam com a construção de um centro de dia. Algumas pessoas têm familiares próximos, idosos, a seu cargo e a conciliação entre a vida laboral e a familiar não facilita o seu cuidado. Neste sentido, um centro de dia poderia ser muito útil ao apoiar as famílias nos cuidados aos mais idosos. Ainda dentro desta faixa etária há pessoas que já estão aposentadas ou a trabalhar por razões diversas e ficou perceptível, aquando da aplicação dos inquéritos, que este centro de dia é representado por estas pessoas como um centro comunitário onde poderiam conviver com outras pessoas da mesma idade e com uma situação social similar. É neste contexto que também apontam a necessidade igualmente evidente de um centro multiusos.

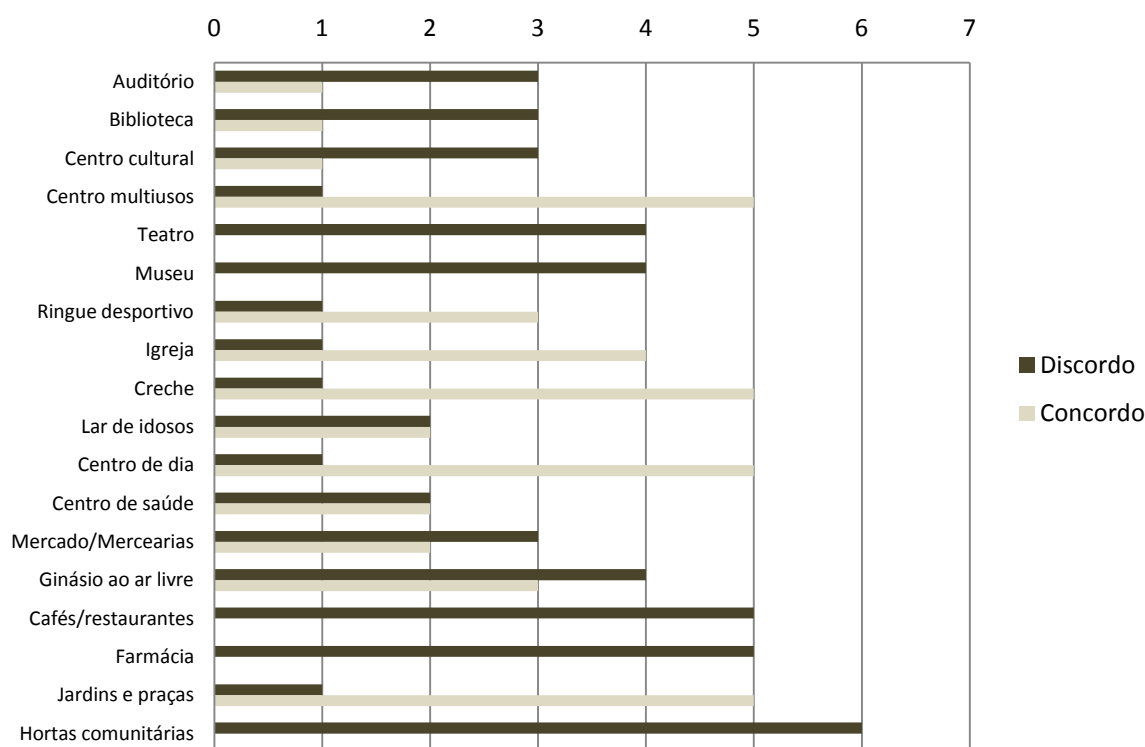
Os jardins e praças também são apontados pelos respondentes, o que parece decorrer do gosto pela natureza, pela contemplação e prática de actividades diversas ao ar livre, como caminhadas, organização de festas populares, entre outras.

Surgem 3 equipamentos sobre os quais a consensualidade de opiniões não é tão forte. É notório a existência de um número significativo de pessoas que fazem sobressair a necessidade de um ringue desportivo. Esta faixa etária engloba também pessoas cuja idade ronda os 50 anos e que continuam a praticar desporto, que gostam de se juntar com os amigos para um jogo de futebol ou qualquer outro desporto coletivo, fazendo sentido a construção de um ringue polidesportivo. Da mesma forma quem tem crianças (filhos ou netos) refere a necessidade de uma creche. A opção pelo mercado poderá estar relacionada com a distância considerável entre o bairro e os supermercados e pela utilidade de ter relativamente perto, um local com alimentos frescos que possam servir as pessoas quando estão no bairro.

Consegue perceber-se que, para estas pessoas, não é necessária uma igreja, embora quando confrontadas com a possibilidade da construção de uma nova que substitua a existente e ofereça melhores condições, algumas pessoas mostram concordância mas não a classificam como uma prioridade. O mesmo acontece com a farmácia porque já existe uma no bairro.

As pessoas inquiridas com 65 ou mais anos elegeram como principais necessidades a falta de um centro multiusos, uma creche, um centro de dia, assim como, jardins e praças, escolhas que não diferem muito do manifestado pelo grupo anterior.

**Gráfico 30-** Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015



Nesta idade, como seria de esperar, o vínculo religioso é mais forte e intenso e isso nota-se na diferença de opiniões sobre a construção de uma igreja em comparação com as restantes faixas etárias. Na análise do que é menos prioritário, aparecem as hortas comunitárias. Pela existência quase geral, ao nível das moradias, de um logradouro que os habitantes eventualmente utilizam para hortas particulares, as hortas comunitárias parecem não fazer muito sentido neste bairro.

É perceptível a falta de entusiasmo ou interesse em relação ao teatro e museu e é curiosa a indecisão em relação à necessidade de um lar de idosos, na medida em que seria de esperar mais respostas a favor da edificação do mesmo. Esta hesitação pode decorrer do facto de muitos idosos ainda deterem uma imagem negativa dos lares de idosos, ou pelo facto de ainda serem autónomos e prezarem muito a permanência na sua habitação, acresce que nas imediações, existem algumas casas com essa função.

Em relação ao centro de saúde, as respostas também não são unânimes talvez pela sua existência nas proximidades e, desta forma, a aposta nos cuidados de saúde primários e de prevenção ao nível de um possível centro de dia ou comunitário, assim como, a optimização dos transportes até às proximidades, talvez pudessem contribuir para uma maior qualidade e acessibilidade em termos de prestação de cuidados de saúde.

#### 7.2.7. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

No delineamento de possíveis estratégias de intervenção para este bairro, recorreu-se à metodologia do PPS, tal como foi utilizada na análise dos casos de referência.

Para Simmel, “a fronteira não é um facto espacial com consequências sociológicas, mas um facto sociológico que adquire uma forma espacial.” (1999: 607) e é esta fronteira que se pretende erguer e fazer notar partindo de um dos principais pontos comuns entre todos os habitantes, o elogio e a exaltação ao sossego, à tranquilidade, ao passeio e caminhada pela rua e pela natureza.

Nas proximidades do bairro, Caneças constitui o ponto mais atractivo para os habitantes do Casal Novo pela variedade de equipamentos, comércio, serviços e restauração. Por outro lado, ainda que seja um bairro predominantemente habitacional, Casal de Cambra que fica nas imediações também integra alguns pontos de interesse como uma igreja, escolas, polícia de segurança pública, mercado municipal, parque urbano e uma variedade relativamente grande de comércio.

Constata-se, ainda hoje, uma tendência de competição, entre as localidades, pelas suas valências. Como refere Castro, para que os territórios se tornem, mais significativos, ao invés de mais objectivos, adequados a uma sociedade complexa e de actividades e funções diversificadas,

(...) os processos de transformação da cidade existente, desencadeados, nomeadamente, pela reconversão das áreas devolutas, deixam de se destinar apenas aos habitantes de um determinado bairro ou cidade, participando, igualmente, num projecto mais alargado de promoção urbana e de novos estilos de vida, onde se evidencia a cidade como objecto estético, lugar de memória e de dimensão internacional (Castro, 2002:57).

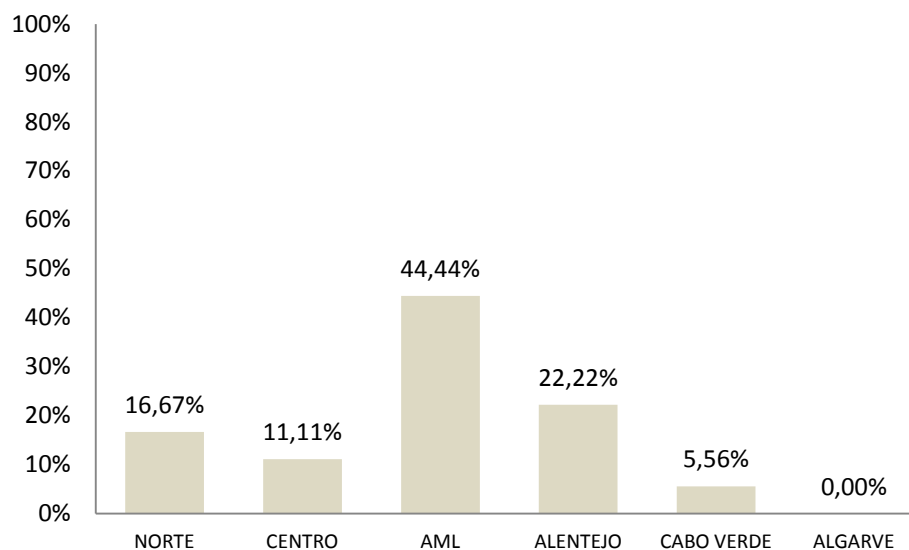
Torna-se, assim, importante a existência de complementaridade de oportunidades e serviços entre territórios, pelo que a análise e conhecimento sobre o que existe nas proximidades contribui para a avaliação das necessidades e posteriores decisões sobre as intervenções locais.

Convém, aqui, lembrar a proposta para a Regeneração Urbana destes Bairros, proposta pela Câmara Municipal de Odivelas e que assenta em 4 eixos fundamentais de acção:

- I. Eixo da qualidade urbana e ambiental
  - a. Reconversão do espaço público, Infra-estruturas e ambiente urbano com vista à sua qualificação;
  - b. Criação de Habitação para Jovens.
- II. Eixo da dinamização económica:
  - a. Novas oportunidades e fomento do empreendedorismo;
  - b. Criação de espaços para novas actividades económicas no apoio ao auto – emprego e empreendedorismo.
- III. Eixo da dinamização social:
  - a. Construção e implementação de equipamento de proximidade -Creche;
  - b. Construção e implementação de equipamento de proximidade - Residências Sénior e Apoio Domiciliário;
  - c. Netgerações;
  - d. Promoção da cidadania da interacção e da coesão social;
  - e. Dinamização de actividades recreativas e desportivas.
- IV. Eixo da dinamização cultural:
  - a. Dinamização do Centro Histórico;
  - b. Plano de Divulgação e Comunicação do Programa de Acção.

Seguindo um pouco essas linhas condutoras, no caso do bairro do Casal Novo, reforça-se a intenção de promover a rua como espaço de sociabilidade, como elemento vivo onde as interacções ganham sentido, e equipar o bairro de acordo com as principais necessidades dos seus habitantes.

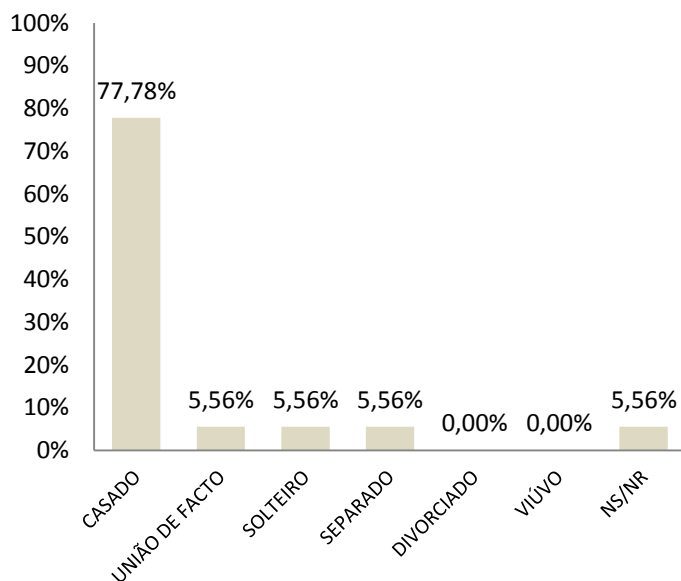
Pretende-se promover a coesão interna do bairro ao diferenciar zonas residenciais, zonas de contemplação e passeio e zonas comerciais, e parece interessante assumir o bairro como uma periferia com características diferentes dos centros urbanos mas que pode também proporcionar um ambiente com qualidade de vida aos seus residentes e contribuir para o bom funcionamento da cidade.

**Gráfico 33-Naturalidade dos residentes (NUTS II-INE) (%)**


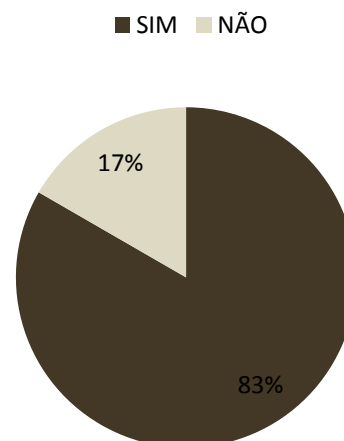
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Constata-se que quase todos os inquiridos têm nacionalidade portuguesa, apenas um é cidadão Cabo-verdiano. De acordo com o gráfico 33 verifica-se uma certa diversidade quanto à naturalidade dos moradores. Grande parte dos habitantes inquiridos é natural da Área Metropolitana de Lisboa, sendo Lisboa e Oeiras os concelhos com mais respondentes. Imediatamente a seguir aparece o Alentejo a englobar mais respostas, onde pertencem Vila Viçosa e Mértola, concelhos referidos pelos residentes. Há ainda 3 pessoas que pertencem à zona Norte e 2 são originárias da zona Centro.

Estes residentes procuraram instalar-se nas proximidades dos grandes polos económicos e geradores de emprego, à procura de melhores condições de vida e aqui permaneceram até hoje, numa luta constante pela sua legalização, demonstrando um forte orgulho pelo que conseguiram conquistar para o seu bairro.

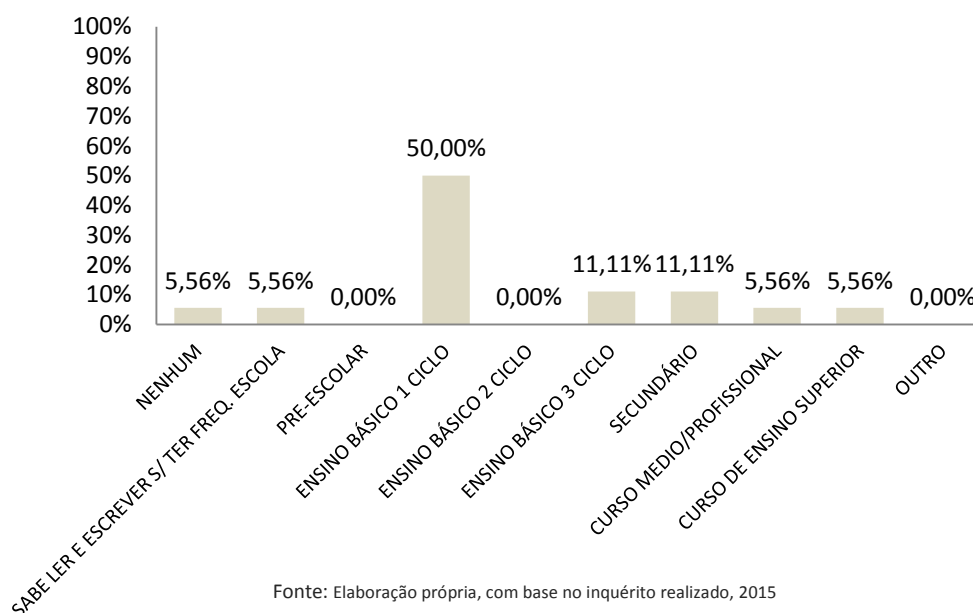
**Gráfico 34-Estado civil (%)**


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

**Gráfico 35-Filhos (%)**


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Relativamente ao estado civil, o gráfico 34 mostra que a grande maioria dos inquiridos são casados e 83,3% dos inquiridos têm filhos, registando-se um valor médio de 1,71 filhos por casal. No entanto, dos 15 indivíduos que afirmam ter filhos, a maioria revela que não tem nenhum filho a viver consigo, 2 (13,3%) dizem viver com 1 filho e 3 (20%) afirmam morar consigo mais do que um filho. Houve ainda um número considerável de indivíduos que não quis responder a esta questão, com receio que as respostas fossem utilizadas para outros fins que não académicos, e que os pudessem vir a prejudicar. Entre os inquiridos, a média de pessoas por agregado familiar é 2,17.

**Gráfico 36-Nível de escolaridade (%)**


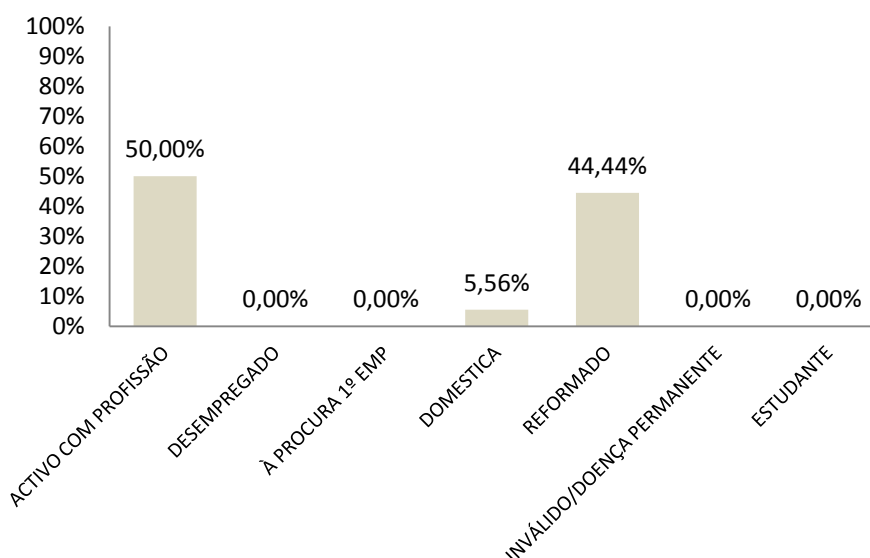
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Pelo gráfico 36, assiste-se a uma predominância clara de indivíduos apenas com o 1º ciclo do ensino básico e existem duas pessoas que não completaram qualquer nível de escolaridade (9,1%), sendo que uma delas sabe ler e escrever. Há apenas duas pessoas (11,1%) que completaram o 3º ciclo do ensino básico, bem como o ensino secundário.

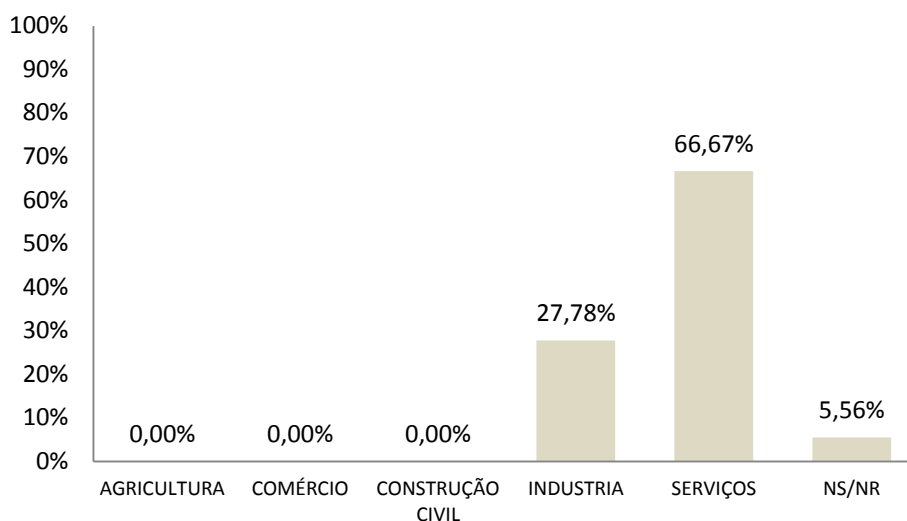
Este perfil de residentes com baixo capital escolar foi também registado por Mendes e Sá no estudo sobre as AUGI na AML (Raposo et al. 2011). Convém relembrar que muitas destas pessoas migraram dos campos para a cidade, tendo abandonado a escola precocemente pelo que se inseriram no mercado do trabalho em idade muito jovem e uma vez instalados na cidade tentaram canalizar as suas poupanças para uma habitação própria.

Já no que diz respeito à condição perante a actividade económica (gráfico 37), 9 indivíduos (50%) são activos com profissão, 8 são reformados (44,4%) e um respondente (5,6%) é doméstico. Desta forma, a proporção de activos e inactivos é similar, pelo que este será relevante ter em linha de conta este dado aquando da elaboração da estratégia de intervenção. Quando se atenta sobre a actividade económica em si, pode observar-se um predomínio de indivíduos que trabalha no sector dos serviços, destacando-se as funções administrativas ou de secretaria. Ainda assim não se pode ignorar o número de trabalhadores que se insere no sector industrial, ao nível da indústria de papel e da manutenção de máquinas industriais, entre outras. De referir também que, dos respondentes, 16,7% são domésticas.

**Gráfico 37**-Condição perante a actividade económica (%)



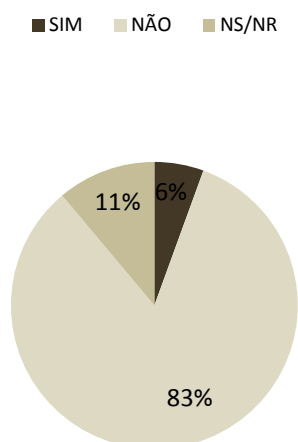
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

**Gráfico 38-Actividade económica (%)**


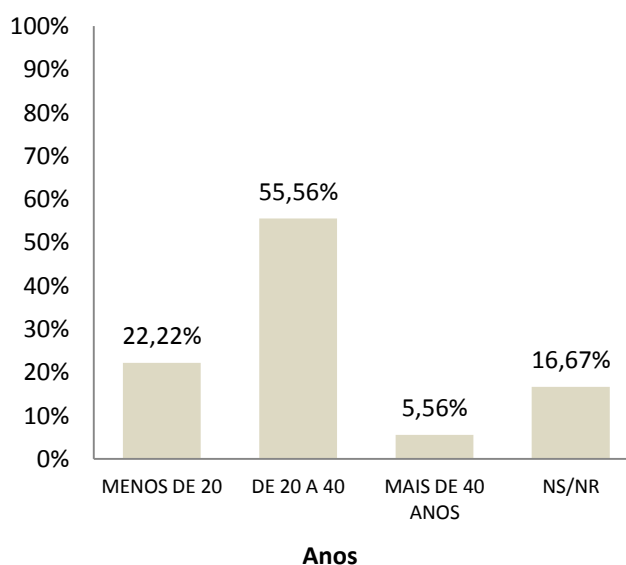
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

### 7.3.3. INSERÇÃO NO BAIRRO E TIPO DE ALOJAMENTO

Também neste bairro se verifica que a maioria não viveu sempre no bairro (81,8%), não sendo portanto considerados “filhos do bairro”, mas, alguns são considerados membros fundadores do mesmo. Tendo em conta a idade da população, inquirida e ainda o número de filhos que têm e que vivem consigo, consegue perceber-se que há população jovem no bairro e que aqui “nasceu”. Como já foi referido, este é um bairro maioritariamente habitacional no qual existem alguns pequenos negócios familiares, como é o caso de alguns cafés. No entanto grande parte dos serviços, comércio e actividades de lazer estão concentrados a cerca de 500m, em Talaíde, localidade adjacente ao bairro.

**Gráfico 40-Sempre residiu onde vive actualmente? (%)**


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

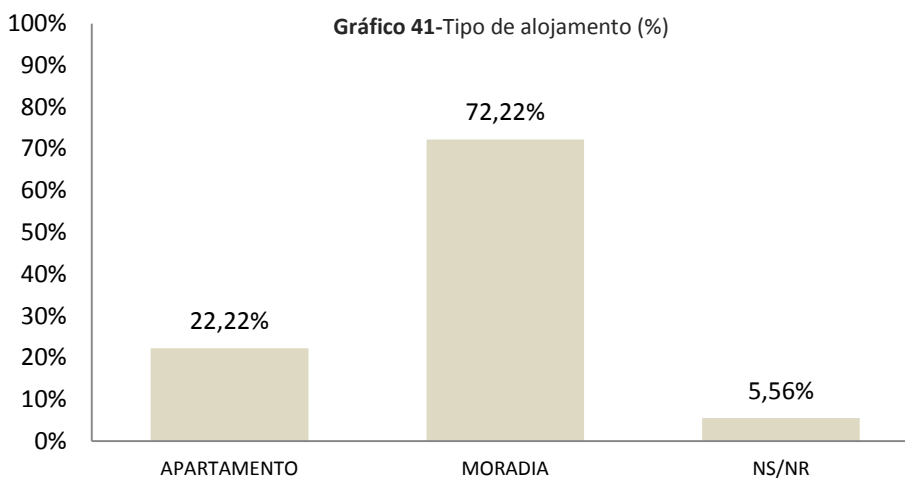
**Gráfico 39-Tempo de residência no bairro (%)**


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Para complementar esta análise, convém referir que 22,2% dos inquiridos vivem no bairro há menos de 20 anos, 55,6% residem aqui entre 20 e 40 anos e apenas um inquirido está aqui instalado há mais de 40 anos. Desta forma parece aqui existir ainda muitos membros fundadores do bairro e que carregam consigo as principais memórias e histórias sobre o bairro e que são transmitidas de geração em geração. Este factor parece influenciar significativamente o seu gosto pelo bairro bem como a sua relação com o mesmo, como se poderá verificar mais adiante. Aqui, mais uma vez, importa criar condições atractivas para a fixação dos mais jovens e para que o bairro consiga garantir a autossuficiência de outras necessidades, para além da mera habitação.

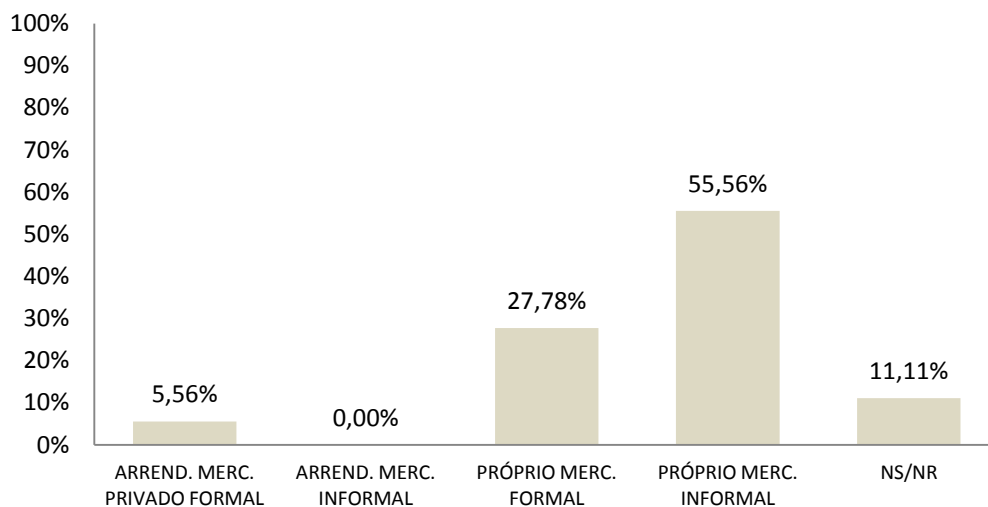
A criação destas condições parece passar pela requalificação do espaço público, sobretudo pela intervenção nas ruas e largos, de modo a melhorar a imagem do bairro e a criar mais oportunidades à interacção social, mas também pela optimização dos acessos e ligações aos principais polos económicos adjacentes.

Quanto ao tipo de alojamento verifica-se que a maioria dos inquiridos reside numa moradia (72,2%), constituindo este aspecto uma similaridade com o bairro Casal Novo. Porém, existe uma percentagem significativa de pessoas a viver em apartamento (22,2%).



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando questionadas sobre a relação de propriedade com a sua habitação, 5,6% das pessoas afirmam viver num alojamento arrendado no mercado privado formal, 27,8 % declaram viver num alojamento próprio adquirido no mercado formal e a maioria (55,6%) reside num alojamento próprio adquirido no mercado informal.

**Gráfico 42-**Relação de propriedade com a habitação (%)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando questionados sobre as condições de habitabilidade da sua casa, a avaliação média é bastante positiva, registando-se 4 pontos (entre 1 e 5). A média de divisões da própria casa é de aproximadamente 3,86 divisões, sem contar com a cozinha, casa de banho, marquise ou anexos.

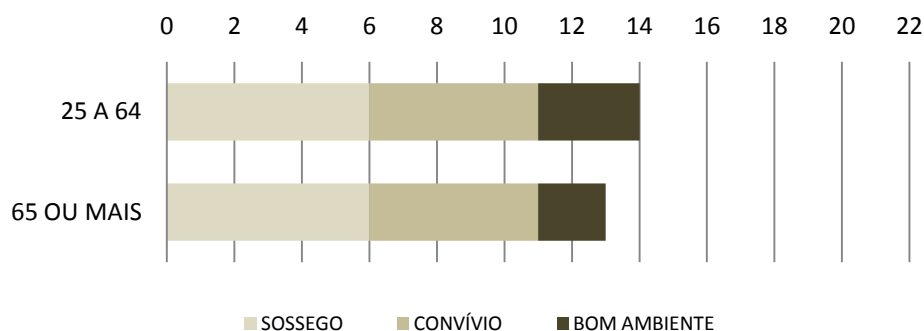
Constata-se também que a maioria dos inquiridos (77,8%) não trabalha no local onde reside, mas sim noutros concelhos da AML.

A grande maioria dos respondentes não pertencem a qualquer associação ou grupo informal sediado no bairro (77,8%), enquanto 16,7% dizem pertencer à associação de moradores.

#### 7.3.4. IMAGEM SOBRE O BAIRRO

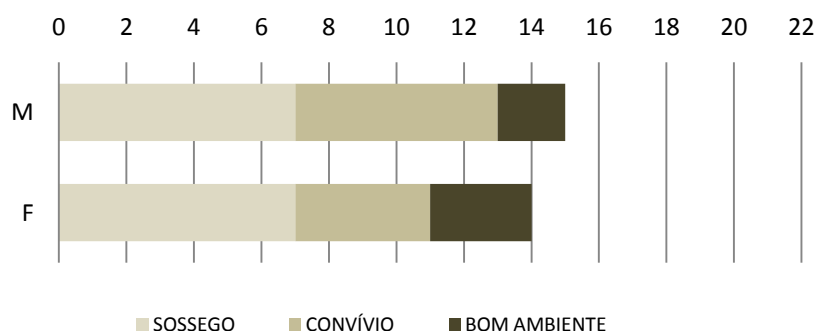
Quando questionados sobre o gosto que têm pelo seu bairro registou-se um valor médio de 3,78 (valor superior ao Casal Novo). De forma complementar, averiguou-se os 3 aspectos que os moradores mais gostam no bairro, atendendo ao grupo etário e ao género dos respondentes.



**Gráfico 43-**Aspectos mais apreciados pela população segundo faixa etária (N)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Assim, o gráfico 43 mostra que, à semelhança do Casal Novo, o sossego é um aspecto muito valorizado pelas duas faixas etárias. Curiosamente e tendo em conta as deficiências a nível de espaços públicos de qualidade que caracterizam as AUGI (factor que dificulta a convivência), o convívio é algo muito valorizado pelos inquiridos. Associado a este aspecto, surge a valorização do bom ambiente que se faz sentir no bairro, o que se deve em parte ao tipo de relações entre os habitantes.

**Gráfico 44-**Aspectos mais apreciados pela população segundo o género (N)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

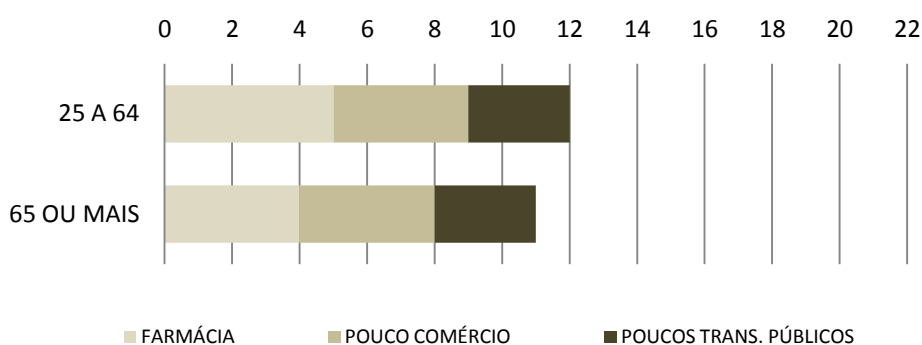
A importância atribuída a cada um destes aspectos, segundo o género, é praticamente semelhante, embora se note da parte dos homens, uma tendência para uma maior consideração pelo item convívio.

Desta forma, numa possível intervenção urbanística e arquitectónica sobre o bairro, também aqui parece fundamental não interferir no sossego e tranquilidade, já que são qualidades apreciadas pelos residentes, mas sim qualificar as zonas para um maior fruição destas condições.

Ao analisar os três principais aspectos que os habitantes menos gostam no bairro, também não se verifica grande disparidade de opiniões por faixa etária, sendo os mais referidos: a falta de

uma farmácia, a existência de pouco comércio e a existência de poucos transportes públicos. Durante as conversas informais com os moradores, foi referido que todas as actividades que levam a efeito, mesmo em conjunto com habitantes ou vizinhos do mesmo bairro, têm lugar em Talaíde. Neste contexto, como se verificará mais adiante, os moradores dizem não necessitar prioritariamente de equipamentos, incidindo a sua preferência na qualificação dos espaços verdes. Ainda assim, a população parece sentir necessidade de comércio no bairro, talvez por facultar oportunidades de emprego para os habitantes do bairro e ser uma mais-valia no sentido de servir as pessoas nas suas necessidades mais imediatas. Desta forma o comércio também pode ser um grande atractivo para trazer as pessoas à rua.

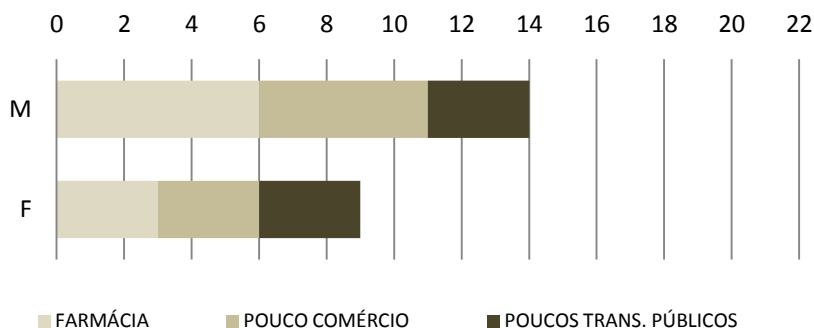
**Gráfico 45-**Aspectos menos apreciados pela população segundo faixa etária (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

A falta de transportes públicos eficientes também parece ser uma carência no bairro. Mesmo a deslocação a Talaíde, onde se localizam centro de saúde e os serviços essenciais, começa a ser um caminho difícil de percorrer para as pessoas de mais idade. Sendo que a maioria das pessoas trabalha fora do bairro, foi possível constatar que estes moradores utilizam de forma predominante o veículo próprio, o que se torna dispendioso para algumas famílias.

**Gráfico 46-**Aspectos menos apreciados pela população segundo género (N)

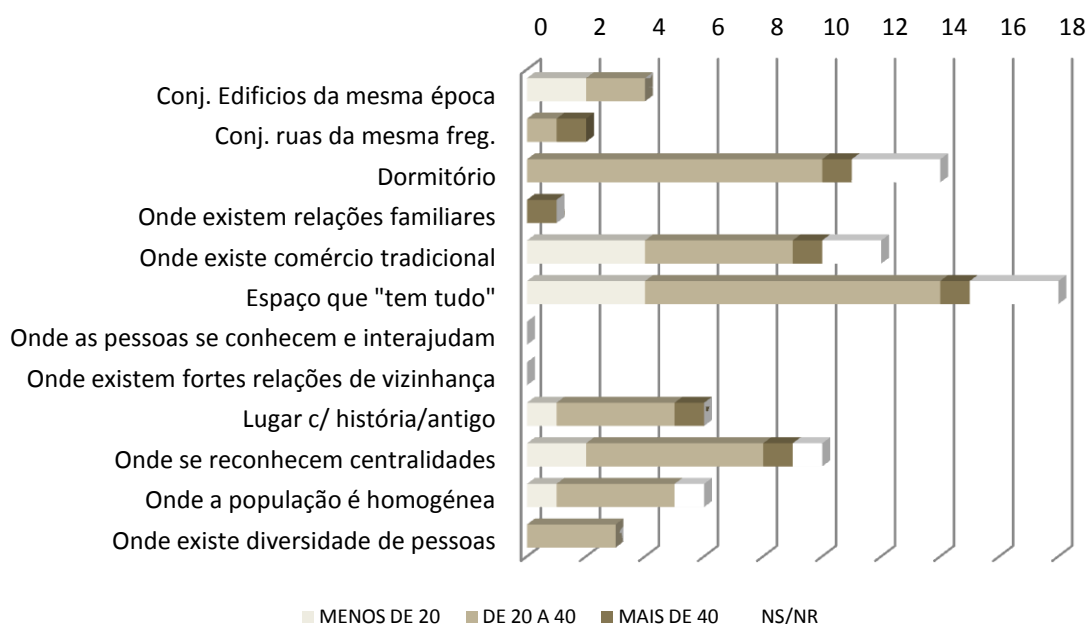


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Para os homens, a principal carência ao nível do bairro radica no facto de não haver uma farmácia, seguindo-se a falta de comércio e, em terceiro lugar, a falta de transportes públicos. As mulheres avaliaram de forma equitativa a carência destes 3 serviços.

De modo a obter uma percepção aproximada daquilo que é a imagem que os habitantes têm do seu bairro, foi formulada a seguinte questão “o que é este bairro, para si:” e apresentadas possíveis respostas de acordo com os elementos que definem um bairro, o que está patente nos capítulos anteriores sobre este tema.

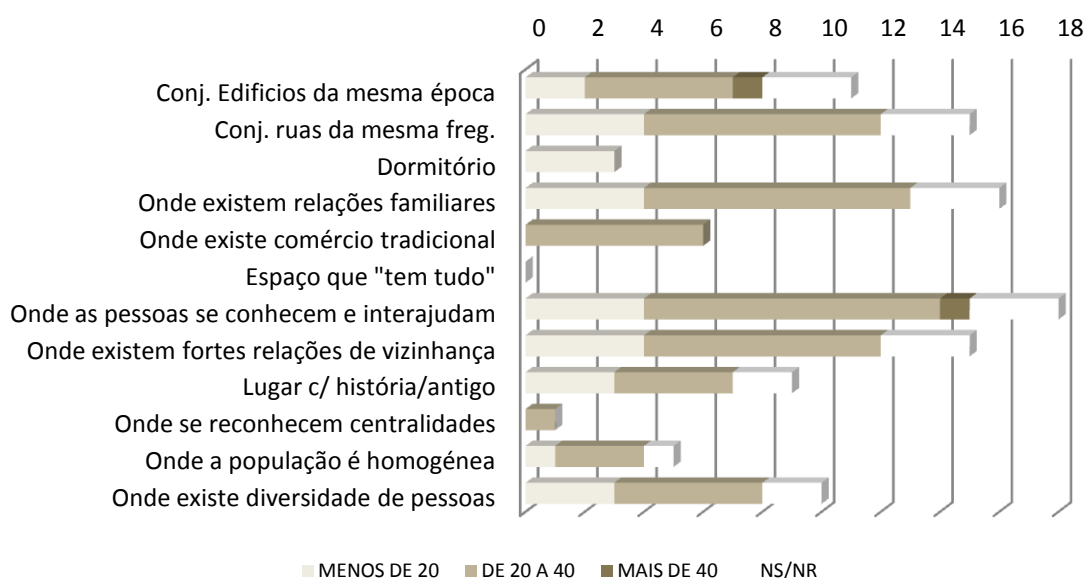
**Gráfico 47**-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Da compilação de todas as respostas, verifica-se a existência de uma com a qual todos os inquiridos discordam que é a afirmação de que o bairro “é um espaço que tem tudo”. Seguidamente, 14 pessoas discordam que o Bº dos Peões é um dormitório. Devido ao elevado número de pessoas reformadas que aqui vivem, dificilmente este bairro poderia ser classificado como um mero dormitório, principalmente por parte destes moradores. De facto, essas pessoas passam grande parte dos seus dias no bairro, principalmente em casa. Encontram-se esporádica e momentaneamente no café e as interações sociais seguem normalmente este padrão. Verifica-se também que, dos 18 inquiridos, 10 acham que o bairro não é caracterizado pela existência de comércio tradicional, muito pelo contrário.

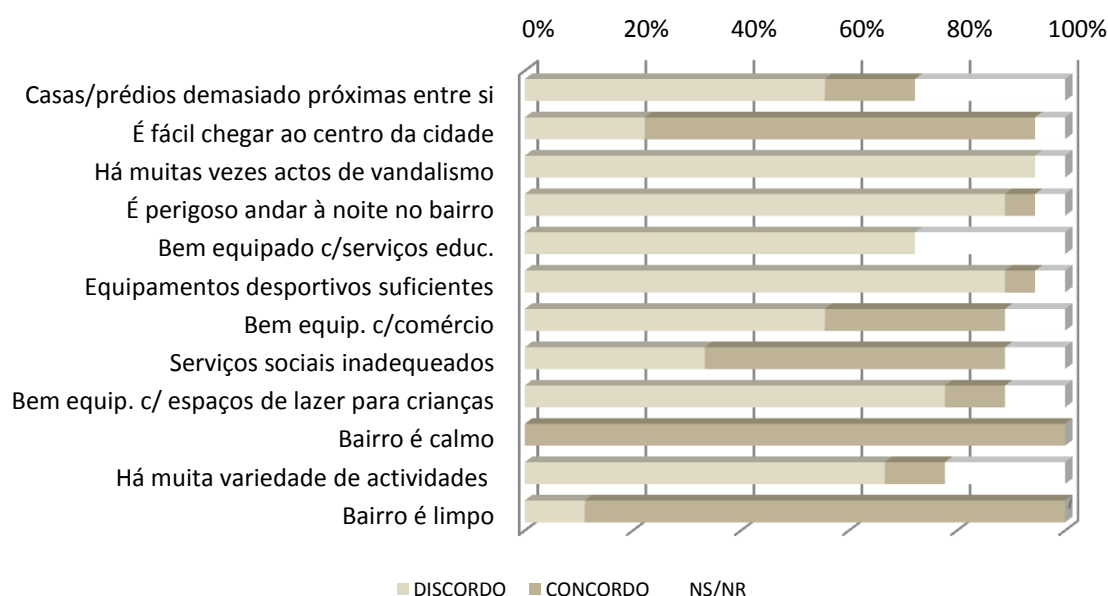
**Gráfico 48**-Imagem sobre o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Quando se observam as respostas com as quais os habitantes mais concordam, as questões relacionadas com a sociabilidade e com o espírito de união são as que mais se evidenciam. Constata-se que todos os inquiridos consideram que, no bairro, todas as pessoas se conhecem e interajudam, 16 pessoas declaram existir relações familiares e 15 referem a existência de fortes relações de vizinhança. As respostas parecem ser relativamente unânimes atendendo ao tempo de permanência no bairro. Estes dados poderão fundamentar uma possível intervenção sobre aquela que parece ser a primeira dimensão do espaço público, a rua.

No que se refere à qualidade de vida do bairro (gráfico 49), a maioria das pessoas inquiridas discorda que as casas/prédios estejam demasiado próximas entre si (10 pessoas), ainda que haja quem pense o contrário (3 pessoas).

**Gráfico 49-Percepção sobre o bairro de residência (%)**


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Em relação à acessibilidade, a grande maioria considera que é fácil chegar ao centro da cidade, ainda que para tal tenha que usar a viatura pessoal. Esta facilidade pode ser uma das razões que leva as pessoas a optarem pela residência nas periferias dos grandes centros urbanos, o que se reproduz também com alguns descendentes dos indivíduos que fundaram o bairro. O sentimento de segurança que aqui se faz sentir é também um factor valorizado. De referir, novamente, que as pessoas, ao utilizarem a rua, durante o dia e à noite, criam modos de vigilância passiva que diminuem e intimidam possíveis actos de delinquência ou criminalidade, pelo que a promoção deste aspecto nesse será sempre relevante para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes do Bº dos Peões.

De qualquer modo, é compreensível que, por si só, estes factores não sejam suficientes para que isso aconteça. Estas novas gerações demonstram necessidades e interesses que vão muito para além da mera habitação, sendo necessário intervir e qualificar o espaço público.

No bairro não existem equipamentos e serviços educativos, sendo a sua localização mais próxima em Talaíde. No que respeita às actividades de lazer, nota-se também a insatisfação quanto à falta de equipamentos desportivos e quanto à falta de espaços específicos destinados às crianças. A importância destes espaços não deve ser subestimada, nomeadamente para a consolidação das redes de relações de vizinhança e para a constituição e reprodução deste lugar e das suas memórias.

Quanto ao comércio, a maioria discorda da sua suficiência ainda que haja um número significativo de pessoas (33,3%) que o considere como suficiente. Não existe variedade de comércio tradicional. O planeamento de alguns lotes destinados ao comércio de proximidade talvez fosse benéfico para os habitantes, ao gerar algumas oportunidades de emprego e

concomitantemente poderia satisfazer as pessoas nas suas necessidades diárias. Desta forma os habitantes passariam, eventualmente, a viver a rua mais intensamente ao longo do dia, o que, por sua vez, intensificaria as interações sociais.

Outro dos factores que pode afastar os jovens do bairro é a falta de actividades. Consequentemente, estes tendem a procurar esses momentos em outros lugares.

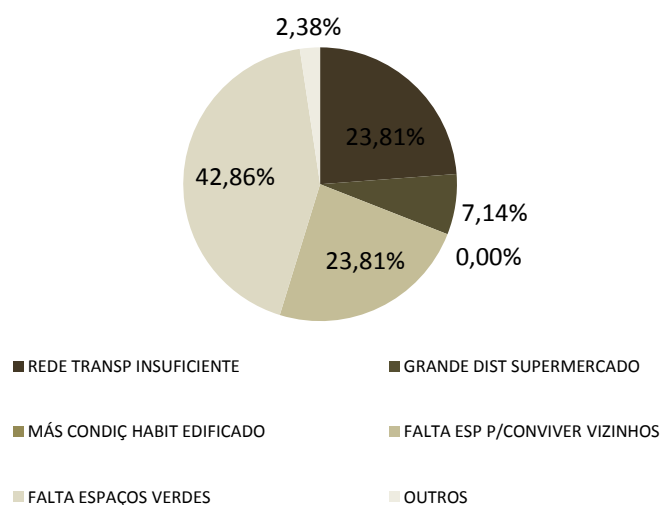
Pelas conversas foi perceptível que os serviços sociais que existem de apoio ao bairro estão sediados também em Talaíde, pelo que as respostas discordantes podem ter a ver com a proximidade desses mesmos serviços.

Para além do bairro ser avaliado como bastante calmo, também é considerado um bairro limpo.

A população expressa um grande orgulho no bairro e todos os inquiridos revelam que não pensam ir morar para uma outra zona.

O seguinte gráfico 50 mostra os maiores problemas ou dificuldades que os habitantes do Bº Casal Novo encontram no seu dia-a-dia.

**Gráfico 50-**Maiores problemas ou dificuldades no dia-a-dia no bairro (%)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Estes resultados permitem aceder às necessidades que é urgente resolver através da intervenção urbanística de modo a melhorar rapidamente e numa primeira fase, a qualidade de vida dos habitantes do bairro.

Verifica-se que o item mais mencionado (18 respostas) foi a falta de espaços verdes, seguido da insuficiência ao nível da rede de transportes insuficiente e da falta de espaços para conviver com os vizinhos (10 respostas, respectivamente). Face a este quadro de necessidades, estas

deverão ser as grandes prioridades de intervenção ao nível do bairro. De referir que a grande distância aos supermercados foi também destacada.

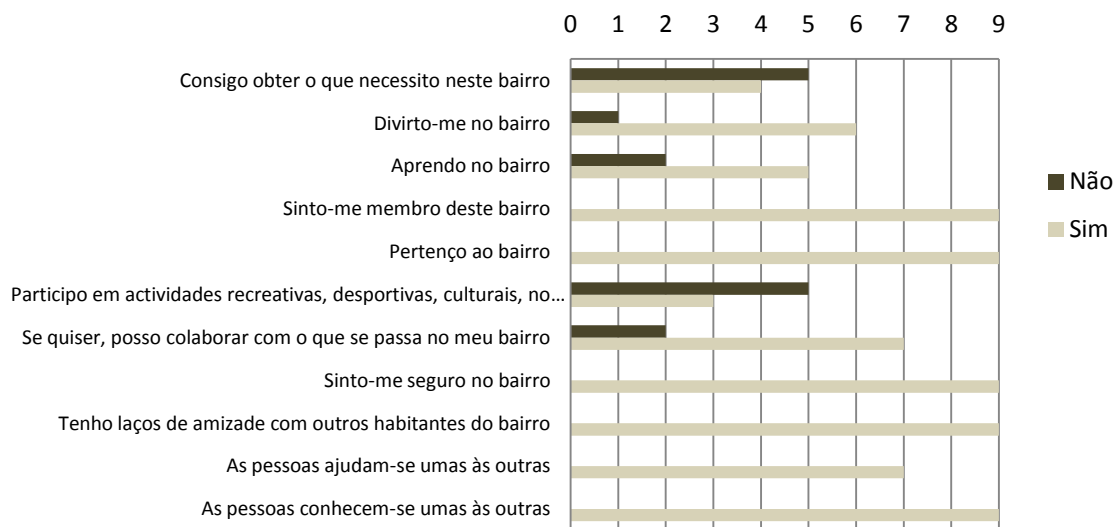
### 7.3.5. RELAÇÃO DE PERTENÇA E IDENTIDADE FACE AO BAIRRO

Outra das questões centrais deste questionário é acerca da relação dos inquiridos com o seu bairro, a qual foi cruzada com a variável idade e com a variável tempo de residência no bairro.

O gráfico 51 corresponde às respostas das pessoas com idades entre os 25 e os 64 anos, verificando-se algum grau de consensualidade sobretudo em relação aos aspectos negativos. Relativamente à afirmação: “Consigo obter o que necessito neste bairro”, 5 pessoas responderam que sim mas 4 pessoas indicaram que não. Mais uma vez, a referência positiva pode estar relacionada com uma noção de que as principais funções do bairro se restringem aos mínimos, nomeadamente à habitação ou à proximidade a aglomerados populacionais que o apoiam em termos de serviços e equipamentos. O Bairro dos Peões, predominantemente habitacional, não consegue oferecer às pessoas tudo o que necessitam, no entanto, isso parece não representar um problema para os habitantes, que conseguem satisfazer as suas necessidades nas proximidades do bairro e no caso específico desta faixa etária, nas proximidades do local de trabalho.

O mesmo acontece com a participação em actividades várias no bairro, já que 5 inquiridos afirmam não participar mas 3 dizem que sim.

**Gráfico 51**-Relação com o bairro – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Ao que parece, os habitantes destas idades divertem-se e aprendem no bairro, já que tendem a encontrar-se nos cafés ou em casa uns dos outros e a diversão não ultrapassa esta esfera.

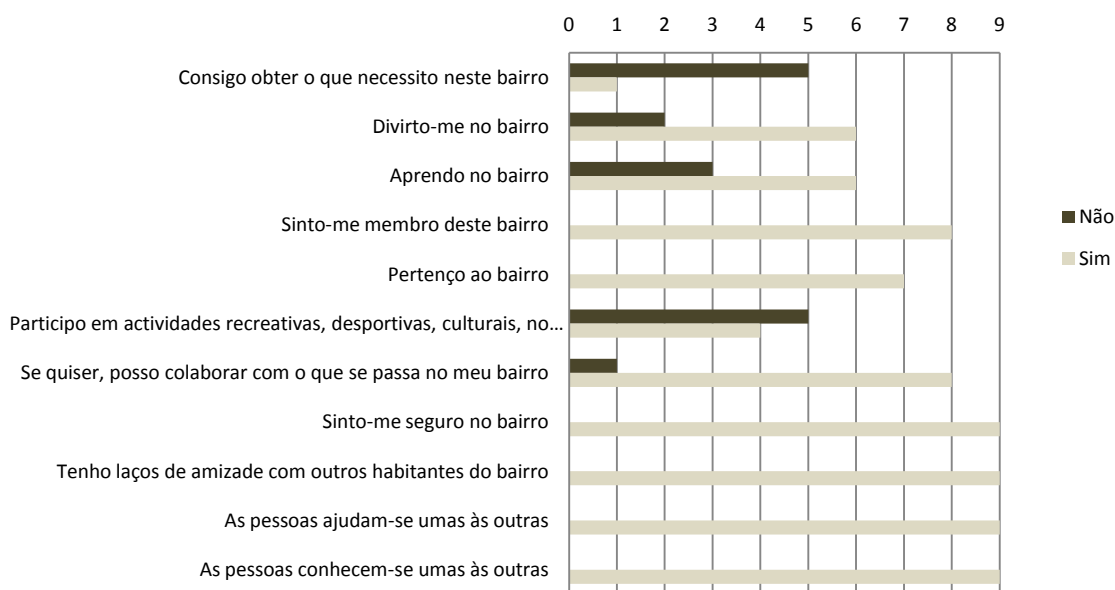
Todos os inquiridos desta faixa etária sentem que são membros do bairro e sentem que pertencem ao mesmo. O sentimento de segurança é também unânime.

Relativamente às relações de sociabilidade, as pessoas conhecem-se e ajudam-se umas às outras e existem de facto laços de amizade entre os habitantes do Bairro dos Peões.

De uma forma geral, os inquiridos apresentam alguma resistência a ter uma postura crítica face ao bairro, o que pode decorrer de alguns receios não revelados face a futuras intervenções públicas no mesmo e que impliquem demolições ou expropriações.

Em comparação com a faixa etária analisada anteriormente, verifica-se entre os mais velhos, respostas significativamente diferentes. Na primeira questão sobre se as pessoas conseguem obter, no bairro, o que precisam, verifica-se um elevado grau de discordância. Este facto pode estar relacionado com o tipo de necessidades que as pessoas de 65 ou mais anos mais manifestam. O facto de passarem o dia-a-dia no bairro faz com que precisem de tudo o mais próximo possível. Esta necessidade é agravada pela dificuldade cada vez maior ao nível da mobilidade, o que inviabiliza a deslocação a grandes superfícies comerciais, a serviços distantes (principalmente relacionados com a saúde, como o centro de saúde ou a farmácia) e equipamentos destinados ao lazer. É por esta razão que, neste grupo, se registam respostas negativas quanto à diversão e aprendizagem. De um modo geral, os habitantes sentem-se membros do bairro e manifestam fortes sentimentos de pertença. O sentimento de segurança é apontado por todos os inquiridos desta faixa etária, assim como a existência de laços de amizade e o facto das pessoas se conhecerem e se ajudarem mutuamente.

**Gráfico 52-**Relação com o bairro – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)



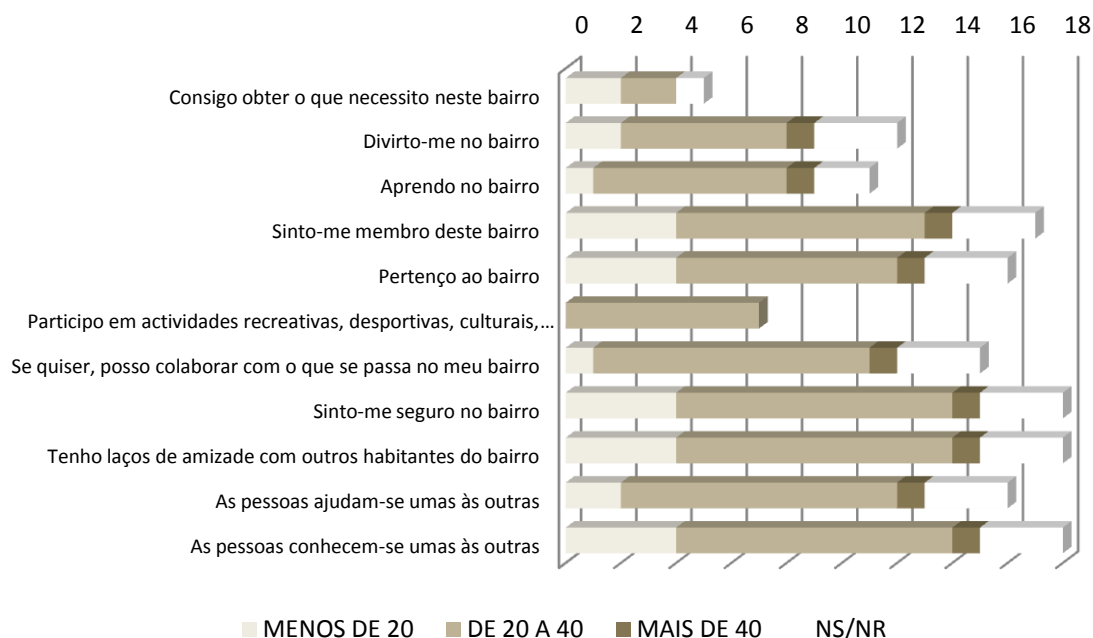
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015



Neste sentido, em primeiro lugar, torna-se muito importante criar modos de transporte público eficientes e confortáveis para estas pessoas se poderem deslocar mais facilmente ao centro de Talaíde, onde se localizam os equipamentos de saúde de que necessitam cada vez mais; em segundo lugar, afirmar o espaço intersticial entre as habitações, no sentido de oferecer condições à interacção e ao convívio, principalmente destas pessoas que têm pouca ou nenhuma mobilidade. Neste caso, a rua deve assumir um papel de abrigo destas relações. O mesmo deverá acontecer com o largo dos Peões, que pode assumir um papel unificador do bairro, uma centralidade, uma vez que a sua localização é relativamente acessível para todos os habitantes.

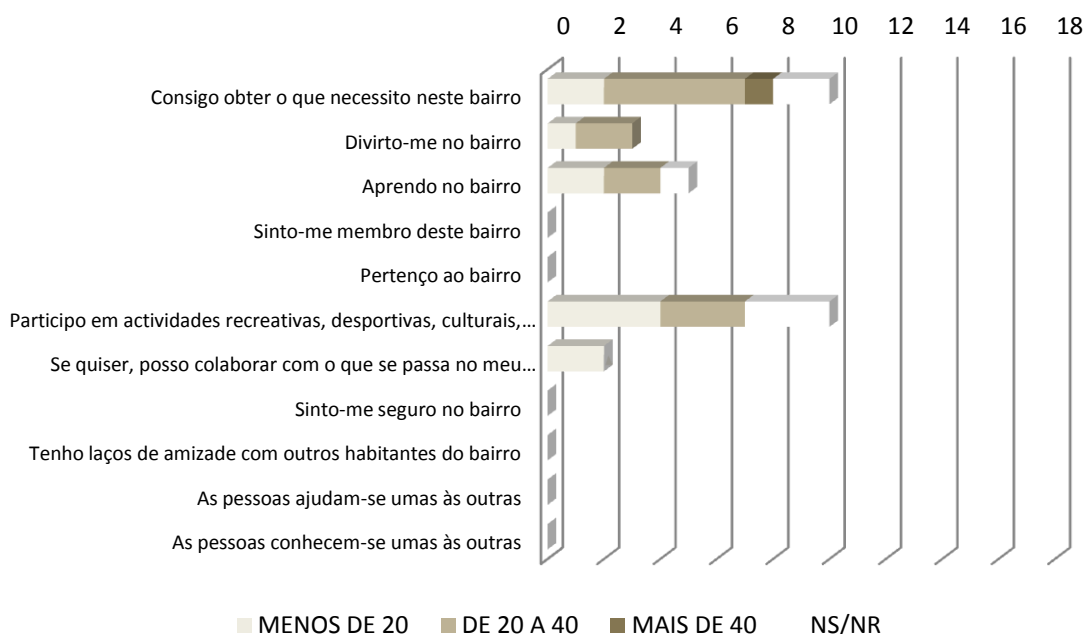
Na análise destes dois gráficos, 53 e 54, não é evidente que haja uma relação directa entre o tempo de residência e a relação que têm com o bairro. O único tópico onde parece haver uma pequena relação é o correspondente à participação em actividades diversas. As pessoas que vivem há menos de 20 anos no bairro afirmam não participar em qualquer actividade, o contrário acontece com a maioria das pessoas com idades a partir dos 65 anos, que afirmam participar. Este valor pode estar relacionado com os hábitos e com o nível de interconhecimento já criados pelas pessoas que vivem há mais tempo no bairro, até porque alguns dos inquiridos foram fundadores do mesmo. As pessoas que aqui habitam há menos de 20 anos parecem não ter ainda essas rotinas definidas ou então estas estão sedeadas em outros lugares.

**Gráfico 53-**Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas positivas (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

**Gráfico 54-**Relação com o bairro segundo tempo de residência – respostas negativas (N)



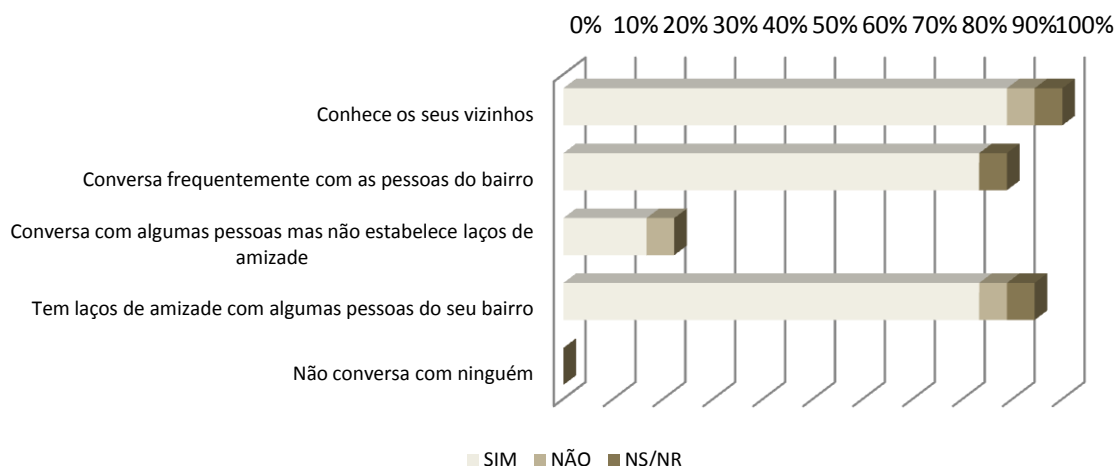
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Outro dos pontos fulcrais desta dissertação passa pelo estudo das relações de vizinhança, se existem ou não e como se caracterizam. Assim, interessa investigar os modos de intervenção arquitectónica, urbanística e social que as respeitem e façam acontecer.

Assim, pareceu interessante o cruzamento das respostas à questão sobre a sua relação com os vizinhos, com o facto de as pessoas utilizarem ou não a rua para conversar/conviver com os seus vizinhos e a análise do porquê da possível não utilização. Por outro lado, o cruzamento com as faixas etárias também fará sentido na percepção da intensidade de interações com pessoas do mesmo bairro e, no seguimento do pensamento anteriormente descrito, explicativo do sentido de pertença ao bairro.

Em relação à utilização da rua para conversar/conviver com os seus vizinhos, 90% dos inquiridos afirmam que utilizam a rua com esse intuito e apenas 1 indivíduo, afirma que não (5,6%).

**Gráfico 55-**Relação com os vizinhos – de acordo com a utilização, ou não, da rua com esse fim (%)

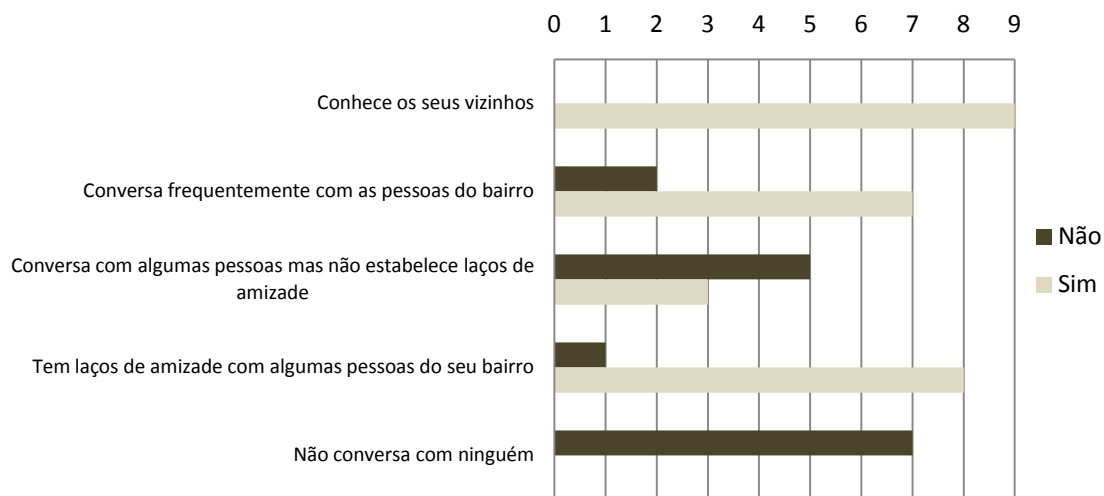


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Verifica-se que todos os inquiridos conhecem os seus vizinhos e desses, apenas 5,6%, uma pessoa, afirma não utilizar a rua para conversar ou conviver com as pessoas. Percebe-se também que dos 16 inquiridos que afirmam conversar frequentemente com as pessoas do bairro (83,3%), utilizam a rua neste sentido e apenas uma pessoa não responde se a utiliza ou não. De uma forma geral denota-se que há efectivamente laços de amizade que ligam os habitantes do Bairro dos Peões. Neste caso, verifica-se também a manifestação do uso da rua.

Uma vez que há fortes relações de vizinhança entre os habitantes do bairro e ainda que as interações decorrem na rua, pode ser oportuno a intervenção ao nível da mesma, de modo a requalificá-la, sendo indispensável definir percursos e pontos de chegada ao longo da malha pré-existente, de forma a melhorar as condições espaciais para que as relações de vizinhança se intensifiquem tanto quanto os habitantes o desejarem.

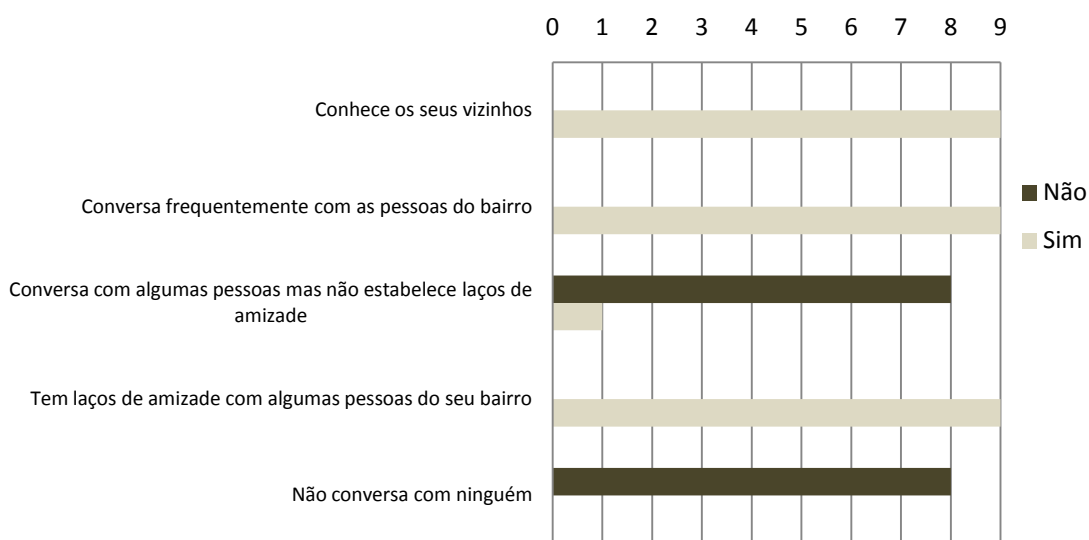
Os respondentes com idades entre os 25 e os 64 anos, referem que conhecem os vizinhos. Grande parte (7 pessoas) diz conversar frequentemente com as pessoas do bairro ainda que existam 2 indivíduos que afirmam que não. Quando se compara com a faixa etária seguinte percebe-se uma ligeira diferença. Neste caso parece haver maior inibição, falta de identificação ou de à vontade para estabelecer de forma frequente uma conversação. Acontece, de forma menos evidente, a mesma situação quando se atenta sobre a existência de laços de amizade. Há um número significativo de pessoas (3) que conversa com algumas pessoas mas não estabelece laços de amizade. Verifica-se, também, não haver entre os inquiridos quem não converse com ninguém.

**Gráfico 56-** Relação com os vizinhos – faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

No caso das pessoas com 65 ou mais anos, contata-se uma maior homogeneidade nas respostas, sendo que todos os inquiridos conhecem os seus vizinhos, conversam frequentemente com as pessoas do bairro e têm laços de amizade com algumas pessoas do bairro. Apenas uma pessoa declara conversar mas diz que não estabelece laços de amizade com as pessoas do bairro.

Todos os respondentes frequentam os cafés ou realizam outras actividades de lazer no bairro, como conversar, ler, jogar jogos tradicionais como a malha ou o chinquilha.

**Gráfico 57-** Relação com os vizinhos – faixa etária dos 65 ou mais anos (N)


Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

### 7.3.6. ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO

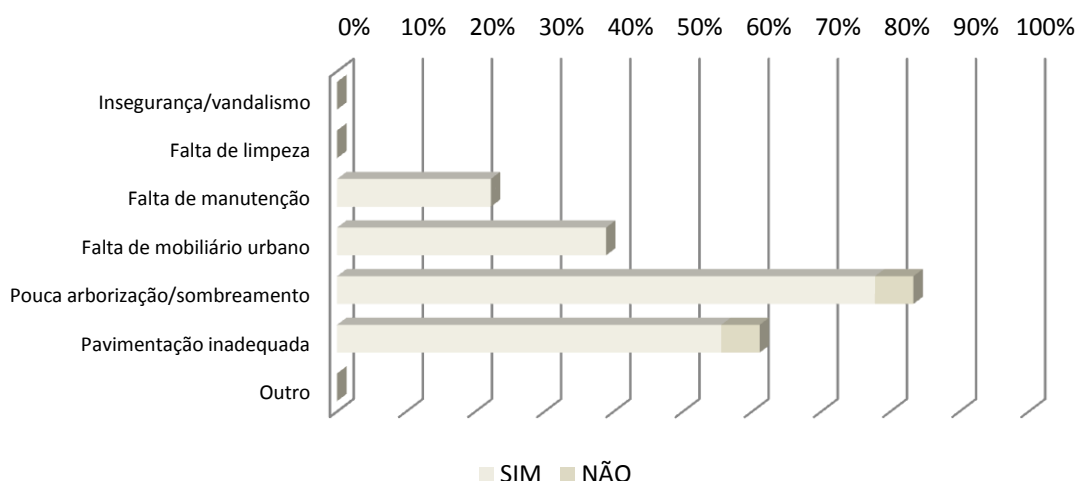
Sobre os espaços públicos, Ferreira e Castro (2002:91) afirmam que “os espaços públicos abarcam uma multiplicidade de funções e de designações, cuja diversidade se estende no tempo, nas formas e nos usos, e mesmo na memória colectiva dos lugares”.

No que concerne à existência de espaços públicos no bairro, a grande maioria considera que não existem e 5,6% afirmam o contrário. Contudo, este inquirido não indica o nome dos locais, nem a sua localização, referindo que os considera suficientes e que costuma frequentá-los. Pode estar a referir-se à existência de espaços públicos nas proximidades, o que tem um efeito de sobredimensionamento ao “aumentar” os limites do bairro.

Os residentes foram questionados sobre as actividades que gostariam de praticar, caso existissem espaços públicos de lazer no bairro, pelo que se registaram como actividades preferidas: conversar, passear, fazer exercício físico, ler, jogar cartas ou outros jogos e passear com os netos.

Importa ainda analisar os principais problemas dos espaços públicos do bairro, e neste sentido, procedeu-se ao cruzamento dessa questão com a utilização da rua para conversar/conviver com os vizinhos, no sentido de encontrar explicações plausíveis para a não utilização da mesma. Por ordem de importância são apontados os seguintes problemas: a pouca arborização e sombreamento, a pavimentação inadequada, a falta de mobiliário e a falta de manutenção.

**Gráfico 58-** Principais problemas associados aos espaços públicos do bairro – de acordo com a utilização, ou não, da rua para conviver com vizinhos (%)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

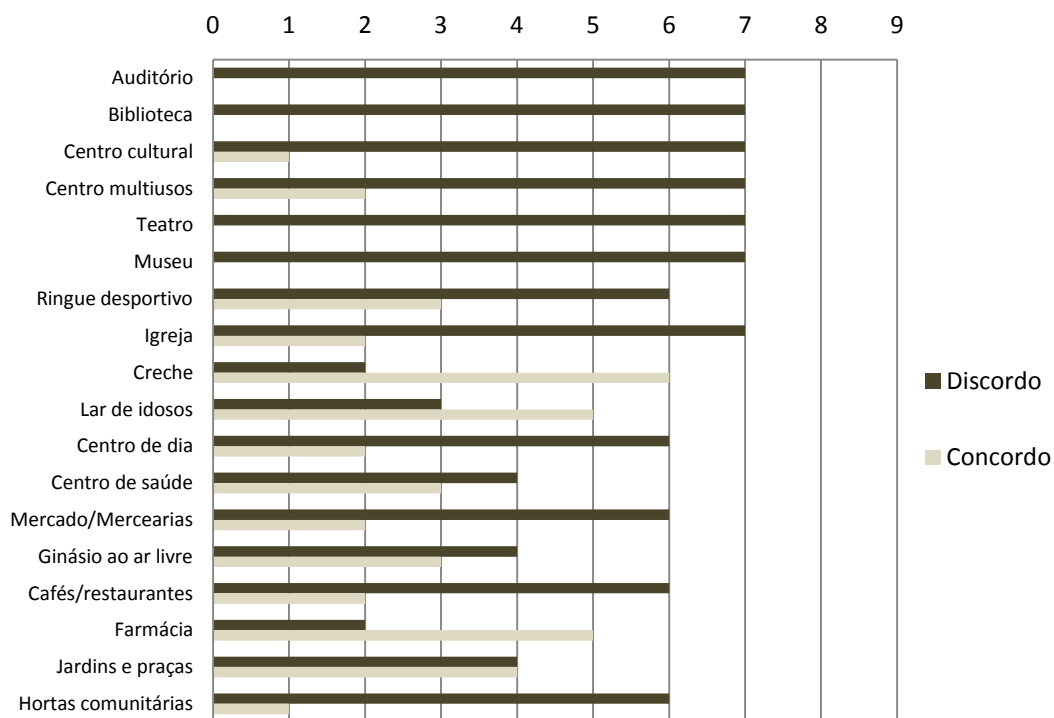
Verifica-se também que, apesar desses problemas, grande parte destes respondentes utiliza a rua, pelo que se pode concluir que a arborização e o sombreamento ao longo das ruas do bairro constituiriam um atractivo para que as pessoas saíssem de suas casas e disfrutassem da

rua, aliados à implementação de mobiliário urbano em pontos estratégicos e à manutenção das próprias ruas.

Ninguém admite utilizar espaços públicos no Bairro dos Peões quando pretende usufruir de actividades de lazer. Tal não é de admirar, pois, 66,7% dizem utilizar espaços públicos noutros bairros e 27,8% utilizam espaços públicos noutros concelhos.

Tendo em linha de conta a opinião dos habitantes sobre o que o Bairro realmente mais necessita e que tal poderá depender da fase do ciclo de vida em que as pessoas se encontram, uma vez que as necessidades e interesses vão variando e vão-se alterando com a idade, estas respostas são de crucial importância no delineamento de uma futura intervenção ao nível das várias áreas da arquitectura e urbanismo.

**Gráfico 59-** Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 25 aos 64 anos (N)



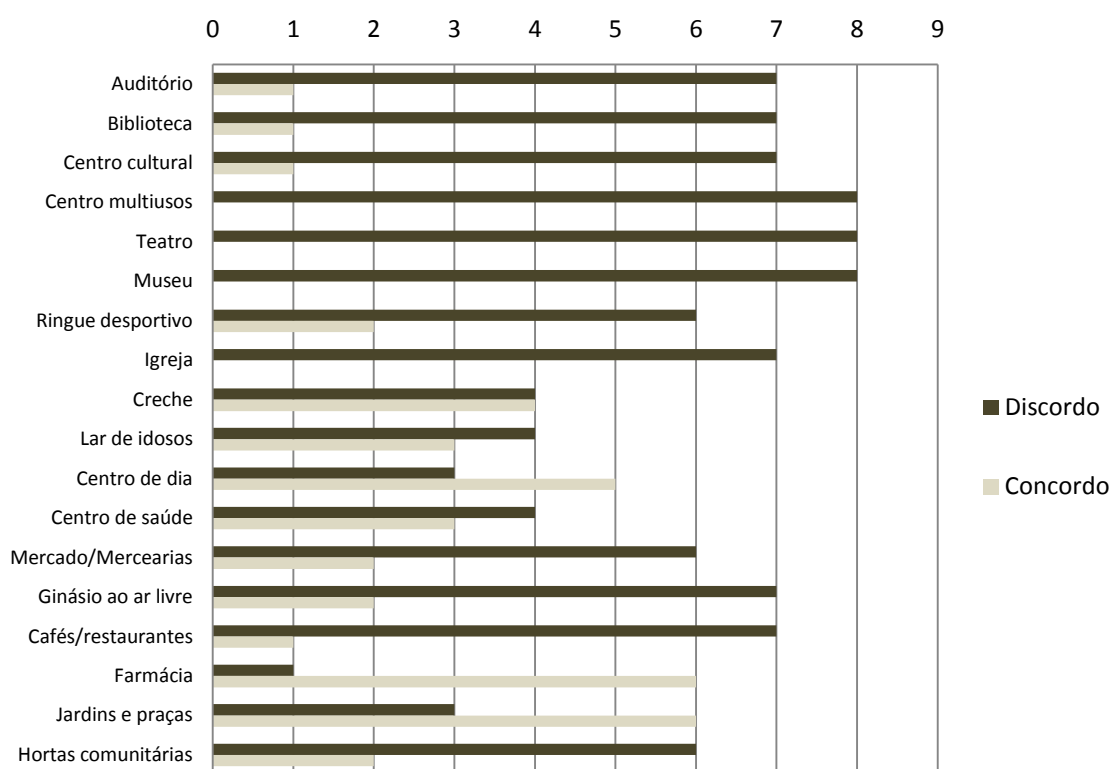
Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

Os residentes com idades entre os 25 e os 64 anos concordam em grande parte, principalmente, com a construção de uma creche. Quem tem crianças (filhos ou netos) refere esta necessidade assim como as pessoas que têm familiares próximos, idosos e a seu cargo, referem o lar de idosos como equipamento muito útil na disponibilização de cuidados de saúde e outros indispensáveis à qualidade de vida dos idosos mais sós, com menos antinomia. Aqui mais uma vez aparece a necessidade de uma farmácia, importante para todas as faixas etárias.

Em relação aos espaços verdes, há disparidade de opiniões. As respostas discordantes nesta faixa etária, podem, novamente, ter a ver com a fruição deste tipo de espaços nas proximidades do bairro e daí a não valorização deste aspecto.

Consegue perceber-se que os residentes destas idades não estão interessados na construção de uma igreja, de um teatro, museu, centro multiusos, centro cultural, biblioteca ou auditório.

**Gráfico 60-** Principais necessidades do bairro - faixa etária dos 65 ou mais anos (N)



Fonte: Elaboração própria, com base no inquérito realizado, 2015

As pessoas inquiridas com 65 ou mais anos manifestam outras prioridades, elegendo como principais necessidades a farmácia, o centro de dia e a criação de jardins e praças. Neste grupo os jardins e praças têm uma importância que não têm na faixa etária anterior. Tal como foi referido anteriormente, o facto de terem mais tempo disponível e a predisposição e vontade de disfrutar da natureza, parecem intensificar-se nesta idade, pelo que a necessidade de usufruir de jardins e praças seja mais sentida. Por outro lado, se a população se conhece e se convive, pode fazer sentido a implementação de um espaço que abrigue as interações.

Ao analisar os elementos menos prioritários, aparecem novamente a construção de uma igreja, de um teatro, museu, centro multiusos, centro cultural, biblioteca e/ou auditório.

É perceptível a falta de entusiasmo ou interesse em relação ao teatro e museu e é notória a indecisão em relação à necessidade de um lar de idosos, na medida em que seria de esperar

mais respostas a favor da edificação do mesmo. Tal pode dever-se ao facto de estes idosos ainda deterem uma imagem negativa dos lares de idosos, ou pelo facto de ainda serem autónomos e prezarem muito a permanência na sua habitação, como já foi aludido anteriormente na análise do Bairro do Casal Novo.

Em relação ao centro de saúde, as respostas também não são unânimes talvez pela sua existência nas proximidades e, desta forma, à semelhança do que se passa no Casal Novo, a aposta nos cuidados de saúde primários e de prevenção ao nível de um centro de dia e a optimização dos transportes até às proximidades, talvez contribuísse para uma mais eficiente acessibilidade aos cuidados e equipamentos de saúde.

### **7.3.7. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO**

No esboço de possíveis estratégias de intervenção para este bairro, recorre-se à metodologia do PPS, tal como foi utilizada na análise do caso do Bairro Casal Novo, para analisar, descritivamente e através de breves apontamentos, a proposta de requalificação do loteador, aprovada pela Câmara Municipal de Cascais. Estes comentários têm por base os resultados dos questionários e das conversas com os habitantes.

Assim, a solução proposta apresenta como elementos estruturantes:

- 1) As pré-existências constituídas pelo núcleo histórico de génese ilegal do Bairro dos Peões e pelas construções existentes na estrada da pedreira na envolvente norte do campo desportivo;
- 2) A estrada de Talaíde, que divide em duas a área total a lotear, segundo uma orientação Norte-Sul, separando a área habitacional, a existente, a legalizar e requalificar e a proposta nos termos da carta de ordenamento do PDM, das áreas rústicas situadas a poente, estas de topografia mais acidentada e predominantemente classificadas com classes de espaço de protecção e enquadramento, onde se situam não só os terrenos da antiga pedreira, hoje já encerrada, como também um conjunto de construções industriais, assim como, o equipamento desportivo constituído pelo campo e pelas instalações do Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde e algumas construções habitacionais, a maioria ainda de matriz ilegal e muitas de acentuada precariedade faces às diminutas condições de habitabilidade que proporcionam;
- 3) A possibilidade de construir, em áreas classificadas como de Protecção e Enquadramento, uma bolsa de equipamento de exploração privada constituída por um conjunto de 6 lotes com valências na área da saúde, terceira idade, infância/ensino pré-escolar, de retalho alimentar e finalmente abastecimento de combustíveis, os quais, no seu conjunto, se constituirão como de indiscutível interesse municipal enquanto estruturas capazes de colmatar a inexistência de iguais valências em toda a área de Talaíde e, conseqüentemente, suprir as necessidades de uma população económica e socialmente mais desprotegida como a que caracteriza todo o bairro alvo deste processo de reconversão/legalização;



- 4) A possibilidade de regularizar quer a posse quer o enquadramento com os instrumentos de ordenamento do território de âmbito lato (PDM) ou restrito (alvará de loteamento) dos terrenos e das instalações edificadas neles implantados e correspondentes ao Grupo de Solidariedade Musical e Desportiva de Talaíde, mediante a cedência ao domínio privado da Câmara Municipal de Cascais da área em causa e com o destino específico de equipamento;
- 5) A possibilidade de condicionar um futuro desenvolvimento urbanístico do terreno da antiga pedreira assim como do terreno a norte desta e que se desenvolve até à zona industrial existente ou proposta localizada nas imediações do parque desportivo do G.S.M.D de Talaíde, destinando-as segundo os parâmetros urbanísticos ditados pelos termos de referência de um futuro plano de pormenor à construção de equipamentos de exploração privada mas de manifesto interesse colectivo;
- 6) A necessidade de determinadas áreas, face à sua actual classificação na carta de ordenamento do PDM de Cascais como espaços de protecção e enquadramento, cultural e natural de Nível 1 ou Agrícola, permanecerem como rústicas embora possam vir a ser dotadas de descrições e confrontações próprias na sequência da emissão do alvará que ditará a reconversão urbanística das AUGI.

Para Borja (citado por Castro, 2002), o espaço público deve organizar um território capaz de suportar diferentes usos e funções. É sobretudo um “espaço de expressão colectiva, da vida comunitária, do encontro, ou seja uma questão de vontade política e de respeito pelos direitos do cidadão” (Castro, 2002:55) e deve ser visível e acessível.

Dado este quadro de referência e atendendo aos resultados derivados do estudo realizado no bairro, considera-se que a requalificação do espaço urbano de carácter público do Bairro dos Peões deverá pressupor:

- a) O alargamento da Estrada de Talaíde e a criação de um elemento separador central, bem como a criação, mediante a regularização e o reperfilamento pontual da ribeira que lhe é contígua, de espaços verdes contínuos ao longo desta, como forma de proteger e enquadrar as áreas habitacionais adjacentes;
  - i) Esta intervenção ganha importância no que diz respeito ao melhoramento da acessibilidade ao bairro e pode, de certa forma, oferecer *melhores condições para que a rede de transportes públicos (AL)* chegue ao bairro com maior frequência.
- b) A resolução da actual rede viária no interior do bairro, com a eliminação das situações de ruptura ou descontinuidade actualmente existentes, ao fechar a rede actual através da abertura de um novo arruamento (rua da Sereia) paralelo à rua dos Peões e da sua articulação com a rua da Atalaia. Desta forma pretende-se melhorar as condições de circulação ao reposicionar, em situações pontuais de gaveto, os muros delimitadores de alguns dos lotes;
  - i) Deve considerar-se a *variedade de opções de transporte (AL)* e, também nesse sentido, esta medida representa uma ajuda.

Imagem 68- Carácter viário (evolução esquemática existente/proposto)



Fonte: Elaboração própria, com base em documentos cedidos pela CMCascais, 2015

- c) A reformulação dos actuais sentidos de circulação no bairro, criando alguns arruamentos com sentido único de circulação automóvel;
  - i) Esta reformulação, associada ao *aumento do espaço de passeio (CI)*, permite a *redução de conflitos entre pedestres e veículos (CI)*, aumenta o *sentimento de segurança no bairro (CI)*.
- d) O reperfilamento de algumas ruas existentes (rua das Giestas e rua das Flores) e *criação de bolsas de estacionamento (AL)* ao longo dos arruamentos que passarão a ter um único sentido de circulação.
- e) A criação de uma zona pedonal, onde *as pessoas possam facilmente andar a pé (AL)*, correspondente ao núcleo histórico do bairro, a qual, ao limitar o tráfego viário fundamentalmente aos residentes e ao impor reduzidas velocidades de circulação, constituirá um importante *elemento dissuasor da penetração automóvel no bairro (CI)* (ver anexo 4);
  - i) Parece interessante intensificar a importância do núcleo histórico (largo dos Peões e rua dos Fundadores), ao requalificar a área de maneira a que esta constitua a principal centralidade e referência no bairro e que, dessa forma, promova o encontro, a permanência, o convívio e, portanto, *a partilha social (S)*. Para permitir essa optimização do espaço de permanência estritamente pedonal e aumentar a legibilidade do mesmo, deve atender-se ao desenho da *separação entre o espaço de acesso viário e o espaço estritamente pedonal (CI)*, através de um pequeno desnível, de uma eventual diferença de pavimentação ou da aplicação de elementos de separação, naturais ou artificiais. A continuidade dessa área, estritamente pedonal, do largo dos Peões pela rua dos Fundadores, a culminar num espaço de transição para uma zona verde com potencial para constituir uma *área de contemplação e miradouro (CI)* e de ligação ao acesso, por escadaria, à rua dos Búzios, aumenta o *espaço destinado estritamente às pessoas e às suas partilhas (S)* e por isso atribui importância ao espaço.

**Imagem 69-** Largo dos Peões (actualmente)



Fonte: maps.google.pt

**Imagem 70-** Largo dos Peões (proposta)

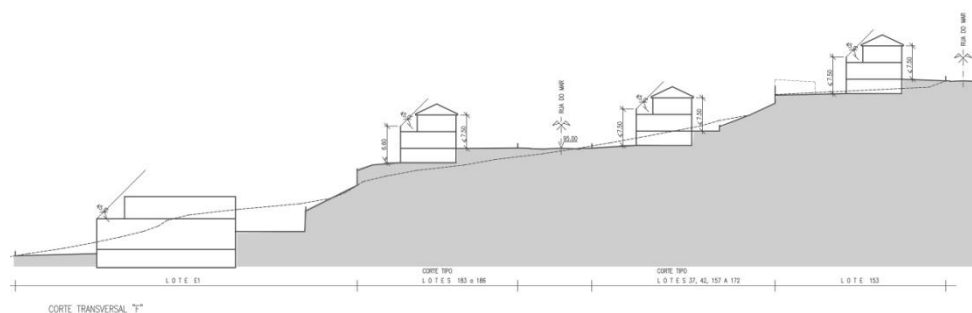


Fonte: Unidade de licenciamento AUGI, CMCascais (adaptado)

- f) A criação de um percurso pedonal interligando o núcleo histórico do Bairro dos Peões e a zona onde se situam os lotes destinados a equipamentos, estruturando-se este percurso, sempre que possível, em áreas verdes contínuas e contíguas ao mesmo (ver anexo 6);
- i) O carácter pedonal de algumas ruas e melhoramento de outras contribui para uma *imagem mais segura do lugar (CI)*, ainda assim, dados os declives acentuados e, consequentemente, a existência de um grande número de lances de escadas,

propõe-se o estudo da aplicação de equipamento electro-mecânico que permita e/ou facilite a deslocação dos habitantes, até à zona de equipamentos propostos. Sem elementos dessa natureza, parece distante a utilização frequente do proposto percurso pedonal. Na sequência do elemento estruturante apresentado no ponto 3), impõe-se uma solução que *facilite a deslocação da população, especialmente com necessidades especiais (AL)*, aos equipamentos propostos e que remova as barreiras à acessibilidade local. Se é neste polo que *vão realizar-se todas as actividades associadas ao bairro (UA)*, constituindo um forte elemento de coesão e interacção social, faz sentido o acesso facilitado.

**Imagem 71-** Topografia acentuada no percurso até aos equipamentos (perfil ilustrativo)



Fonte: Unidade de licenciamento AUGI, CMCascais

- g) Criação de bolsas para localização de *contentores normalizados para recolha de resíduos sólidos urbanos (CI)*;
- h) A criação de áreas verdes destinadas a uso público em bolsas de terreno, ainda não constituídas em lote ou, apesar de tal, libertas para esse fim mediante acordos particulares entre os respectivos proprietários;
- i) A criação, mediante igual mecanismo de permuta e extinção de lotes já constituídos no loteamento, de *duas bolsas de estacionamento público (AL)* e um impasse no meio da rua dos Fundadores obrigando à repavimentação da rua em calçada grossa e à reserva do seu uso viário apenas aos moradores;
- j) O enquadramento do casco tradicional do bairro com novas bandas edificadas de moradias, implantadas em classes de espaço urbano ou urbanizável, de *volumetrias e estéticas indutoras de qualidade e requalificadoras do conjunto (AL)*.
- k) Criar um conjunto de lotes destinados a equipamento de utilização colectiva e exploração privada que, com vista à satisfação de carências que a população de Talaíde e, em sentido mais lato, da zona periférica do concelho onde se situa a actual proposta de loteamento, apresente domínios do ensino pré-escolar, da terceira idade, de saúde ou do abastecimento alimentar.
  - i) Esta medida está concordante com as necessidades demonstradas pelos residentes, sendo que apontam a necessidade principal de uma creche, lar de idosos e/ou centro de dia. É necessário que a *acessibilidade até estes equipamentos seja viável para todas as faixas etárias (AL)* para que *as pessoas os utilizem frequentemente (S)*, bem como o espaço adjacente. Espaços deste



carácter podem, potencialmente, desenvolver *variedade de actividades que envolva a população (UA/S)* de maneira a que *as interações sociais e relações inter-sociais (S)* aconteçam.



## CONCLUSÃO

A presente dissertação pretendeu responder à questão sobre o modo como as intervenções urbanísticas, em espaço público, podem reforçar a identidade e as relações de vizinhança dos habitantes das AUGI. Esta questão e as respostas encontradas inscrevem-se na mudança de paradigma que Raposo et al. (2010) e Jorge (2010) aludem. Jorge salienta mesmo que “a progressiva consciencialização da importância do espaço público na requalificação dos loteamentos de génese ilegal assenta no entendimento da esfera pública como o elemento ordenador do urbano, capaz de suportar diversos usos e funções, de criar lugares, de integrar” (Jorge, 2010: 158).

Devido à ausência de planeamento que caracteriza estas áreas, existe, no geral, uma grande carência de espaços públicos qualificados, decorrente de uma preocupação principal em construir habitação própria. No entanto, as novas gerações de habitantes das AUGI demonstram já outras necessidades relativas a estes espaços pelo que começam a surgir algumas iniciativas de requalificação destas áreas, associadas ao processo de reconversão, com o propósito de melhorar o ambiente urbano, a qualidade de vida das populações e de diminuir o estigma associado aos bairros de génese ilegal.

Optou-se por estudar dois casos de estudos que apresentam algumas similaridades e dissemelhanças, de modo a responder à questão inicialmente colocada e às respectivas hipóteses. Sucintamente, e como principais diferenças, é de destacar que ao contrário do Casal Novo, os habitantes do Bairro dos Peões referem, convictamente e de forma unânime, o convívio e o bom ambiente, o que leva a concluir que este é, à partida, um bairro mais coeso. Existe uma diferença considerável no que toca ao facto do bairro ser encarado como um dormitório, já que os habitantes do Casal Novo consideram principalmente que sim, enquanto os do Bairro dos Peões consideram maioritariamente que não. No que toca à existência de relações familiares no bairro, de interajuda e interconhecimento e de relações de vizinhança, estas estão bem vivas entre os habitantes dos Peões, enquanto no Casal Novo esta dimensão não gera tanta unanimidade. Mais do que os habitantes do Casal Novo, os do Bairro dos Peões consideram o seu bairro, um lugar antigo/com história. Os habitantes do Casal Novo consideram que a rede de transportes até ao seu bairro é insuficiente. No caso dos Peões, o sentido de pertença é maior, mais consensual, o mesmo acontece em relação à diversão e aprendizagem no bairro. As relações de vizinhança parecem mais fortes e dinâmicas no Bairro dos Peões, sendo que, aqui, a população utiliza a rua para conversar e, no Casal Novo, isso não acontece tanto.

Como principais pontos em comum, importa salientar que em ambos os bairros os habitantes indicam o sossego como um dos principais aspectos positivos dos seus bairros. Contudo, a falta de transportes públicos aparece como o principal problema nestes bairros. Acresce que nenhum dos bairros é caracterizado pela existência de comércio tradicional, mas ambos são espaços calmos e limpos. Também não há variedade de actividades, quer num bairro, quer no outro. Os residentes consideram ser fácil chegar ao centro da cidade, a partir dos mesmos. Nos dois bairros é perceptível a falta de espaços verdes e os problemas associados aos espaços

públicos dos dois bairros prendem-se com as mesmas questões (pouca arborização/sombreamento, falta de mobiliário urbano e falta de manutenção). Relativamente às principais necessidades, com excepção do centro cívico/multiusos, as carências prendem-se, nos dois bairros, com questões semelhantes: a necessidade de um lugar de aprendizagem e entretenimento para as crianças e um centro de dia que viabilize o convívio e interacção entre os idosos. Também a génese de jardins e praças é muito requerida pelos habitantes dos dois bairros.

Quer a componente teórica, quer a empírica desta dissertação demonstram claramente que a questão da memória do lugar assume diferentes relevos consoante o bairro/zona, neste caso em particular, de génese clandestina. Embora a génese dos bairros se tenha dado sensivelmente na mesma altura e por motivos aparentemente semelhantes, as relações interpessoais e de enraizamento no lugar são díspares de um bairro para o outro. A população do bairro dos Peões denota, sobre ele, um grande orgulho, sentido de pertença e vontade de lá permanecer e desenvolver o lugar, enquanto a população do Casal Novo é mais heterogénea no que respeita às práticas e às opiniões sobre o gosto pelo bairro, um pouco também em virtude da fixação de novos habitantes que não têm qualquer ligação simbólica ou histórica, pessoal ou grupal ao bairro; no entanto, estes moradores revelam um maior interesse em torno da necessidade de uso do espaço público e da prática de diversas actividades.

Deste modo, o planeamento e programação destes espaços devem ter em conta as vivências actuais dos habitantes de cada AUGI, de forma a constituir bairros fortes e coesos que lhes proporcionem qualidades urbanas. Para que isso aconteça, é necessário o contacto directo com as populações, a percepção daquilo que são os seus hábitos, os seus modos de vida, as suas necessidades e aspirações, numa perspectiva de desenvolvimento urbano e social, e sem criar mudanças radicais que possam não respeitar as suas vivências e práticas espaciais. Este contacto deve traduzir-se no planeamento de espaços lineares (ligações pedonais, percursos eficazes, definição dos caracteres das ruas); do equilíbrio entre circulação pedonal e viária e sua separação eficaz; no projecto de espaços multifuncionais e adaptáveis a diversas actividades e faixas etárias; no desenho de equipamentos e esboço de usos e; na integração eficaz de espaços não lineares, de permanência.

Uma outra dimensão que contribui positivamente para o fortalecimento destes bairros e que compete aos arquitectos e urbanistas, passa por criar condições para que os “filhos do bairro” possam interagir e expressar-se em grupo e, desta forma, expressar no espaço público memórias do seu “lugar de infância”, lugar este que faz parte do processo de crescimento e desenvolvimento humano, podendo reflectir-se, nas relações identitárias face ao bairro e na transmissão desses elementos simbólicos às gerações de novos moradores.

Também as actividades físicas, culturais e recreativas têm uma grande influência neste processo de socialização, pelo que o seu delineamento associado ao projecto dos mais diversos equipamentos públicos pode ser muito benéfico para o desenvolvimento desses valores associados à vida em sociedade.



Os indicadores de qualidade de vida ganham diferentes dimensões consoante vários factores subjectivos ou objectivos. Os elementos que constituem o meio envolvente, sobre o qual o arquitecto tem grande influência, são os principais factores objectivos, mais abrangentes, na análise da qualidade de vida de uma pessoa ou grupo.

Em traços muito largos, convém referir que a manifestação de necessidades em termos de espaços verdes por parte das pessoas mais idosas é um dado relevante e que importa reter. O facto de estas pessoas possuírem mais tempo livre faz com que demonstrem maior vontade e predisposição para contemplar a natureza, para passeios e para a prática de actividades que lhes provoquem sensações de bem-estar. Não oferecer soluções a estas pessoas, quer pela falta de áreas verdes qualificadas ou de equipamentos apropriados aos seus interesses, quer pela dificuldade que possam encontrar relativa a problemas de mobilidade e acessibilidade, contribui fortemente para o isolamento em suas casas, o que inviabiliza as interações e relações de vizinhança e contribui para um maior sedentarismo e menor autonomização destas pessoas.

Agora, perante esta fase conclusiva, pensa-se que os resultados obtidos permitem confirmar as duas hipóteses apresentadas no início da investigação: a) as interações em espaços públicos, nas AUGI, quando orientadas para a melhoria da qualidade de vida dos residentes, podem reforçar o sentido de identidade e de coesão social, nestes territórios e; b) as intervenções em espaços públicos nas AUGI podem reforçar a identidade, na medida em que conseguem suscitar memórias e favorecer as relações de sociabilidade entre os moradores.

Ficou claro que apesar das diferenças, estes dois bairros têm uma certa densidade em termos relacionais, sendo lugares de práticas sociais, lugares com história, lugares que transmitem segurança e tranquilidade aos seus moradores, contudo, também apresentam algumas vulnerabilidades, decorrentes em grande medida do modo como o fenómeno das AUGI surgiu e se desenvolveu. Estes são lugares deficitários em transportes públicos, em serviços, pequeno comércio, em actividades várias e em espaços públicos de qualidade. Por isso mesmo, as intervenções propostas, apesar de ligeiramente distintas, assentam sobretudo na necessidade de se criar espaços públicos de qualidade que estimulem o convívio, a conversa, a interacção social; que ajudem a construir narrativas que venham a constituir memória, que sejam referenciais na vida das pessoas que os habitam e que no conjunto com outros elementos característicos do bairro, contribuam para gerar orgulho e sentido de pertença, no bairro. Neste contexto, estes devem contribuir para um maior sentido de identificação com o bairro, refletindo-se no fortalecimento das relações de vizinhança e na melhoria da qualidade de vida dos habitantes, e deste modo, considera-se possível responder à questão de partida e que estruturou os vários passos desta pesquisa.

A vida social nas cidades só pode ser compreendida através do estudo integrado de microescala das realidades da vida urbana moderna, sem querer negar o que há de desumanizado nas cidades importa descobrir o que há igualmente de humano, diferenciando as escalas de interação social em que os cidadãos comunicam (desde a relação entre próximos e amigos, passado por aquele que se dá entre os que se conhecem menos bem até ao contacto entre desconhecidos) daquelas que são selectivamente percebidas pelos que estudam e escrevem sobre a vida urbana (Cordeiro, 2003:16).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. 1998. Sobre a memória das cidades. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*. I série. Vol.XIV. Porto. pp.77-97
- AGIER, Michel. 2001. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana* (online), vol.7. nº2. Rio de Janeiro. pp. 7-33
- ANTUNES, Marina. 2013. A cidade informal e a reconversão de territórios de génese ilegal. Exemplo de práticas urbanas significativas: o caso PROQUAL, Brandoa, Amadora. Disponível em <http://cria.org.pt/site/seminarios/seminarios-realizados/513-a-cidade-informal-e-a-reconversao-de-territorios-de-genese-ilegal-exemplo-de-praticas-urbanas-signi.html>, Consultado em 07-06-2015.
- ARENDT, Hannah. 2010. *A condição humana*. 11ª Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- ARNHEIM, Rudolf. 1988. *Dinâmica da Forma Arquitectónica*. Lisboa: Presença.
- ASCHER, François. 1998. *Metapolis: Acerca do futuro da cidade*. 1ª ed. Oeiras: Celta Editora.
- AUGÉ, Marc. 2000 [1992]. *Não-Lugares*. Lisboa: 90º.
- BARRETO, António. 1996. *A situação social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- BARROCO, Sofia. 2012. Avenida da Igreja enquanto paradigma de espaço público em Alvalade. Disponível em [http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/137\\_0.pdf](http://eurau12.arq.up.pt/sites/default/files/137_0.pdf), Consultado em 03-06-2015
- BAUMAN, Zygmunt. 2005. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor.
- BERGSON, Henri. 1999. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. tradução Paulo Neves. 2ª edição. São Paulo : Martins Fontes
- BÒGÚS, Lúcia, Isabel Raposo e Suzana Pasternack,. 2010 *Da irregularidade Fundiária urbana à regularização: Análise comparativa Portugal- Brasil*. São Paulo: EDUC.
- BORJA, Jordi e Zaida Muxi. 2003. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Ed. Electa.
- BORJA, Jordi. 2003. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza editorial.
- BRANDÃO, Pedro. 2008. *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva. Base de Orientação, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa: DGOTDU.
- CARMO, Renato Miguel do. 2006. *Contributos para uma sociologia do Espaço-tempo*. Oeiras: Celta Editora.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *O Poder da Identidade*. Volume II. São Paulo: Paz e Terra S.A.

- CASTRO, Alexandra. 2002. Espaços públicos, coexistência social e civilidade. *Cidades-comunidades e territórios*. nº 5. pp.53-67
- CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da. 2013. A polissemia da palavra Bairro. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/29/dossier-bairros-margarida-tavares-da-conceicao-a-polissemia-da-palavra-bairro>, Consultado em 11-09-2014.
- CONNERTON, Paul. 1999. *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta editora.
- CORDEIRO, Graça Índias e Frédéric, Vidal (orgs.). 2008. *A rua: espaço, tempo, sociabilidade*. Lisboa: Livros Horizonte.
- COSTA, António Firmino da. 2008. *Sociedade de Bairro*. Lisboa: Celta editora.
- CRAVEIRO, Maria Teresa. 2010. Do “bairro clandestino” às “áreas de génese ilegal”. In Lúcia Bógus et al. (orgs.). *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*. S. Paulo: Educ. pp.31-60.
- CRUZ, Rodrigo Díaz. 1993. Experiencias de la Identidad. *Revista Internacional de Filosofía Política*, nº 2, pp. 63-74.
- DUARTE, Rui Barreiros. 2011. *Arquitectura, Representação e Psicanálise*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FERREIRA, A. Fonseca. 1988. Política(s) de habitação em Portugal. *Sociedade e Território*, 6: 54-62.
- FERREIRA, António F. 1984. Crise de Alojamento e construção clandestina em Portugal, *Sociedade e Território*, nº 1. pp.29-37
- FERREIRA, António Fonseca et al. 1985. *Perfil Social e Estratégias dos “clandestinos”: Estudo sociológico da habitação clandestina na Área Metropolitana de Lisboa*. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia do ISCTE.
- FOUCAULT, M.. 1994. *Le sujet et le pouvoir: dits et écrits*, IV. Paris: Gallimard.
- FRANCISCO, M. 2005. Espaço Público Urbano: oportunidade de Identidade Urbana Participada. X Colóquio Ibérico de Geografia. Associação Portuguesa de Geógrafos. Évora. pp. 22-24., disponível em: [http://www.apgeo.pt/files/docs/CD\\_X\\_Coloquio\\_Iberico\\_Geografia/pdfs/053.pdf](http://www.apgeo.pt/files/docs/CD_X_Coloquio_Iberico_Geografia/pdfs/053.pdf) Abril 2012, Consultado em: 18-11-2014
- GATO, Maria Assunção et al. 2011. A Multipli(cidade) do Bairro. *Second International Conference of Young Urban Researches*. ISCTE-IUL: CEACTUAL, disponível em <http://conferencias.cies.iscte.pt/index.php/icyurb/sicyurb/paper/viewFile/403/73>, acedido em 28/9/2015.

GATO, Maria Assunção. 2014. São as pessoas que fazem o bairro. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/28/dossier-bairros-maria-assuncao-gato--sao-as-pessoas-que-fazem-o-bairro>, Consultado em:10-09-2014

GEHL, Jan e GEMZOE, Lars. 2000. *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

GEHL, Jan. 1996. *Life Between Buildings. Using Public Space*. 3ª Edição. Copenhaga: Arkitektens Forlag.

GEHL, Jan. 2013. *Cidades para pessoas*. São Paulo: Perspectiva.

GONÇALVES, A. C.. 1988. Os Bairros urbanos como lugares de práticas sociais. *Revista da Fac. de Letras do Porto - Geografia*, 1ª Série, Vol. IV. pp 15-38.

HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Vertice/Revista dos Tribunais.

HALL, Stuart. 2006 [1992]. *A identidade cultural na pós-modernidade* (Do livro: A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A Editora.

INDOVINA, Francesco. 2002. O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n.º 5. pp. 119-123

JACOBS, Allan e APPLEBYARD, Donald. 1987. Toward an Urban Design Manifesto. *Journal of the American Planning Association. Institute of Urban Regional Development*. University of California. nº 53. pp. 112-120.

JACOBS, Jane. 2014 [1961]. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

JORGE, José Duarte Gorjão. 2007. *Lugares em Teoria*. Casal de Cambra: Caleidoscópio

JORGE, Sílvia. 2010. *Da produção à qualificação do espaço urbano de génese ilegal: o caso da freguesia de Unhos*. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa (dactilografado).

JORGE, Sílvia. 2010. Qualificação do espaço público de loteamentos de génese ilegal na grande área metropolitana de Lisboa. In: Lúcia Bógus et al. (orgs.). *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*. S. Paulo: Educ. pp. 143-158

LEITE, Sílvia. 2007. Solar da Quinta dos Lagares d'El-Rei. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/75032>, Consultado em:03-06-2014

LIMA, Tiago Miguel Pinto de. 2013. Planos de Bairro - Experiências Europeias e Potenciais Lições para o Contexto Português. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, Perfil de Ordenamento do Território e Impactes Ambientais. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

LYNCH, K. 2007 [1981]. *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.

LYNCH, Kevin. 1982 [1960]. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

MALHEIROS, Jorge da Silva Macaísta. 2009. Bairros clandestinos, migrações e mobilidades- Reflexões breves e levantar de questões. In Actas da Conferência. Projectos para a legalização de um sonho. Departamento de requalificação urbana. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. pp.65-76

MARLUCI, Menezes. 2013. De que se fala quando se diz que um bairro é um bairro?. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/21/marluci-menezes-.de-que-se-fala-quando-se-diz-que-um-bairro-e-um-bairro>, Consultado em 10-09-2014.

MARQUES, Luis e Sara Machado. 2013. Representações espaciais do bairro e SIG. Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/25/dossier-bairros-luis-marques-sara-machado-.representacoes-espaciais-do-bairro> Consultado em 13-09-2014.

MEIRINHOS, Manuel e António Osório. 2010. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*. Vol 2(2). pp. 49-65.

MENDES, Maria Manuela e Teresa Sá. 2010. O espaço dos residentes e usuários dos TGI na AML: perfis, trajetórias e percepções. In Isabel Raposo et al. 2011. *Produção e urbanização de territórios de génese ilegal. Relatório final de execução científica*. Projecto de Investigação PTDC/AUR/71721/2006 - Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal: avaliação sócio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico". Lisboa: FA-UTL (policopiado). pp.181-208.

MENDES, Maria Manuela e Beatriz Padilla. 2013. Bairro da Mouraria em Lisboa: Território de convivência cultural e de diversidade. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/22/maria-manuela-mendes-beatriz-padilla-.bairro-da-mouraria-em-lisboa> , Consultado em: 10-09-2014,

MENDES, Maria Manuela et al. 2012. *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

MERLIN, Pierre; CHOAY, Françoise (dirs.). 2010. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement*. 3ª Edição. Paris: PUF.

MOLES, A. et , E. Rohmer.1978. *Psychologie de l'Espace*. Paris: Ed. Casterman

MONTEIRO, Manuela e Milice Ribeiro dos Santos. 1998. *Psicologia*. Porto: Porto Editora.

MUGA, Henrique. 2006. *Psicologia da arquitectura*. Lisboa: Gailivro.

NORBERG-SCHULZ, Christian. 1975. *Existencia, Espacio y Arquitectura*. Barcelona: Ed. Blume.

NORBERG-SCHULZ, Christian. 1984. *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Ed. Rizzoli.

PARDAL, Sidónio Costa. 2009. Loteamentos ilegais: Transformação do espaço rural em torno da grande Lisboa: causas evolução do fenómeno e legado na paisagem. In Actas da Conferência. Projectos para a legalização de um sonho. Cascais: Departamento de requalificação urbana, Câmara Municipal de Cascais. pp.31-37

PATRÍCIO, Pedro Miguel Matos. 2011. *Contribuição para uma proposta de qualificação das Áreas Urbanas de Génese Ilegal*. Tese de mestrado em Engenharia Civil- Perfil Construção. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Departamento de Engenharia Civil.

PINTO, Teresa Costa. 2004. Qualidade de vida. Reflexões e debates em torno de um conceito. *Cidades, Comunidades e Territórios*. nº 09. pp. 99-120

PIRES, Amílcar de Gil e. 2008. Carácter da Arquitectura e do Lugar. *Artitextos*. Vol.6. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 107-120

POLLAK, Michael. 1992. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. vol. 5. nº 10. pp. 200-212.

Project for Public Spaces (1975). What Makes a Successful Place?, Disponível em: <http://www.pps.org/reference/august2005whatmakesplacegreat/>, Consultado em: 20-11-2014

QUINTAS, António José. 2008. *Onde está o bairro social? O caso de um realojamento social em lotes dispersos na Freguesia da Brandoa: Percepção dos residentes sobre o novo espaço residencial*. Tese de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, ISCTE.

RAMALHETE, Filipa e Maria Assunção Gato,. 2013. Bairros na Lisboa contemporânea. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/30/dossier-bairros-filipa-ramalhete-maria-assuncao-gato-bairros-na-lisboa-contemporanea> , Consultado em: 11-09-2014.

RAMALHETE, Filipa e NEVES, Bruno. 2013. Os bairros vistos pelos seus residentes. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEACTIONAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/26/dossier-bairros-filipa-ramalhete-bruno-neves-os-bairros-vistos-pelos-seus-residentes>, Consultado em:10-09-2014,

RAPOSO, Isabel. 2010. Reconversão de territórios de génese ilegal na Grande área metropolitana de Lisboa (GAML). in: Lúcia Bógus et al. (orgs.). Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil. S. Paulo: Educ. pp. 81-123

RAPOSO, Isabel et al. 2011. Diversidade de situações de reconversão dos TGI da AML, in RAPOSO, Isabel et al. *Produção e urbanização de territórios de génese ilegal. Relatório final de execução científica*. Projecto de Investigação PTDC/AUR/71721/2006 - Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal: avaliação sócio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico”. Lisboa: FA-UTL (policopiado), pp. 127-149

RAPOSO, Isabel et al. 2011. *Produção e urbanização de territórios de génese ilegal. Relatório final de execução científica*. Projecto de Investigação PTDC/AUR/71721/2006 - Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal: avaliação sócio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico". Lisboa: FA-UTL (policopiado).

RAPOSO, Isabel. 2012. Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção, in Mendes, M. et al. (coords.). *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. pp. 107-109.

RODRIGUES, Gastão. 2014. Qualificação de áreas urbanas de génese ilegal- O caso da zona oriental do concelho de Loures. Tese de Mestrado em Arquitectura .Lisboa: Faculdade de Arquitectura. Universidade de Lisboa.

ROLO, Helena. 2006. *Actualidade do fenómeno clandestino: práticas de reconversão em AUGI na GAML*. Dissertação de Mestrado. Barcelona: Universidade de Barcelona Formacion Continuada Les Heures – Fundacion Bosch i Gimpera.

ROLO, Helena. 2009. Síntese Cronológica do “clandestino” e impacto da lei das AUGI. *Actas da Conferência. Projectos para a legalização de um sonho*. Cascais: Departamento de requalificação urbana: Câmara Municipal de Cascais. pp.135-139.

SÁ, Teresa. 2012. Ainda há bairros na cidade?. In Manuela Mendes et al. (coords.). *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio. pp. 21-31.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos (coord.). 1985. *Quando a rua vira casa*. São Paulo: IBAM/FINEP

SEIXAS, Ana et al. 1997. *Ternos passeios: um manual para melhor entendimento e fruição dos espaços públicos*. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental/IPAMB e Câmara Municipal de Lisboa.

SERDOURA, Francisco. 2007. As dimensões do espaço urbano público. *Artitextos*. Vol.5. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. pp. 149-156

SIMMEL, George. 1999 (1908). *Sociologie*. Paris: PUF

SOARES, Luís Bruno. 1984. Urbanização clandestina e política urbana. *Sociedade e Território*, 1. pp. 18-21

SOARES, Luís Bruno, et al. 1985. *Urbanização clandestina da área metropolitana de Lisboa. Sociedade e Território*. nº3. pp. 67-77

SOARES, Nuno Pires. 2013. Tipologias de Bairro(s) em Lisboa. *CEACT, Estudo Prévio - Dossier Bairros em Lisboa* CEAUT/UAL, Disponível em: <http://www.estudoprevio.net/artigos/27/dossier-bairros-nuno-pires-soares-.tipologia-de-bairros-em-lisboa>, Consultado em: 13-09-2014.

SOBRAL, José Manuel. 1995. Memória e identidades sociais - Dados de um estudo de caso num espaço rural. *Análise Social*. vol. XXX. pp. 289-313



## Websites

Câmara Municipal de Cascais. Disponível em: <http://www.cm-cascais.pt/>. Consultado em: 21-11-2014.

Câmara Municipal de Lisboa- Freguesia de Alvalade. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-de-alvalade>. Consultado em: 06-04-2015.

Câmara Municipal de Odivelas. Disponível em: <http://www.cm-odivelas.pt/>. Consultado em: 20-11-2014.

Facebook Brandoa. Disponível em: <https://www.facebook.com/104687499567778/photos/pb.104687499567778.-2207520000.1443376693./104691792900682/?type=3&theater>. Consultado em: 16-03-2015.

INE – Censos 2011- Ficheiro Síntese. Disponível em: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011\\_apresentacao](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao). Consultado em: 18-03-2015.

Infohabitar. Disponível em. <http://infohabitar.blogspot.pt/2007/03/sobre-o-bairro-de-alvalade-de-faria-da.html>. Consultado em: 20-03-2015.

Junta de Freguesia da Brandoa. Disponível em: <http://jf-brandoa.pt/historia.asp> . Consultado em: 16-03-2015.

Junta de Freguesia de São Domingos de Rana. Disponível em: <http://www.jf-sdrana.pt/freguesia/localidades/>. Consultado em: 21-11-2014.

União de Freguesias Ramada e Caneças. Disponível em: <http://www.uf-ramadaecanecas.pt/>. Consultado em: 20-11-2014.



## **ANEXOS**

### **ANEXO 1. MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO**





## ***INQUÉRITO AOS RESIDENTES NO BAIRRO DOS PEÕES SOBRE AS VIVÊNCIAS E NECESSIDADES DA POPULAÇÃO AO NÍVEL DO ESPAÇO URBANO***

*O meu nome é Joana Fernandes, sou aluna de Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e estou a desenvolver presentemente a minha Dissertação Final de Mestrado.*

*O tema da mesma é “O Bairro na Cidade” e tem por objectivo conhecer os residentes, assim como a arquitectura de alguns Bairros e Áreas Urbanas de Génese Ilegal. Para tal é necessário abordar os residentes e perguntar quais são as principais carências do bairro em questão e da sua população, bem como os seus pontos mais fortes.*

*Os dados recolhidos serão tratados apenas no âmbito deste estudo e de forma agregada, não havendo a identificação do respondente. O inquérito é anónimo e manterá a confidencialidade das informações prestadas.*

*Agradeço imenso a sua colaboração.*

### **I. Dados sociodemográficos**

**1. Idade:** \_\_\_\_\_ **2. Sexo:** Feminino\_\_\_ Masculino\_\_\_

**3. Nacionalidade:** Portuguesa\_\_\_ Estrangeira\_\_\_ De que país? \_\_\_\_\_

**4. Em que concelho nasceu?** \_\_\_\_\_

**5. Estado Civil:** Solteiro\_\_\_ União de Facto\_\_\_ Casado\_\_\_ Separado\_\_\_ Divorciado\_\_\_ Viúvo\_\_\_

**6. Indique o nível de escolaridade mais elevado que completou.** (Assinale com um x)

Nenhum\_\_\_ Sabe ler e escrever sem ter frequentado a escola\_\_\_ Pré-escolar\_\_\_

Ensino Básico – 1º ciclo (antiga 4ª classe)\_\_\_ Ensino Básico - 2º ciclo (antigo 6º ano)\_\_\_

Ensino Básico – 3º ciclo (antigo 9ºano)\_\_\_ Secundário (antigo 12º ano)\_\_\_ Curso médio/profissional\_\_\_

Curso de Ensino Superior\_\_\_ Outro (especifique)\_\_\_

**7. O seu agregado familiar é constituído por quantos elementos** (sem contar com o próprio)? \_\_\_\_\_

**8. Tem filhos?** Sim\_\_\_ Não\_\_\_ **8.1. Quantos filhos tem?** \_\_\_\_\_

**8.2. Se respondeu sim à pergunta anterior, indique o nº de filhos que vivem consigo:**

\_\_\_\_\_



**9. Qual a sua condição perante a actividade económica?** (Assinale com um x)

Activo com profissão \_\_\_\_ Desempregado (há quanto tempo?) \_\_\_\_ À procura do 1º emprego (há quanto tempo?) \_\_\_\_  
Doméstica \_\_\_\_ Reformado \_\_\_\_ Inválido/ doença permanente \_\_\_\_ Estudante \_\_\_\_

**10. Qual a sua profissão?** (No caso de estar desempregado ou reformado indique a última profissão – descreva com detalhe)

\_\_\_\_\_

**11. Em que bairro reside? \_\_\_\_\_ Em que freguesia se localiza? \_\_\_\_\_**

**11.1. Sempre residiu no bairro onde vive actualmente?** Sim \_\_\_\_ Não \_\_\_\_

**11.1.1. Há quanto tempo aí reside?** \_\_\_\_\_

**11.1.2. Onde residia anteriormente?** Freguesia \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

**12. Qual o tipo de alojamento em que reside?** (Assinale com um x)

- \_\_\_\_ Barraca, casa rudimentar ou de madeira
- \_\_\_\_ Apartamento
- \_\_\_\_ Moradia
- \_\_\_\_ Móvel (caravana ou outro)
- \_\_\_\_ Parte de casa (casa partilhada, quarto, etc.)
- \_\_\_\_ Outro tipo (anexo, cave, etc.). Qual? \_\_\_\_\_

**12.1. Quantas divisões tem a sua casa?** (NÃO conte com a cozinha, casa de banho, marquises e anexos)

\_\_\_\_\_

**12.1.1. Quantas pessoas moram na sua habitação:** \_\_\_\_\_

**13. Neste momento, está a viver ou residir num alojamento que é:** (Assinale com um x)

- \_\_\_\_ Arrendado no mercado privado formal
- \_\_\_\_ Arrendado no mercado informal (bairro clandestino ou de barracas)
- \_\_\_\_ Público (arrendamento social, que lhe foi atribuído a si e/ou seu agregado familiar)
- \_\_\_\_ Subarrendado (partes da casa; quartos)
- \_\_\_\_ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado formal
- \_\_\_\_ Próprio (do qual é proprietário/a) – mercado informal/clandestino
- \_\_\_\_ Casa de amigos (não paga renda)
- \_\_\_\_ Outra situação (especificar) \_\_\_\_\_

**14. Como avalia as condições de habitabilidade da sua casa:** (Assinale com um x. Escala de 1 a 5, em que 1 é o valor mínimo e o 5, o máximo)

\_\_\_\_1\_\_\_\_2\_\_\_\_3\_\_\_\_4\_\_\_\_5



**15. Trabalha/estuda no bairro onde reside? (Assinale com um x)**

Sim \_\_\_ Não \_\_\_

**15.1. Se não, onde?**

Freguesia \_\_\_\_\_ Concelho \_\_\_\_\_

**16. Faz parte de alguma associação ou grupo informal sediado no bairro? (Assinale com um x)**

Sim \_\_\_ Não \_\_\_

**16.1. Se sim, qual?** \_\_\_\_\_

**16.1.1. O que aí faz?** \_\_\_\_\_

**II. PERCEPÇÕES INTERNAS SOBRE O BAIRRO**

**1. Como avalia o seu gosto pelo bairro? (Assinale com um x. Escala de 1 a 5, em que 1 é o valor mínimo e o 5, o máximo)**

\_\_\_1\_\_\_2\_\_\_3\_\_\_4\_\_\_5

**1.1. Indique os 3 aspectos que mais gosta no bairro:**

---

---

---

**1.2. Indique os 3 aspectos que menos gosta no bairro:**

---

---

---



2. Para si este bairro é:	Discordo	Concordo	Não sei/ Não resp.
Um conjunto de edifícios da mesma época	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um conjunto de ruas da mesma freguesia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um dormitório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um espaço urbano onde existem relações familiares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um espaço urbano onde existe comércio tradicional	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um espaço urbano que “tem tudo”	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um espaço onde as pessoas se conhecem e se interajudam	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um lugar onde existem fortes relações de vizinhança	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um lugar com história/antigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um lugar onde se reconhecem uma ou mais centralidades	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um lugar onde a população é homogénea	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Um lugar onde existe diversidade de pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**3. Que atributos associa/identifica quando se fala em bairro?** (Assinale com um x; pode assinalar mais do que uma opção)

- ☐ Sentido de Bairrismo
- ☐ Solidariedade e entreaajuda
- ☐ Interconhecimento entre moradores
- ☐ Comércio tradicional e de rua
- ☐ Existência de espaços públicos
- ☐ As vivências coletivas
- ☐ A história do lugar
- ☐ Populações carenciadas
- ☐ Sentimento de Segurança

**3.1. Dos elementos que assinalou, quais encontra no bairro onde reside?**

---

---





4. Acerca do bairro onde reside:

Discordo

Concordo

Não sei/  
Não resp.

As casas/prédios estão demasiado próximas entre si	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A partir deste bairro é fácil chegar ao centro da cidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
No bairro há muitas vezes actos de vandalismo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
É perigoso andar à noite pelo bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro está bem equipado com serviços educativos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro tem equipamentos desportivos suficientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro está bem equipado a nível de comércio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os serviços sociais do bairro são inadequados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro está bem equipado com espaços de lazer para as crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro é calmo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Há muita variedade de actividades no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O bairro é limpo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Pensa sair do bairro e ir morar para outra zona?

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

5.1 Se sim, quais as razões da sua possível saída? \_\_\_\_\_

6. Quais os maiores problemas ou dificuldades que encontra no seu dia-a-dia?

\_\_\_ Rede de **transportes** insuficiente

\_\_\_ Grande **distância** aos **supermercados**

\_\_\_ **Más condições de habitação** e do edificado

\_\_\_ **Falta de espaços** para **conviver com os vizinhos**

\_\_\_ **Falta de espaços verdes** (parques, jardins)

\_\_\_ Outro. Qual? \_\_\_\_\_



7. Como é a sua relação com o seu bairro?	Não	Sim	Não sei/ Não resp.
Consigo obter o que necessito neste bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Divirto-me no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aprendo no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me um membro deste bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pertenço ao bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Participo em actividades recreativas, desportivas, culturais no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Se quiser posso colaborar com o que se passa no meu bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sinto-me seguro no bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tenho laços de amizade com os outros habitantes do bairro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas ajudam-se umas às outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As pessoas conhecem-se umas às outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8. Considere a sua relação com os vizinhos:	Não	Sim	Não sei/ Não resp.
Conhece os seus vizinhos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversa frequentemente com as pessoas do bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Conversa com algumas pessoas mas não estabelece laços de amizade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tem laços de amizade com algumas pessoas do seu bairro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não conversa com ninguém	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**9. Costuma ir ao café e realizar outras atividades de lazer no bairro?**

\_\_\_Sim \_\_\_Não

**9.1. Se sim, quais?** \_\_\_\_\_



**10. Utiliza a rua para conversar/conviver os seus vizinhos?**

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

**10.1. Porquê?** \_\_\_\_\_

**III. ESPAÇOS PÚBLICOS NO BAIRRO**

**1. Existem espaços públicos de lazer no seu bairro?**

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

**1.1 Se sim, indique o seu nome e a sua localização:** \_\_\_\_\_

**1.2 Acha que esses espaços são suficientes?** \_\_\_ Sim \_\_\_ Não

**Porquê?** \_\_\_\_\_

**1.3 Costuma frequentá-los?**

\_\_\_ Sim \_\_\_ Não

**2. Se existissem espaços públicos de lazer que actividades gostaria de lá praticar?**

**O que faz nesses espaços?**

\_\_\_ Ler

\_\_\_ Conversar

\_\_\_ Jogar às cartas

\_\_\_ Jogar outros jogos

\_\_\_ Passear

\_\_\_ Fazer exercício físico

\_\_\_ Outras actividades. **Quais?** \_\_\_\_\_

**3. Indique os 3 principais problemas associados aos espaços públicos do bairro?**

\_\_\_ Insegurança/vandalismo

\_\_\_ Falta de limpeza

\_\_\_ Falta de manutenção

\_\_\_ Falta de mobiliário urbano (Mesas, bancos...)

\_\_\_ Pouca arborização/sombreamento

\_\_\_ Pavimentação inadequada

\_\_\_ Outro. **Qual?** \_\_\_\_\_



**4. Quando pretende praticar actividades de lazer, onde o faz?** (Assinale com um **x**; pode assinalar mais do que uma opção)

☐ Utiliza espaços públicos do seu bairro

☐ Utiliza espaços públicos noutros bairros

☐ Utiliza espaços públicos noutra concelho

☐ Não costuma sair de casa para a prática de actividades de lazer

☐ Outros. **Quais?** \_\_\_\_\_

**Discordo**

**Concordo**

**Não sei/  
Não resp.**

**5. Para si o bairro necessita principalmente de:**

Auditório	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Biblioteca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro cultural	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro multiusos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teatro	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Museu	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ringue desportivo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Igreja	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Creche	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Lar de Idosos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro de dia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Centro de saúde	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mercado/Mercearias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ginásio ao ar livre	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cafés/Restaurantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Farmácia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Jardins e praças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Hortas comunitárias	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



6. Se dependesse de si, o que mudaria neste bairro?

---

---

---

---

***MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO.***

## **ANEXO 2. ENTREVISTA AO SENHOR JOAQUIM LOPES (Bº DOS PEÕES)**

**Lembra-se do momento da fundação do bairro?**

*“As pessoas iam fazendo à medida das suas necessidades e possibilidades.”*

*Sr. Joaquim Lopes*

A existência da pedreira abriu alguns postos de trabalho na zona de Talaíde. Como tal alguns novos trabalhadores, deslocados da sua província de origem, depararam-se com a necessidade de arranjar habitação perto do seu novo local de trabalho. Sem apoios, alguns optaram pela construção das suas futuras casas, pelas próprias mãos, mesmo junto à pedreira. Foi a partir daí, principalmente nos anos 70, que o bairro se expandiu.

A família Sabido, a quem pertencia a grande parte dos terrenos rústicos que ali se localizavam, no sentido de ajudar as pessoas que ali chegavam, começou a dividir o terreno e foram-se estabelecendo contratos de promessa compra e venda como registo das acções.

Em 1991, ano em que foi instituída a Lei das AUGI, foram criadas três associações que abrangiam loteamentos vizinhos, no sentido da legalização. Em 1996 a câmara procedeu à pavimentação de algumas ruas, bem como a sua infraestruturação. (promessa de pagamento(??) pelos residentes

Em 2008 formalizou-se a união dessas três associações numa só, constituindo-se uma administração conjunta.

Em 2009 o bairro limitava 209 lotes, tendo sofrido alterações em 2012, a nível dos loteamentos e arruamentos. Actualmente verificam-se 174 lotes, alguns já com escritura.

**Quais são as principais marcas históricas, do bairro, que se lembra?**

Festejos Populares de angariação de fundos para a associação de moradores, em 1993,94 e 95.

Outras festividades em Talaíde.

**Fale-me de boas recordações que tem na vida do bairro... E más...**

*“Quando um estava a por uma placa, vinham 7 ou 8 ajudar.”*

A luta pela legalização, desde 1991.

Boa camaradagem

União, nos anos 70, na construção das habitações

Festas de angariação de fundos, ajuda dos proprietários, colaboração de grupos musicais. Ganhámos 200/300 contos na época *“que já era bom”*.

**Escolheu viver aqui por alguma razão em especial?**

Sim, pela localização do emprego, na expectativa de melhores condições.

A empresa estava localizada em Talaíde, depois constituí aqui família e adquiri um apartamento em talaíde. Quando surgiu oportunidade, construí aqui a casa e foi aqui que nasceram as minhas duas filhas.

**Se pudesse escolhia outro bairro de Lisboa para viver?**

Não. A existência de um elo de ligação familiar com os habitantes faz com que não queira sair deste bairro para outro.

**Que comparações faz entre o passado e o presente do bairro?**

Diferença substancial. O bairro começou por ser habitado por meia dúzia de pessoas, não havia saneamento, nem infraestruturas. Agora tem condições para viver, as condições de habitação são boas.

**Como vê o futuro do bairro?**

Perspectiva boa, esperança na legalização. Embora condicionados pela burocracia, estamos confiantes na ajuda da câmara.

**Fale-me sobre as mudanças que já viu acontecer no seu bairro. (associativismo na reconversão do bairro)**





### **ANEXO 3. PROPOSTA URBANA, BAIRRO CASAL NOVO**

LABORATÓRIO DE PROJECTO VI – 2013/2014

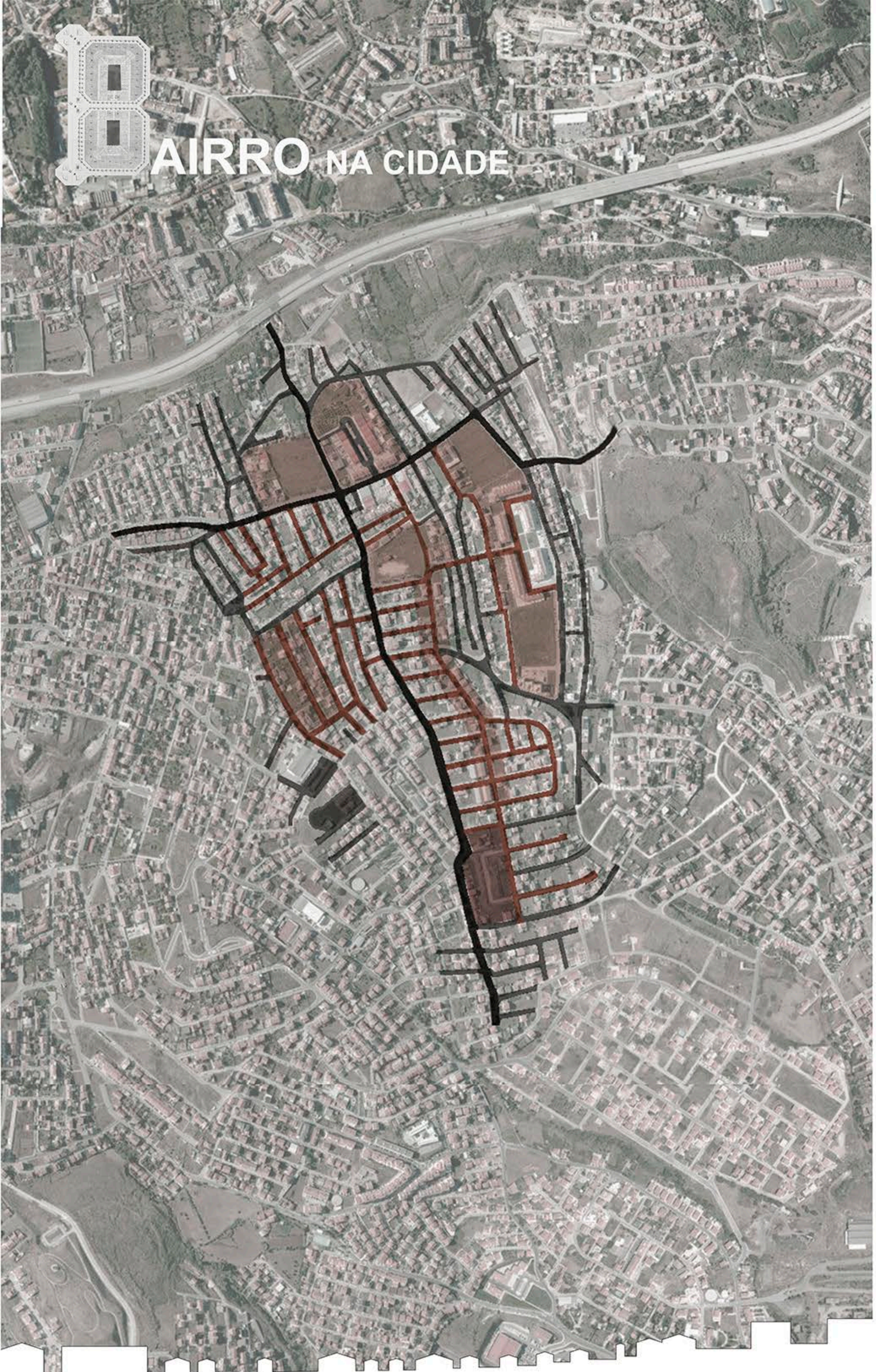
ENTRE ESPAÇOS, REDESENHAR E REQUALIFICAR O LUGAR



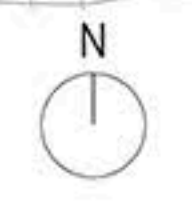


10

# AIRRO NA CIDADE



Enquadramento Geral escala 1:1500



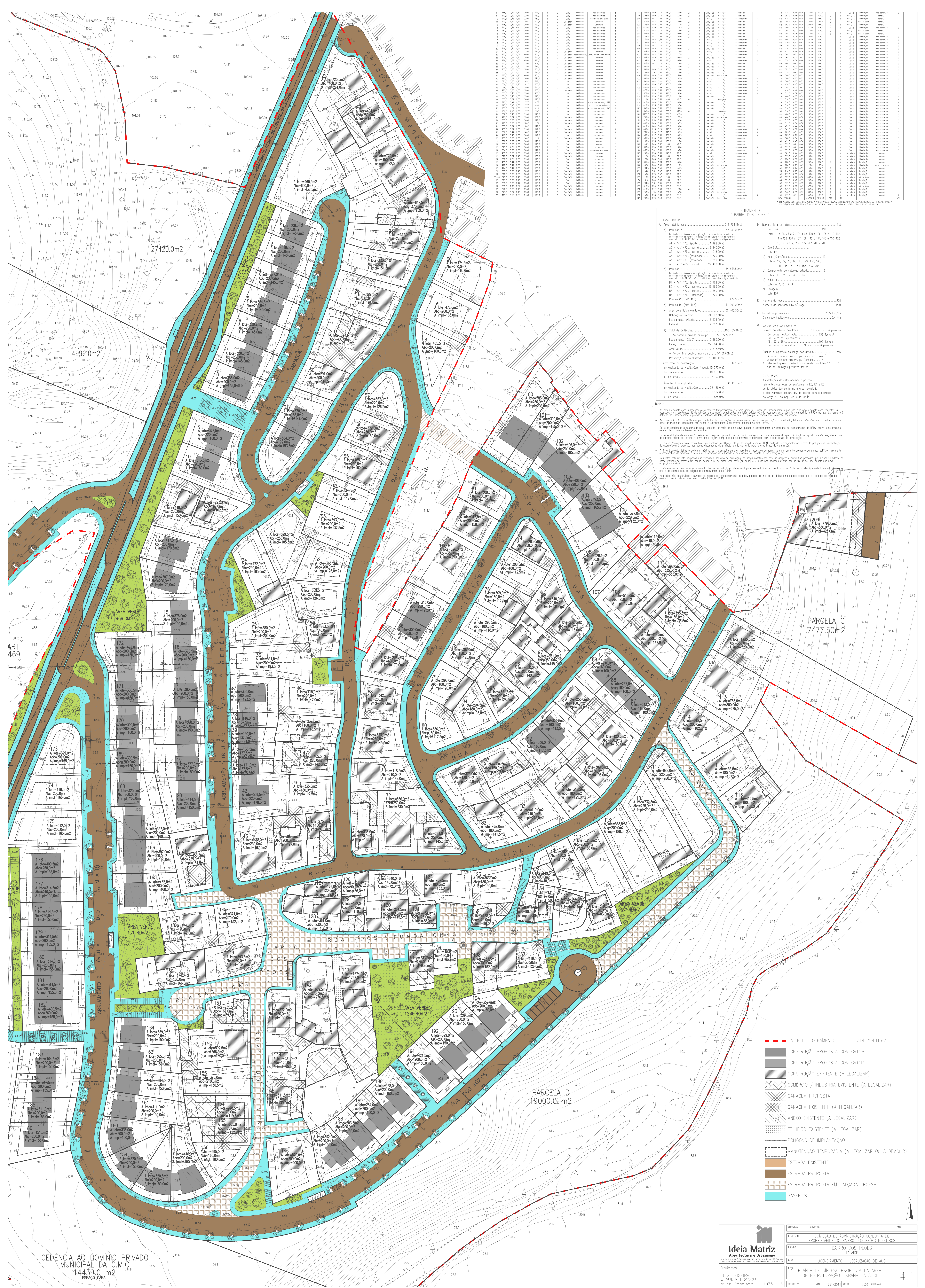


## **ANEXO 4. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA – BAIRRO DOS PEÕES**

(CMCascais)







CEDENCIA AO DOMÍNIO PRIVADO  
MUNICIPAL DA C.M.C.  
14439.0 m2  
ESPAÇO CANAL



PROJETO	COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DE PROPRIETÁRIOS DO BAIRRO DOS PEÇES E OUTROS
FASE	LICENCIAMENTO – LEGALIZAÇÃO DE ALUGI
PROJ. ARQUIT.	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. CIVIL	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. ELÉTR.	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. HÍDRAUL.	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. MEIO AMBIENTE	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. SANEAMENTO	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. TRÁFEGO	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. URBANISMO	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI
PROJ. VEÍCULOS	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE ESTRUCTURAÇÃO URBANA DA AUGI



## **ANEXO 5. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA INDUSTRIAL**

Bairro dos Peões

(CMCascais)











## **ANEXO 6. PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE EQUIPAMENTOS**

Bairro dos Peões

(CMCascais)







Nº LOTE	Área Lote	L. C.	%	Área de Construção	Área Implant.	Nº de Unidades Construídas	Nº Pisos (até máx. 6)	Uso	Observações
E1	2754,5	0,75	0,50	2000,0	1370,0	1	2cv+2	COM / SERV	COMERCIO ALIMENTAR
E2	1095,5	0,46	0,50	500,0	550,0	1	Cv+1	COM / SERV	POSTO DE ABAST. COMBUSTIVEL
E3	3329,0	0,75	0,50	2500,0	1665,0	1	2cv+2	COM / SERV	CLINICA
E4	2289,5	0,68	0,50	1500,0	1145,0	1	2cv+2	COM / SERV	MECANICO
E5	4278,0	0,58	0,50	2500,0	2139,0	1	2cv+2	COM / SERV	LAR DE 3ª IDADE
E6	2587,5	0,48	0,50	1250,0	1295,0	1	Cv+2	COM / SERV	COMERCIO
TOTAL	16334,0			10250,0	8164,0	6			

LOTEAMENTO "BAIRRO DOS PEÕES"	
Local - Totalidade	314 794,11m2
A. Área total loteada	314 794,11m2
a) Parcelas A	42 130,00m2
Destinado ao equipamento de exploração privada de interesse coletivo de acordo com os termos do estatuto em vigor. Plano de Parcelamento: Área global de 42 130,00m2 a constituir das seguintes origens matriciais:	
A1 - Artº 470... (parte)	4 992,00m2
A2 - Artº 472... (parte)	2 240,00m2
A3 - Artº 475... (parte)	1 918,00m2
A4 - Artº 476... (totalidade)	2 720,00m2
A5 - Artº 477... (totalidade)	2 840,00m2
A6 - Artº 498... (parte)	27 420,00m2
b) Parcelas B	34 645,50m2
Destinado ao equipamento de exploração privada de interesse coletivo de acordo com os termos do estatuto em vigor. Plano de Parcelamento: Área global de 34 645,50m2 a constituir das seguintes origens matriciais:	
B1 - Artº 475... (parte)	6 162,50m2
B2 - Artº 470... (parte)	16 163,50m2
B3 - Artº 472... (parte)	9 580,00m2
B4 - Artº 471... (totalidade)	2 720,00m2
c) Parcela C... (artº 498)	7 477,50m2
d) Parcela D... (artº 498)	19 000,00m2
e) Área constituída em lotes	106 405,30m2
Habituação/Comércio	81 008,30m2
Equipamento privado	16 334,00m2
Indústria	9 063,00m2
f) Total de Cedências	105 135,81m2
- Ao domínio privado municipal	51 122,80m2
Equipamento (GSMOT)	10 865,00m2
Espaco Canal	22 584,00m2
Área verde	17 673,80m2
- Ao domínio público municipal	54 013,01m2
Passeios/Estacion./Estradas	54 013,01m2
B. Área total de construção	63 127,00m2
a) Habitação ou Habit./Com./Indust.	45 777,00m2
b) Equipamento	10 250,00m2
c) Indústria	7 100,00m2
C. Área total de implantação	45 188,00m2
a) Habitação ou Habit./Com.	32 189,00m2
b) Equipamento	8 164,00m2
c) Indústria	4 835,00m2
D. Numero Total de lotes	218
Lotes: 1 a 21, 23 a 71, 74 a 88, 100 a 106, 108 a 110, 112, 114 a 128, 130 a 137, 139, 142 a 144, 146 a 150, 152, 153, 156 a 202, 204, 205, 207, 208 e 209	
b) Comércio	1
Lote 111	
c) Habit./Com./Indust.	15
Lotes - 22, 72, 73, 99, 113, 129, 138, 140, 141, 145, 151, 154, 155, 203, 206	
d) Equipamento de natureza privada	6
Lotes - E1, E2, E3, E4, E5, E6	
e) Indústria	4
Lotes - 11, 12, 13, 14	
f) Garagem	1
Lote 107	
E. Numero de fogos	328
Numero de habitantes (3,5/ Fogos)	1148,0
F. Densidade populacional	36,55hab/ha
Densidade habitacional	10,41/ha
G. Lugares de estacionamento	
Privado no interior dos lotes	612 ligeiros + 4 pesados
Em Lotes Habitacionais	439 ligeiros(1)
Em Lotes de Equipamento (E1, E2 e E6)	102 ligeiros
Em Lotes de Indústria	71 ligeiros + 4 pesados
Público à superfície ao longo das ruas	255
A superfície nos arruam. p/ Ligeiros	249 *
A superfície nos arruam. p/ Pesados	6
* 5 destes lugares, localizados na frente dos lotes 177 a 181 são de utilização privativa destes	
OBSERVAÇÃO:	
As dotações de estacionamento privado referentes aos lotes de equipamento E3, E4 e E5 serão atribuídas conforme a área licenciada e efectivamente construída, de acordo com o expresso no Artº 87º do Capítulo V do RPDM	

- NOTAS:
- As actuais construções a legalizar ou a manter temporariamente devem garantir 1 lugar de estacionamento por lote. Nas novas construções em lotes já ocupados mas regulares de demolição e nas novas construções em lotes existentes não ocupados ou a constituir cumprindo o RPDM ou que diz respeito à dotação de estacionamento privado no interior do lote, de acordo com o tipo de licença efectivamente construído.
  - As caves não são contabilizadas para o índice de construção, se forem destinadas a garagem e/ou arrecadação, tal como não são contabilizadas as áreas cobertas mas não enclausuradas destinadas ao estacionamento automóvel situadas no piso térreo.
  - Os lotes destinados a construção nova, poderão ter mais de uma cave quando o estacionamento necessário ao cumprimento do RPDM assim o determine e as características do terreno o permitirem.
  - Os lotes destinados a construção existente a legalizar, poderão ter um maior numero de pisos em cave do que o indicado no quadro de síntese, desde que as características do terreno o permitam e sejam cumpridos os parâmetros relacionados com a área bruta de construção.
  - Os anexos/arçangos projectados terão área inferior a 30m² e altura de acordo com o RUEM, podendo serem implantados fora do polígono de implantação de acordo com o expresso nas peças desenhadas do projecto e não contando para a área bruta de construção.
  - A linha projectada define o polígono mínimo de implantação para a moradia e respectiva garagem, sendo o desenho proposto para cada edifício meramente representativo da tipologia e forma de associação do edifício e não vinculativo quanto à sua configuração.
  - Nas lotes actualmente ocupados que venham a ser alvo de demolição, as novas construções deverão adaptar o perfil tipo proposto que melhor se adapte às características do terreno em causa, sendo o nº de pisos uma cave (ou duas) e 2 pisos não podendo existir, por se tratar de uma construção nova, ocupação de 50%.
  - O número de lugares de estacionamento dentro de cada lote habitacional pode ser reduzido de acordo com o nº de fogos efectivamente licenciado em cada lote e de acordo com as exigências do regulamento do P.D.M.
  - Nas lotes não constituídos o numero de lugares de estacionamento exigidos, poderá ser inferior ao definido no quadro desde que a tipologia da moradia assim o permita de acordo com o estatuto do RUEM.

- LIMITE DO LOTEAMENTO 314 794,11m2
- CONSTRUÇÃO PROPOSTA COM Cv+2P
- CONSTRUÇÃO PROPOSTA COM Cv+1P
- CONSTRUÇÃO EXISTENTE (A LEGALIZAR)
- COMÉRCIO / INDÚSTRIA EXISTENTE (A LEGALIZAR)
- GARAGEM PROPOSTA
- GARAGEM EXISTENTE (A LEGALIZAR)
- ANEXO EXISTENTE (A LEGALIZAR)
- TELHEIRO EXISTENTE (A LEGALIZAR)
- POLÍGONO DE IMPLANTAÇÃO
- MANUTENÇÃO TEMPORÁRIA (A LEGALIZAR OU A DEMOLIR)
- ESTRADA EXISTENTE
- ESTRADA PROPOSTA
- ESTRADA PROPOSTA EM CALÇADA GROSSA
- PASSEIOS



**Ideia Matriz**  
Arquitectura e Urbanismo  
Rua da Torre, Edif. "TORRE PLAZA" 1155-11C - 2750-768 Cascais  
Telf: 2148001131 Fax: 2148001131 Email: 2148001131

ALTERAÇÃO	CONTEÚDO	DATA
REQUERENTE	COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DE PROPRIETÁRIOS DO BAIRRO DOS PEÕES E OUTROS	
PROJECTO	BAIRRO DOS PEÕES TALAIDE	
FASE	LICENCIAMENTO - LEGALIZAÇÃO DE AUGI	
PEÇA	PLANTA DE SÍNTESE PROPOSTA DA ÁREA DE EQUIPAMENTOS	
Arquitetos	LUIS TEIXEIRA CLAUDIA FRANCO Nº insc. Ordem Arg's	1975 - S
Técnicos nº		
Data	SET/2011	Escala 1/500 N/AutoCAD

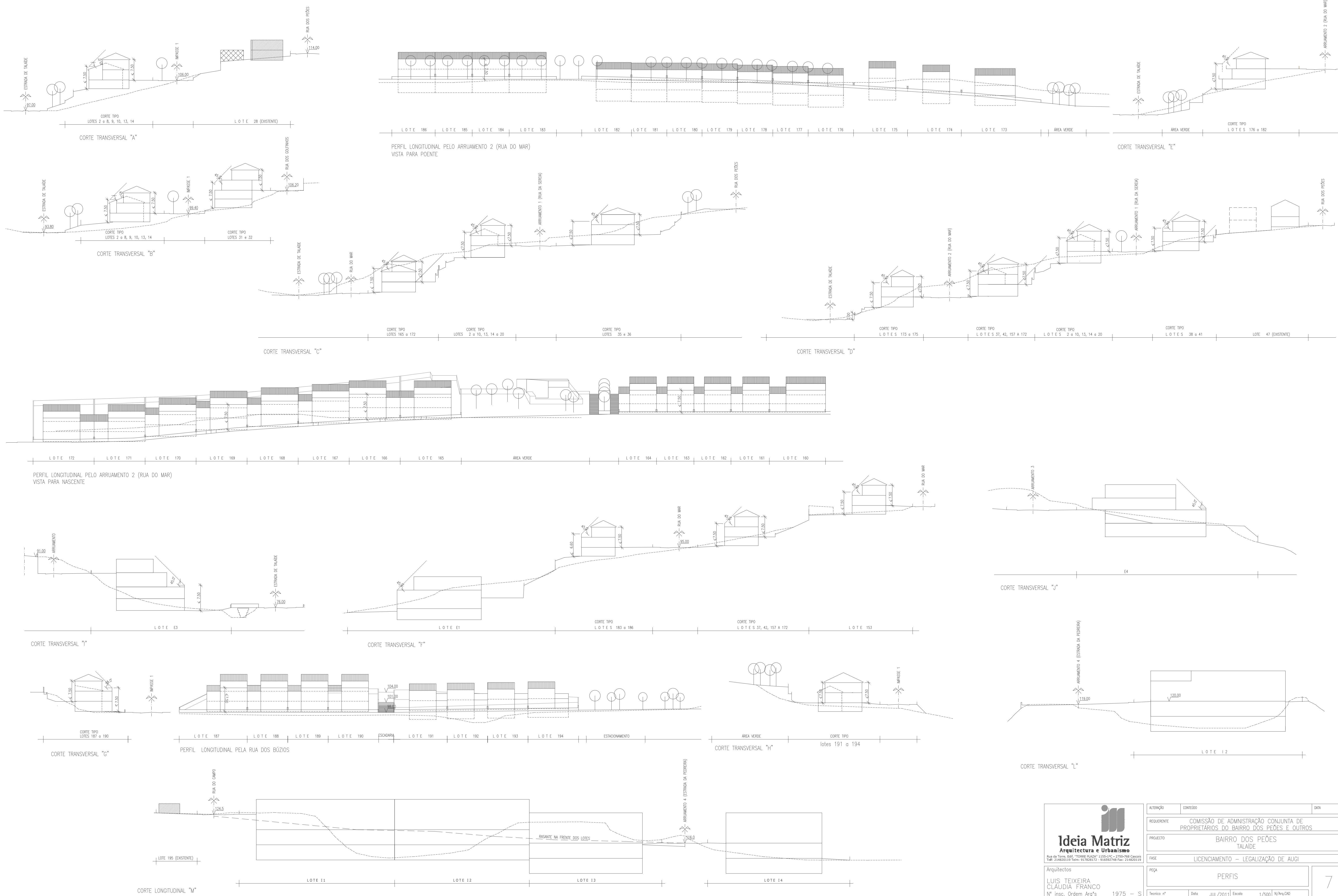
4.2



## **ANEXO 7. PERFIS DA PROPOSTA**

Bairro dos Peões

(CMCascais)





**Ideia Matriz**  
Arquitetura e Urbanismo

Rua da Torre, Edif. "TORRE PLAZA" 1155-11C - 2750-708 Cascais  
Tel: 214820119 Telex: 917628172 - 916592748 Fax: 214820119

ALTERAÇÃO	CONTEÚDO	DATA
REQUERENTE	COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO CONJUNTA DE PROPRIETÁRIOS DO BAIRRO DOS PEÕES E OUTROS	
PROJECTO	BAIRRO DOS PEÕES TALAIDE	
FASE	LICENCIAMENTO - LEGALIZAÇÃO DE AGUI	
PEÇA	PERFIS	
Técnico nº	Data	JUL/2011
Escala	1/500	
Nº/Arq CAD	N/Arc CAD	

Arquitectos

LUIS TEIXEIRA  
CLAUDIA FRANCO

Nº insc. Ordem Arq's 1975 - S

7